



JÚLIA GLACIELA DA SILVA OLIVEIRA

**UNIÃO DE MULHERES DE SÃO PAULO:
FEMINISMO, VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SUBJETIVIDADES**

CAMPINAS

2013



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

JÚLIA GLACIELA DA SILVA OLIVEIRA

**UNIÃO DE MULHERES DE SÃO PAULO:
FEMINISMO, VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SUBJETIVIDADES**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luzia Margareth Rago

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Mestra em História, na área de concentração de História Cultural.

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação defendida pela aluna Júlia Glaciela da Silva Oliveira, e orientada pela Prof.^a Dr.^a Luzia Margareth Rago. CPG, 26/02/13.

CAMPINAS

2013

iii

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
SANDRA APARECIDA PEREIRA-CRB8/7432 - BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

	Oliveira, Júlia Glaciela da Silva, 1983-
OL4u	União de Mulheres de São Paulo : feminismos, violência de gênero e subjetividades / Júlia Glaciela da Silva Oliveira. -- Campinas, SP : [s.n.], 2013
	Orientador: Luzia Margareth Rago Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
	1. União de Mulheres do Município de São Paulo. 2. Feminismo. 3. Direitos das mulheres. 4. Subjetividade. 5. Violência contra a mulher. I. Rago, Luiza Margareth, 1948-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Union of Women of São Paulo : feminism, gender violence and subjectivities

Palavras-chave em inglês:

União de Mulheres do Município de São Paulo

Feminism

Women's rights

Subjectivity

Women Violence against

Área de concentração: História Cultural

Titulação: Mestra em História

Banca examinadora:

Luzia Margareth Rago [Orientador]

Rita Laura Segato

Susel Oliveira da Rosa

Data da defesa: 26-02-2013

Programa de Pós-Graduação: História

UNIÃO DE MULHERES DE SÃO PAULO:

FEMINISMO, VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SUBJETIVIDADES

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Mestra em História, na área de concentração de História Cultural; sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Luzia Margareth Rago.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 26/02/2013.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Luzia Margareth Rago (orientadora)

Prof.^a Dr.^a Rita Laura Segato - UnB (membro)

Prof.^a Dr.^a Susel de Oliveira Rosa - UEPB (membro)

Prof.^a Dr.^a Ana Carolina Arruda de Toledo Murgel - UNICAMP (suplente)

Prof.^a Dr.^a Lucila Scavone - UNESP (suplente)

CAMPINAS

2013

*À Cidoca
e ao Teté.*

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Margareth Rago pelas instigantes reflexões, pelo seu apoio e estímulo à construção de uma escrita feminista da História;

Às militantes da União de Mulheres de São Paulo e, em especial, à Criméia, Amelinha, Terezinha, Kátia, Dinalva, Rosana, Lurdinha e Deise pelo carinho com o qual me receberam e por dividirem comigo suas memórias;

À Elisiane Pasini, Elenara Iabel, Carmem Campos, Guaneci Oliveira e Jussara Lopes, do grupo Themis de Porto Alegre, por me receberem e contarem suas histórias;

Às Promotoras Legais Populares, Wilma, Anna Carolina, Rute, Natália e Norma, por me ouvirem e falarem de suas experiências;

À professora Flávia Schilling pela importante contribuição na banca de qualificação e às professoras Rita Segato e Susel de Oliveira Rosa por aceitarem participar da banca;

Às professoras Lúcia Helena de Oliveira Silva, Edméia Ribeiro e Fátima Cunha que durante a graduação me incentivaram a seguir os estudos feministas e de gênero;

Aos colegas do grupo de orientandos da Prof.^a Margareth, em especial, à Priscila, Célia, Rosa, Carô, Luana, Jaqueline, Nildo, Gabriela e Maurício pelas instigantes reflexões, trocas de experiência e por todo apoio;

Aos amigos: Gustavo, Jean, Ana, Stela, Elis Regina, Dani e Maíra pelo carinho, pelo apoio e pelas conversas e risadas *online* que tornaram mais leves as angústias e as incertezas que apareceram ao longo da escrita;

À Cecília Geraldino, pelo carinho e pelas leituras do texto;

À minha (imensa) família mineira, por toda afetividade e por compartilhar e comemorar comigo cada etapa desta trajetória;

Ao Carlos por dividir comigo o *estar-no-mundo* e suas intensidades;

À minha mãe, Cida, pelo amor, pela inspiração e por partilhar comigo as alegrias da vida;

Ao CNPq pela concessão da bolsa de Mestrado para a realização desta pesquisa.

Uma das coisas que aprendi é que se deve viver apesar de. Apesar de, se deve comer. Apesar de, se deve amar. Apesar de, se deve morrer. Inclusive muitas vezes é o próprio apesar de que nos empurra para a frente. Foi o apesar de que me deu uma angústia que insatisfeita foi a criadora da minha própria vida.

Clarice Lispector, 1969.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo mapear a experiência da associação feminista “União de Mulheres de São Paulo”, fundada em 1981, em São Paulo, no combate à violência de gênero. Busca-se, por meio das narrativas das militantes do grupo, percorrer os caminhos que fizeram com que a violência direcionada às mulheres ganhasse visibilidade nas últimas três décadas, em nossa sociedade. A pesquisa pergunta pelas maneiras com as quais o grupo enfrenta os discursos que instituem e naturalizam a violência contra as mulheres. Também reflete sobre as possibilidades de novas constituições da subjetividade feminina por meio das relações de convívio e trocas de experiências nos espaços de sociabilidade construídos pela associação.

Palavras-chave: União de Mulheres de São Paulo, feminismo, violência de gênero, Direito, subjetividade.

ABSTRACT

This research aims to map the experience of feminist association União de Mulheres de São Paulo (Union of Women of São Paulo), founded in 1981 in Sao Paulo in combating gender violence. Looking up through the narratives of activists group, walk the paths that made violence directed at women gain visibility in the last three decades in our society. The research questions by the ways in which the group faces the discourses that establish and naturalize the violence against women. It also reflects on the possibilities of new constitutions of female subjectivity through coexistence relations and exchange of experience in socializing spaces constructed by the association.

Keywords: Women's Union of São Paulo (União de Mulheres de São Paulo), feminism, gender violence, law, subjectivity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I “FOI UMA LUTA, MAS ERA UMA DELÍCIA!”	11
1.1 “A LUTA DA MULHER NUNCA FEZ PARTE DO PARTIDO, ERA UMA COISA NOSSA”	13
1.2 “E O FEMINISMO TAMBÉM PASSOU POR ISSO”	20
1.2.1 OS CONFLITOS EM TORNO DA HETERONORMATIVIDADE E DA ETNIA	27
1.3 “NO COMEÇO A UNIÃO ERA UMA SACOLINHA”	32
1.4 O CORPO FEMININO COMO LABORATÓRIO: O CONTROLE DE NATALIDADE	39
1.4.1 QUANDO VIOLÊNCIA E ABORTO SE CRUZAM NO DISCURSO PATERNALISTA	42
CAPÍTULO II DAS “ZONAS DE SILÊNCIO” À “VISIBILIDADE RUIDOSA”	49
2.1 “A VIOLÊNCIA FOI A ÚLTIMA DAS BANDEIRAS”	50
2.2 “ZONAS DE SILÊNCIO”: O CORPO FEMININO COMO INSCRIÇÃO DA MEMÓRIA	59
2.2.1 DESFAZENDO OS FIOS DAS HISTÓRIAS NÃO DITAS	64
2.3 AS DELEGACIAS ESPECIALIZADAS E OS RUÍDOS DA VIOLÊNCIA	70
2.4 “A CONSTITUINTE TEM A GENTE QUEM TEM QUE TER MULHER!”	77
2.4.1 “FOI UMA DAS BATALHAS DE RUA MAIS BONITA QUE FIZEMOS”	85
CAPÍTULO III CRUZANDO MILITÂNCIA E TEORIA FEMINISTA	93
3.1 AS PRIMEIRAS DISCUSSÕES SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL	94
3.1.1 GÊNERO E ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	100
3.2 “ESSE PROCESSO É O MAIS DIFÍCIL”: OS PLANTÕES DE ATENDIMENTO	112
3.3 NÃO DEIXAR ESQUECER: A POLITIZAÇÃO DA VIDA DAS MULHERES	120
3.3.1 O CASO DE MÁRCIA LEOPOLDI	125
3.3.2 AS REFLEXÕES SOBRE O GENOCÍDIO FEMININO	129
3.4 RELACIONANDO AS CENAS DE VIOLÊNCIA À SAÚDE DA MULHER	135
CAPÍTULO IV NOVAS CONFIGURAÇÕES DA POLÍTICA FEMINISTA	143
4.1 CONSTRUINDO PONTES PARA A CIDADANIA	144

4.1.1 A EDUCAÇÃO JURÍDICA PELO OLHAR FEMINISTA	146
4.2 A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E OS DIREITOS HUMANOS	151
4.2.1 OS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES	158
4.3 A CRÍTICA FEMINISTA AO DIREITO	162
4.3.1 A DESCONSTRUÇÃO DO “JURIDQUÊS”	168
4.4 MUDANÇAS POLÍTICAS, TRANSFORMAÇÕES SUBJETIVAS	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
FONTES	191
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	195

INTRODUÇÃO

Em 1928, Virginia Woolf pergunta como viviam as mulheres nos séculos anteriores. Entre os livros expostos nas prateleiras da biblioteca encontrou a obra do historiador britânico George Trevelyan, em que ao analisar a história da Inglaterra do século XV, descreve como eram tratadas aquelas que desobedeciam a seus pais e maridos. Nas palavras de Woolf:

“Surrar a esposa”, li “era um direito legítimo do homem, e era praticado sem nenhuma vergonha tanto nas classes altas como nas baixas. Da mesma forma, prossegue o historiador, “a filha que se recusasse a desposar o cavalheiro da escolha de seus pais estava sujeita a ficar trancafiada, surrada e atirada pelo quarto”, sem que qualquer abalo causasse na opinião pública”. (...) Isso ocorria por volta de 1470, um pouco depois da época de Chaucer.¹

A falta de “abalo” social, mencionada por Woolf, frente às surras e aos espancamentos perpetrados por homens contra mulheres não se restringiu àquela época. Ao contrário, Michelle Perrot diz que a apropriação violenta dos corpos femininos, ao longo da história, é intensa, passando por cenas de estupros coletivos, espancamentos e assassinatos de mulheres sem distinção de classe social. De acordo com a historiadora, durante o século XIX:

A quantidade de mulheres que apanhavam dos maridos era imensa. Bater na mulher e nos filhos era considerado um meio normal, para o chefe de família, de ser o dono da sua casa – desde que fizesse com moderação. Tal comportamento era tolerado pela vizinhança, principalmente nos casos em que as esposas tinham reputação de serem donas-de-casa “relaxadas”.²

No Brasil, tais situações não eram diferentes. No período colonial, a legislação portuguesa admitia que o homem matasse a mulher e seu amante se surpreendidos em adultério; o mesmo não era válido, porém, para as mulheres que fossem traídas por seus maridos. A infidelidade masculina, desde que não realizada em público, era considerada “concubinato”, enquanto para as “adúlteras” restava a morte ou a condenação a até três anos de reclusão. Do mesmo modo, durante o século XIX, havia uma lei que permitia aos

¹ WOLFF, Virginia. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2ª edição, 1985, p. 56.

² PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 77.

maridos “emendar as mulheres das más manhas” pelo uso da chibata.³ Durante os séculos XVIII e XIX, a violência, como afirma Rachel Soihet, era algo comum tanto nas famílias pobres ou burguesas do Brasil, onde os maridos tratavam com açoites “à menor desobediência” cometida por suas esposas ou filhos.⁴

Essas situações de violência não se passavam apenas nas relações familiares e privadas, mas também nos espaços públicos, onde o corpo feminino, presente em um território considerado masculino, está sujeito à apropriação violenta. Para Tania Swain, esse tipo de violência pode ser pensado como resultado do “dispositivo da sexualidade”, teorizado por Michel Foucault⁵, pois a divisão binária e hierárquica dos indivíduos gerou uma desigualdade e assimetria que permite e institui o uso da violência tendo como referência a valorização e/ou a desvalorização de um detalhe biológico. Assim, a inscrição das diferenças sexuais na cultura patriarcal introduz no imaginário social a naturalização da violência contra as mulheres como parte de uma dominação banal de seus corpos. De acordo com Swain:

Sexo e sexualidade estão mesclados a todas estas atrocidades, vinculados à instituição social dos corpos das mulheres, que faz parte de um imaginário patriarcal. Neste, está naturalizada a apropriação dos corpos femininos, utilitários instrumentos de prazer, de usufruto, de produção, de trabalho. As mulheres são apropriadas pelo simples fato de serem mulheres, ‘humanos’ diferentes.⁶

Se por muito tempo todas essas cenas foram vistas pela sociedade como “naturais”, hoje, essas práticas, apesar de não terem desaparecido, já não são encaradas como algo normal no cotidiano. Portanto, nesta dissertação, dediquei-me em perceber como o tema da violência contra as mulheres deixou de ser algo considerado de fórum privado e foi politizado por meio do movimento feminista a partir dos anos de 1980, no Brasil. Para me ater a essas questões, parti das experiências da associação feminista “União de Mulheres de São Paulo” (UMSP), fundada em 1981, e que se dedica à luta pelos direitos femininos, entre os quais figura-se a erradicação da violência de gênero.

³ TELES, Maria Amélia, MELO, Mônica. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

⁴ SOIHET, Rachel. “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano”. In: DEL PRIORE, Mary (org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: UNESP/ Contexto, 1997, p.265.

⁵ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I – a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

⁶ SWAIN, Tania. “O Grande Silêncio: a violência da diferença sexual”. In: STEVES, C; K.C.T.; ALMEIDA, T.M.C.; ZANELLO, V. (org.). *Gênero e Feminismos: convergências (in) disciplinares*. Brasília: Ex Libris, 2010, p. 36.

A UMSP foi criada por integrantes do PCdoB (Partido Comunista do Brasil), que desde muito jovens construíram um estilo de vida norteado pela militância revolucionária. Suas trajetórias foram marcadas por posturas de resistência e enfrentamento aos discursos sexistas que existiam dentro do próprio partido e o contato com o feminismo, nos anos de 1970, despertou o desejo de construir um espaço outro de atuação onde os temas considerados “burgueses” ou de menor relevância para a revolução pudessem ser contemplados. Do mesmo modo, como muitas feministas desse período, as ativistas da UMSP desdobraram-se nas atividades consideradas “gerais” e ligadas ao partido, e aquelas ditas “específicas” referentes ao feminismo. Nos anos de 1980, a associação lutou pelas liberdades democráticas e, ao mesmo tempo, esteve à frente das campanhas pela descriminalização do aborto durante o processo da constituinte de 1988, e acompanhou a implantação da primeira delegacia especializada no atendimento às mulheres vítimas de violência. Portanto, a escolha por essa associação vem, de um lado pela afinidade com o ativismo feminista e, por outra, por a UMSP ser considerada “exemplo de organização local feminista (...) na luta feminista contra a violência com base no gênero”.⁷

No Brasil, desde os anos de 1970, as feministas vêm lançando luz sobre as formas de violência que cruzam o cotidiano das mulheres. Se a princípio os assassinatos de mulheres cometidos por seus pares afetivos e justificados como “crimes de motivação passional” estavam no centro das denúncias, nos anos de 1990, assiste a um desdobramento do que estava sendo compreendido como violência contra a mulher. É nesse momento que vêm à tona os espancamentos, as ameaças, os estupros tanto nos espaços privados, quanto nos públicos, o tráfico de mulheres, a prostituição infantil, os assédios sexuais nos locais de trabalho, enfim, uma pluralidade de relações de poder e de assimetrias de gênero.

Nos últimos quarentas anos, desde que o feminismo ressurgiu com força no país, notam-se as grandes modificações e rupturas na sociedade. Nesse sentido, de acordo com Margareth Rago, temos assistido a um processo de “feminização da cultura”, pois, as mulheres não apenas têm ocupado lugares antes interditados a elas, mas, também, têm inserido novos valores, ideias e concepções no mundo masculino.⁸ Nesses anos, com a irrupção da crítica feminista às práticas e aos valores patriarcais, as mulheres conquistaram

⁷SANTOS, Cecília MacDowell. “Ativismo Jurídico Transnacional e o Estado: reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos”. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 7, ano 4, 2007. Edição em português.

⁸ RAGO, Margareth. “Feminizar é preciso, ou por uma cultura filógina”. *Revista do SEADE*, São Paulo, 2002.

outros postos no mercado de trabalho, bem como dentro dos espaços acadêmicos, criaram-se novas maneiras de vivenciar a sexualidade, a maternidade e olhar para seus corpos, ou seja, houve uma intensa modificação nas relações sociais de gênero e nas formas de subjetivação feminina.

Frente a tantas mudanças positivas não é raro ouvir que os feminismos já não se fazem mais necessário, já que tudo foi conquistado. Entretanto, como afirma Swain, longe de os movimentos feministas terem se tornado uma “reliquia histórica”, constata-se cada vez mais um constante reforço da identidade feminina associada à domesticação de seus corpos, o que confirma que os feminismos ainda têm muito que fazer, pois:

(...) a venda e troca de meninas, o casamento forçado, o tráfico de mulheres, a excisão ou infibulação que atingem mais de 100 milhões de mulheres hoje na África e em alguns países muçulmanos, o estupro coletivo de meninas e mulheres por “rebeldes” em guerras globalizadas, o enclausuramento das mulheres em países muçulmanos, a dupla, tripla, quádrupla jornada de trabalho com a qual convivem milhares de mulheres no Ocidente e no Oriente, capitalista ou não, são indícios de que tudo está para ser feito. A começar pelas representações sociais das mulheres como seres eminentemente constituídos por seus corpos, orifícios e humores, seres “naturais”, alicerces que sustentam sua apropriação nas “culturas” patriarcais, recitada e construída em tradições diversas, religiosas, filosóficas ou científicas.⁹

Rosa-Linda Fragoso e Cynthia Bejarano, em recente estudo sobre violência contra mulheres na América Latina, afirmam que foi também nestas últimas décadas que presenciamos “formas indizíveis de degradação e violação dos corpos das mulheres e do seu ser: desaparecimentos, assassinatos, corpos mutilados, queimados e torturados, meninas e mulheres estupradas, sejam nos espaços públicos ou privados”.¹⁰ Isto é, se temos, por um lado, inúmeros pontos positivos e mudanças afirmativas em relação ao *status* que as mulheres ocupam em nossa contemporaneidade, por outro lado, a violência com base no gênero continua a ser um problema a ser enfrentado pelos movimentos feministas. Como reflete a antropóloga Rita Segato, em nossa atualidade há uma reatualização do processo de colonização do qual o corpo feminino é alvo constante. Em suas palavras: “(...) a ocupação depredadora dos corpos femininos ou feminizados se pratica como nunca antes. Estes

⁹ SWAIN, Navarro Tania. “Os limites do corpo sexuado: diversidade e representação social”. *Revista Labrys Estudos Feminista*, nº 13, 2008, p. 9.

¹⁰ FREGOSO, Rosa-Linda e BEJARANO Cynthia. “*Terrorizing Women: Feminicide in the Americas*. Duke University Press, 2010, p.07.

corpos constituem na história e no imaginário coletivo compartilhado, não apenas a primeira forma de colônia, mas também, na atualidade, a última”.¹¹

É nessa chave de reflexão que busco delinear a trajetória da militância da UMSP na luta pela desnaturalização e contra a banalização às formas de violência de gênero. Trata-se de perceber como a violência contra as mulheres foi aparecendo no cotidiano da militância e, também, ganhou dizibilidade no movimento feminista.

AS MULHERES E A MILITÂNCIA FEMINISTA

Para realizar esta pesquisa apoiei-me nos documentos arquivados pela associação e nas narrativas das militantes que entrevistei entre os anos de 2010 e 2012. Em um primeiro momento, conversei com as sete ativistas que participaram do processo de fundação da entidade e que, exceto por Rosana e Lurdinha, continuam ligadas e à frente da UMSP. Posteriormente, entrevistei Dinalva Tavares e Deise Leopoldi, que entraram para a UMSP entre meados da década de 1980 e início dos anos de 1990.

As primeiras entrevistadas entraram muito cedo para a militância de esquerda. Maria Amélia de Almeida Teles, a Amelinha, nasceu em 1944, em Contagem, Minas Gerais. Filha de operário, sindicalista e ativista político, vivenciou desde muito jovem a política em sua vida. Em 1960, aos quinze anos, tornou-se oficialmente militante ao se filiar ao antigo partidão (Partido Comunista Brasileiro). Como ela relembra: “(...) eu entrei para o partido em 1960, ainda era chamado de *Partidão*. Com o *racha* em 1962, eu fiquei no PC do B que tinha feito a opção pela luta armada”.¹² Em sua memória, a atividade política e o incentivo paterno à militância são muito marcantes, assim como a percepção da cultura patriarcal e sexista que existia dentro do discurso do partido. Em 1972, Amelinha foi presa junto ao marido e à irmã Criméia.

Criméia Alice Schmidt de Almeida nasceu em Santos, em 1946, apesar de ter passado grande parte de sua adolescência e infância em Minas Gerais. Herdou a militância política e a ousadia do pai que, como ela descreve, “era um anarquista que fazia discurso na

¹¹SEGATO, RITA. “Femi-geno-cídio como crime no fórum internacional dos Direitos Humanos: o direito a nomear o sofrimento no direito”. In: FREGOSO, Rosa-Linda & BEJARANO, Cynthia. *Una cartografia del feminicídio em las Américas*. México: UNAM-CIIEDCH/Rede de Investigadorean por la vida y la libertad de las mujeres, 2010.

¹²TELES, Maria Amélia de Almeida. “Lembranças de um tempo sem sol...” In: PEDRO, Joana M & WOLFF, Cristina (Org). *Gênero, Feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editoras Mulheres, 2010, p. 286.

rua”.¹³ Em 1964, ainda em Minas Gerais, ela foi processada no mesmo momento em que seu pai foi preso. No Rio de Janeiro, em companhia da família, Criméia ingressou no curso de enfermagem da Faculdade Ana Nery, antiga Universidade de Brasília, onde, segunda sua narrativa, passou a viver uma vida semiclandestina. Em 1968, foi presa durante o Congresso de Ibiúna e, no ano seguinte, com o aumento da repressão, deixou a faculdade e foi para a Guerrilha do Araguaia, de onde escapou com vida, ao contrário de tantos outros militantes, incluindo seu companheiro André Grabois, o sogro e o cunhado que continuam desaparecidos. Em 1972, grávida de sete meses, foi detida, torturada e mantida em reclusão na OBAN (Operação Bandeirantes) até 1973, quando deixou a prisão e se encontrou com as ideias feministas.¹⁴

Já Kátia Antunes, que também nasceu em 1946, em Regente Feijó, interior de São Paulo, ao contrário de Criméia e Amelinha, cresceu em uma família sem vínculos políticos. Em São Paulo, sob a influência do pai, ingressou no curso de Direito da Faculdade Mackenzie. Em outubro de 1968, estava no prédio da instituição quando iniciou o conflito entre os estudantes da Mackenzie e os alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras, da Universidade de São Paulo. A rua Maria Antônia era palco das manifestações estudantis de esquerda e, naquele dia, os alunos da Mackenzie que faziam parte de grupos de direita travaram uma briga com os estudantes da USP. Na narrativa de Kátia, esse dia aparece como um divisor de águas em sua vida. Após abandonar a faculdade de Direito e ingressar em História, ela e o marido chegaram a se filiar no PC do B, mas Kátia não concordava com as exigências do partido e acabou por concentrar seu ativismo no movimento feminista, ao qual se ligou em meados da década de 1970, a partir das discussões do grupo do jornal *Brasil Mulher*.

Terezinha de Oliveira Gonzaga nasceu em 1952, em São Miguel Paulista, periferia de São Paulo. Foi criada em um meio libertário e político, sendo que sua mãe fez parte dos movimentos grevistas durante o governo de Getúlio Vargas e seu pai também foi militante do antigo PCB. A atividade política e a companhia paterna são uma constante em sua memória. Como ela narra: “(...) segundo minha mãe, quando meu pai fazia comício, ele me

¹³ Entrevista Criméia A. S de Almeida, São Paulo, 19/04/2011.

¹⁴ Sobre a experiência de Criméia neste período ver: RAGO, Margareth. “Memórias da Clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a Guerrilha do Araguaia.” In: PEDRO, Joana M & WOLFF, Cristina (Org.) *Gênero, Feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editoras Mulheres, 2010; RAGO, Margareth “Escritas de si, Parrésia e Feminismos” Apresentado no VI *Colóquio Internacional Michel Foucault. Filosofia e Política*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009; Entrevista com Criméia Alice de Almeida Schmidt. *Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica*, nº 26, 2008.

levava no colo, isso eu estava com um ano e meio, dois anos. E eu ficava com a boca no microfone, aqueles microfones grandes e eu adorava! Meu pai era um grande agitador que puxava greve”.¹⁵ Em 1974, quando fazia cursinho, entrou em contato com alguns militantes do PCdoB e resolveu filiar-se ao partido. Em 1977, ingressou na graduação de Arquitetura da USP, após cursar três anos de Artes Plásticas na Faculdade de Belas Artes. No entanto, a faculdade foi interrompida por sua escolha pela militância política. Em 1979, a pedido do partido, trancou o curso e foi para Santos fundar uma sede do mesmo, retornando a São Paulo em 1981, ano em que participou da fundação da UMSP, na qual milita ainda hoje.

Maria de Lourdes Rodrigues (Lurdinha), a mais jovem delas, nasceu em 1960, em Santana do Cariri, região sul do Ceará. Sua família veio para São Paulo quando ainda era criança, onde passou grande parte de sua vida junto dos oito irmãos. Como Kátia, ela não vinha de uma família marcada pelo ativismo político. Sua mãe, como diz, era uma senhora simples, uma trabalhadora que fazia parte da igreja e que, posteriormente, participou do movimento contra carestia. Na adolescência, mudou-se para Jundiaí, onde se encontrou com o desejo revolucionário a partir da leitura de *Subterrâneos da Liberdade*, de Jorge Amado. A ideia de transformação social proposta pelo comunismo a deslumbrou, levando-a, posteriormente, a entrar para o PCdoB. Como ela se recorda: “toda a história romântica do comunismo, a questão da liberdade, da igualdade das pessoas, tudo aquilo me encantou muito”.¹⁶ Atualmente, Lurdinha, formada em sociologia, é ativa militante do movimento LGBTQS e faz parte da equipe do Instituto Patrícia Galvão, sediado em São Paulo.

Rosana Fernandes nasceu em 1954, em São Paulo e se formou em psicologia pela PUC (Pontifícia Universidade Católica). No entanto, sua entrada para a militância na esquerda não se deu pelo movimento estudantil da época, mas pela participação no grupo de teatro popular *Olho Vivo*, o qual se dedica à produção de espetáculos na periferia da cidade. Posteriormente, ela e o seu companheiro também entraram para o PC do B, onde ficou até 1987, momento em que Terezinha, Amelinha e Lurdinha foram expulsas do partido devido à militância no feminismo. Em sua memória, o encontro com o feminismo veio pela experiência na periferia. Como ela diz: “comecei na militância com as mulheres a partir do movimento de carestia, pelo partido, na zona leste, com as mulheres donas de casa e tal”.¹⁷

¹⁵ Entrevista com Terezinha O. Gonzaga, São Paulo, 02/05/2010.

¹⁶ Entrevista Maria de Lourdes Rodrigues, 30/08/2011.

¹⁷ Entrevista Rosana Fernandes, São Paulo, 28/11/ 2011.

Dinalva Tavares nasceu em Pedregulho, interior de São Paulo, onde se formou em psicologia. Ela que não fez parte de partidos da esquerda, entrou para militância feminista na década de 1980. Esse momento coincidiu com seu trabalho no Conselho da Condição Feminina, onde conheceu Amelinha e Sueli Carneiro, ativista do movimento negro feminista e fundadora do Geledés. Em 1984, Dinalva entrou para a UMSP e conta que: “no começo a gente tinha muitas coisas para fazer, muitos lugares para cobrir, então a militância foi muito forte e decidida”.¹⁸ Atualmente, Dinalva reside em Florianópolis, mas continua ligada às atividades da UMSP.

Deise Leopoldi, a última a ser entrevistada, nasceu em São Paulo em uma família de classe média e conservadora, como diz. Durante a década de 1970, formou-se em História, apesar de querer fazer faculdade de Direito. Em sua leitura do passado, expõe que: “sempre foi feminista, mas no âmbito pessoal”.¹⁹ Nos anos de 1970, quando começou a lecionar, mudou-se para o interior do Estado, onde militava em movimentos sociais e, posteriormente, filiou-se ao PT (Partido dos Trabalhadores). Sua ligação com o feminismo e com a UMSP veio em decorrência do assassinato de sua irmã, Márcia Leopoldi, em 1984. Em 1992, de volta a São Paulo, Deise entrou em contato com a associação em busca de mobilização para o processo de sua irmã e, desde então, é ativista da UMSP.

O ATIVISMO DA UNIÃO DE MULHERES DE SÃO PAULO

Ser militante foi e ainda é um estilo de vida. Ao ler as narrativas dessas mulheres, deparei-me com as angústias e conflitos vividos dentro do partido ao qual eram ligadas e, em alguns momentos, no próprio feminismo. Ao mesmo tempo, percebi a coragem com a qual ousaram afrontar os valores impostos enquanto militantes, que as levaram a processos de ruptura com muitas relações de afeto e de amizade. A memória feminina, como afirma Perrot, assim como a própria existência é “profundamente sexuada”.²⁰ Nesse caminho, busco ver nessas narrativas as sutilezas das experiências femininas que marcaram diferentemente a forma de se verem enquanto militantes dentro de um determinado projeto

¹⁸ Entrevista Dinalva Tavares, São Paulo, 28/05/2011.

¹⁹ Entrevista com Deise Leopoldi, São Paulo, 12/09/2011.

²⁰ PERROT, Michelle. “Práticas da memória feminina”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol.9 nº 18, p. 18.

político. Desse modo, suas memórias apresentam outras relações com o passado que, muitas vezes, se distanciam das versões “oficiais” que temos do período.

Esse é o caminho que percorre o primeiro capítulo intitulado “Foi uma luta, mas era uma delícia”, no qual contextualizo o movimento feminista que eclodiu nos anos de 1970, e o desejo dessas militantes em construir um espaço para falarem sobre si. A partir de suas experiências na esquerda houve a necessidade de repensar o projeto político proposto pelo partido e romper com as dicotomias e hierarquias do público e privado. É por esse viés que os feminismos puderam criticar as formas de controle sobre o corpo feminino e denunciar a violência contra as mulheres que ocorriam, inclusive, dentro das relações partidárias.

Compreendo, porém, que ao trabalhar com a memória estamos tratando de um discurso produzido por alguém a partir de suas relações com o presente e, conseqüentemente, atravessado por outras interpretações. Assim, procuro lê-los a partir do conceito de Foucault de “documentos-monumentos”, isto é, a partir da visão de que a memória ou os documentos não são uma representação direta e fiel do passado, um reflexo da realidade, mas que se tratam de construções narrativas com objetivos específicos, a partir de outros significados e reinterpretações das experiências vividas.²¹

Ainda centrada nas narrativas das militantes e suas experiências nos primeiros anos de atividades, durante a década de 1980, no segundo capítulo intitulado “Das zonas de silêncio à visibilidade ruidosa” delinheiro como a questão da violência contra a mulher aparece no cotidiano da militância e a dificuldade em que se havia, naquele momento, em fazer emergir as narrativas traumáticas dessas cenas. Esse momento também foi marcado pela conquista de políticas públicas para as questões femininas e pelo processo de abertura política e da construção de uma nova carta constitucional. Portanto, além da visibilidade da violência, focalizo o ativismo da entidade no que concerne às lutas para que as questões de gênero, a exemplo da descriminalização do aborto, fizessem parte das discussões da nova Constituição.

No terceiro capítulo, “Cruzando teoria e prática”, demonstro como as experiências feministas no combate à violência contra a mulher propiciaram, também, uma dizibilidade sobre a questão. Desde o final dos anos de 1980, assiste-se a um aumento significativo das produções teóricas sobre a violência direcionada às mulheres, bem como às definições e às ramificações conceituais sobre a mesma. Segundo Maria Filomena Gregori, hoje, não há

²¹ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

entre os próprios agentes ligados ao campo da violência um consenso sobre o que está se enfrentando, pois “ora qualifica-se como violência contra mulher, ora como violência doméstica, alguns momentos como violência familiar, outro momento, o mais recente, como violência de gênero”.²² Cada expressão acima apresenta um significado diferente e seus usos de forma aleatória podem, inclusive, implicar na luta das feministas pela erradicação da violência. Logo, nesse capítulo, apresento algumas das primeiras discussões teóricas sobre a violência contra a mulher e como essas são espelhadas e inseridas no discurso da UMSP e nas propostas de luta nos anos de 1990.

Enfim, o quarto e último capítulo “Novas configurações da política feminista”, trata do projeto de educação jurídica popular, denominado de “Promotoras Legais Populares”, que visa ensinar às mulheres noções básicas de Direito e cidadania norteados pela perspectiva de gênero. Esse projeto é uma experiência vinda de grupos feministas latino-americanos e chegou ao Brasil no início dos anos de 1990. Desde 1994, a UMSP, ao lado da ONG feminista Themis, adotou esse curso, com o qual trabalha até hoje. Assim, nesse capítulo, tracei a aproximação do grupo com a crítica feminista ao Direito e como esse curso possibilita um novo instrumento de luta ao possibilitar que as mulheres constituam outras formas de pressão política. Pensando nos efeitos desse curso na vida das mulheres, entrevistei algumas participantes e ex-alunas para refletir em que medida o processo de aprendizado sobre as assimetrias de gênero por meio do discurso jurídico pode levar, também, a novos olhares sobre si mesmas, ou seja, de que maneira as mulheres ao trocarem experiências sobre si e conhecerem as construções históricas e culturais sobre o feminino, podem traçar novos caminhos para suas vidas.

²² GREGORI, Maria Filomena. “Delegacias de defesa da mulher de São Paulo e as instituições: paradoxos e paralelismos”. In: DEBERT, Guita Grin (Org.); PISCITELLI, Adriana Gracia (Org.). *Gênero e distribuição da justiça: As delegacias da mulher e a construção das diferenças*. Campinas: Pagu, 2006. v. 1.

CAPÍTULO I | “FOI UMA LUTA, MAS ERA UMA DELÍCIA!”

(...) ela anunciou que a União de Mulheres agora contava com sete membros. Então foi a União que atraiu todos aqueles sonhos e desejos incansáveis. Foi a União que se tornou um centro de reunião onde se aglutinou e se solidificou tudo o que estava solto e disperso.

Virginia Woolf

Os movimentos feministas, que ressurgiram no país durante a década de 1970, contestaram não apenas a cultura patriarcal existente, mas também confrontaram o modelo hegemônico de militância e de revolução que marcaram o período de resistência ao regime militar. Nesse período, os feminismos surgiram, sobretudo, das experiências das mulheres na esquerda, já que muitas eram ativistas, estiveram exiladas ou foram presas e compreenderam que o movimento de luta pelos direitos das mulheres deveria ser, também, prioridade política.²³ O marxismo, concepção teórica que norteava o pensamento da esquerda, instituía o conceito de classe como fundamental para a revolução social, negando ou omitindo outras categorias, como as de sexo ou etnia. Nesse contexto, as militantes feministas, partindo da perspectiva marxista, afirmavam que combater o patriarcalismo e o sexismo, inclusive dentro dos partidos e sindicatos aos quais estavam ligadas, era essencial para a transformação das relações sociais. Ao enfatizarem que questões como a descriminalização do aborto, a violência sexual e doméstica ou, ainda, o conhecimento sobre o próprio corpo, também eram questões políticas e revolucionárias, as feministas ampliaram o conceito do político e reinventaram a concepção de ser militante.

A União de Mulheres de São Paulo (UMSP) foi fundada em meio ao processo de redemocratização e teve entre suas fundadoras ativas militantes do PCdoB e que estiveram envolvidas nos processos de oposição ao regime ditatorial e por melhores condições de vida e trabalho. Portanto, conviveram com discursos que hierarquizavam não apenas suas posições de militantes, mas também as propostas que seriam “verdadeiramente” capazes de

²³RAGO, Margareth. “Os feminismos no Brasil: dos anos de Chumbo à era global.” *Labrys, Estudos Feministas*, nº 3, jan/ jul, 2003.

provocar mudanças. Propostas essas que não passavam por questões como as de gênero e etnia, implicando em um apagamento de várias formas de assimetrias sociais.

No período mencionado, a concepção de resistência e luta estava relacionada à figura do militante, sujeito universal e masculino. Portanto, havia uma expectativa por parte dos companheiros dos partidos de esquerda que as militantes se comportassem como homens.²⁴ As relações de afeto ou a maternidade eram apresentadas como uma disposição à fraqueza das guerrilheiras, fazendo com que muitas militantes se sujeitassem aos padrões masculinos. A negação da sexualidade feminina na militância de esquerda implicou, também, na omissão das relações desiguais de gênero.

O fato de as mulheres adentrarem ao espaço político já se mostrava como uma forma de ruptura com os valores sociais instituídos aos gêneros, mas, como observa Ana Maria Colling, houve um esforço de muitas delas em se adequar ao padrão masculino para serem vistas como “militantes” e não como “mulheres militantes” e, assim, serem tratadas como iguais nos partidos. Por outro lado, os feminismos, nesse período, compreenderam que a crítica ao sexismo e o patriarcalismo também faziam parte do projeto de transformação social e que tinha que ser feita dentro e fora das esquerdas. Assim, se houve aquelas que se sujeitaram ao modelo imposto de militante, também houve, como diz Amelinha, “aquelas que aprenderam que deviam afirmar a diferença e buscar novas formas de vida e de fazer política”.²⁵

É nessa chave de contestação e ruptura que visio perceber como as ativistas da UMSP constituíram um estilo outro de militância que não obedecia aos padrões determinados e que não esteve preocupado apenas com as desigualdades econômicas, mas também com os “problemas menores” que delineiam o dia a dia feminino. Ao propor um novo fazer político e outro modo de militar, a UMSP pode denunciar as diversas formas de apropriação dos corpos das mulheres por meio do discurso religioso e das políticas de Estado, as hierarquias e assimetrias existentes dentro do discurso da esquerda e repensar, inclusive, o pensamento colonizado que atravessou, muitas vezes, o próprio feminismo. A ousadia de romper com o natural das relações historicamente construídas possibilitou que

²⁴ COLLING, Ana Maria. “As mulheres e a Ditadura no Brasil”. *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra, 2004, p.8.

²⁵ TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993, p.71.

outros olhares convergissem sobre as relações de violência de gênero, fazendo com que esse campo seja, atualmente, uma das principais bandeiras de luta da entidade.

1.1 “A LUTA DA MULHER NUNCA FEZ PARTE DO PARTIDO, ERA UMA COISA NOSSA”

Em um domingo, no dia seis de dezembro de 1981, no sindicato dos químicos, na rua tamandaré, bairro da Liberdade, foi fundada a associação autônoma feminista União de Mulheres de São Paulo “com o objetivo de lutar pelos direitos das mulheres e pelas liberdades democráticas”.²⁶ No espaço do Sindicato, reuniram-se cerca de trezentas mulheres vindas de organizações sociais ou partidárias, como narra, de forma entusiasmada, Terezinha, uma das fundadoras:

Tinha um mundo de mulheres! Nós fundamos a União de Mulheres com trezentas mulheres! Trezentas mulheres, porque nós tínhamos um trabalho, assim, nucleado, em todo lugar que a gente ia. Eu era da APEOESP, eu era professora e montei um departamento da mulher na APEOESP. Eu, a Socorro, a Lilian, a Cristina, era um monte de mulheres do PC do B.²⁷

Apesar de a UMSP ter entre suas fundadoras ativas militantes do PC do B – como Terezinha, Criméia, Rosana, Amelinha e Lurdinha – ao contrário de outras organizações femininas, como a Federação Paulista de Mulheres associada ao MR-8, a entidade não surgiu como uma extensão do partido.²⁸ Na leitura que fazem do passado, as entrevistadas apontam para os conflitos existentes no partido a respeito das questões feministas como um dos principais motivos para a constituição de um espaço autônomo de militância.

Os feminismos que ressurgiram no Brasil, em meados dos anos 1970, depararam-se com um cenário político marcado pelo regime ditatorial e pela resistência das esquerdas. Muitas feministas desse período estiveram engajadas nos grupos políticos e, portanto, trouxeram para o debate as concepções marxistas, assim como as experiências enquanto presas políticas, exiladas ou o envolvimento com outras lutas sociais. Assim, suas narrativas são atravessadas pelos acontecimentos, ideias e tensões próprias daquele período, isto é, não se trata de uma compreensão de um passado distante, mas sim de uma experiência da qual se participou e partilhou com outros indivíduos e, portanto, permeada

²⁶ *Discurso de Fundação*, 1981. Arquivo da UMSP.

²⁷ Entrevista com Terezinha O. Gonzaga, São Paulo, 02/05/2010.

²⁸ ALVAREZ, Sonia. *Engendering Democracy in Brazil: women's movements in politics*. Princeton University Press: Oxford, 1993, p. 169.

pelas reconstruções subjetivas que fazem desses momentos.²⁹ Nessa perspectiva, suas memórias sobre a fundação do grupo apontam para os paradoxos vivenciados pelo feminismo naquele momento: por um lado a necessidade de se organizar em torno das questões ditas “específicas” das mulheres, o que não era considerado como assunto de relevância dentro dos partidos de esquerda, sem, contudo, abdicar das demandas “gerais”, ou seja, o retorno à democracia.



Fundação da União de Mulheres de São Paulo, no prédio Sindicato dos Químicos, Arquivo UMSP.

Criméia, ao narrar suas memórias sobre o período que levou a fundação da UMSP, destaca como a postura sexista e hierarquizada do discurso do partido, que não percebia as questões femininas como tangenciais para as mudanças sociais, foram pontos fundamentais para se pensar em uma organização autônoma. Como narra:

(...) os partidos só tinham as mulheres como massa de manobra, né?! Como sempre a direção era homem, a concepção era machista e então essa questão do feminismo se resolve com o socialismo, porque agora no capitalismo nós não podemos brigar com homem proletário. Isso aí é coisa da burguesia que quer nos dividir.³⁰

²⁹ ROUSO, Henry. “Sobre a História do Tempo Presente: entrevista com o historiador Henry Rousso”. *Tempo e Argumento: Revista do Programa de Pós-Graduação em História*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201 – 216 jan. / jun. 2009, p. 202.

³⁰ Entrevista Criméia A. S. Almeida, São Paulo, 19/04/ 2011.

Rosana partilha da visão de Criméia ao contar sobre como os temas feministas eram recebidos dentro das esquerdas tradicionais. Em sua percepção, mesmo com um apoio de alguns companheiros de militância, os temas referentes à mulher nunca fora, de fato, alvo de interesse do partido, o que aprofundou o desejo de constituírem uma entidade feminista desvinculada do ativismo partidário. Como diz:

Bom o partido é gente né! E tinha muito machista e eles não davam importância para nós... Nunca fez parte do partido a luta da mulher. Era uma coisa nossa. Eles sabiam que a gente organizava a luta das mulheres, que organizava as mulheres, mas nunca ninguém apoiou e disse: “faz parte do programa”. Entrava em algumas coisas do programa porque a gente colocava. Vamos colocar a questão da mulher, está faltando a questão da mulher! Aborto nunca se discutia. Tinha alguns homens que nos apoiavam, mas a direção mesmo nunca deu bola para isso, achava que era uma coisa meio louca, que a gente queria fazer bagunça. Então, daí a ideia de uma entidade.³¹

As esquerdas brasileiras orientadas pela perspectiva marxista-leninista localizavam as desigualdades sociais no campo econômico e na propriedade privada, logo, as assimetrias entre os sexos também eram resultado desses fatores. Dentro dessa linha de pensamento, a origem da opressão feminina tinha como base a estrutura econômica e, assim, com o fim do capitalismo e a instauração de um novo regime político, tais questões estariam resolvidas. No entanto, como pontua a marxista Juliet Mitchell, apesar dos pensadores marxista-leninistas reconhecerem “o problema da subordinação das mulheres e a necessidade de sua libertação (...) talvez nenhum outro grande tema tenha sido tão esquecido” para as esquerdas como a questão das mulheres.³² Os pontos de vista das feministas sobre temas como aborto, violência ou sexualidade feminina eram motivos de divergência e conflitos dentro desses espaços, pois, como pontua Ivone Gebara, o movimento feminista era percebido como uma “extravagância do primeiro mundo” que desviaria o foco da questão da luta de classes.³³

A noção de “revolução”, hegemonicamente masculina, prescrevia um modelo fixo de *militância* que não permitia novos olhares para outras disparidades que compunham a sociedade da qual se buscava transformar. Por esse prisma, Amelinha inscreve sua narrativa nas tensões que a proposta feminista trazia para o projeto revolucionário do partido e nos

³¹ Entrevista Rosana Fernandes, São Paulo, 03/12/2011.

³² MITCHELL, Juliet “Mulheres: a Revolução mais longa”. Tradução: Rodolfo Konder. Revista *Niterói*, v. 6, nº 2, v. 7, p. 203-232, 2º semestre de 2006, p. 204.

³³ GEBARA, Ivone. *Vulnerabilidade, Justiça e Feminismos*. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2010.

conflitos existentes no *ser militante*. Ela, que também entrou cedo para o ativismo, diz que essas experiências e paradoxos levaram algumas militantes à necessidade de outro espaço na qual pudessem articular suas lutas para fora da militância partidária. Como ela narra:

O partido não entendia nem as questões das mulheres, digamos assim, as questões mais elementares, como por exemplo, discutir a legalização do aborto, ou discutir a violência contra as mulheres, ou a sexualidade, o direito a uma sexualidade livre, de discutir o direito sobre o corpo, a conhecer o corpo, a fazer oficinas para conhecer a vagina. Tudo isso eles achavam que não tinha importância alguma para a mudança da sociedade, que não tinha valor. Então, eu não saía do partido, por uma questão afetiva, pois eu entrei para o partido com quinze anos de idade, meus amigos que atuaram comigo, todos morreram na guerrilha, ou na cidade pela repressão. Então, eu tinha uma ligação com essa história, uma ligação afetiva. O partido tinha essa rejeição ao feminismo e nós vimos que nós tínhamos que ter um espaço nosso para discutir estas questões. Que nós até poderíamos ser do partido, mas não seria ali que nós iríamos fazer essa discussão com a profundidade, com a necessidade que tínhamos. Pois, a necessidade que estava colocada para mim, não estava colocada para eles. Então, nós sempre pensamos na União de Mulheres como uma associação autônoma.³⁴

Annete Goldberg avalia que mesmo com uma certa “miopia” da esquerda para as questões relativas às mulheres, muitas das feministas brasileiras se dedicaram a “dupla militância”. Isso porque os feminismos que se desenvolveram no Brasil – ao contrário do europeu que tinha como “inimigo principal” o patriarcado – tiveram que se debruçar ao mesmo tempo contra as opressões capitalista e patriarcal e investir em um projeto capaz de promover mudanças que abrangessem tanto a ordem econômica, como a cultural e social. Assim, a autonomia que muitas feministas desejavam naquele momento estava relacionada à noção “de não subordinação dos grupos de mulheres aos grupos e partidos de esquerda”.³⁵

Por outra via, o ativismo na esquerda proporcionou o estreitamento das relações entre as feministas e os grupos organizados de mulheres que Sônia Alvarez denomina de “maternidade militante”, ou seja, a participação feminina nos movimentos pela anistia, custo de vida e de luta por creche, que tiveram forte atuação nos anos 1970.³⁶ Lurdinha, ao falar da fundação da UMSP, inscreve sua narrativa, de um lado, nessa chave de aproximação com outros grupos de mulheres, sobretudo as sindicalistas com as quais

³⁴ Entrevista com Maria A. A. Teles, São Paulo, 22/02/ 2011.

³⁵ GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 1987, p. 144.

³⁶ ALVAREZ, Sonia. “Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia.” In: STEPAN, Alfred. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 325.

dialogava. Por outro lado, destaca a insatisfação das militantes frente à rejeição do partido aos temas femininos. Em suas palavras:

Veio de uma necessidade de todas as mulheres de ter um espaço de organização, de articulação. Acho que o PCdoB nem queria tanto isso. Porque nós éramos cabeças pensantes, queríamos mudar o mundo, a situação das mulheres, denúncias de assédios sexuais, de militantes, enfim. Ninguém gostava muito da gente, porque a discriminação da mulher não era “para fora” da militância, era em qualquer lugar, então a denúncia tinha que ser feita viesse de onde viesse.³⁷

Michel Foucault, no prefácio de *O Anti-Édipo*, de Gilles Deleuze e Félix Guattari, ao refletir sobre a militância revolucionária no século XX, traz-nos a seguinte questão: “como fazer para não se tornar fascista mesmo quando (sobretudo quando) se acredita ser um militante revolucionário?”.³⁸ Com essa pergunta e como os devidos distanciamentos temporais, o filósofo nos dá sinais de como poderíamos pensar a constituição de uma prática revolucionária que não fosse capturada pelos fascismos diários e que não “caísse de amores” pelo poder. Assim, aponta para a constituição de um estilo de vida, de uma subjetividade revolucionária, que não seja cooptada pelos partidos, sendo “contrária a todas as formas de fascismos” e como afirma, não apenas aos fascismos históricos de Hitler ou Mussolini, mas aquele “que está em nós todos, que martela nossos espíritos e nossas condutas cotidianas, o fascismo que nos faz amar o poder, desejar esta coisa que nos domina e nos explora”.³⁹

À luz dessas reflexões, encontro nas narrativas das entrevistadas um questionamento a respeito da ética militante, ou seja, para tratarem das questões femininas teriam que abandonar o ativismo partidário na esquerda? Se outras formas de militância e de se fazer política foram constituídas pelas feministas, houve, também, a dificuldade de se romper com a experiência das esquerdas que, além de propiciar um contato com o campo da política, também construiu relações de amizade e de afeto que foram comprometidas pelo confronto que as militantes trouxeram ao modelo hegemônico de política. Nessa chave, Amelinha que, assim como Terezinha, Lurdinha, Rosana e Criméia, permaneceu ligada ao partido, diz que as relações de afeto construídas e a crença que o ativismo feminista

³⁷ Entrevista com Maria de Lourdes Rodrigues, São Paulo, 30/08/2011.

³⁸ FOUCAULT, Michel. “Introdução à vida não fascista”. In: DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia*, Tradução Wanderson Flor do Nascimento, New York: Viking Press, 1977, p.3.

³⁹ Idem, p. 2.

realizado em outro espaço seria respeitado pelos companheiros foi o que fez com que permanecessem ainda no partido: “nós achávamos que poderíamos conviver com eles numa relação amistosa, amigável, mas que seria um assunto a gente trata aqui, outro lá. Mas na prática eles (do partido) nunca entenderam”.⁴⁰

Em 1987, as tensões criadas em torno da dupla militância levou à expulsão de Amelinha, Terezinha e Lurdinha e, conseqüentemente, a ruptura de Criméia e Rosana com o partido. Criméia, ao narrar sobre o acontecimento, diz que na época se considerava uma “militante marginal” posto que “já não fazia tudo que eles queriam, pois não aguentava”!⁴¹ Se as relações com a esquerda para ela já estavam fragmentadas, Lurdinha, ao falar sobre o evento, o qual chama de “tribunal da inquisição”, sinaliza para o difícil processo de ruptura com as relações de amizade constituídas e o desapontamento com o projeto revolucionário das esquerdas. Em sua leitura:

Então, ficou uma coisa assim muito esquisita. Porque proibiu qualquer contato com receio de “contaminação” de ideias. Porque assim, como eu entrei muito nova, dessa forma que te contei, eu tinha sido seduzida por esse “idealismo” de mudança do mundo, da sociedade e tal, e eu fiquei muito impactada de ver o mundo real, o partido de esquerda, daquilo que se chama de projeto de mudança da sociedade e tal...⁴²

Ao indicar as relações desiguais e discriminatórias que ocorriam dentro do próprio discurso da esquerda, essas mulheres confrontaram a preeminência da visão masculina. A ousadia em apontar para o machismo do discurso do partido, na percepção de Lurdinha, foi recebida com uma atitude “antirrevolucionária” dos companheiros que não conseguiam aceitar críticas ao modo de *ser militante* que lhes era imposto. Como ela narra:

Na verdade, eu acho que a gente começou a assuntar os dirigentes ortodoxos, machistas, medíocres que não suportavam nenhum posicionamento crítico. E tudo que o feminismo nos ensina, que você aprende na vida, é você ter sempre uma visão crítica do mundo, porque senão, a revolução, a luta pelo socialismo, pode justificar inclusive as violências contra as mulheres, inclusive o machismo, porque isso é menos importante para a sociedade. Então, o fato da gente questionar tudo isso começou a assustar os caras de um tanto, que a minha impressão é que eles se sentiram ameaçados.⁴³

Terezinha, por seu turno, mesmo enfatizando “que nunca deixou o partido”, diz que a ruptura com o ativismo partidário permitiu uma maior centralização nos assuntos

⁴⁰ Entrevista com Maria A. A. Teles, São Paulo, 22/02/ 2011.

⁴¹ Entrevista com Criméia A. S. Almeida, São Paulo, 19/04/2011.

⁴² Entrevista Maria de Lurdes Rodrigues, São Paulo, 30/08 2011.

⁴³ Entrevista com Maria de Lourdes Rodrigues, São Paulo, 30/08/2011.

feminista, pois, em sua leitura: “(...) nós, além de militar aqui (na UMSP), militávamos em um monte de outras coisas. Aí nós concentramos a energia aqui e deu aquele *boom*”!⁴⁴ Como enfatiza a pensadora e ativista Juliet Mitchell, ao falar sobre os movimentos de libertação feminina e das relações com o marxismo, um dos principais aprendizados para os movimentos de mulheres é perceber que “quando se trata da situação das mulheres, os amigos transformam-se em inimigos. São estas as descobertas de que o Movimento tem de dar conta, na teoria e na prática”.⁴⁵

O que aparece nas falas das militantes fundadoras da UMSP, em relação ao posicionamento do partido ao que eram vinculadas no que tange ao feminismo, são as relações de poder que inter cruzam o projeto político revolucionário. Em suas narrativas, os questionamentos frente à indiferença às propostas feministas por parte dos dirigentes levaram à cisão, pois, como coloca Terezinha: “eles diziam que nós estávamos disputando (o poder)”!⁴⁶ No entanto, como afirma Rago, o feminismo não pretende “destronar o ‘rei’ para colocar em seu lugar uma ‘rainha’”, ao contrário, “o feminismo propõe a destruição da monarquia no pensamento e nas práticas sociais, inclusive de si mesmo”.⁴⁷

É claro que não podemos reduzir as esquerdas brasileiras a polos de machistas e conservadores, haja vista que no Brasil o feminismo dos anos setenta nasceu no seio da esquerda, seja por intermédio da experiência das mulheres exiladas, seja ainda pelo trabalho de base junto às lideranças comunitárias. Foi por meio do envolvimento nas esquerdas que muitas mulheres tiveram contato com o terreno político e conseguiram não apenas criticar a visão hegemônica dos partidos, como também adentrar em outros espaços e reinventar a concepção de política. Albertina Costa enfatiza a importância da participação na esquerda para a formação dos feminismos contemporâneos, pois, como destaca: “ser de esquerda ou pertencer a organizações de esquerda no Brasil (durante os anos 1960 e 1970), abriu um sem número de possibilidades às mulheres”.⁴⁸ Apesar da mesma não omitir as

⁴⁴ Entrevista Terezinha O. Gonzaga, São Paulo, 02/05/ 2010.

⁴⁵ MITCHELL, Juliet. *Woman's Estate*. Londres: Penguin Books, 1971, p.39 APUD MORAES, Maria Lygia Q. *Vinte Anos de Feminismo*. Tese de Livre Docência, Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 1996, p. 41.

⁴⁶ Entrevista Terezinha O. Gonzaga, São Paulo, 02/05/2010.

⁴⁷ RAGO, Margareth. “Feminizar é preciso, ou por uma cultura filógina”, op.cit, p. 65.

⁴⁸ COSTA, Albertina de Oliveira. Conferência no “Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul”, realizada em 07/05/2009. APUD: OLIVEIRA, Susel Rosa. “Subterrâneos da liberdade: mulheres, militância e clandestinidade”. *Revista Labrys Estudos Feministas*, nº 15, janeiro/dezembro, 2009, p1-16.

hierarquizações sexuais existentes na distribuição das “tarefas” entre os militantes, afirma que foi naquelas relações que aprendeu a fazer política.

Nesse mesmo caminho, Terezinha, em sua narrativa, ressalta a importância dessa experiência política e do contato com o pensamento da esquerda para refletir sobre as desigualdades que incidiam sobre as mulheres e que não eram o foco do discurso masculino das esquerdas. Como conta:

É que nós, por já estarmos na política, nós acabamos compreendendo a necessidade, a latência de ter nosso próprio grupo para isso, para refletir sobre as nossas questões. E aí nós sabíamos que outras mulheres, por exemplo, nós lemos Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin, Alexandra Kollontai e a Emma Goldman. Então, nós já tínhamos sido da Federação de Mulheres do Brasil, do Partido Comunista, então, tínhamos essa marca. Nós achávamos que era importante discutir as nossas questões.⁴⁹

Se a interdição para os assuntos feministas dentro dos partidos das esquerdas tradicionais foi um dos motivos que levou à fundação da UMSP, outras leituras do passado assinalam para os embates existentes dentro dos discursos feministas que possibilitaram uma crítica à visão que o movimento tinha das dinâmicas sociais que envolviam o cotidiano feminino, ampliando o campo de atuação e debate do movimento.

1.2 “E O FEMINISMO TAMBÉM PASSOU POR ISSO”

Em meados da década de 1970, começaram a surgir, em São Paulo e no Rio de Janeiro, os primeiros grupos feministas inspirados nas experiências vindas da Europa e dos Estados Unidos. A maioria concentrava-se em grupos de reflexão, de caráter informal, constituído, sobretudo, por mulheres intelectualizadas e de classe média.

Em 1975, a ONU (Organização das Nações Unidas) decretou o Ano Internacional da Mulher possibilitando, no Brasil, que os movimentos sociais pudessem articular espaços de fala pública que, até então, estavam interditados pelo regime militar. Ainda nesse ano foi realizada, na cidade do México, a I Conferência da Mulher, na qual foi reconhecido o direito da mulher à integridade física, incluindo a autonomia da decisão sobre o próprio corpo e a visão da maternidade como uma opção. O feminismo passou, então, a ganhar outro *status* na sociedade com a ampliação do debate e o surgimento de grupos autônomos, muitos influenciados pelas exiladas que traziam a experiência do feminismo europeu para o

⁴⁹ Entrevista Terezinha O. Gonzaga, São Paulo, 02/05/ 2010.

Brasil, enfatizando a importância da organização feminina a partir de suas questões particulares.

Para Criméia, foi nesse momento, após deixar o cárcere, em 1973, que ela entrou em contato com o movimento feminista por meio dos materiais que as exiladas mandavam para o país. Em sua narrativa o contato com as leituras feministas permitiu um questionamento sobre as atribuições que lhe eram investidas por “ser mulher”. Como relembra:

Foi depois da prisão, em 1975, que eu comecei a ler mais textos feministas e a falar com feminista. Agora, quando eu me tornei feminista eu não sei, porque desde adolescente eu não era uma mulher muito “normal”. Então, sempre enfrentei o machismo sem saber que era machismo. Eu achava que era implicância comigo pessoa, não comigo enquanto gênero ou sexo. Eu achava que o problema era comigo, que eu era quem criava o problema. E mais tarde, quando eu comecei a ler os textos feministas foi que eu percebi que o problema não estava em mim, estava fora. Não era eu que era problemática, o que eu queria era óbvio. Eu era normal, o resto é que não era.⁵⁰

O que Criméia localiza como “fora de si” são as atribuições culturais de significado e valor às diferenças corporais que posicionam os indivíduos de formas distintas na sociedade. As exiladas, nessa direção, ao retornarem ao Brasil, trouxeram consigo experiências que questionavam as “condições naturais” do feminino com o papel de esposa e mãe, propondo novos olhares para seus corpos e suas relações afetivas. Pois, como afirma Swain, o feminismo possibilita a desconstrução desses saberes codificados que posicionam a “identidade” feminina como algo natural e fixo, permitindo pensar outras formas de existência.⁵¹

O contato com as ideias feministas ou, ainda, a percepção de que a partir dessa data os feminismos começavam a se organizar aparece, também, nas narrativas de Kátia e Lurdinha. Elas contam que foi a partir de 1975 que estreitaram laços com o feminismo por meio da preparação para o I Congresso da Mulher Paulista, que ocorreu em 1977. Kátia, diz que essa aproximação veio a partir da proposta de um amigo, militante do PCdoB, para que ela conhecesse um grupo que iria se reunir na PUC de São Paulo. Em sua leitura:

Um dia um amigo da esquerda veio em casa e disse: “ah Kátia você não quer participar, tem umas mulheres se reunindo na PUC!” E aí ele disse: “você não quer ir lá encontrar

⁵⁰ Entrevista com Criméia A. S. de Almeida, 19/04/2011.

⁵¹ SWAIN, Tania. “Entre o normal e o ‘abjeto’: a heterossexualidade compulsória e o destino biológico das mulheres”. *Revista Labrys Estudos Feministas*, nº6, 2004, p. 8.

com estas mulheres?” E eu disse: “tá legal”(sic) e lá fui eu para a PUC!” (...) E aí, eu cheguei na PUC e aquelas feministas todas descoladas com cabelão, saião, chinelo de dedo. Estavam a Iara, a Ieda Areias (...) enfim, a mulherada de ponta do movimento feminista e eu lá me sentindo a própria dona de casa!⁵²

Lurdinha, por seu turno, localiza o contato com o feminismo a partir das experiências como ativista do movimento sindical de mulheres, o qual a levou a interagir com os movimentos feministas que estavam se organizando. Como ela narra:

Eu entrei na militância (de esquerda) por meio de mulheres. E nas indústrias têxteis tinha uma quantidade muito maior de mulheres e o sindicato era predominantemente masculino. E eu junto com outra companheira que entrou no PCdoB também e que tinha mais ou menos a mesma idade, a gente ficou muito conhecida na categoria porque nós falamos nas assembleias, então eram “as meninas do sindicato”. Então, nós decidimos montar o Departamento Cultural e também tentamos organizar as mulheres no sindicato e foi aí que eu tomei contato com as organizadoras (feministas), estava começando a organização do Congresso da Mulher Paulista. Tinha tido o Ano Internacional da Mulher.⁵³

Por outra via, Amelinha e Terezinha, apesar de reconhecerem o ano de 1975 como uma espécie de “oficialização do feminismo”, indicam outras referências, como a vinda da psicóloga Betty Friedan ao Brasil, em 1971, para o lançamento de seu livro e os artigos de Carmem da Silva, jornalista da *Revista Cláudia*, que escrevia sobre questões como desejo, sexualidade, divórcio e aborto. Terezinha, ao falar da sua aproximação com o movimento, expõe que: “já tinha uma simpatia muito grande (pelo feminismo). E eu estava na casa universitária e a gente tinha um grupo que estudava a questão da mulher, porque nós entramos em contato com a questão porque em 1971 a Betty Friedan veio aqui.”⁵⁴ No entanto, inscreve seu estreitamento com essas questões a partir das leituras marxistas. Quando morou na Casa Universitária, um espaço da Igreja Católica ocupado por jovens universitárias, onde era realizados grupos de estudos, diz que ao ler *O Manifesto Comunista*, ela se encontrou com o tema. Em suas palavras: “O Marx me ganhou não foi pela causa operária, mas por causa da questão da mulher que ele já falava. Depois nós estudamos bastante *O socialismo e a emancipação da mulher* do Lenin”.⁵⁵

Amelinha, por sua vez, relembra que no início dos anos 1970, o termo “feminista” ainda tinha pouca expressão no país devido, por um lado, à repressão militar que

⁵² Entrevista Kátia Antunes, São Paulo, 20/05/ 2011.

⁵³ Entrevista Maria de Lurdes Rodrigues, São Paulo, 30/08/ 2011.

⁵⁴ Entrevista Terezinha Gonzaga, São Paulo, 02/05/2010.

⁵⁵ Idem.

impossibilitava o diálogo e, por outro, a resistência vinda da esquerda em compreender o movimento. Em sua leitura do passado, essa postura ficou evidente na crítica que o jornal *Pasquim*, expoente do combate à censura, teceu a Friedan. Como ela recorda:

Antes de 1975, eu vejo três acontecimentos no Brasil que são importantes nesse sentido para o feminismo, mas que a dificuldade era muito grande de ter este nome: feminismo! Um é a ascensão da Carmem Silva, ela era gaúcha, de esquerda e vivia como jornalista de revista típica feminina e não feminista. A outra é a Betty Friedan que vivia nos Estados Unidos e escreveu um livro sobre a “Mulher e a Mística” ou “A Mística e a realidade das Mulheres”. Ela vem para o Brasil, vai para o Rio de Janeiro em meio a uma ditadura ferrenha e o jornal *Pasquim*, um jornal de resistência importante na luta contra a ditadura, critica muito as feministas, que tem todo aquele ranço machista da esquerda e da sociedade, mas acho que a esquerda é especial no ranço do machismo.⁵⁶

Friedan, psicóloga feminista ligada ao movimento liberal de mulheres dos Estados Unidos, tece, no livro em questão, uma crítica ao modo de vida das jovens americanas. Ao constatar que cada vez mais as jovens estudavam menos e se casavam mais cedo, a autora critica a imagem das mulheres sempre associada à família e ao lar e pergunta ao olhar para esse cenário: “é só isto?”. Enfatiza que os “especialistas” ao escreverem sobre e para as mulheres apenas reafirmavam o seu destino biológico de mãe e esposa, um aprendizado sobre a “feminilidade” que acompanha as mulheres desde a infância. Em suas palavras: “(...) mil vozes de entendidos aplaudiam sua feminilidade, seu equilíbrio, sua nova maturidade. Bastava-lhes orientar a vida desde a infância no sentido da busca de um marido e da formação da família”.⁵⁷ A análise da autora a respeito da educação sexista e heteronormativa não foi bem recebida pela imprensa oficial e os jornalistas do *Pasquim* bombardearam suas declarações, associando o feminismo às mulheres lésbicas, feias e favoráveis à liberalização do aborto.

A crítica feminista, nos anos 1970, aos padrões impostos de beleza femininos e à visão do corpo da mulher como objeto sexual fez com que o movimento fosse associado, pejorativamente, ao lesbianismo. Se, por um lado, as esquerdas situavam as diferenças sociais exclusivamente no plano econômico, ignorando os problemas da constituição da sociedade androcêntrica, por outro lado, a heterossexualidade compulsória que naturalizava as funções femininas e domesticava as subjetividades em modelos predeterminados não foi, por algum tempo, centro das preocupações. Muitos dos assuntos tratados pelas feministas

⁵⁶ Entrevista com Maria A. A. Teles, São Paulo, 22/02/2011.

⁵⁷ FRIEDAN, Betty. *A mística Feminina*, Editora Vozes: Petrópolis, 1971, p. 18.

caminhavam em direção às denúncias em relação à desigualdade de salários e à dupla jornada de trabalho ou ainda a luta por creches e a autonomia do movimento. Esses fatos podem ser pensados como resultado do paradoxo com o qual o movimento feminista deparou-se nesse período, o qual precisou administrar as relações entre sua autonomia e a ligação com a resistência ao regime militar.

Mesmo diante das barreiras encontradas seja pelas relações de poder dentro da esquerda ou pelas imposições da ditadura, o feminismo que apareceu nesse período possibilitou o surgimento de vários grupos e associações. E, diferentemente do feminismo liberal que vigorou na primeira metade do século XX, marcado pela luta pelo voto e pela educação, ou da vertente anarquista que defendia a emancipação das mulheres para além da esfera do trabalho, estendendo-se à defesa do amor livre e da maternidade voluntária, entre outras⁵⁸; o feminismo contemporâneo trouxe para o espaço público e político as questões tangentes ao corpo feminino, como a sexualidade e o prazer, e denunciou de forma mais contundente as formas de opressão, violência e discriminação contra as mulheres.

Entre a metade da década de setenta e inícios de oitenta, o feminismo se “pluralizou” com a formação de diversos grupos, alguns mais próximos ao discurso marxista e à dupla militância, como foi o caso da UMSP, e outros, dedicados às chamadas “políticas do corpo”, voltaram-se, exclusivamente, para as questões relativas à sexualidade e ao prazer feminino. As organizações feministas buscavam, como afirma Rago, criar uma “linguagem própria” que fosse capaz de inserir a figura da mulher na esfera do político, onde a presença masculina era hegemônica.⁵⁹

Nessa perspectiva, algumas entidades optavam por trabalhar com grupos de reflexão e conscientização em torno dos temas femininos. Por meio da fala de cada uma das participantes, onde cada uma contava um pouco de sua vida, acreditava-se que as mulheres poderiam tornar-se especialistas sobre si mesmas e, assim, questões como sexualidade, aborto, violência, entre outras consideradas como “fatos isolados” ou “problemas pessoais” deixariam de ser silenciados e ganhariam visibilidade como temas de fórum social e político.⁶⁰

⁵⁸ RAGO, Margareth. *Anarquismo e Feminismo no Brasil/A Audácia de Sonhar: memória e subjetividade em Luce Fabbri*. Rio de Janeiro: Editora Achiamé, 2ª edição, 2007.

⁵⁹ RAGO, Margareth. “Os feminismos no Brasil: dos anos de chumbo a era global”. *Revista Labrys Estudos Feministas*, nº3, janeiro-junho, 2003.

⁶⁰ GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*, op.cit, p. 142.

De outro lado, como foi dito, as feministas que tinham como norte o marxismo, partiam da ideia que a emancipação da mulher se daria a partir de uma transformação nas relações econômicas, pois a opressão feminina estava localizada tanto na cultura patriarcal, quanto na exploração capitalista. Portanto, direcionavam o seu ativismo, sobretudo, para a figura da “operária” a qual deveria se libertar das formas de exploração no trabalho. É por esse viés de leitura que Kátia inscreve suas memórias sobre a fundação da UMSP. Ao recordar sobre as reuniões preparatórias para o II Congresso da Mulher, ocorrido em 1980, sinaliza para os confrontos políticos existentes no que dizia respeito à atuação feminista, o que tornava cada vez mais necessária uma relação de autonomia. Como rememora:

Tinha o pessoal da União e outras lideranças feministas. E foi aí que a gente começou a se afastar das feministas das quais a gente tinha uma posição diferente, que era o apoio à mulher trabalhadora e elas era a questão da sexualidade. Para elas, a sexualidade estava mais! Tinha o “Nós Mulheres” e tinha o “PCdoB”. (...) E tinha gente que chegava meia noite e a gente passava a noite inteira discutindo e aí chegava e batia o “pinto” na mesa, como diria uma amiga minha, e decidia tudo! Então para que a discussão?! E tinha umas que queriam decidir sobre o próprio corpo da qual ninguém nunca foi contra, mas a gente tinha uma preocupação com a questão do trabalho que não era a preocupação delas. E isso foi mais ou menos o divisor.⁶¹

Terezinha, ao falar sobre tais divergências, recorda que a proposta de ação política da UMSP visava a conquistas de políticas públicas para as mulheres em um sentido mais amplo, indo na contramão de outros grupos que almejavam discutir pontos específicos. Em sua leitura do passado:

(...) tinham outros grupos feministas que se especializaram só em saúde da mulher, sexualidade, outros, como o CIM (Centro de Informação da Mulher) que foram fazer o centro de documentação e fazer cursos bem pontuais. E elas trouxeram muitas contribuições (...). Mas nós fazíamos luta política mesmo, a nossa proposta sempre foi de organizar política pública!⁶²

Além desses impasses, outros conflitos surgiram entre as feministas durante as organizações dos eventos, a exemplo da preparação do Congresso da Mulher Paulista, onde os desacordos em torno da prioridade dos temas a serem tratados chegaram ao extremo e levaram a agressões físicas entre as militantes partidárias e as feministas autônomas.

⁶¹ Entrevista Kátia Antunes, São Paulo, 20/05/ 2011.

⁶² Entrevista Terezinha O. Gonzaga, São Paulo, 02/05/2010.

Criméia, ao recordar-se desses conflitos, inscreve sua fala por esse viés, no qual havia a necessidade de assumir uma posição política e construir um espaço que permitisse a continuidade das atividades de forma independente. Como ela se lembra:

Porque no começo era assim, a gente se reunia para preparar o 8 de março, discutia, dava muito buchicho nas manifestações, nos congressos e era uma preparação muito longa e massiva, porque a gente fazia reuniões nos bairros, fazia bazar, fazia feira... Nós chegamos a fazer uma feira aqui na (praça) Dom Orione, tinha coisas de feira e tinham coisas feministas. Mas aí passava o 8 de março e a coisa murchava. Aí nós achamos que tinha que ter uma entidade e foi aí que nós criamos a União de Mulheres.⁶³

Essas dissonâncias não eram novas nos feminismos que se formavam, a exemplo dos conflitos que rodeavam o jornal *Brasil Mulher*, fundado em 1975, pela ativista do Movimento pela Anistia, Terezinha Zerbini, e pela feminista paranaense, Joana Lopes. O folhetim, que foi editado durante os anos de 1975 a 1980 tinha por objetivo conciliar as reflexões sobre a condição feminina e o processo democrático. No entanto, o mesmo foi acusado de enfatizar mais as questões gerais do que os temas da agenda feminista, haja vista as declarações de Zerbini que, como salienta Moraes “nunca disfarçou a pouca importância que concedia à luta feminista”.⁶⁴ Todavia, Kátia ao falar de sua participação no jornal, defende-o e afirma que o mesmo era um espaço feminista no qual se discutia as questões que faziam parte da demanda do movimento no período. Em suas palavras:

Nós discutíamos sexualidade e tudo. Era um jornal feminista mesmo! E tinha a pauta, então nós discutíamos a pauta, o que seria tratado. E, além de nós que organizamos o *Brasil Mulher*, tinham outras pessoas que contribuía e que enviavam artigos feministas.⁶⁵

Amelinha, por seu turno, não nega as disputas ocorridas naquele espaço, da qual diz que não lhe interessava. Para ela, a participação no jornal, o qual conheceu por intermédio do Movimento pela Anistia, serviu como “porta de entrada” para o feminismo, pois era naquele espaço que tinha oportunidade de conhecer e discutir as questões tangentes ao feminino. Como relembra:

Nós defendíamos (no Brasil Mulher) o feminismo assim, contra a discriminação contra as mulheres, e no fim de 1975, nós vamos fazer essas discussões com muita, muita

⁶³ Entrevista Criméia A.S. de Almeida, São Paulo, 19/04/2011.

⁶⁴ MORAES, Maria L. Q. *Família e feminismo: reflexões sobre papeis femininos na imprensa para mulheres*, op.cit., p. 210.

⁶⁵ Entrevista Kátia Antunes, São Paulo, 20/05/ 2011.

dificuldade, fora do partido. Porque no partido você não aprofunda nada. E nós tínhamos essa necessidade, pois nós sentíamos que o feminismo eclodia, que estava explodindo para todo lado, ao mesmo tempo aquela ditadura ferrenha e aquele feminismo que estava extrapolando o Brasil. Pois as exiladas traziam materiais sobre o feminismo, documentos para nós, textos que nós vamos tomando conhecimento e a gente vai começar a debater o quanto éramos exploradas, o quanto éramos violadas em nossos direitos, o tempo todo.⁶⁶

Ao final dos anos de 1970, os feminismos ampliavam o seu campo de desempenho seja por meio da imprensa alternativa, a exemplo dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, seja pela invasão de espaços como sindicatos, partidos e outras entidades civis. As feministas começaram a construir espaços autônomos de articulação política em defesa dos direitos das mulheres e da redemocratização e a discutirem questões que, até então eram periféricas ou inexistentes dentro do discurso da esquerda, tais como a violência e/ou a homossexualidade feminina.

1.2.1 OS CONFLITOS EM TORNO DA HETERONORMATIVIDADE E DA ETNIA

Se hoje, devido às contribuições dos estudos feministas, pós-estruturalistas e de gênero não pensamos mais a constituição dos indivíduos a partir de uma chave identitária fixa que, como pontua Rago, era “incapaz de perceber e trabalhar as diferenças que aprisionavam as mulheres num gueto conceitual”⁶⁷; no período analisado, outros pontos desafiaram a luta pela igualdade entre os sexos.

Em *História da Sexualidade I*, Foucault afirma que durante os séculos XVIII e XIX, a ciência e a medicina elaboraram discursos com o intuito de “maximizar” a vida. Esses definiram a vida social dos indivíduos a partir da classificação de suas práticas sexuais em normais e patológicas, de forma binária e hierarquizada. Assim, segundo o autor, o sexo não existia *a priori* nos corpos, esse seria resultante do dispositivo da sexualidade, isto é, de “um conjunto de efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais, pertencente a uma tecnologia política complexa”.⁶⁸ Na divisão binária e hierarquizada da sexualidade, o feminino aparece associado à histeria, à fragilidade, à submissão e à inferioridade. A inscrição da diferença biológica relacionada a uma natureza ou essência designou aos indivíduos determinadas aptidões, comportamentos e destinos, no

⁶⁶ Entrevista com Maria Amélia A. Teles, São Paulo, 22/02/2011.

⁶⁷ RAGO, Margareth. “O efeito Foucault na historiografia brasileira”. *Tempo Social*. Revista de Sociologia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, n° 7(1-2), p.67-82, p. 80.

⁶⁸ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I – A vontade do Saber*, op. cit., p. 120.

qual o das mulheres aparece relacionado à procriação e, conseqüentemente, ao espaço privado.

Swain avalia que o dispositivo da sexualidade pressupõe o “dispositivo amoroso” que inscreve sobre os corpos femininos uma heterossexualidade “incontornável, coercitiva” por se tratar de uma sexualidade sem questões ou desvios, na qual a maternidade, o casamento e o cuidado com o outro são ápices de sua realização natural. Como explica:

As fendas do dispositivo da sexualidade, as mulheres são « diferentes », isto é, sua construção em práticas e representações sociais sofre a interferência de um outro dispositivo: o dispositivo amoroso. Poder-se-ia seguir sua genealogia nos discursos – filosóficos, religiosos, científicos, das tradições, do senso comum – que instituem a imagem da “verdadeira mulher”, e repetem incansavelmente suas qualidades e deveres: doce, amável, devotada (incapaz, fútil, irracional, todas iguais!) e, sobretudo, amorosa. Amorosa de seu marido, de seus filhos, de sua família, além de todo limite, de toda expressão de si. O amor está para as mulheres o que o sexo está para os homens: necessidade, razão de viver, razão de ser, fundamento identitário. O dispositivo amoroso investe e constrói corpos-em-mulher, prontos a se sacrificar, a viver no esquecimento de si pelo amor de outrem.⁶⁹

A irracionalidade e a “devoção” feminina derivadas da diferenciação sexual têm um valor negativo para as mulheres, pois, como afirma Rosi Braidotti, essa distinção aparece como “uma marca de inferioridade”.⁷⁰ Assim, se a imagem da “verdadeira mulher” era criticada no interior dos feminismos brasileiro, outras questões que cruzavam as relações assimétricas entre os gêneros, como a homossexualidade e a etnia, começaram a confrontar os limites do pensamento vigente.

Como foi mencionado, o Ano Internacional da Mulher abriu caminho para que as feministas, bem como outros movimentos sociais organizados, pudessem falar em meio à repressão da ditadura militar. As comemorações do ano permitiram a articulação entre as feministas e os movimentos de mulheres e, assim, possibilitou uma expansão das questões, a ocupação de outros espaços e a ampliação do debate político. Além dos eventos que foram organizados, como os Congressos da Mulher Paulista e o Encontro de Valinhos, foi possível retomar a comemoração do dia 08 de março. Em 1976, as atividades dessa data foram realizadas no MASP, com a presença das integrantes do jornal *Brasil Mulher*, do Movimento Feminino pela Anistia, além de outras organizações sociais. Naquele momento,

⁶⁹SWAIN, Tania. “Diferença sexual: uma questão de poder”. *Conferencia no I Simpósio de Gênero e Literatura*, Universidade Federal do Ceará, agosto de 2011. Disponível em: www.tanianarrowswain.com.br

⁷⁰BRAIDOTTI, Rosi. *Feminismo, Diferencia sexual y subjetividad nómade*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2004, p. 13.

no qual as manifestações pró-anistia tinham grande repercussão, Amelinha recorda que uma jovem causou “mal-estar” ao pedir a palavra para falar a respeito das discriminações que passava não apenas por ser *mulher*, mas também por ser *negra e lésbica*. Em sua leitura:

De repente, vai lá uma feminista negra, e não pelo fato dela ser negra, mas pelo fato de dizer que era negra. Não se falava isso naquela época. Aquilo ali causou um mal-estar em todo mundo. Era o dia das mulheres e não do feminismo! Muitas diziam que era melhor tirar ela de lá, olha a situação! Eu achei ótimo, para mim foi um impacto muito grande porque eu nunca tinha ouvido nenhuma mulher, assim, de “carne e osso”, em um movimento do qual eu estava participando dizer: “eu sou negra e lésbica.” Eu pensei assim na minha cabeça “esse movimento é muito revolucionário!”⁷¹

De acordo com a narrativa de Amelinha, a fala corajosa da jovem em apontar outros marcadores de diferença que contornaram o cotidiano feminino causou intenso constrangimento entre as mulheres presentes na comemoração, pois, como pontua, era o “dia da mulher” e não do “feminismo”. A diferenciação feita por Amelinha entre “feministas” e “mulheres” não advém da crítica das primeiras a uma heteronormatividade, mas sim do fato de que o “dia da mulher” era visto como um espaço de luta para as questões “gerais” e não das discussões específicas dos feminismos, na qual as posições das organizações lésbicas e negras tinham pouca expressão.

Segundo Gilberta Soares e Jussara Costa, os grupos feministas do período resistiram a incorporar as questões das lésbicas em sua agenda política, posto que muitas das militantes pertenciam a organizações de esquerda ou tinham alianças com a ala progressista da Igreja Católica que apoiava a luta contra a ditadura. Assim, concluem que “boa parte dos movimentos se deixou intimidar pela pressão social da conjuntura da época que exigiu aos feminismos o silêncio sobre a lesbianidade e sua invisibilização”.⁷²

A associação do feminismo à homossexualidade e, com isso, uma aproximação ao comportamento masculino, aparece na fala de Amelinha como um dos inibidores ao tema. Em sua narrativa havia, até então, no interior do movimento, uma crítica às diferenças de posicionamento social entre homens e mulheres. Portanto, buscava-se o reconhecimento da igualdade de direitos, mas ressaltando as “diferenças” que constituíam homens e mulheres, pois, como diz: “lutava-se para não serem encaradas como iguais aos homens, mesmo no sentido sexual”. Em suas palavras:

⁷¹ Entrevista Maria Amélia A. Teles, São Paulo, 22/02/2011.

⁷² SOARES, Gilberta S. & COSTA, Jussara C. “Movimento lésbico e movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros”. *Revista Labrys Estudos Feministas*, nº 20, junho-dezembro, 2011.

(...) Sem debate e discussão, você não chega a uma conclusão sobre uma vida boa, sobre uma vida com diversidade. E, enquanto feminista, você criticava a falta de participação do homem, a divisão das tarefas doméstica e da criação dos filhos, você queria participação política, queria sair à noite para fazer uma pichação, ir para a guerrilha. E tudo isso era considerado que você queria virar homem, a machona, a sapatona. Era uma imagem que se tinha e que, de certa forma, ainda se tem. Então, você queria mostrar que era diferente do homem. Era uma forma de enfrentamento, atrasada, mas era.⁷³

Apesar de Amelinha destacar a pouca discussão sobre tais questões no interior do movimento, Moraes afirma que as feministas paulistas mantinham relações estreitas com o movimento homossexual ligado ao Jornal *Lampião* e ao grupo *Somos*, além de haver diversas militantes lésbicas diluídas nos movimentos. No entanto, pontua que as relações com essas só começaram a se aprofundar a partir de 1979, quando as militantes do grupo Ação Lésbica Feminista passaram a frequentar as reuniões da coordenação para o Encontro da Mulher Paulista. Contudo, como ressalta, a presença das mesmas causou “um certo rebuliço” entre algumas feministas e houve um “visível espanto” levando o grupo a discutir, separadamente, se a participação dessas não provocaria uma reação negativa junto “as massas da periferia”.⁷⁴ Maria Célia Orlato Selem, em sua dissertação de mestrado sobre a Liga Brasileira de Lésbicas, afirma que durante o evento mencionado cartazes com fotos e recortes colocados pelas integrantes do Grupo de Lésbicas Feministas (LF) foram rasgados ainda na primeira hora do evento, demonstrando como o silenciamento sobre a questão evidenciava a homogeneização dos movimentos na época.⁷⁵

Entretanto, Swain ressalta que as feministas, ainda na década de 1970, produziram um campo de análises destacando o processo de diferenciação sexual que criava as “diferenças e desigualdades, material e imagética”, bem como direcionaram críticas à constituição de uma heterossexualidade compulsória que “desde o berço cria uma disciplina educacional e simbólica em torno das meninas/mulheres e seu destino biológico”.⁷⁶ De acordo com a autora, elas se empenharam em uma luta na qual a sexualidade estava no centro da resistência e tocaram na questão das formas de violência, implícitas ou explícitas, nas relações de dominação e exploração das mulheres sustentadas pelo patriarcalismo.

⁷³ Entrevista Maria Amélia A. Teles, São Paulo, 22/02/2011.

⁷⁴ MORAES, Maria L. Q. *Família e Feminismo*, op.cit., p. 265.

⁷⁵ SELEM, Maria Célia O. *A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica*. Dissertação de mestrado, Departamento de História, Universidade de Brasília, UNB, 2007, p. 95.

⁷⁶ SWAIN, Tania Navarro. “Feminismo e lesbianismo: quais os desafios?” *Revista Labrys Estudos Feministas*, nº 1-2, 2002, p.3.

Se a medicina e a ciência produziram a “verdade” sobre o sexo, como afirma Foucault, o mesmo pode ser constatado em relação às diferenças raciais. Por meio da teoria da degenerescência, afirmou-se a “inferioridade” biológica dos africanos e indígenas em relação aos brancos. Assim, as mulheres negras, além de serem associadas à irracionalidade, aparecem como mais “receptivas ao sexo”. Em um país de herança escravocrata, como o Brasil, a imagem da mulher negra é associada à servidão, ao prazer do outro e às posições de subordinação, o que implica para essas formas outras de exploração e dominação de seus corpos. A dupla desvalorização fez com as negras não se reconhecessem dentro do discurso feminista que vigorava no período, levando-as a constituírem espaços próprios de articulação, pois, como analisa Sueli Carneiro:

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil.⁷⁷

Nessa percepção, outras configurações da subjetividade feminina, que não eram referenciadas pelo modelo eurocêntrico branco e heterossexual, não compunham o centro de debates das feministas do período. Foi nesse mesmo momento que outros grupos, como os movimentos de lésbicas e de negras, foram formados no intuito de dar visibilidade a esses outros marcadores de diferença cultural e social como fatores políticos. Amelinha, que esteve à frente da organização de alguns encontros feministas, antes da fundação da UMSP, narra que:

As lésbicas enfrentavam muitas dificuldades dentro do movimento. E eu acho que as lésbicas foram aceitas antes das negras. Pois, eu me lembro de uma reunião, lá no Tuca, em 1980, que uma mulher pediu a palavra para falar sobre a coordenação. Por que a briga era sempre para estar na coordenação, uma briga muito parecida com a dos homens, mas tudo bem, nós ainda estávamos aprendendo a nos organizar, a fazer política, a lidar com as coisas públicas. E aí quando levantaram a questão, pois ela queria participar como negra, ela queria estar ali enquanto sujeito político negro. E de acordo com as regras, eram as questões pessoais que deveriam privilegiar pelo bom funcionamento, sem exclusões de raça ou sexual. Sendo que tudo isso deveria ser discutido para o bom funcionamento. (...) Por que essas discussões sempre vieram junto do feminismo. Mas eu já estava acostumada. Era comunista e no comunismo também era para você defender o lado social, igualdade de direitos, salário igual para todo mundo e lá uns tem mais do que o outro. E o feminismo passou por isso também.⁷⁸

⁷⁷ CARNEIRO, Sueli. “Mulher em Movimento”. *Revista Estudos Avançados* nº17 V.49, 2003, p. 120.

⁷⁸ Entrevista com Maria A. Teles, São Paulo, 22/02/2011.

Esses embates que ocorrem nos encontros que se sucederam permitiram que os movimentos feministas, sobretudo os ligados à militância partidária, enxergassem não apenas a necessidade da autonomia das questões políticas, mas também que, como ressalta Braidotti, “gênero e etnia são os maiores eixos da diferenciação negativa” e, portanto, não podem caminhar desassociados dos movimentos de resistência à cultura patriarcal e eurocêntrica.⁷⁹

No início dos anos 1980, a UMSP, a partir das experiências narradas, fundou-se como uma instituição autônoma feminista que tinha por objetivo lutar pelos direitos das mulheres, contudo, sem deixar de lado as questões relativas ao processo de redemocratização do país e da anistia. Hoje, a entidade se apresenta como uma defensora dos direitos das mulheres a partir de uma perspectiva de gênero, raça, etnia, orientação sexual e relação entre as gerações. Esses novos olhares e sobre a militância permitiu que a associação desconstruísse uma visão sobre os processos de mudança social e construísse propostas políticas centradas nas experiências femininas encontradas no dia a dia.

1.3 “NO COMEÇO A UNIÃO ERA UMA SACOLINHA”

Criméia, ao se recordar sobre os primeiros anos de atividade da UMSP, diz que: “o começo da União de Mulheres foi muito marcante, tanto pelo afluxo de mulheres que vinham, como pela resistência que tinha. Foi muito enfrentamento”.⁸⁰ Em seus primeiros anos, a associação dedicou-se a militância de rua, do centro à periferia, escutando e dialogando com outras mulheres sobre seus cotidianos. De perspectiva marxista, em seu primeiro folheto, a entidade deixou clara sua posição em defesa dos direitos das mulheres e do processo democrático, pois afirmou que “os problemas que as mulheres enfrentam não estão isolados das outras lutas travadas pelo povo em busca de melhorias nas condições de vida e de trabalho”.⁸¹ Nesse registro, divulgou a posição política da organização ao apresentar que:

A UMSP – entidade feminista fundada em 6/12/81 – luta contra a discriminação da mulher no trabalho, no lar e na sociedade em geral e tem como objetivo contribuir para

⁷⁹BRAIDOTTI, Rosi. “Diferença, Diversidade e Subjetividade Nômade”. *Revista Labrys Estudos Feministas*, nº 13, 2002, p. 02.

⁸⁰Entrevista com Criméia A. S. de Almeida, São Paulo, 19/04/2011.

⁸¹*Boletim da UMSP*, Publicação da União de Mulheres de São Paulo, nº1, julho de 1982.

um futuro de completa emancipação das mulheres. Com esse boletim mensal, pretendemos veicular nossas opiniões e informar a respeito das questões mais candentes da vida nacional e em particular da vida e da luta das mulheres.⁸²

Até o final 1985, a associação não tinha sede fixa e, de acordo com as narrativas, nos primeiros anos, as reuniões e os encontros eram realizados nos núcleos localizados na periferia da cidade, em espaços cedidos pelos sindicatos ou ainda na casa de alguma das associadas. As militantes “equipadas” com jornais, panfletos e artigos feministas, iam encontrar-se como os grupos de mulheres nos núcleos da entidade para discutir sobre a sexualidade, conhecer seu próprio corpo, trocar experiências, falar sobre as relações cotidianas no trabalho e na família e traçarem suas articulações e propostas políticas. Como recorda Terezinha:

Nós ficamos de 81 a 85, o endereço oficial era a casa da Amelinha, mas a União de Mulheres era uma sacolinha e nós nos reuníamos um dia no Sindicato dos Químicos, outro no dos Radialistas (...) vivíamos nos reunindo cada hora num lugar. (...) E nós vivíamos com nossos boletins, nossos jornais, tudo dentro da sacola, cada uma tinha sua sacola.⁸³

Kátia, ao lembrar do período, conta que a UMSP era dividida entre as coordenações e os núcleos, sendo que estes se localizavam, principalmente, nas zonas sul e leste da cidade, e que as reuniões eram organizadas em locais nos quais as militantes dos bairros tinham ligação como os clubes de mães ou com as igrejas que ofereciam espaços, sobretudo para se discutir as questões relativas à maternidade. Como narra: “Tinha a coordenação e tinha os núcleos de discussão. E tinha muitos clubes de mães, a Igreja também estava nessa e não criava problema, porque falar de mãe era coisa sagrada!”⁸⁴

Na contramão do “militante iluminado”, isto é, aquele que se sente capaz de impor aquilo que acredita ser “a” verdade ao outro⁸⁵, os encontros são percebidos pelas entrevistadas como um momento de troca de aprendizados. Na concepção dos partidos de esquerda, por muito tempo, acreditou-se que o militante ou intelectual era o portador da verdade e da justiça social e que, portanto, “deveria conduzir as massas à revolução”.⁸⁶ No entanto, a posição das militantes da UMSP, mesmo que vindas dessa tradição, não visou

⁸² Idem.

⁸³ Entrevista com Terezinha O. Gonzaga, São Paulo, 02/05/2010.

⁸⁴ Entrevista com Kátia Antunes, São Paulo, 20/05/2011.

⁸⁵ RAGO, M. VIERIA, P. “Foucault, criações libertárias e práticas parresiasistas”. *Revista Caminhos da História*, Departamento de Montes Claros, v. 14, 2º semestre de 2009.

⁸⁶ Idem.

levar “a” verdade sobre as mulheres e, tão pouco, saber a verdade sobre elas. Como avalia Lurdinha, esses momentos figuraram-se como espaços de trocas de experiências, nos quais as integrantes da UMSP não estabeleceram uma relação em que elas “ensinavam” e as mulheres da periferia “escutavam”. Para ela, o que houve foi uma troca de aprendizados no qual todas expressavam seus pontos de vista, opiniões, partilhavam vivências sobre os temas escolhidos para a discussão e, assim, refletiam juntas sobre as propostas. Como diz: “Era uma coisa que eu adorava ir era às reuniões em Itaquera, conversar com as mulheres. Porque não era assim só levar coisas, era a gente se ajudar a pensar juntas”.⁸⁷



Inauguração da sede da União de Mulheres de São Paulo, 1985. Arquivo UMSP.

A sugestão era estabelecer uma relação de troca, onde ouvir a outra e falar sobre suas experiências fazia parte do processo político, sem, contudo, ser uma relação de “autocrítica” onde as mulheres deveriam abandonar suas concepções, hábitos e crenças e se sujeitarem a um novo regime de verdade. Rosana, ao narrar suas memórias sobre esse período, diz que a militância concentrou-se em um exercício de compartilhamento e de aprendizado em torno de questões que recortavam o cotidiano feminino. Em suas palavras:

Nós conseguíamos reunir essas mulheres para a discussão e era uma coisa muito interessante, porque a gente aprendia muito, todo mundo aprendia muito, você troca, você aprende, a gente tinha outra consciência da participação da mulher na política. (...)

⁸⁷ Entrevista Maria de Lourdes Rodrigues, Agosto de 2011.

Eu me lembro que foram organizados uns cadernos sobre a sexualidade pelo Conselho da Condição Feminina e nós pegávamos esses caderninhos e fazíamos um grupo com umas vinte mulheres e ficamos discutindo sexualidade, discutindo as relações das mulheres com a política.⁸⁸

Amelinha, ao se lembrar desses encontros, diz que naquele momento havia muitas mulheres interessadas em discutir as questões levantadas pelo feminismo fazendo com que houvesse um grande número de associadas.⁸⁹ Pontua, no entanto, que não havia uma pauta exata para a discussão nos grupos, pois, apesar de levarem material para estimular o debate, outras questões que delineavam o dia a dia das mulheres apareciam ao lado de soluções encontradas para os conflitos que não esbarravam nos empecilhos morais ou jurídicos. Como conta:

Nos dois primeiros anos nós tínhamos quarenta e dois núcleos e nós pegamos o metrô e descíamos lá em Itaquera, pegamos ônibus e íamos para o Grajaú ou para Campo Limpo. E as mulheres faziam reuniões nas casas delas, no quintal das casas delas, numa associação de bairro, numa creche, às vezes, na Igreja ou na garagem de uma casa. Era muito lindo! Você reunia com mulheres em todos os cantos. O movimento (feminista) estava em ascensão e nós trabalhávamos muito. O fato de o movimento estar em ascensão passava a despertar o interesse em muitas mulheres em ser feminista, em querer discutir, de participar. E nessas discussões se discutia de tudo, o que aparecia, da sexualidade ao aborto. E era muito interessante, pois em muitas questões como o aborto e a sexualidade as mulheres eram muito mais resolvidas do que nós feministas. Pois elas tinham que resolver na prática, não ficam elucubrando. Para elas não tinha nada disso, tinha a vida. Então tinha “Ah, o cara não está dando no couro, eu dei um jeito” ou “Ah, minha filha, eu experimentei uma mulher e foi legal”. Isso aparecia isso na discussão e fluía. Eram coisas da vida.⁹⁰

As soluções encontradas pelas mulheres em resolver seus arranjos afetivos ou, ainda, uma gravidez indesejada, como foram acentuadas na fala de Amelinha, caminhavam na contramão dos embates existentes dentro dos movimentos feministas e das esquerdas ao tratar a questão da homossexualidade feminina, como foi exposto anteriormente, e a polêmica que envolvia a descriminalização do aborto dentro desses espaços. Se por um lado, como ressalta Lucila Scavone, os feminismos que surgiram nesse período, na linha do movimento internacional, tinha uma posição favorável à liberação do aborto, por outro lado, os debates e discussões políticos sobre a questão foram marcados por avanços e

⁸⁸ Entrevista com Rosana Fernandes, 03/12/ 2011.

⁸⁹ No relatório da entidade, de 1982, constam 450 mulheres associadas.

⁹⁰ Entrevista com Maria A. A. Teles, São Paulo, 22/02/2011.

recuos devido à aliança de alguns setores da esquerda com a ala progressista da Igreja Católica.⁹¹

Dentro do discurso da UMSP, a posição sobre o aborto e as problematizações acerca da maternidade apareceram desde os primeiros anos. Em 1984, por exemplo, no intuito de trazer à tona casos de operárias que foram demitidas por conta de suas gestações, a associação fez um documento intitulado *Nossa posição sobre o aborto*, no qual apresentou um levantamento do número de abortos clandestinos que levavam centenas de mulheres à morte, enfatizando a construção social da maternidade como uma das formas de opressão as quais as mulheres eram submetidas. Como é exposto no texto:

A mulher sofre uma discriminação que é milenar e uma das formas de mantê-la oprimida e subordinada ao homem foi manipulando a maternidade como a única forma de realização, satisfação e valorização feminina. Nós, da União de Mulheres de São Paulo entendemos a maternidade como um direito, ou seja, a livre opção das mulheres em ter ou não ter filho. Entendemos também que esse direito só será garantido e respeitado com a completa transformação da sociedade, transformação que aponte para a emancipação da mulher e de todo o povo. (...) Entendemos então o aborto como um direito democrático da mulher, direito que lhes foi usurpado pela sociedade patriarcal e machista que é o direito da mulher decidir e dispor sobre seu próprio corpo.⁹²

Além da contestação da função social da maternidade, outras desigualdades sociais, como as relações no trabalho e na família, foram enfatizadas pelo grupo como parte das discriminações as quais as mulheres estavam submetidas pela ordem patriarcal. Kátia, ao narrar suas memórias sobre o período, relembra que, durante as reuniões semanais, começou a discutir a raiz da discriminação feminina vista como essencial para compreender as assimetrias que delineavam o cotidiano das mulheres. Em sua leitura:

A fundação da União de Mulheres foi uma luta, mas era uma delícia, as reuniões eram cheias! E a gente, inicialmente, começou a discutir a origem da discriminação da mulher porque que a gente achava fundamental saber isso. (...) O que nós estudamos! (...) E nós fazíamos seminários aqui, cada uma ficava com um tema e era muito legal. E o movimento contra a carestia, esse movimento de saúde e as mulheres trabalhadoras, além das sindicalizadas, todas participavam disso.⁹³

⁹¹ SCAVONE, Lucila. “Políticas Feministas do Aborto”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(2): 440, maio-agosto, 2008.

⁹² *Nossa posição sobre o aborto*. União de Mulheres de São Paulo, 1984, p.1. Arquivo da UMSP. Segundo a entidade, naquele momento, eram realizados cerca de 3.500 abortos clandestinos no país, levando mais de quatrocentas mulheres à morte em decorrência do mesmo.

⁹³ Entrevista com Kátia Antunes, São Paulo, 20/05/2011.

Numa outra ponta, a autonomia feminina que foi invocada pelos feminismos durante o período, se referiu tanto às relações com os partidos ou instituições que considerassem as questões feministas como secundárias, ou aos processos que levariam as mulheres à independência pessoal, foi tema central no discurso da UMSP. Terezinha, ao falar sobre a proposta política do grupo, destaca que a visão de autonomia feminina caminhava ao lado da emancipação econômica que seria conquistada no socialismo. Como narra:

(...) para resolver a questão da mulher, não sei se é o socialismo hoje, mas naquela época nós achávamos que tinha que acabar o capitalismo e ser o socialismo. Que no mínimo todo mundo iria ter trabalho. E era uma condição para a mulher se libertar, ela viver o momento econômico, ela também ser autônoma. A questão da autonomia sempre foi muito presente nas nossas discussões, o que tinha a ver com tudo que nós conquistamos. Então, é uma questão muito clara. E a questão que nós tínhamos que lutar pela democracia, tinha que lutar pela anistia. E cada vez para mim isso fica mais claro. E essa é uma questão que para nós sempre foi muito clara, que você tem que mudar a estrutura. (...) Nós sempre achamos que o Estado tinha uma dívida com as mulheres e que ele tem que repará-la.⁹⁴

Esse estilo político de muitas feministas brasileiras encontra ressonância, como pontua Moraes, nas propostas de Alexandra Kollontai, militante e pensadora marxista russa. Entre os principais pontos de reivindicação dos feminismos brasileiros dos anos de 1970 e 1980 estavam a equiparação de salário entre os sexos e a socialização do trabalho doméstico por meio da criação de creches e o seguro maternidade, que proporcionariam às mulheres sua autonomia.⁹⁵ Essa proposta foi delineada por Kollontai, em 1920, quando ela argumenta que a sociedade capitalista e patriarcal trouxe para a mulher um fardo excessivo ao lhe atribuir, ao mesmo tempo, três tarefas: a de esposa, a de trabalhadora e a de mãe. Assim, afirma que o capitalismo “carregou para os ombros da mulher trabalhadora um peso que a esmaga; converteu-a em operária, sem aliviá-la de seus cuidados de dona de casa e mãe”.⁹⁶ Enfatiza que as mulheres, dentro do regime capitalista, jamais conseguiram sua total liberdade e equidade em relação aos homens, pois a autonomia feminina viria a partir da instauração do Estado comunista que asseguraria à mulher seus direitos, entre os quais

⁹⁴ Entrevista com Terezinha O. Gonzaga, São Paulo 02/05/2010.

⁹⁵ MORAES, Maria Lygia Q. *Vinte anos de feminismo*, op.cit., p. 23.

⁹⁶ KOLLONTAI, Alexandra. “O Comunismo e a Família”. *Komunistka*, nº2, 1920. Editorial Marxista, Barcelona, 1937.

aqueles que defendessem o interesse da criança e da mãe e, portanto, solucionará, definitivamente, o problema da mulher.

Nessa linha de pensamento, no qual o Estado deveria oferecer políticas públicas para as mulheres, a UMSP se mobilizou em duas campanhas nas quais o confronto à visão da maternidade como função social da mulher estava no foco do debate. Uma delas, partindo da bandeira “O filho não é só da mãe”, problematizou a responsabilidade da mulher na educação exclusiva das crianças e estimulou a participação masculina no processo de criação dos filhos. Ao lado da ampliação da licença maternidade, essa reivindicação da agenda feminista também entrou na nova Constituição. Como Lurdinha se lembra:

(...) A gente liderou uma campanha junto com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher que era “o filho não é só da mãe”. A gente fez ato na Paulista, em frente a FIESP, enfim, se pretendia uma licença maior da paternidade, mas o fato de ter introduzido essa expressão “licença paternidade” na Constituição Federal foi uma vitória fantástica porque introduziu a responsabilidade paterna nas relações com os filhos.⁹⁷

Ao mesmo tempo, a UMSP esteve entre as lideranças de luta por creches, pois, como Lurdinha enfatiza a creche era o que possibilitava o direito ao trabalho da mulher. A campanha por creches ganhou maiores atenções, em São Paulo, durante o Congresso da Mulher Paulista, em 1979. Segundo Moraes, foi nesse evento que as mulheres passaram a se identificar enquanto indivíduos políticos e sociais e a problematizar as relações pessoais e familiares como questões de ordem pública.⁹⁸ De acordo com a autora, distantes das figuras autoritárias, representada pelo pai, marido ou mesmo pelo companheiro de “revolução” que tantas vezes interditaram suas falas, essas mulheres puderam estabelecer ali outros olhares para si, para suas vidas, suas relações afetivas como esposa ou mãe e pensarem juntas em propostas de mudanças.

A busca por políticas públicas que assegurassem por parte do Estado e das empresas privadas espaços educativos para as crianças abriu caminho para que a fosse possível pensar a creche como um local direcionado à formação das crianças e não como um mero “depósito”. Kátia, ao falar sobre esse movimento, ressalta a resistência por parte das mães em tratar do assunto. Por um lado, elas não confiavam que a creche seria, de fato, um

⁹⁷ Entrevista com Maria de Lurdes Rodrigues, São Paulo, 30/08/2011.

⁹⁸ MORAES, Maria L. Q. *Família e feminismo: reflexões sobre papeis femininos na imprensa para mulheres*, op. cit.

espaço educativo; e por outro, a criação destas no local de trabalho era encarada como um novo problema para as mulheres. Como ela recorda:

Elas achavam que creche era depósito de criança, então era difícil essa diferenciação. E aí elas não queriam creches no local de trabalho, queriam no local de moradia, porque não queriam ficar transportando criança junto, era problemático. E se a criança ficava lá, no local de moradia, ela ficava mais protegida, digamos, não precisava ficar participando dessa correria.⁹⁹



Campanha Licença Maternidade e Paternidade, 1988. Acervo do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).
www.memoriaemovimentossociais.com.br

1.4 O CORPO FEMININO COMO LABORATÓRIO: O CONTROLE DE NATALIDADE

Ainda no registro das contestações ao “dispositivo amoroso”, teorizado por Swain, a UMSP engajou-se nas campanhas e nos debates que contestavam a criação da Secretária da Família e do Bem-Estar e o programa proposto pelo Governo do Estado, o “Pró-Família”. Este pretendia ser, segundo o boletim informativo da UMSP de 1982, “uma forma disfarçada de controle de natalidade”.

Segundo Foucault, o papel de gerir a vida definido pelo Estado quando investe na saúde das populações como, por exemplo, ao legislar sobre o corpo feminino, pode ser

⁹⁹ Entrevista Kátia Antunes, São Paulo, 20/05/2011.

pensado em termos de biopolítica, isto é, como tecnologias da governamentalidade que controlam e produzem a vida.¹⁰⁰ De acordo com o filósofo, no século XIX, ocorreu uma transformação no poder do soberano até então caracterizado pelo direito de morte e vida. Esse poder foi atravessado e modificado por um poder contrário, ou seja, se antes o poder referia-se à morte, por permitir ao soberano “fazer morrer e deixar viver”, ao alterar-se, ele recaí sobre a vida, tornando-se o poder de “fazer viver e deixar morrer”.¹⁰¹

De tal modo, se até meados do século XVII o poder centrava-se na figura do rei, na modernidade, ele volta-se para a normatização e a disciplina dos corpos tanto individual como coletivamente. Será por meio de políticas estatais que a vida e o corpo da população serão administrados. Assim, a vida tornou-se alvo das disputas políticas, refletindo na gestão das políticas públicas onde busca-se o direito à vida e/ ou à saúde. De acordo com o Foucault, é por meio das normas que a biopolítica investirá sobre a vida, excluindo ou incluindo pessoas para adequar seus corpos à disciplina e conseguir regulamentar a população. É por meio das normas jurídicas que percebemos as maiores consequências da biopolítica, posto que a lei funciona como norma e instituição judiciária assume as funções reguladoras. Essas normas, refletidas em leis, são responsáveis pela “preservação” da vida, contudo, como salienta Foucault, a biopolítica distribui os vivos em um domínio de utilidade e valor, isto é, algumas vidas são simplesmente ignoradas pelo Estado.

Por essa linha de reflexão, pode-se examinar o programa adotado, entre o final dos anos 1970 e início dos 1980, pelo Estado brasileiro, que tinha por objetivo prevenir a gravidez de alto risco. Alvarez argumenta que programas de controle de natalidade vinham sendo utilizados em diversos países da América Latina. No entanto, o “milagre” econômico do Brasil, durante os anos 1970, levou o governo a resistir a esse procedimento alegando que a extensão do território brasileiro comportaria um crescimento populacional.¹⁰² Todavia, a autorização do Estado para a criação do BEMFAM (Sociedade Civil do Bem Estar Familiar), uma filial da empresa privada norte-americana International Planned Parenthood, e a aprovação da distribuição de anticoncepcionais em diversos estados brasileiros, sobretudo na região nordeste, podem ser lidas como técnicas que visavam o controle da natalidade.

¹⁰⁰ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I*, op.cit.

¹⁰¹ Idem, p.130.

¹⁰² ALVAREZ, Sonia. “Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia”. In: STEPAN, Alfred (Org.) *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988, p. 322.

Em 1977, por meio do Programa da Gravidez de Alto Risco, o Estado aprovou a distribuição de anticoncepcionais pelo sistema de saúde pública para mulheres cuja saúde ameaçava a gravidez. Já em 1982, em São Paulo, o então governador Paulo Maluf aprovou o programa Pró-Família que visava à proteção “materno-infantil” e, portanto, distribuía pílulas para mulheres em idade fértil, entre 16 e 49 anos. Ainda de acordo com Alvarez, o planejamento tinha como alvo a população pobre e, em especial as negras, e utilizava como argumento que o planejamento familiar era um direito humano.

A UMSP denunciou em seus boletins a política sutil de controle de natalidade adotada pelo Estado em parceria com órgãos internacionais. Amelinha, ao falar sobre esse episódio, diz que as feministas, naquele momento, criticaram as técnicas adotadas pelo Estado que utilizavam o corpo feminino como uma espécie de laboratório para as experiências farmacêuticas, sem respeitar a autonomia das mulheres sobre seu próprio corpo. Em suas palavras:

Eram altas dosagens de hormônio, sem explicar para as mulheres o que estava acontecendo, sem informações necessárias, sem o direito à escolha se queriam ou não queriam ser mãe. Eles queriam experimentar vários métodos contraceptivos que não precisavam tomar pílulas. Para a indústria farmacêutica era interessante pela venda das pílulas, já o Estado tinha medo de nascer muito pobre. Então, o que vai acontecer é essa política de controle de natalidade que se dá de forma velada, mas você não encontra este discurso, um ou outro pode falar.¹⁰³

Leila Barsted afirma que, frente às interferências do Estado sobre os corpos femininos, surgiram contundentes críticas aos mecanismos de controle de natalidade e de esterilização das mulheres sem acesso às informações. Nesse sentido, “reivindica-se o direito ao planejamento familiar e uma política de oferta de contraceptivos ao lado de ofertas de informações, entendidas como direitos à autonomia e à decisão. (...) Incluía-se o direito à concepção e à contracepção”.¹⁰⁴ Portanto, o que foi problematizado não era o uso de métodos anticoncepcionais, mas sim a autonomia feminina, pois esses medicamentos eram distribuídos sem qualquer acompanhamento médico ou esse era limitado nos bairros onde eram distribuídos.

Amelinha, em sua leitura do passado, avalia que a falta de informação a respeito dos métodos anticoncepcionais por parte dos agentes de saúde levou muitas mulheres a uma

¹⁰³ Entrevista Maria A. A. Teles, fevereiro de 2011.

¹⁰⁴ BARSTED, Leila Linhares. “O movimento de mulheres e o debate sobre o aborto” In: ROCHA, Maria Isabel e BARBOSA, Regina Maria (Org) *Aborto no Brasil e no Cone Sul – panorama da situação e dos estudos acadêmicos*. Campinas, NEPO, Unicamp, 2009, p. 220.

gravidez indesejada e que, além das denúncias, a UMSP investiu em oficinas que visavam o conhecimento do próprio corpo. O foco era percebê-lo não apenas como um local de reprodução da vida, mas também como locus de prazer. Assim, a ênfase recaía sobre o poder de decisão das mulheres sobre si, que deveria coincidir com seu desejo de ter ou não filhos. Como Aminha diz:

Nós fizemos muitas oficinas, porque antes da pílula, eles testaram o DIU. O que teve de filho de DIU nesse país! E depois experimentaram a pílula, mas ela tinha uma dosagem muito alta, então as mulheres engordavam, sentiam muitas dores de cabeça, as pernas cheias de varizes. E a pílula exige muito conhecimento do corpo, exige educação para a saúde e as mulheres não tinham isso. Tinha mulher que tomava de dia e de noite; tinha outra que tomava só na hora que ia transar; às vezes não tinha tempo, então só tomava naquele dia e ficava grávida. Aí você conversava, explicava, lia a bula com ela, enfim... Daí eles começaram a testar os injetáveis, por que aí o médico vai lá aplica e a mulher não precisa saber nada. E foram usando as mulheres de cobaia. Fizeram esterilizações em massa. O Estado aparece como neutro. As clínicas recebiam financiamento de fora. Naquela época metade das mulheres em idade fértil foram esterilizadas, ou seja, é muito grave, por que esterilização não deixa de ser uma mutilação do seu corpo. E isso poderia ser feito com ou sem consentimento da mulher, isso não tinha importância!¹⁰⁵

Scavone afirma que nos anos de 1980, a esterilização de mulheres entre 15 e 49 anos, ou seja, em idade reprodutiva, figurou como o principal método contraceptivo ofertado pelo governo, levando a uma significativa queda de natalidade e colocando o Brasil como o país com uma das maiores taxas de esterilizações do mundo.¹⁰⁶ Se houve, por um lado, a tentativa do Estado em determinar “quem” poderia ter filhos; por outro, assiste-se ao contraditório discurso punitivo do mesmo quando a opção de interromper a gravidez é uma decisão da mulher. A questão do aborto foi, e ainda é, um ponto central de combate dos feminismos.

1.4.1 QUANDO VIOLÊNCIA E ABORTO SE CRUZAM NO DISCURSO PATERNALISTA

As relações de poder que passam pelo corpo feminino são diversas: por um lado, há a sua associação com a natureza e com a sua “função de reprodutora”, tão bem enfatizada pelos cientistas e médicos do século XIX, que projetaram a imagem da “desnaturada”, isto

¹⁰⁵ Entrevista Maria A. A. Teles, São Paulo, 22/02/2011.

¹⁰⁶ SCAVONE, Lucila. *Dar a vida e cuidar da vida: Feminismo e Ciências Sociais*. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 56. A autora ressalta que a disseminação desta política pública, tanto de contracepção via oral, como o aumento de esterilizações levou a uma redução de 4,5 filhos por mulher, em 1980, para 2,5 filhos por mulher em 1996. Da mesma forma que se assistiu em uma década ao crescimento do número de mulheres esterilizadas, correspondendo a 49,7% no final de 1996.

é, aquela que rejeita sua “natureza” e caminha em direção oposta aos seus instintos ao negar-se levar adiante uma gravidez. Daí a criminalização do aborto e a condenação do infanticídio. Na contramão, assiste-se ao fato de que o Estado permite a interrupção dessa mesma vida quando ela é resultado de estupro, um crime que até recentemente não era qualificado contra a pessoa, mas sim contra a moral e os costumes. O discurso do Estado, ainda sob o viés da proteção paternalista, exerce um controle simbólico sobre a sexualidade feminina ao definir a mulher a partir do que ela faz com seu corpo. Até pouco tempo, o termo “honesta” determinada, por exemplo, que mulher poderia recorrer à justiça, caso fosse estuprada.

No início dos anos de 1980, as feministas brasileiras teceram uma crítica contundente ao discurso jurídico que simboliza e materializava as desigualdades entre os gêneros e reforçava as interferências no processo de autonomia da mulher. Um dos embates foi travado contra o Código Civil, no qual a figura feminina era tratada como uma propriedade que se transferia das mãos do pai para as do marido, isto é, o exercício *pátrio poder*. Em 1984, durante as manifestações por mudanças no código, a UMSP, em folder, argumentou que:

(...) Ora o atual código civil brasileiro relega a mulher uma condição de submissão que de forma alguma corresponde à participação e responsabilidade que a mulher tem assumido no decorrer de toda nossa história. No casamento, de acordo com a lei vigente, à mulher não cabe nenhum direito de decidir sobre a sociedade conjugal, não sendo permitido a ela o direito sequer de “pedir prestação de contas”, o que seria normal no caso de sócios de uma empresa, conforme afirmação de Florisa Veruci, uma das juristas autoras do projeto de reformulação nas questões que dizem respeito à família e ao casamento, todo poder de decisão concentra-se nas mãos do homem, “mas supõe-se que os maridos ouçam as mulheres”.¹⁰⁷

Criméia, ao relembrar do momento, diz que as discussões sobre a reformulação do Código Civil convergiam em um debate sobre o poder normativo, paternalista e hierárquico do discurso jurídico que designava à mulher assujeitamento frente às figuras masculinas representadas pelo pai ou pelo marido. Nesse sentido, questionou-se a construção do discurso que submetia o corpo e o desejo feminino ao *outro*. Como ela conta:

E nesse tempo começa também a briga contra o Código Civil que era um terror. Porque a honra do código civil era o hímen! E eu me lembro que nesse curso de Introdução (ao Direito) a gente pensou: “e o filho desonrado pode ser deserdado?” E o próprio Código Civil que nós discutimos muito em 1985, por aí, porque tinha umas coisas no Código

¹⁰⁷ Campanha “Por um novo código civil”, UMSP, 1984.

como: “o marido pode dissolver o casamento se comprovar que a mulher é desonrada”. E a gente ficava assim: “e se a mulher descobrir que o homem é desonesto, ela pode desmanchar o casamento”?”¹⁰⁸

Apesar do reconhecimento da ineficácia do Direito como uma “fórmula mágica” para a solução dos conflitos sociais e de gênero, a UMSP, ao lado de outras organizações feministas, tem se empenhado para alterar a linguagem jurídica, pois, sabe-se que o Direito é um discurso normativo e, portanto, constituinte de “reais” que introduzem na sociedade os indivíduos em posições assimétricas e hierárquicas. Por esse viés, as feministas, ao pedirem a construção de novas leis, têm argumentado que o discurso jurídico não é algo que se restringe aos espaços institucionalizados do Direito, ele circula e seu maior efeito está no que ele consegue introduzir no imaginário social. As representações construídas por esses discursos expressam determinadas regras e modos verdadeiros de se viver que são introjetados por grande parte dos indivíduos e esses, segundo Guatarri, são as mais difíceis de romper, pois, como afirma: “(...) o tira e o juiz do interior são talvez mais eficazes do que aquele dos ministérios do interior e da Justiça”.¹⁰⁹

Criméia, ao narrar sobre as alterações que a UMSP propôs no que concerne às intervenções estatais, crítica o poder patriarcal que corre pelo corpo feminino a partir das leis que instituem, por exemplo, o que é considerado uma agressão à mulher ou, ainda, a vida que ela é autorizada a gerar a partir dos valores culturais hegemonicamente masculinos, como a honra ou a herança. Em suas palavras:

Eu me lembro que uma vez eu estava numa destas discussões e eu falei assim: “Olha, se o estupro é uma violência contra um corpo que pode, inclusive, levar a uma gravidez, o que é uma coisa assim, corporal ao extremo, porque ele é um crime contra a moral e os bons costumes? Porque não está no Código Penal como crime contra a pessoa?” Porque se fosse um crime contra a pessoa tinha que ter um Promotor para denunciar, como um homicídio. Se, vamos dizer, meu pai mata minha mãe, eu posso não querer denunciar, mas o Promotor vai denunciar, houve um homicídio. Porque no caso do estupro não é a mesma coisa? Não, é contra a moral! O herdeiro é a coisa mais importante. Vai que a mulher engravida e o cara vai ter que sustentar o filho do outro? É muito cruel tudo isso e como é eticamente e cientificamente elaborado, tudo tem uma conotação de racional.¹¹⁰

Como foi dito anteriormente, a biolítica estabelece os padrões normatizadores que instituem as técnicas que autorizam a morte de alguns em nome da proteção das condições

¹⁰⁸ Entrevista Criméia A.S. Almeida, São Paulo, 19/04/2011.

¹⁰⁹ GUATTARI, Félix. *Revolução Molecular: pulsões políticas do Desejo*. São Paulo: Editora Brasilense, 1981, p. 13.

¹¹⁰ Entrevista Criméia A. S. Almeida, São Paulo, 19/04/2011.

de vida de outros. Nessa trilha de reflexão, Butler argumenta que, em se tratando dos dispositivos legais sobre os estupros, o governo cria restrições legais que regulam o que é ou não considerado como uma violação ao corpo e, ao mesmo tempo, quem se configura como um corpo passível de sofrer a violência. A partir dessas tecnologias que gerem o comportamento sexual e social como chaves para definir a violência e o alvo desta, Butler diz que o Estado instala como princípio regulador o “desejo de ser estuprada”.¹¹¹ Ao representar o espaço privado como campo do feminino, domesticando a sexualidade das mulheres, o discurso jurídico instala o espaço público como impróprio a elas. Assim, ao legitimar que as mulheres que saem sozinhas à noite ou usam determinadas roupas impróprias à sua sexualidade estão “propensas” ao estupro, o Estado estaria regularizando a violência como “um ato de auto expropriação intencional”, ou, como define Butler: “estupro governamentalmente facilitado”. Nessa direção, se o exercício da sexualidade feminina está associado ao lar, local onde ela é propriedade de um homem, estar nas ruas, espaço de domínio masculino, significa estar aberta à caça e, portanto, “buscando ser a propriedade de outro”, e como afirma Butler: “esse objetivo é instalado em seu desejo”.¹¹²

As relações de violência contra as mulheres, até então, estavam associadas ao espaço público, ao acesso das mulheres em um território não permitido. E é importante frisar que nesse momento, o estupro, entendido apenas como penetração forçada vaginal, era a única forma de violência contra as mulheres tipificada. E, claro, essas questões, a exemplo de outras, não foram alvo de atenção do discurso revolucionário tradicional, ocasionando um apagamento das experiências de apropriação dos corpos das mulheres. Como Amelinha narra:

Só as feministas que insistem, as feministas falam do estupro. Essa palavra “estupro” era uma palavra que eles nem sabiam falar certo! E eu até ouvi de companheiros de esquerda, comunista, que estupro era coisa de europeu, dos Estados Unidos. No Brasil não existia, e se existia era um ou outro caso isolado, mas não era um problema social grave como nós estávamos querendo insinuar, entendeu?¹¹³

Ao contrário, o estupro é uma das formas de violência mais recorrente contra as mulheres, tanto no espaço público, quanto no privado, como falarei no capítulo seguinte. As tecnologias da governamentalidade que gerem o desejo feminino e regulam “quem”

¹¹¹ BUTLER, Judith. “Fundamentos Contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*, nº 11, 1998, p.11-42, p. 26.

¹¹² Idem, p.27.

¹¹³ Entrevista Maria A.A. Teles, São Paulo, 22/02/2012.

pode ser violentado acabam por inibir a fala das mulheres sobre as violações sofridas. Contudo, como destacou Criméia, esses atos podem levar a uma gravidez, configurando-se em uma segunda forma de violência. Nesses casos, a técnica adotada pelo Estado opera em outro sentido, em dizer qual vida pode ou não ser gerada. No Brasil, o aborto era permitido, até recentemente, apenas quando fosse resultado do crime de estupro.¹¹⁴ Se nas discussões pela descriminalização do aborto, um dos grandes empecilhos para o debate é a premissa de se o feto é considerado uma vida ou não, isso dentro das relações sexuais tidas como “normais”, a questão aparentemente parece resolvida quando se trata de casos de violação dos corpos femininos. Obviamente, não no discurso religioso que ainda oferecem resistência mesmo nesses casos.

No entanto, longe de o Estado pensar na gestação como outra forma de violência que a mulher passaria ao carregar o filho de uma apropriação violenta do seu corpo e contra seu desejo, Segato chama a atenção para reiteração da identidade feminina atrelada à domesticação dos seus corpos. A antropóloga afirma que nesse suposto “cuidado” do Estado está, de fato, a reafirmação do poder patriarcal que passa pelo ventre feminino, local de reprodução da vida, e não com a mulher *em si*.¹¹⁵ É por meio do ventre que ela passará a herança masculina, portanto, é o poder patriarcal que escolhe que vida pode ali ser fecundada. Essa leitura fica clara se olharmos para as demais formas de violência forçada, como o coito anal ou oral, que não eram, até pouco tempo, consideradas estupros e sim atentados violentos ao pudor. A autorização da interrupção da gravidez nesses casos trata-se da afirmação do poder patriarcal cujo objetivo é zelar pelo patrimônio e herança familiar que atravessam seu corpo, mais do que pela mulher agredida. Sob esse prisma, a antropóloga defende que não podemos perder de vista que essa atenção dispensada pelo Estado às mulheres tem por objetivo reproduzir e garantir aquilo que a sociedade espera e reduz o corpo delas:

O corpo das mulheres em uma sociedade patriarcal é lido como fonte de vida e de prazer, não para elas mesmas, e sim para o sujeito masculino ao qual supostamente devem entregar-se, seja este um indivíduo ou uma instituição, pela simples razão de que, nas palavras de Beauvoir: ele é o sujeito, é o absoluto: elas são as outras.¹¹⁶

¹¹⁴ Em abril deste ano (2012) foi aprovada a lei que autoriza o aborto em casos de fetos anencéfalos.

¹¹⁵ SEGATO, Rita. SEGATO, Rita. *Las estructuras elementares de la violencia de género*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

¹¹⁶ SEGATO, Rita. “Território, soberania e crimes de segundo estado: a escritura nos corpos das mulheres de Cidade de Juárez”. *Revista Estudos Feministas*, vol.13 n°2, Florianópolis Maio/Agosto, 2005.

Perrot avalia que durante a década de 1970, o corpo feminino passou a ser “o centro das lutas públicas” das mulheres e feministas que buscaram o seu conhecimento e autonomia. Ao lado das manifestações pela descriminalização do aborto, aparecem as denúncias das diversas formas de violência que recaem sobre os corpos femininos.¹¹⁷ No discurso da UMSP, as relações entre a violência contra as mulheres e o campo do Direito, focos dessa dissertação, delinearam-se com mais profundidade em meados da década de 1980, coincidindo com as lutas pelo processo de redemocratização. Se a UMSP, em seus primeiros anos, buscou estabelecer uma dupla militância e um diálogo com os temas herdados da esquerda, em outra via, foi deslocando seu discurso para as questões mais imediatas do dia a dia feminino. A militância voltou-se para as experiências múltiplas que as mulheres traziam para as reuniões e discussões do grupo. Assim, os novos olhares para o cotidiano feminino, recortado não apenas pelas assimetrias econômicas, possibilitou repensar o projeto político e, ao mesmo tempo, criticar a divisão binária e heteronormativa do mundo, desfazendo o discurso hegemônico sobre a “verdadeira mulher”. A teia constituída pelas experiências múltiplas vindas da militância nas ruas, nos grupos de estudo e mesmo no trabalho do partido, levou a uma postura mais contundente de denúncia e combate aos mecanismos de dominação do corpo e do desejo feminino, a exemplo das possibilidades de ser ou não mãe, ou ainda das formas de violência silenciadas.

¹¹⁷ PERROT, Michelle. “Os silêncios do corpo da mulher.” In: MATOS, Maria Izilda e SOIHET, Rachel (org.) *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 26.

CAPÍTULO II | DAS “ZONAS DE SILÊNCIO” À “VISIBILIDADE RUIDOSA”

*Estou cansada deste silêncio, deste meio constrangimento
que surge quando se fala claramente em violência de sexo,
(...) dos abusos contra meninas e mulheres, da defesa da
honra, desta solidariedade masculina ...*

Tania Swain

Como foi exposto, Perrot afirma que os feminismos contemporâneos têm se caracterizado pela reivindicação do *direito ao corpo*. Ao longo da história, o corpo feminino aparece subjugado e dominado por diversas formas de violência como estupros coletivos, surras, espancamentos e assédios sexuais, os quais eram considerados naturais e tolerados pela sociedade. Ao longo do tempo, como afirma a historiadora, a sujeição dos corpos femininos não foi alvo de atenção de forma tão explícita, contudo, isso não quer dizer que as práticas eram inexistentes dado que, como foi dito anteriormente, a quantidade de mulheres que apanhavam de seus maridos durante o século XIX era imensa. Nessa lógica, segundo Perrot, o que tem mudando ao longo do tempo são as formas de a sociedade e das próprias mulheres encararem essas práticas como algo “natural” em suas vidas. Em suas palavras: “(...) A gama de violências exercidas sobre as mulheres é ao mesmo tempo variada e repetitiva. O que muda é o olhar lançado sobre elas, o limiar de tolerância da sociedade e das mulheres, a história de sua queixa. Quando e como são vistas, ou se veem, como vítimas?”¹¹⁸

Georges Vigarello, ao tratar dos crimes de estupro ao longo dos séculos XVI ao XX, avalia que, em um passado recente, as queixas sobre a violação das mulheres aumentaram de forma repentina passando de “um silêncio relativo para uma visibilidade ruidosa”.¹¹⁹ Em sua análise, essa “explosão” do número de denúncias e julgamentos é resultado das mudanças culturais, tais como uma maior igualdade entre homens e mulheres que tornaram mais intoleráveis às antigas violências e o modelo de dominação que elas simbolizam.

¹¹⁸ PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. op.cit, p. 76

¹¹⁹ VIGARELLO, Georges. *História do estupro: violência sexual nos séculos XVI e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 7.

Na mesma trilha, Perrot avalia que a partir da década de 1970, sob o slogan “nosso corpo nos pertence” as feministas problematizaram de forma mais incisiva a criminalização do aborto e denunciaram as diversas formas de violência que recaem sobre os corpos femininos. Na França, por exemplo, nesse período, surgiram as leis de assédio sexual e a repressão ao incesto, ao mesmo tempo em que se desenvolveram as primeiras casas abrigos e associações feministas voltadas ao atendimento das mulheres vítimas de agressões.¹²⁰

Na América Latina, a questão passou a ser foco das feministas no final da década de 1970, momento no qual se buscava dar novas visibilidades e linguagens aquilo que, até então, não era nomeado como a violência doméstica, o assédio sexual ou o estupro conjugal.¹²¹ As experiências de violência extrapolavam as fronteiras territoriais e levaram à constituição de políticas transnacionais de combate, ao mesmo tempo em que se buscou recriar as ações regionais para problematizar a questão. No Brasil, essas discussões foram travadas, principalmente, durante os anos de 1980, paralelamente às lutas pelo processo democrático.

2.1 “A VIOLÊNCIA FOI A ÚLTIMA DAS BANDEIRAS”

Em 1979, as feministas foram às ruas manifestar-se contra a impunidade nos casos de homicídios de mulheres cometidos por seus maridos ou namorados, durante o julgamento de Doca Street que havia assassinado sua companheira, Ângela Diniz, em 1976. Ao contestarem as mortes de mulheres motivadas pelo “amor excessivo” dos homens, as feministas tornaram visível a violência que se passava em muitas dessas relações. Segundo Eva Blay, o slogan “Quem ama não mata”, defendido pelas feministas naquele momento, foi escrito nos muros, na imprensa, em faixas e passou a ser dito nas manifestações, alterando a linguagem e o modo pelo qual essas relações de violência eram compreendidas ainda.¹²²

Essas novas percepções da violência podem ser pensadas a partir da categoria de visibilidade de Foucault, isto é, como em dado momento algo que, até então, estava oculto,

¹²⁰ PERROT, Michelle. “Os silêncios do corpo da mulher.” In: MATOS, Maria Izilda e SOIHET, Rachel (Org.) *O corpo feminino em debate*, op.cit., p. 26.

¹²¹ ALVAREZ, Sonia et.al., “Encontrando os feminismos Latino-Americanos e Caribenhos”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, nº11(2) julho-dezembro/2003.

¹²² BLAY, Eva A. *Assassinato de Mulheres e Direitos Humanos*. São Paulo: Editora 24, 2008, p.46.

passa a ser visto e se faz ver.¹²³ Portanto, ao irem às ruas e denunciarem o poder que os homens exerciam sobre a vida das mulheres, as feministas fizeram aparecer algo que estava tão próximo e era tão imediato no cotidiano feminino, mas que não era nem percebido e tão pouco visível.

Na percepção de Amelinha, apesar do tema da violência contra a mulher ter vindo à tona ao final dos anos 1970, as discussões já vinham sendo delineadas no interior dos movimentos feministas desde 1975. No entanto, como ela se lembra, a questão era debatida ao lado das demais formas de discriminação contra a mulher e não tinha ainda uma denominação. Assim, a ênfase era dada no direito, histórico e culturalmente construído, de vida e de morte dos homens sobre as mulheres. Em sua leitura do passado:

Dentro do feminismo, a bandeira da violência contra a mulher surge antes da União de Mulheres e isso já vem trazendo essa questão de maneira mundial. Pois, quando a gente começa a discutir o feminismo mais organicamente é em 1975 e nós já colocamos essa questão da violência contra as mulheres. Que é o ano da I Conferência das Mulheres no México e lá deve ter sido colocado isso, porque chega para nós a questão da desigualdade no trabalho, do direito de ser ou não ser filho... Mas não se falava em uma “vida sem violência”, mas o direito de não ter violência, a gente não queria violência. Nós não somos propriedade dos homens, eles não mandam nas nossas vidas e na nossa morte, era essa a ideia e ainda persiste, infelizmente, e isso começa nas primeiras discussões em 1975.¹²⁴

Entre o final dos anos de 1970 e início dos 1980, as discussões sobre as formas de violência direcionadas contra as mulheres ganharam atenção e maior impulso na agenda política das feministas, tanto nacional quanto internacionalmente. Até então, o tema, como pontua Gregori, era mencionado por essas organizações, porém, nenhum trabalho específico era realizado com as mulheres que sofriam violência.¹²⁵ De acordo com a antropóloga, isso derivava da conjectura nacional e das próprias tensões existentes dentro dos feminismos em encontrarem uma linha de política comum, pois, alguns grupos privilegiavam a luta pela democratização e melhorias nas condições de vida, enquanto outros tratavam especificamente das questões relativas às condições femininas, como sexualidade, aborto, contracepção e violência sexual.¹²⁶

¹²³ Deleuze, Gilles. *Foucault*, São Paulo: Brasiliense, 1988.

¹²⁴ Entrevista Maria A. A. Teles, São Paulo, 12/01/2012.

¹²⁵ GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres e relações violentas e a prática feminista*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

¹²⁶ Idem, p. 25

Lurdinha, em sua narrativa sobre o contexto em que o tema da violência tornou-se mais nítido, indica o final da década de 1970 como um momento de maior organização das feministas atrelada ao contexto político. Em sua percepção do passado, isso permitiu um pouco mais de abertura para questionamentos e manifestações e, assim, foi possível que outros temas, que não diziam respeito apenas às liberdades democráticas, pudessem ser vistos e debatidos com maior profundidade. Como se recorda:

Na década de 1970, a questão principal era da liberdade, era da democracia porque você não podia sair na rua, não podia discutir, não podia se reunir, não podia se organizar, então tinha uma necessidade premente de acabar com a Ditadura Militar, de voltar à democracia. Não por acaso, no final da década de 1970 e no começo da década de 1980 que começam a surgir as questões mais específicas. (...) Então, era um momento de maior liberdade, aí você já começa a ter espaço de ir para além da luta democrática, que passe pelas relações das pessoais, das relações sociais e interpessoais. Daí começa a ter condições de enxergar para além de um projeto político, porque você pode ter um projeto político belíssimo, mas a sua prática é de discriminação da mulher que está ao seu lado, porque a revolução é mais importante. Então, a gente começou a ter espaço para denunciar isso. Eu acho que isso vale para tudo, você tem mais espaço para a denúncia e tem mais espaço para a organização.¹²⁷

Lia Machado, nesse sentido, avalia que a década de 1980 foi marcada pela denúncia das feministas sobre a impunidade dos homicídios cometidos por homens contra mulheres e pelo “basta” às alegações de legítima defesa da honra como argumento que permitia a absolvição ou o atenuante desses crimes.¹²⁸ Nessa direção, Lurdinha recorda-se de que uma das primeiras manifestações em que a UMSP esteve presente foi durante o julgamento de Lindomar Castilho, uma figura pública, que havia assassinado sua ex-companheira, a cantora Eliane de Grammont, em 1981. De acordo com sua narrativa:

Foi nesse período que as mulheres foram para as ruas pedir a prisão do Lindomar Castilho, em 1981 ou 1982. Nós fizemos uma grade de mulher em frente ao Tribunal de Justiça exigindo a punição e nós levamos ovo na cara! Porque tinha aquilo: “como vocês estão exigindo a condenação de uma celebridade, um cantor, um sujeito público e que matou a mulher por uma questão de honra?” Hoje, com certeza, principalmente com a Lei Maria da Penha, digamos, é menos aceito, apesar de que a impunidade continua. Mas você justificar que um sujeito matou a mulher por honra “não pega” na sociedade de hoje. Mas, em 1980, esse era o discurso comum na sociedade que era decorrente de um determinado comportamento aceitável do homem sobre a mulher.¹²⁹

¹²⁷ Entrevista com Maria de Lurdes Rodrigues, São Paulo, 30/08/2011.

¹²⁸ MACHADO, Lia Zanotta. *Feminismo em Movimento* São Paulo: Editora Francis, 2010, p. 17.

¹²⁹ Entrevista com Maria de Lurdes Rodrigues, São Paulo, 30/08/2011.

Amelinha, ao narrar suas memórias sobre esse dia, enfatiza, além o peso do julgamento de uma figura pública, a dificuldade em romper com o imaginário patriarcal que autoriza a apropriação e aniquilação dos corpos femininos de forma banal. Ela narra que, se de um lado, as feministas organizadas pediam uma resposta do Estado para esses assassinatos; do outro, um grupo de homens, presente na manifestação, reforçava a ideia do poder masculino sobre as vidas das mulheres. Em suas palavras:

Ela foi assassinada e ele um cantor famoso na época. E a gente viu a ameaça dele ser absolvido ou ter a pena reduzida argumentando a “defesa da honra”. Porque ele montou uma história para colocar na opinião pública que ela traiu ele, mas ela não traiu coisa nenhuma e nem se tivesse traído não era para morrer! E ele organizou uma manifestação no momento em que ele ia ser julgado, falava-se em até quinhentos homens, e nós também éramos um grupo muito grande. (...) Nós estávamos com faixa, tem até uma foto bonita da Jajá no *Jornal da Tarde* pedindo calma, tentando negociar com os homens, pois eles começaram a agredir a gente, jogavam tomate, ovo, pau e quando começaram jogar pau nós achamos que já estava demais. E eles gritavam assim: “mulher que bota chifre tem que virar sanduíche; mulher que comete adultério tem que ir para o cemitério”. Eram essas as palavras de ordem. E isso de uma maneira muito forte, aqui na Praça da Sé. (...) Mas essa época, a década de 1980, foi um período que a gente tinha que acompanhar todos os assassinatos, acompanhar todos os julgamentos, denunciar, senão eles davam um jeito de reduzir a pena, o crime não era tão “horroroso” assim, tirou a vida “mas não foi bem assim”!¹³⁰

A fala de Amelinha traz indícios sobre a banalização da vida feminina e da “culpa” que a sociedade relegava à mulher por sua própria morte. Nota-se como as mulheres que ousavam dizer “não” às agressões de seus maridos ou namorados ou mesmo que desejavam seguir suas vidas por outros caminhos, aproximavam-se da figura da “mulher desonesta” e encontravam cultivadas na sociedade e nas teses misóginas de “legítima defesa da honra” justificativas plausíveis para o extermínio de suas vidas. Os advogados de defesa dos acusados construía um discurso no qual a mulher que fugia aos comportamentos tradicionais relegados ao feminino, a exemplo dos de boa esposa e mãe, tornava-se culpada por sua própria morte. Desse modo, como afirma Mirian Grossi, tais argumentações transmitiam a sensação de que “o assassino tivesse livrado a sociedade de um indivíduo que pudesse colocar em risco ‘a moral da família’ brasileira”.¹³¹

Criméia, ao reler suas memórias sobre o momento em que a violência ganhou visibilidade dentro do discurso feminista, ressalta a dificuldade que havia em reconhecer e

¹³⁰ Entrevista Maria A. A. Teles, São Paulo, 12/01/2012.

¹³¹ GROSSI, Miriam. “De Ângela Diniz à Daniela Peres: a trajetória da impunidade”. *Revista Estudos Feministas* n° 1, ano 1993, p. 166-168, p. 167.

compreender que existia um tipo de violência que era direcionada exclusivamente à *mulher* por ser *mulher*. Portanto, avalia que essa questão foi uma das últimas demandas a ser problematizada pelas feministas, posto que outros temas, a exemplo da creche e mesmo do aborto, conseguiam ser mais vislumbrados que a própria violência que, muitas vezes, recortava seu próprio cotidiano. Como diz:

A questão da violência foi, vamos dizer, foi a última das bandeiras, entende? Porque se discutia muito e era mais aceito a saúde, ora com, ora sem o aborto, porque dependia de fatores outros. A questão da creche era aceita por um grupo maior, claro que em um primeiro momento teve resistência porque se achava que era abandonar a criança, mas era aceito. Eu acho que são coisas mais difíceis para o conjunto compreender o que é violência e que se dá particularmente contra mulher. O fato de ser mulher abre uma porta para esse tipo de violência. (...) Porque tinha companheira que estava na luta, no movimento e apanhava dos seus maridos. E isso era complicado, porque entra a questão da vida privada que mistura com a pública e as mulheres não queriam tornar público.¹³²

As complexidades que envolvem as relações de violência como a tolerância social ou, ainda, a percepção de que essas eram questões íntimas, naturais das relações afetivas e, logo, não deveriam vir a público, são pontos que na fala de Criméia aparecem como inibidores para que o assunto fosse tratado com maior profundidade. Portanto, se hoje a UMSP tem o tema da violência contra as mulheres como uma de suas principais bandeiras políticas, sendo considerada como exemplo de organização feminista local de combate à violência com base no gênero, durante os anos de 1980, a questão era abordada de forma paralela a outras demandas.

Criméia, ao falar sobre como a questão foi tornando-se central no discurso da entidade, avalia que apesar da UMSP não ter sido uma das primeiras associações feministas a se dedicar prioritariamente ao tema, o discurso contra a violência sempre esteve presente no grupo. De acordo com a sua narrativa: “a gente não foi uma das primeiras, mas a gente sempre esteve nessa luta contra a violência. Ela vai tomando contornos diferentes até um ponto em que chega e que atualmente é o carro chefe da União”.¹³³

Como foi dito, no Brasil, assim como em outros países da América Latina, lutava-se pelo retorno às liberdades políticas, portanto, até o início dos anos 1980, esse combate era central, inclusive para os movimentos feministas. Nas comemorações do dia 08 de março de 1982, o jornal *Folha de São Paulo*, que não é um meio de expressão feminista, deu a

¹³² Entrevista Criméia A. S. Almeida, São Paulo, 05/02/2012.

¹³³ Idem.

tônica de como a questão da violência ganhava força dentro do feminismo, mas, ao mesmo tempo, endossou como os movimentos feministas atuavam em diversas frentes de militância. A reportagem intitulada “Na Sé o dia da mulher reúne 500” chamou a atenção para a organização “política-festiva” organizada por trinta e seis entidades, entre as quais, destacou a Frente Feminista, o Centro da Mulher, a União de Mulheres de São Paulo e representantes dos partidos do PC, PC do B e do MR-8, que conseguiram reunir quinhentas pessoas no centro da cidade. Segundo o artigo:

(...) já às 15h um grupo de mulheres estava no local, conversando com a população, procurando esclarece-las sobre a discriminação sofrida pela mulher. (...) Foram lembradas as lutas específicas pelo direito ao trabalho, profissionalização e salário igual, creche, assistência médica e reforma do código civil e também o aspecto considerado mais importante pelos movimentos de mulheres representados na Praça da Sé que é a luta pelas “liberdades políticas e a independência econômica e social”.¹³⁴

Apesar de enfatizar a importância dada pelos movimentos à luta pelas liberdades políticas, o jornal ressaltou que entre as discriminações sofridas pela mulher estavam a dupla jornada de trabalho, os salários inferiores e a violência. De outro lado, a reportagem informou sobre a comemoração de “prazer e alegria” realizada no MASP por trinta entidades, entre as quais estavam o SOS Mulher, o Centro de Informação à Mulher (CIM) e os movimentos de bairros que se declaravam independentes. A reportagem destacou, ainda, a leitura do depoimento da mãe de Eliane de Grammont e a peça realizada pelo grupo SOS Mulher que mostrou a violência contra a mulher por meio da dramatização de casos registrados pela entidade.

Em 1980, após o II Congresso da Mulher Paulista e os conflitos decorrentes do mesmo, as entidades feministas propuseram um novo encontro que ocorreu em Valinhos, no qual a autonomia do movimento foi ponto central das discussões, ao lado das ações que deveriam ser consideradas como prioritárias para a ação política. No encontro, a violência contra a mulher e o combate ao controle de natalidade e, logo, a descriminalização do aborto, foram ressaltados como os pontos principais a serem levantados pelos feminismos. Esses temas foram um dos motivos de divergências nos encontros anteriores por serem

¹³⁴ Artigo “Na Sé dia da mulher reúne 500”. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 08 de março de 1982. Arquivo UMSP.

considerado por muitas militantes, sobretudo às ligadas aos partidos de esquerda, como excessivamente “radicais”.¹³⁵

É nesse contexto que surgiu o SOS Mulher ao final dos anos 1980, em São Paulo. A comissão formada de luta contra a violência, durante o encontro de Valinhos, propiciou a articulação de um grupo de feministas em trabalhar diretamente com a questão. Assim, o SOS Mulher nasceu voltado para o atendimento e apoio às mulheres vítimas de violência com o intuito de “romper a passividade da mulher frente aos problemas sofridos” por um lado e, por outro, “estimular a formação de novas comunidades de mulheres e de sua participação ativa diante dos problemas enfrentados”.¹³⁶ Essa experiência já era conhecida de algumas feministas que estiveram exiladas na França, onde, desde meados da década de 1970, formaram-se grupos de atendimento e acompanhamento de mulheres em situação de violência.

Para Gregori surgia, nesse período, um novo momento do feminismo que não se concentrava apenas em denunciar as condições sociais em que as mulheres viviam, mas, também, em criar “novas formas de serviço que articulem os problemas sociais por elas enfrentados em uma resolução que passe pela mobilização política”.¹³⁷ Nessa perspectiva, o grupo atendia às mulheres vítimas de violência por meio de plantões de reflexões, informações e orientações jurídicas gratuitas e acolhimentos delas, além das manifestações públicas de denúncia e reivindicação. Apesar da experiência inovadora, o grupo atuou apenas por três anos.

A princípio, a UMSP não se dedicava a prestar plantões de atendimento ou acompanhamento de vítimas de violência, mas militava nos bairros da cidade discutindo as questões gerais e as específicas. Em suas narrativas, as ativistas apontam como foram nesses debates que a questão da violência começou a cruzar o cotidiano da militância. Essa troca de experiências, segundo as entrevistadas, foi o que possibilitou, posteriormente, que houvesse uma formulação do problema. Reportando-se a Foucault, Deleuze diz que a visibilidade possibilita, também, a elaboração de uma dizibilidade, ou seja, a construção de um enunciado por meio de conceitos e categorias que permitiram falar diferentemente

¹³⁵ PONTES, Heloísa. *Do palco aos bastidores: o SOS Mulher (SP) e as práticas feministas contemporâneas*. Dissertação de mestrado, Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, 1986.

¹³⁶ GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres e relações violentas e a prática feminista*, op.cit., p. 25.

¹³⁷ Idem.

aquilo que se via ou dizia antes.¹³⁸ Por esse prisma, a violência contra as mulheres ganhou, também, dizibilidade, o que permitiu organizar discursivamente os novos problemas e lançar outros olhares sobre os arranjos que compunham as tramas das relações de violência.

Cabe mencionar que, apesar de não aparecer na fala de nenhuma das entrevistadas e não ser o foco da pesquisa, as marcas da violência também podem ser lidas por meio de suas experiências enquanto militantes e presas políticas, pois, como bem ressaltou Eleonora Menicucci de Oliveira: “(...) as diferenças de gênero se acentuam e diferenciam a tortura no corpo do homem e da mulher”.¹³⁹ Muitas das presas políticas passaram por experiências nas quais as atribuições culturais ao feminino foram focos da tortura, como o uso da relação maternal ou a exploração sexual de seus corpos. Amelinha, em um evento sobre as memórias dos regimes ditatoriais na América Latina, ao relatar sobre o período em que esteve presa, sinaliza para essas outras formas de tortura nas quais o corpo da mulher se configura como um território no qual, como em uma guerra, é penetrado a força pela dominação sexual. Assim, como ela narra, o assédio e a violência sexual foram utilizados como meios de tortura dos quais as mulheres “não conseguiam reagir”.¹⁴⁰

As relações com os companheiros de partido também podem, muitas vezes, ser pensadas como formas de violência. Afinal, para entrarem no partido as mulheres precisavam do aceite masculino para se tornarem revolucionárias e muitas tiveram que se sujeitarem aos mecanismos do poder e, assim, reproduziram o modelo imposto do militante “macho”, poderoso e frio, o qual silenciou por inúmeras vezes as vozes femininas. Nessa chave, pode ser inscrita a narrativa de Terezinha que, ao falar sobre sua percepção de como a violência foi se tornando visível no dia a dia da militância, destaca a participação na esquerda. Como diz: “Nós sofriamos a violência contra a mulher no nosso cotidiano, por que nós militávamos e eram poucas as mulheres dentro dos partidos políticos”¹⁴¹, ou seja, as formas de hierarquia e sexismo dentro dessas organizações que, tantas vezes, omitiram as questões femininas, se aproximam de formas sutis de violência. Nessa linha, como

¹³⁸ Deleuze, reportando-se à Foucault, exemplifica as categorias de dizibilidade e visibilidade a partir do exemplo da prisão. A prisão, em seu conteúdo, define um campo de visibilidade ao expor o preso, como pelo panoptismo; e o Direito, por seu turno, cria um campo de dizibilidade ao elaborar os enunciados a respeito da delinquência. Ver: Deleuze, Gilles. *Foucault*, op.cit., p.79.

¹³⁹ OLIVEIRA, Eleonora M. “As relações de Gênero entre mães e filhas/os na solidão da tortura: reflexão de uma experiência”, *Revista Feminista Labrys*, Dossiê Mulheres Insubmissas, agosto/dezembro, 2009.

¹⁴⁰ TELES, Maria A. A. “Lembranças de um tempo sem sol...” In: PEDRO, Joana, WOOLF, Cristina (org.) *Feminismo e Ditaduras no Cone Sul*, op.cit. p. 288.

¹⁴¹ Entrevista Terezinha Oliveira, São Paulo, 02/05/2010.

ressalta Oliveira, o corpo das militantes “foi colocado como propriedade da revolução social, para usufruto da organização a qual pertencíamos. Microcosmos de poder dentro das organizações”.¹⁴²

A violência contra as mulheres não foi alvo do discurso das esquerdas tradicionais, já que era vista como questões de “pequenas burguesas”. Contudo, o silêncio em torno da questão não veio apenas desse lado, mas, entre as próprias feministas, pois, como disse Criméia, havia muita dificuldade de tratar do assunto. Isso porque, até então, não se falava das experiências de apropriação e dominação do corpo feminino. No imaginário social, como exposto anteriormente, o espaço público é visto como um local pertencente ao masculino, portanto, lócus da violência, já que na construção hegemônica da masculinidade as relações de força são atributos inerentes. E na esfera do lar, espaço do sagrado e do amor, como isso poderia ser problematizado? Como tratar de algo que aos olhos da sociedade era parte constitutiva das relações afetivas? Se algumas formas de estupro, ainda que de forma rasa, eram visíveis e mesmo dizíveis, o mesmo não ocorria quando a violência ocorria nas relações familiares e afetivas. Na leitura de Amelinha, essas, como o espaço sugere, são as mais *domesticadas* e, portanto, mais difíceis de fazer emergir. De acordo sua narrativa:

Talvez essas sejam as formas de violências mais aceitáveis na sociedade. Porque se eu for estuprada ali na rua pode ser que as pessoas falem “nossa ela foi estuprada na rua, está certo que ela não deveria estar na rua e ainda com aquela roupa”, mas ainda causa um mal-estar. Agora apanhar dentro de casa de jeito nenhum! Afinal, eu estou dentro da minha casa, o companheiro é meu e ninguém tem nada a ver com isso! Ao contrário os vizinhos aumentam o volume do som para não ter que ouvir os gritos dela. Então, a violência doméstica carrega isso, a naturalização. Toda a violência contra as mulheres é entendida como natural, mas a doméstica... Até o nome “violência doméstica” é muito mais naturalizada, faz parte do ambiente familiar essa violência.¹⁴³

As feministas começaram a problematizar essas experiências não ditas que passam por outros códigos, a partir do cotidiano da militância na vida das mulheres. Pelas trocas de experiência entre as mulheres, as faces da violência de gênero foram vindo à tona e fazendo com que as militantes buscassem estratégias para romper com o silêncio e desnaturalizar essas relações culturalmente construídas.

¹⁴² OLIVEIRA, Eleonora M. “As relações de Gênero entre mães e filhas/os na solidão da tortura: reflexão de uma experiência”, op.cit., p.8.

¹⁴³ Entrevista com Maria A. A. Teles, São Paulo, 12/01/2012.

2.2 “ZONAS DE SILÊNCIO”: O CORPO FEMININO COMO INSCRIÇÃO DA MEMÓRIA

Falar sobre as agressões físicas vivenciadas não é algo comum ou fácil em uma sociedade que localizava essas práticas como “naturais”, pois, como afirma Swain, o dispositivo da sexualidade produz uma rede de desigualdades, hierarquias e assimetrias a partir da valorização/desvalorização de um detalhe biológico que permite e estimula o uso da violência social e institucional.¹⁴⁴ A “identidade” feminina associada à submissão, à fragilidade e à sedução em uma política de sujeição coloca as relações violentas entre homens e mulheres como naturais e, inclusive, justificadas pelas diferenças. Assim, como explica Swain, “se o pressuposto da diferença ‘natural’ dos sexos institui o dispositivo da sexualidade, a violência é sua materialização”.¹⁴⁵

A associação entre o “poder” e a “virilidade” masculina frente à “sedução” e à “passividade” feminina criaram narrativas mestras na história que generalizam a interpretação do passado ocultando outras relações sociais e omitindo ou não problematizando, a partir de uma visão essencialista e universal, as apropriações dos corpos femininos. A naturalização dessas formas de violência são apagadas e sobrepostas por discursos que cultivam no imaginário social a “aceitação” feminina às agressões cometidas por seus pares afetivos. Nessa chave, Swain problematiza o apagamento histórico das violências cometidas contra as indígenas e negras no período colonial sobre o discurso da “propensão ao sexo” destas frente às relações de domínio dos colonizadores e senhores de escravo. Como a historiadora reflete:

O estupro, aliás, é o grande ausente dos tratados e compêndios, manuais de história do Brasil, ao louvar a mestiçagem, tanto no que diz respeito às escravas negras, quanto às índias. Tudo se passa como se as mulheres só estivessem à espera dos favores e da honra que lhes concediam seus senhores ou colonos ou bandeirantes, ao violentá-las. Tudo se passa também em uma espécie de euforia lasciva, onde a violência está ausente e a sexualidade é a celebração de uma enorme festa em prol da mestiçagem. Qual a escrava, porém, que não foi violentada várias vezes ao longo de sua vida?¹⁴⁶

¹⁴⁴ SWAIN, Tania Navarro. “O Grande Silêncio: a violência da diferença sexual”, In: STEVES, C; K.C.T.; ALMEIDA, T.M.C.; ZANELLO, V. (Org.). Gênero e Feminismos: convergências (in) disciplinares Brasília: Ex Libris, 2010, p.45.

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ SWAIN, Tania. “Os limites discursivos da história: imposição de sentidos” <http://www.tanianavarroswain.com.br>

Do mesmo modo, a mexicana Araceli Sánchez Barbosa questiona a colonização espanhola na América que exerceu a exploração sexual, por meio de estupros coletivos e individuais, como uma extensão do domínio sobre o território.¹⁴⁷ Assim, o discurso da “pouca resistência” associada às possíveis formas de agressão às indígenas latino-americanas ou às negras, no processo de colonização, encontram, como afirma Swain, ecos no aforismo contemporâneo no qual “quando uma mulher diz não quer dizer sim”, justificador de uma série de abusos.¹⁴⁸ Tratando-se da violência sexual, a análise do “não consentimento” envolve, ainda, uma série de dinâmicas que passam pelo olhar do outro de seu corpo, em um exame minucioso de sua genitália, que percorre anatomicamente o percurso da agressão vivida, acompanhada dos discursos morais que reafirmam os valores e condutas sociais próprios do feminino. A queixa da violência pressupõe revelar os segredos do corpo da mulher, a sua intimidade, o que, muitas vezes, é percebido como uma segunda violação, levando muitas a se calarem a respeito das agressões.

Nas últimas décadas, as feministas têm lançado novos olhares sobre as narrativas históricas, sobretudo aos períodos de guerras que acabaram suprimindo outras experiências traumáticas de violência e tortura para além das visíveis e instituídas pelos Estados. Algumas pesquisas já têm se detido nos casos de estupros contra mulheres praticados por alemães, japoneses e pelos soviéticos durante a Segunda Guerra Mundial. De acordo com Susan Grayzel, mais do que atingir os inimigos ou “destruir os povos inferiores”, o estupro durante a guerra opera como um veículo no qual os ódios ou preconceitos enraizados se materializem na violação em massa dos corpos femininos.¹⁴⁹ Carmem Rial, em trabalho recente sobre as violações cometidas pelos soldados norte-americanos no Iraque, enfatiza que o binômio “mulher-guerra” remete, além dos casos de estupros, também aos raptos, aos casamentos forçados, à prostituição ou, ainda, aos abusos sexuais em troca da preservação de bens necessários à sobrevivência. Esses casos, contudo, ao contrário do que se pensa, não são cometidos apenas pelos soldados inimigos, mas também pelos próprios aliados.¹⁵⁰

O conceito de “estupro como arma de guerra” passou a ser reconhecido no cenário jurídico internacional nos anos 1990, a partir dos relatos de violações de Direitos Humanos

¹⁴⁷ BARBOSA SÁNCHEZ, Araceli. *Sexo y conquista*. CCYDEL – UNAM. México, 1994.

¹⁴⁸ SWAIN, Tania. “Os limites discursivos da história: imposição de sentidos”, op.cit., p. 10.

¹⁴⁹ GRAYZEL, Susan. *Women's Identities at War: Gender, Motherhood and Politics in Britain and France during First World War*. Chapel Hill: University of Carolina Press, 1999.

¹⁵⁰ RIAL, Carmem. “Guerra de imagens e imagens da guerra: estupro e sacrifício na Guerra do Iraque”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 15(1): 280, janeiro-abril, 2007.

nos campos de concentração na Bósnia, entre os quais figurou o estupro sistemático de mulheres. Essas reflexões começaram ser discutidas depois que a perspectiva da violência contra a mulher já estava mais consolidada no imaginário social, permitindo que alguns relatos das formas de tortura e violência que ocorreram no conflito da antiga Iugoslávia viessem à tona.¹⁵¹

A antropóloga francesa, Véronique Nahoum-Grappe, afirma que, com o recuo do tempo, a suspeita do uso do estupro de mulheres como arma durante a guerra civil na ex-Iugoslávia, nos anos 1990, tornou-se incontestável. A questão colocada por ela é compreender os motivos desse uso violento da sexualidade feminina como meio de destruição moral e política do inimigo.¹⁵² Aproximando-se da concepção de “corpo-território” de Segato, na qual a antropóloga aponta o corpo feminino como lócus de demonstração de poder do masculino, Nahoum-Grappe afirma que o corpo da mulher se apresenta como uma “promessa de vida” para toda a comunidade, portanto, profaná-lo é invadir o espaço histórico do outro. Nesse registro, o corpo das mulheres serve como passaporte para a destruição do outro, do homem, pois o violador ocuparia o lugar reservado ao marido e ao filho. Assim, quando o estupro resulta em uma gravidez, essa representa a ruptura da família, do laço étnico, pois estaria inserindo o filho do inimigo naquela comunidade. Segundo a autora:

(...) o filho do inimigo, implantado pelo estupro, é sempre imaginado como uma criança portadora da identidade paterna e, portanto, encerrando a guerra identitária começada como o massacre dos homens e o estupro das mulheres. O estupro é o homicídio de gênero que economiza a vida das mulheres e a usa como veículo do outro vitorioso até a próxima geração.¹⁵³

O estupro aparece como uma estratégia utilizada para atingir a outros homens, portando, reforça no imaginário social a construção discursiva do corpo feminino como propriedade masculina e fonte de prazer para o *outro*. De acordo com Nahoum-Grappe, essa violação também tem sido lida como uma forma de morte para as mulheres, pois encerra com muitos desejos e possibilidades de (re) constituição de suas vidas. Segundo a autora, nos conflitos de Ruanda, por exemplo, os estupradores, cientes de seu estado de

¹⁵¹ VITO, Daniela de; GILL, Aisha; SHORT, Damien. “A tipificação do estupro como genocídio”. *Sur, Revista Internacional de Direitos humanos*. São Paulo: vol.6 n°.10, junho, 2009.

¹⁵² NAHOUM-GRAPPE, Véronique. “Estupros: uma arma de guerra” In: TREINE, Sandrine (Coord). Trad. Nícia Bonatti. *O Livro negro da condição das mulheres*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

¹⁵³ Idem, p.63.

HIV positivo, deixavam as mulheres vivas para lhes dizerem: “Deixo-a pior que a morte”. A transmissão do vírus da AIDS simboliza não apenas o uso do estupro como arma de guerra, mas o *extermínio* contínuo da mulher, pois a violência segue diluindo-se pelo seu corpo ao reproduzir as dores e os horrores da violação, seja por meio de uma gravidez indesejada ou ainda pelos dos transtornos da própria doença. Ainda por esse viés, de quando a tortura e as violações contínuas, acompanhadas pelas humilhações verbais, não levam à morte, as mulheres carregam consigo um temor ou vergonha pela própria violência sofrida. Como indaga a autora ao falar sobre seu trabalho:

Quantas tentativas de suicídio, de hemorragias provocadas no final de gestação denegadas, de rupturas familiares trágicas (jovens e esposas expulsas quando os pais e os maridos ficam sabendo da vergonha das violências sexuais cometidas contra elas) não estão na origem dos depoimentos à pesquisadora?¹⁵⁴

Márcio Seligmann-Silva tem enfatizado como o testemunho sobre as experiências traumáticas se expressam como uma necessidade essencial de sobrevivência. Há uma barreira construída que isola o indivíduo da convivência com seus companheiros de humanidade e, então, ao narrar, ao falar ao outro sobre a experiência, mesmo que inarrável, é uma atitude de se libertar e reconstruir o presente. A narrativa opera, assim, como uma “ponte com os outros” retirando o sobrevivente do “sítio da outridade”.¹⁵⁵ Mas, como narrar essa violência que, como Nahoum-Grappe sugere, pode colocar a sobrevivente em situações de maior constrangimento, de separações, de ruptura ou expulsões de seus espaços de afeto? Como narrar uma experiência que pode levar a outras formas de violência e de dor?

Nesse campo de reflexão, Veena Das, partindo de uma pesquisa com mulheres que durante a Partição, nos anos 1950, foram sequestradas e violentadas como estratégia de guerra dos inimigos, pergunta pela elaboração desses processos traumáticos.¹⁵⁶ Por meio de suas narrativas, a antropóloga indiana buscou perceber como essas mulheres falam sobre as experiências de dor e sofrimento e conseguem recuperar e reabilitar o cotidiano. Das utiliza

¹⁵⁴ Ibidem, p.64.

¹⁵⁵ SELIGMANN – SILVA, Márcio. “Narrar o trauma - A questão dos testemunhos de catástrofes históricas”. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, vol.20 n°1, 2008.

¹⁵⁶ A Partição foi o processo que levou à divisão territorial efetuada pela Índia e pelo Paquistão em 1947, após sua independência do Império Britânico. O mesmo foi marcado pela violência entre hindus, muçulmanos e outros grupos étnicos e religiosos responsáveis por desalojar 14 milhões de pessoas e vitimar ao menos um milhão, além dos casos de estupro e raptos de mulheres. Ver: PEREIRA, Paulo. “Violência, gênero e cotidiano: o trabalho de Veena Das”. *Cadernos Pagu*, n°35, dezembro, 2010.

a metáfora do “conhecimento venenoso” para explicar como elas conseguem reler as experiências traumáticas, pois, ao ouvir as suas narrativas percebeu que havia *zonas de silêncio*, ou seja, a ausência dos fatos ocorridos, sobretudo dos acontecimentos mais brutais. É por meio da analogia entre a fábula de uma mulher que ingere um veneno e permanece com ele em si, que a antropóloga afirma que as mulheres conseguem romper o silêncio e dizer sobre a experiência vivida, sem, contudo, falar diretamente sobre as formas de violência. Esse trabalho, que também está ancorado com o tempo, é o que permite que elas possam reconstruir suas vidas e suas relações sociais.¹⁵⁷

Das sugere, também, que o “não narrativo” da violência, o indizível, caminha para os questionamentos e disputas sobre aquilo que pode ser considerado como vida e as formas que essa pode assumir no cotidiano, pois, como afirma diz: “foi um homem ou uma máquina que enterrou uma faca nos órgãos genitais de uma mulher depois de estuprá-la”?¹⁵⁸ Assim, as experiências que levam às *zonas de silêncio* passam a ser ditas por outros códigos de linguagem que permitem às mulheres reconstruírem seu cotidiano a partir da reescritura do tempo.

Se as pesquisas históricas e antropológicas têm se debruçado sobre esses relatos que apontam os silêncios em torno das apropriações do corpo feminino em contextos de guerras, há de se ater, também, às formas de violência que ocupam os “tempos de paz” e ocorrem dentro do espaço da intimidade, das relações afetivas, do privado. Nesta trilha, a antropóloga Esther Langdon, a partir de uma experiência pessoal, ao olhar para os “fantasmas familiares” e ver um passado marcado por violências silenciadas cometidas por pais, avôs, tios e padrastos contra jovens meninas, questiona: “porque não falamos?”.¹⁵⁹ Responde que há muito medo e horror no silêncio do não dito, pois são inúmeros os conflitos vividos em torno dos afetos construídos nas relações intrapessoais.

Os discursos hegemônicos e heteronormativos constituem a figura masculina em posição hierárquica à feminina, ocupando um papel central no interior das relações familiares. Em outra ponta, ainda há a construção do desejo “desenfreado” masculino que é incapaz de conter seus impulsos sexuais ou sua raiva. Esses acabam por justificar a violência e ocultar as narrativas. Assim, como ressalta a antropóloga “uma narrativa não

¹⁵⁷ DAS, Veena. *Life and Words: violence and the descent into the ordinary*. University of California Press Berkeley, Los Angeles London, 2007.

¹⁵⁸ Idem, p. 39.

¹⁵⁹ LANGDON, E. Jean. “O dito e o não dito: reflexões sobre narrativas que famílias de classe média não contam”. *Revista Estudos Feministas*, nº1, 1993, p.155.

dita leva a outra” fazendo com que essas experiências, quando não se mantêm silenciadas, passem por outras formas de enunciado.

2.2.1 DESFAZENDO OS FIOS DAS HISTÓRIAS NÃO DITAS

São por esses códigos do “não dito”, das histórias tecidas que silenciavam as narrativas de violência, que Rosana inscreve suas memórias sobre o aparecimento da questão no dia a dia da militância. Para ela, a pouca sensibilização para o tema fazia com que as mulheres não declarassem as agressões sofridas no espaço doméstico, mas mostrassem traços que poderiam ser lidos como o caminho pelo qual a violência percorre. Em suas palavras:

É muito difícil o relato da violência, porque as mulheres tinham medo. Elas relatavam, assim, que o marido não deixava ir à reunião, que ela tinha que fazer tudo em casa antes de vir, eu me recordo muito das mulheres dizerem assim: “ah eu acordo bem cedo, limpo a casa, lavo a roupa para poder vir à reunião” ou ir a um encontro, mas dizer que apanhava... Isso era muito difícil.¹⁶⁰

Kátia ao reler suas memórias sobre esse momento inscreve-as em sua experiência enquanto militante e professora. Diz que as situações de violência contra as mulheres no espaço doméstico não apareciam, mas, no entanto, outras situações, como um aluno que era filho de seu avô, apontavam para as “zonas de silêncio” que ocorriam em casa. Ela narra que, em uma determinada circunstância de conflitos entre alunos, percebeu que uma menina de dez anos dava “sinais” de que era violentada. Ao chamar a mãe da aluna, para conversar a respeito, ouviu esta dizer à criança: “você enquanto estiver na minha casa não vai ser prostituta, só depois dos dezoito anos!”¹⁶¹

Refletindo sobre casos de incesto em relações familiares, Heleieth Saffioti afirma que o sentimento de culpa criado tanto pela mãe, quanto pela filha, é um dos grandes inibidores da narrativa da violência.¹⁶² A socióloga analisa que a constituição do feminino, dentro do discurso cristão da confissão sobre a sexualidade, conduz a mulher a se culpabilizar e a sofrer. Assim, em sua análise, as filhas violentadas pelos pais, raramente, veem-se como vítimas e sim como copartícipe, pois acreditam que não conseguiram resistir

¹⁶⁰ Entrevista Rosana Fernandes, São Paulo, 03/12/2011.

¹⁶¹ Entrevista com Kátia Antunes, São Paulo, 20/05/2010.

¹⁶² SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

às investidas do adulto e, portanto, participaram do processo de sedução. Além de culpadas, essas podem se tornar inimigas de suas mães, as quais, segundo a autora, quando conseguem enxergar o problema, ou se silenciam, ou ainda, em muitos casos, responsabilizam a criança/jovem pelo abuso sofrido.

Kátia, ao se lembrar do episódio, aponta para essas relações complexas que envolvem o relato da violência e mesmo a dinâmica entre os envolvidos, no caso, mãe e filha. Como ela relembra:

E eu falava: “mãe, ela só tem dez anos, isso é uma coisa que a gente pode resolver, isso não é o fim do mundo.” E aí eu comecei a perceber porque a mãe gritava e dizia que a culpa era do tio dela, que eles eram muito amiguinhos, que o padrasto adorava ela. E era o último dia que eu estava respondendo pela direção e eu pedi para a diretora ir a fundo naquela história porque eu tinha certeza que aquela menina sofria abuso sexual ou do tal do tio ou do padrasto. E a mãe, você via, tinha ciúme da filha, era aquela coisa a filha seduz os homens da casa. Uma loucura! E como você chega nisso através da escola?¹⁶³

Essa valorização da sexualidade masculina e do poder que estabelece enquanto “chefe da família”, isto é, proprietário de todos que fazem parte daquele núcleo privado, justifica a apropriação e a violência que direciona às mulheres, objetos daquele espaço. Desse modo, a narrativa da experiência é uma forma de afrontar a ordem instituída, aos valores estabelecidos como corretos dentro dessas relações, portanto, romper com o silêncio implica em desestabilizar uma prática tida como natural. Além disso, essa fala ainda traz riscos para quem a diz, como o rompimento de laços familiares ou a ameaça de novas formas de violência, quando não de sua própria vida. Logo, é por outras categorias de enunciado que, muitas vezes, essas experiências são ditas.

Amelinha, em sua leitura do passado, diz que essas cenas de violência que não eram ditas apareceram no cotidiano da militância, principalmente, quando a UMSP esteve estreitamente ligada ao movimento de luta por creches. Era nos momentos dessas discussões, que tinha uma grande mobilização na época, que as falas sobre as cenas de violência emergiam. De acordo com sua narrativa:

Nós vamos priorizar a luta por creches. Só que quando nós estávamos dentro das creches, a violência aparece. Por que você estava discutindo com a mulher e aí ela chegava ali com o olho roxo por que o marido não queria que ela fosse ali discutir a proposta pedagógica, ou por que o marido achou que ela foi trabalhar para namorar com o patrão, ou por que o marido arranjou outra mulher e quer levar para o barraco, e bate

¹⁶³ Entrevista com Kátia Antunes, São Paulo, 20/05/2010.

nela por que ela tem que aceitar a outra mulher. E, então, a violência apareceu, fora os abusos contra as criança. (...) A gente trabalhava muito com as mulheres pobres, que precisa trabalhar e ter creche para deixar as crianças. E elas apanham do marido, mas também tem violência no trabalho, porque são empregadas domésticas ou diaristas. E elas traziam isso na discussão, porque para elas não tinha isso aqui é discussão de creche e eu vou discutir violência em outro lugar, então, quando ia discutir a creche, discutia a vida delas também.¹⁶⁴

Já Criméia, ao falar sobre a questão diz que o silêncio sobre o tema vinha, por um lado, da naturalidade com que o mesmo era tratado, devido à pouca discussão. Por outro, avalia que distante do imaginário social no qual as situações de violência seriam algo que ocorreria apenas com as mulheres que “estavam lá na periferia”, chama a atenção para a presença destas na vida daquelas que estavam militando pelas liberdades políticas ou dentro do movimento feminista. Como mencionado, a questão da violência nunca foi prioridade do projeto político das esquerdas, pois, além de um problema íntimo, seria algo que dividiria a luta da classe operária. Criméia, ao falar sobre uma denúncia que fez ao partido em que militava sobre as agressões de um “companheiro” à sua esposa e ao filho, diz ter ouvido que ela estava: “querendo tirar a classe operária do seu lugar de vanguarda”, ao que ela respondeu que “não precisava da classe operária para apanhar, para isso tinha a polícia”!¹⁶⁵

Se a violência contra a mulher não recebia atenção pelo discurso das esquerdas, Rosana expõe que a prática, no entanto, compunha o cotidiano, inclusive, de muitas das ativistas e/ou das mulheres que tinham relações afetivas com militantes políticos. Ao reler o passado, narra que:

Homem da esquerda era machista, nós tínhamos companheiras que apanhavam do marido. Ela não contava para gente, mas a gente sabia. E era um cara legal, que militava com a gente! Era um homem do bairro, porque quando você milita você tem uma consciência diferente. E aí de repente a mulher chegava com o olho roxo dizendo que tinha caído, que tinha batido na parede, como muitas ainda hoje falam. E a gente não conseguia acreditar que era ele quem tinha batido! E ela era também era uma militante forte, que batia nas casas chamando as pessoas! E o marido lhe dava um soco e ficava quieta. E naquela época não tinha nada.¹⁶⁶

Criméia compartilha dessa percepção ao narrar a respeito dos códigos corporais que sugeriam que a companheira militante passava por situações de violência. Aponta, de um lado, como as relações hierárquicas dentro do partido acabavam por ser uma barreira para

¹⁶⁴ Entrevista com Maria. A.A. Teles, São Paulo, 12/01/2012.

¹⁶⁵ Entrevista Criméia A. S. Almeida, São Paulo, 19/04/2011.

¹⁶⁶ Entrevista Rosana Fernandes, São Paulo, 03/12/2011.

tratar da questão, pois, em muitos casos, eram os próprios dirigentes do partido, isto é, aqueles que deveriam conduzir a população à revolução, quem agredia suas companheiras. Por outro lado, o problema “considerado menor” pelas esquerdas era visto como algo que fazia parte das relações de intimidade do casal e, portanto, natural. A exposição dos problemas considerados privados, não só pelos homens, mas pelas próprias mulheres, era outro fator que inibia desfazer os nós dessa trama. Ela recorda-se que:

Bem nesses primeiros anos de militância na União eu pertencia ao Partido Comunista do Brasil e os dirigentes batiam em suas mulheres, então isso também incomodava. E a gente questionava e era visto como um desvio ideológico, uma questão particular, e o partido era a vanguarda da revolução e isso era o que importava e não essas coisinhas pequenas que acontecem no dia a dia de cada um. E era uma coisa complicada, porque eram os dirigentes! Não digo que todos batiam, mas uma boa parte batia. Tinha assédio sexual, mas estou falando da violência física, da mulher chegar de olho roxo, que era militante também, e você colocar a questão e falarem que você está misturando as coisas! E quando perguntava todo mundo tinha batido o olho na quina da pia!¹⁶⁷

Cabe ressaltar aqui que a ênfase que Criméia dá ao falar que não se tratava de “assédio sexual”, que até então não era tipificado, mas, sim “de violência física”, não tinha a dimensão conceitual atual.¹⁶⁸ As classificações entre “violência doméstica”, “violência contra a mulher” ou, ainda, “violência de gênero”, entre outras categorias que buscam definir os atos direcionados exclusivamente às mulheres, dos quais tratarei no capítulo seguinte, não eram ainda definidas e delimitadas nesse momento. A questão ganhou novos contornos e foi politizada a partir da percepção do crescente número de mulheres assassinadas por seus pares afetivos. A impunidade diante desses casos chamou a atenção das feministas para o fenômeno, da mesma forma que a experiência da militância tornou possível perceber as reminiscências dessa violência no corpo das mulheres. Se a narrativa tanta vezes foi, e ainda é, expressa pelas histórias dos acidentes domésticos, a memória desses acontecimentos, porém, invade seu corpo, tomando formas de cicatrizes que não são apenas físicas, mas que compõem a própria constituição da sua subjetividade. Muitos desses fios que compõem e sobrepõem os “não narrativos” da violência levaram várias

¹⁶⁷ Entrevista Criméia A. S. Almeida, São Paulo, 05/02/2012.

¹⁶⁸ A Lei n.º 10.224 possibilitou, em 2001, que o assédio sexual passasse a figurar como crime, refere-se a: “Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função”. Artigo 216 do Código Penal.

mulheres à morte e é importante frisar que, até aquele momento, não havia nenhum mecanismo institucional que coibisse esses acontecimentos.¹⁶⁹

É claro que a morte de mulheres por seus maridos ou companheiros não é algo que surgiu na década de 1970, o que mudou, como bem pontuou Perrot, é a tolerância social a esses atos. Susan Besse, ao analisar os chamados “crimes da paixão” durante as primeiras décadas do século XX, afirma que naquele período houve uma “epidemia” de denúncias de tais homicídios. No entanto, compreende que o motivo para que isso viesse à tona em um momento de intensa urbanização não era a preocupação com a morte das mulheres em si, mas sim com a desagregação da família que esses crimes simbolizavam.¹⁷⁰ Portanto, percebe-os como parte do processo de “higienização social”, posto que os mesmos deixaram de ser alvo de atenção social no final dos anos 1940.

Outras pesquisas, como de Marisa Côrrea¹⁷¹, Martha Esteves¹⁷² e Magali Engel¹⁷³ e Sueann Caulfield¹⁷⁴, demonstram como os valores patriarcais que compunham os discursos jurídicos e médicos, entre o final do século XIX e início do XX, tinham como horizonte a honra pessoal que, no caso das mulheres, era simbolizado pelo hímen. Esses trabalhos apontam para o descompasso existente entre o discurso jurídico dos chamados “crimes de honra” e as novas práticas sociais das mulheres. Estas, na maioria das vezes, acabavam sendo condenadas “moralmente”, pois o novo comportamento feminino, considerado como “moderno”, como trabalhar fora e sair à noite sem a companhia de um homem ou mesmo ter relações sexuais por prazer, fazia com que elas não fossem consideradas “honestas”, logo, distante da figura protegida pelo Estado.

Guita Debert e Danielle Ardaillon, em uma análise dos julgamentos e sentenças em casos de estupro, espancamento e homicídio de mulheres nas capitais brasileiras, durante os

¹⁶⁹ A violência contra a mulher, no âmbito doméstico ou familiar, só passou a “existir” juridicamente em 2006, com a implementação da Lei Maria da Penha. Até então, mesmo com a criação das Delegacias da Mulher ou do JECRIM, dos quais tratarei a seguir, tais agressões eram tipificadas como “lesão corporal” podendo ser classificadas como leve ou grave.

¹⁷⁰ BESSE, Susan. “Crimes Passionais: a campanha contra o assassinato de mulheres no Brasil: 1910-1940”. *Revista Brasileira de História*, nº18, vol.9, agosto/setembro, 1989, p.181-197.

¹⁷¹ CORRÊA, Mariza, *Os crimes da paixão*, São Paulo: Brasiliense, 1981 e *Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro, Graal: 1983.

¹⁷² ESTEVES, Martha de Abreu, *Meninas perdidas. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

¹⁷³ ENGEL, Magali G. “Paixão, crime e relações de gênero (Rio de Janeiro, 1890-1930)”. *Topoi*, Rio de Janeiro, nº1, p. 153-177.

¹⁷⁴ CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2000.

anos de 1980, afirmam que nos chamados “crimes passionais” há certa condescendência com o réu, pois, parte-se do “pressuposto de que o criminoso passional não oferece um perigo real para a sociedade”.¹⁷⁵ Acreditava-se que ele não iria reincidir já que seu ato foi “movido pela paixão, pelo amor a uma pessoa”, sendo assim, de acordo com as autoras, o descontrole é compreendido como um ato em nome da defesa de valores prezados pela sociedade, o que relegava, de antemão, a impunidade aos acusados.

Essas pesquisas explicam, em parte, o silêncio das mulheres a cerca das violências sofridas. O reconhecimento da violência exercida contra as mulheres só aparecia quando revertido em morte, sendo que essa era, na maioria dos casos, justificada por sua suposta traição ao marido ou companheiro. Todo o restante das possíveis formas de agressões cotidianas que compõem essa complexidade não era dito.

Assim, segundo Machado, foram as manifestações e as denúncias públicas das feministas contra “o poder de vida e de morte dos homens sobre suas mulheres”¹⁷⁶ que trouxeram à tona e repercutiram na sociedade e na opinião pública os casos de violência crônica contra as mulheres. Esses casos também romperam com outra visão sobre as relações de violência: a figura do agressor como um monstro, bêbado, pobre e negro. Ao contrário, notou-se que o exercício da violência contra as mulheres também é praticado pelo homem branco, bem educado, com cargos importantes, militante de esquerda ou intelectual, bom vizinho ou grande amigo. Como diz Segato, uma das contribuições dos estudos feministas e de violência foi a crítica à “solidão do homem violento”, isto é, a ideia de que ele é um ser “desviante” que possui algum tipo de loucura ou aptidão para o crime e que, portanto, produz a violência.¹⁷⁷

Daí a importância das feministas saírem às ruas e irem às portas de tribunais para dar visibilidade política aos inúmeros assassinatos de mulheres. De tal modo, no período mencionado, as feministas realizaram a campanha “O silêncio é cúmplice da violência” no intuito de fazer com que as mulheres partilhassem as experiências de violência e denunciassem as agressões vividas nos espaços públicos e nos privados. Essa mobilização foi realizada ao lado das denúncias dos homicídios femininos considerados “passionais”, no

¹⁷⁵ ARDAILLON, Danielle & DEBERT, Guita. *Quando a vítima é mulher: Análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio*. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987, p.63.

¹⁷⁶ MACHADO, Lia Z. *Feminismo em Movimento*, op.cit.

¹⁷⁷ SEGATO, Rita. “Crimes de gênero em tempos de ‘paz’ e de guerra”. In: STEVENS, C; BRASIL, K.C.T.; ALMEIDA, T.M.C.; ZANELLO, V. (Org.). *Gênero e Feminismos: convergências* (in) disciplinares. Brasília: Ex Libris, 2010.

intuito de alterar o imaginário social sobre as mortes de mulheres e as formas de violência nas relações afetivas. Ao romper com a invisibilidade da violência, buscou-se mecanismos pelos quais as mulheres pudessem narrar suas experiências sem se sentirem culpadas ou ameaçadas. Se o SOS Mulher já havia se mostrado como uma ponte para essas falas, outros espaços feministas e alguns institucionais passaram a tratar mais de perto da questão.

2.3 AS DELEGACIAS ESPECIALIZADAS E OS RUÍDOS DA VIOLÊNCIA

Em 1982, com as eleições para o Governo Estadual, o movimento feminista pressionou as instituições governamentais para atenderem suas reivindicações. Um dos resultados, em São Paulo, foi a criação do Conselho da Condição Feminina, em 1983, durante o mandato de Montoro, no qual a violência contra a mulher foi uma das pautas centrais.¹⁷⁸ Esse período é percebido por Criméia como um dos pontos altos da conquista das políticas públicas para as mulheres, pois, os movimentos feministas estavam mais organizados e conseguiram fazer com que suas demandas se tornassem objeto das disputas políticas. Ela relembra que:

Teve uma discussão aqui na União, ela saiu daqui e estava dentro do bojo que criou a Conselho da Condição Feminina, então, foram várias conquistas do ponto de vista das políticas públicas, foi um período interessante que antecedeu e mesmo depois da Constituição. Foi um período que as mulheres estavam bem organizadas. Ampliaram as creches, a questão da saúde da mulher, já incluindo a questão da contracepção e do aborto, e isso tudo entra na questão da discussão da violência.¹⁷⁹

Lurdinha também destaca a importância do período para que a questão da violência pudesse vir à tona e ganhar espaço nas demandas feministas e nas políticas públicas, a exemplo da criação das Delegacias de Defesa da Mulher. Como ela narra:

Então, eu acho que isso (a violência) começa muito forte no começo da década de 1980, com a organização de grupos de mulheres, com as denúncias de assassinatos e de violências e, eu acho que a criação das Delegacias das Mulheres ajudou. A primeira foi aqui em São Paulo. Então, foi uma década bem importante para a questão de a violência doméstica vir à tona.¹⁸⁰

¹⁷⁸ GREGORI, Maria Filomena. “Delegacias de Defesa da Mulher de São Paulo e as instituições: paradoxos e paralelismos”. In: DEBERT, G., GREGORI, M.F., PISCITELLI, A. *Gênero e Distribuição de Justiça: as Delegacias de Defesa da Mulher e a construção das diferenças*. Coleção Encontros, PAGU- Núcleo de Estudos de Gênero da UNICAMP, 2006.

¹⁷⁹ Entrevista Criméia A. S. Almeida, São Paulo, 05/02/2012.

¹⁸⁰ Entrevista Maria de Lurdes Rodrigues, São Paulo 30/08/2011.

Dois anos após a criação do Conselho, foi fundada a primeira delegacia voltada para o atendimento específico do público feminino com o intuito de conter a violência contra as mulheres. De acordo com Gregori, a iniciativa surgiu a partir das experiências de grupos feministas no atendimento, sensibilização e conscientização junto às mulheres que sofriam violências, possibilitando, por um lado, trazer à tona as relações desiguais entre homens e mulheres que levavam às situações violentas; e, por outro, definir o que se compreendia por violência contra mulher, uma discussão que ainda não era atravessada pelo conceito de gênero, sendo compreendida a partir da categoria de patriarcado. Segundo a autora:

A própria definição de violência contra a mulher foi elaborada por essa experiência, seja a partir de uma compreensão particular acerca da opressão sofrida pelas mulheres no patriarcalismo – sintonizada com as discussões feministas em cenário internacional – seja pela prática diária de atendimento às mulheres que recorriam a essas entidades. Gênero não era a categoria empregada nessa definição e a condição feminina era significada a partir de pressupostos universalizantes que, uma década mais tarde, foram revistos. De qualquer modo, mesmo com conotação universal e um tanto essencializante, esse movimento tornou pública uma interpretação sobre conflitos e violência na relação entre homens e mulheres como resultante de uma estrutura de dominação.¹⁸¹

Amelinha, ao falar sobre as discussões que levaram à Delegacia de Defesa da Mulher, pontua, como Gregori, a importância da experiência dos grupos de atendimento às mulheres, que sofriam agressões, sobretudo do SOS Mulher. Contudo, diz que as feministas não pretendiam ter um espaço próprio para as mulheres vítimas de violência, mas sim que o atendimento dentro dos órgãos já existentes fosse diferenciado e que não colocasse a mulher agredida em circunstâncias nas quais ela se sentisse culpada pela agressão por ter se *desviado* dos seus atributos de mulher casta, honesta ou esposa dedicada. Em suas palavras:

Tinha um grupo muito bom aqui em São Paulo que era o SOS Mulher, que é um grupo muito importante, porque reúnem um grupo de mulher que começam a experimentar o atendimento às mulheres em situação de violência. E elas fazem de cara um atendimento multidisciplinar, porque uma era advogada, outra é filósofa, outra psicóloga, outra jornalista, então era um atendimento feminista mesmo! E essas mulheres que estão no atendimento propõem uma melhoria na delegacia do homem, isso é, o homem não pode atender a mulher porque ela ia se sentir culpada, porque ela apanhou porque não cozinhou o feijão para o marido ou você estava usando essa saia curta, então, ia ser estuprada mesmo. Porque teve essa marcha das vadias? Porque continua do mesmo jeito né? Isso nós estamos falando coisa de trinta anos atrás que continuamos ouvindo ainda hoje. E voltando, nós queríamos uma delegacia boa, uma delegacia que atendessem bem as

¹⁸¹ GREGORI, Maria Filomena. “Delegacias de Defesa da Mulher de São Paulo e as instituições: paradoxos e paralelismos”, op.cit. p. 64.

mulheres, mas nós nunca chegamos a “delegacia da mulher”, a essa formulação. Quem chegou a isso foi o Estado, foi a forma que ele respondeu às nossas reivindicações.¹⁸²

Rosana, ao rememorar sobre a implantação da Delegacia da Mulher, compartilha da visão de que a proposta das feministas era a constituição de uma perspectiva outra de atendimento e indica como o Conselho da Condição Feminina, órgão do Estado, abriu caminho para que o diálogo fosse possível. Sua fala sugere como, no período, as relações entre os feminismos autônomos e o institucionalizado eram estreitas, apesar dos inúmeros impasses que ocorreram em torno da institucionalização do movimento. Na leitura que faz do passado, Rosana narra:

A nossa luta feminista como União de Mulheres foi uma das responsáveis pela criação da Delegacia da Mulher. Eu me lembro até hoje que eu estava no dia que o Michel Temer assinou a criação das delegacias. Eu me lembro de que nós estávamos lutando contra a violência que a mulher sofria, nós fazíamos muita pesquisa para saber a respeito e aí foi criado o Conselho da Condição Feminina que abriu caminho para a discussão da delegacia. E a partir daí foi criada a delegacia, mas a luta para que lá funcionasse direito permaneceu porque as mulheres tinham vergonha de ir, medo de não serem tratadas bem, medo de se exporem, de dizer que foi estuprada, e ouvirem: “Como”? Então, esse medo foi uma luta grande que nós travamos de discutir com as mulheres¹⁸³.

Para que esse temor fosse rompido, as feministas propunham que o atendimento nesses espaços fosse realizado por policiais femininas. No entanto, como ressalta Cecília Santos, mesmo entusiasmadas com a ideia das delegacias especializadas, as militantes tinham a convicção de que as policiais, pelo fato de serem mulheres, não tratariam com mais respeito e solidariedade às vítimas de violência. Portanto, insistiam para que os conselhos e entidades feministas capacitassem-nas e monitorassem o seu trabalho.¹⁸⁴

Amelinha, ao lembrar desse momento, sinaliza para outras implicações em torno da proposta do Estado. A princípio, segundo ela, o que chamou a atenção foi o fato de o Estado propor a construção de uma delegacia, espaço que na época correspondia por excelência às formas de repressão. Ao lerem a proposta, as feministas deram conta de que se tratava de uma iniciativa que visava coibir a violência contra as prostitutas que ocorria na região central da cidade. Como ela narra:

¹⁸² Entrevista com Maria A. A. Teles, São Paulo 12/01/2012.

¹⁸³ Entrevista com Rosana Fernandes, São Paulo 03/12/2011.

¹⁸⁴ SANTOS, Cecília M. “Women’s police stations and feminism in São Paulo”. *Latin American Research Review*, Vol. 39, No. 3, October 2004, p. 37.

Um pouco antes, eles divulgaram que iria fazer uma delegacia da mulher e aí nós vamos em cima. Que delegacia é essa? A primeira portaria que eles fazem, o primeiro esboço é uma delegacia para as prostitutas. Porque também tem um outro tipo de violência aqui em São Paulo nesses anos de 1970 e 1980, e que ainda continua, todas elas, nenhuma é resolvida, é que a gente não tem fôlego para denunciar tudo. Mas, essa violência é contra as prostitutas. Tinha um delegado que corria atrás das prostitutas, mandava prender, batia, porque era prostituta, porque era gay, travesti. Então, o secretário da Segurança Pública, que era o Michel Temer, faz esse esboço de portaria voltada para prostituta e nós vamos questionar que coisa é essa. Como delegacia para a prostituta? Tem que ser para a mulher! E nós discutimos que tinha que ser delegacia para a mulher, como vamos saber que é prostituta ou não para atender? Sendo prostituta ou não, sofreu violência tem que ter direito de denunciar!¹⁸⁵

É importante destacar que, naquele período, a discussão da violência não era atravessada pelo conceito de gênero e era tratada por grande parte das ativistas de forma universal, já que o objetivo era a denúncia da mesma. Enfatizava-se, ainda, que o local onde essa era mais enraizada como natural e, logo, mais silenciada, era no espaço doméstico. Assim, especificar o tratamento da violência a um único indivíduo, no caso a prostituta, significaria, naquele momento, fragmentar a unidade representada pela categoria “Mulher”, a qual, supostamente, seria capaz de dar conta de todas as formas de discriminação e violência que incidiam contra o feminino. Posteriormente, essa categoria identitária passou a ser questionada no interior do próprio discurso feminista e, assim, o “sujeito” do feminismo passou a não ser mais compreendido como estável ou fixo.

Cabe ressaltar ainda que não apenas os corpos biologicamente femininos são vítimas desse tipo violência, mas também aqueles que performatizam o gênero feminino, a exemplo de gays, transexuais, travestis etc. A questão, no que concerne à visibilidade desses casos de violência, como pontua Butler, é a não *inteligibilidade* desses corpos, isto é, o não reconhecimento social dos corpos que não se encaixam em nenhum dos dois gêneros como seres humanos.¹⁸⁶ Para Butler, o gênero é um ato intencional e performativo, ou seja, ele é expresso por meio de palavras e gestos, de forma estilizada, que produz um efeito ontológico. Contudo, se há um padrão normativo, há também indivíduos que escapam a esse e se tornam “inadequados” ao rejeitarem a ordem sexo, gênero e desejo. Seus corpos, porém, não são reconhecidos como “normais”, não são inteligíveis socialmente e se tornam abjetos. Desse modo, as ações violentas direcionadas contra eles não são consideradas, pois eles não têm importância social. Nesse ponto, mesmo a prostituta tendo um corpo

¹⁸⁵ Entrevista Maria A. A. Teles, São Paulo, 12/01/2012.

¹⁸⁶ BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre os limites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

reconhecido dentro do sistema sexo-gênero, a violência contra ela acaba por ser apagada, pois, é como se esta fizesse parte do seu trabalho. No imaginário social, a prostituta estabelece outras relações com seu corpo, sua sexualidade e seu prazer, portanto, trata-se de uma figura hipersexualizada que se distancia da representação do ideal de feminilidade. Nesse imaginário, o corpo da prostituta é visto como um “campo aberto” às investidas e às agressões masculinas por se distanciar das noções de pureza, delicadeza e passividade construídas como inerentes à subjetividade feminina. Além disso, as prostitutas ocupam o espaço público, o qual é percebido como *locus* do poder masculino e da violência. Nessa direção, as formas de violência contra ela, como o estupro, não são consideradas, pois seu corpo também se enquadra na concepção de corpo abjeto para o qual o Estado não dispensa proteção. Claramente, essa não é uma percepção partilhada pelas feministas.

Criméia, ao falar sobre um projeto que a UMSP realizou junto às prostitutas na região central de São Paulo, destaca a dificuldade de tratar da violência direcionada a elas, dada a posição marginal e desviante que ocupam em nossa sociedade. Acrescenta, ainda, o fato de que grande parte das agressões direcionadas a elas partem de uma instância de poder, a polícia. Portanto, sinaliza para os problemas que envolvem a desnaturalização desse tipo de violência com elas próprias, que também temem narrar essa experiência. Ao reler o passado, Criméia narra:

Eu acho que como a violência contra a mulher foi algo consentido pela sociedade durante séculos, não foram anos. E ela ainda é consentida contra as prostitutas, e até mesmo entre mulheres que são combativas... Agora é uma questão que está dentro da violência doméstica, se não quiser é do trabalho, é violência sexual, mas é mais difícil de trabalhar. E é muito difícil trabalhar com elas também. Porque elas estão no limite da marginalidade e da “normalidade” aceita, então, elas têm muito medo de denunciar, mesmo porque parte da violência que elas sofrem vem da polícia, e como vai se denunciar a polícia para a própria polícia? E muitos dos caras que as exploram ou mais um dos caras que exploram, são os policiais, então a gente teve muitas queixas nesse sentido e foi muito difícil de encaminhar. Principalmente porque elas não denunciavam, sobretudo, quando a violência é exercida por um agente do poder. Com a gente mesmo, às vezes, nem sequer o nome verdadeiro ela usa, então é muito marginal para você conseguir trabalhar. O tráfico de mulheres também é difícil, pois há uma ideia de que a mulher consentiu.¹⁸⁷

Terezinha, por seu turno, ao se recordar do período, aponta para outra dificuldade que a criação da delegacia especializada trouxe para o movimento. Ao contar sobre a participação da UMSP junto ao Conselho da Condição Feminina, traz outro ponto de

¹⁸⁷ Entrevista Criméia A. S. Almeida, São Paulo, 05/02/2012.

inflexão. Em sua narrativa, diz que muitas feministas eram contrárias à medida, pois achavam que esses conflitos não deveriam passar pelo Estado e, sobretudo, pela polícia algo que representava a repressão e a violência institucional contra a população e a oposição política em um passado recente. Em sua leitura:

Muitas feministas achavam que polícia não tinha nada a ver, não foi uma unanimidade no feminismo na época. E, olha, eu até entendo! Porque a esquerda não queria que nós denunciássemos a violência contra a mulher, porque achava que os trabalhadores batiam na mulher porque ele transferia a opressão que o patrão exercia sobre ele para a mulher e isso levava a divisão da classe trabalhadora. E nós discordávamos disso, a gente sempre discordou! E como o feminismo nasceu praticamente dentro da esquerda, acredito que tinha um pouco do mesmo pensamento. E além do mais, nós estávamos saindo da ditadura militar, nós que havíamos sido presas, torturadas, iríamos agora defender a polícia? Que a polícia preste serviço? Se bem que a nossa proposta não era uma delegacia de repressão, era uma delegacia que coibisse a violência e de defesa da vítima. Então, ela dava a visão da própria segurança pública que é uma coisa diferente, que é de garantir a segurança e não de repressão que era a nossa experiência.¹⁸⁸

Ainda segundo Santos, o contexto político da época levou algumas feministas a terem certas “reservas” diante da proposta do Estado, já que havia a desconfiança em tratar da questão por um órgão que era identificado com a repressão do período.¹⁸⁹ Apesar das feministas não serem contra a medida, a autora avalia que houve uma contenção das mesmas, pois, se tinha consciência de que, além da própria noção de violência contra a mulher não estar difundida na sociedade, faltava outras políticas públicas como a construção de casas abrigos e seminários sobre o tema.

Entretanto, as delegacias especializadas acabaram por se definir como um local de visibilidade da violência contra as mulheres, no qual foi possível falar sobre suas experiências. Assim, veio à luz fatos que eram apagados do cotidiano feminino por serem considerados como naturais.¹⁹⁰ Por essa experiência, até então inovadora, a medida expandiu-se para outras cidades e foi adotada em treze países da América Latina. Hoje, há uma crítica contundente dos feminismos acerca da incapacidade da delegacia em tratar da questão, sobretudo, pela insensibilidade em lidar com as situações de estupro dentro ou fora das relações afetivas, da violência contra as prostitutas e as lésbicas, enfim, a diversidade

¹⁸⁸ Entrevista Terezinha Gonzaga, São Paulo, 12/01/2012.

¹⁸⁹ SANTOS, Cecília M. “Women’s police stations and feminism in São Paulo”, *op.cit.*, p. 35.

¹⁹⁰ De acordo com Santos em 1984, por exemplo, um ano antes da criação da primeira delegacia da mulher, em São Paulo foram registradas aproximadamente 3.000 queixas de mulheres vítimas de violência. Já em um ano de atividade, entre 1985 e 1986, a primeira delegacia da mulher registrou sozinha, cerca de 7.000 ocorrências e atendeu 65.000 mulheres.

de formas em que a violência pode assumir no cotidiano feminino. Do mesmo modo, há ainda a percepção da perda da visibilidade, pois as delegacias passaram a assumir, desde 1996 e da definição de violência doméstica, os casos de agressão e abuso de crianças, jovens e idosos. Todavia, naquele momento, a construção das delegacias propiciou que a problematização emergisse e também ganhasse dizibilidade na sociedade.

No início de 1985, por exemplo, em uma proposta de discussão, a UMSP destacou como “problemas da mulher” a creche, a saúde, o trabalho e a “violência”. Esta, porém, vinha sem qualquer especificidade. Isso era decorrente, como mencionado por Gregori, de que a noção específica de violência contra mulher e, posteriormente, as outras categorias que foram se delineando, desenvolveu-se a partir das experiências adquiridas no ativismo e nas denúncias realizadas nas delegacias de defesa da mulher.

Em duas cartilhas dedicadas à violência contra a mulher, utilizadas pela UMSP e escritas nos anos de 1980, uma do Conselho Estadual da Condição Feminina e outra do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), nota-se as dificuldades de conceituar aquilo que procurava combater. No caderno da CNDM, ainda em 1985, a violência era demarcada como “contra a mulher” e explicada a partir da noção das divisões dos papéis sociais entre homens e mulheres que levariam às relações assimétricas de poder e, conseqüentemente, às variadas formas de violência que iam desde a física até a econômica. Segundo a explicação do texto:

A violência contra a mulher se manifesta das mais diferentes formas sendo que a educação diferenciada, ou seja, a divisão dos papéis entre homens e mulheres, pode ser considerada como o núcleo gerador desta relação de poder. A partir dela, a escalada de violência vivida pelas mulheres atinge, na maior parte das vezes, proporções gigantescas culminando em espancamentos e assassinatos. O CNDM, (...) se volta para o combate a esta violência em suas diferentes modalidades: ideológica, física, sexual, econômica e psicológica.¹⁹¹

Já no pequeno livro intitulado *Violência contra a mulher*, de autoria de Maria Amélia Goldberg e distribuído pelo Conselho Estadual da Condição Feminina, o texto começa com a seguinte pergunta: “que violência?” sinalizando para os questionamentos que o termo ainda trazia. O texto explica que se trata “da violência que está presente no dia a dia da vida de várias mulheres e que assume a forma de abuso físico, psicológico ou sexual praticado por homem com a intenção explícita de submeter a mulher a suas

¹⁹¹ Cartilha do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Brasília, 1985, p.5. Arquivo da UMSP.

vontades”.¹⁹² Isso é, uma violência diária lida como resultado da dominação patriarcal masculina sob as mulheres. Detalha, porém, as formas de violência física, psicológica e a sexual e chama a atenção para “o fenômeno até pouco tempo invisível”, que eram as agressões que ocorriam no espaço doméstico, destacando que essa era imperceptível, pois a mulher por medo, vergonha ou ainda por acreditar que se tratava de um destino “natural”, não denunciava a agressão sofrida. A violência é compreendida como as diversas relações de discriminação que passam pelas humilhações verbais, ameaças psicológicas, abuso sexual no trabalho e na família, formas até então inexploradas. O livro traz, ainda, narrativas de mulheres vítimas de violência em todo o país e, ao final, informa endereços úteis onde a UMSP aparece como espaço de promoção de seminários e cursos sobre direitos, saúde, sexualidade feminina e planejamento familiar.

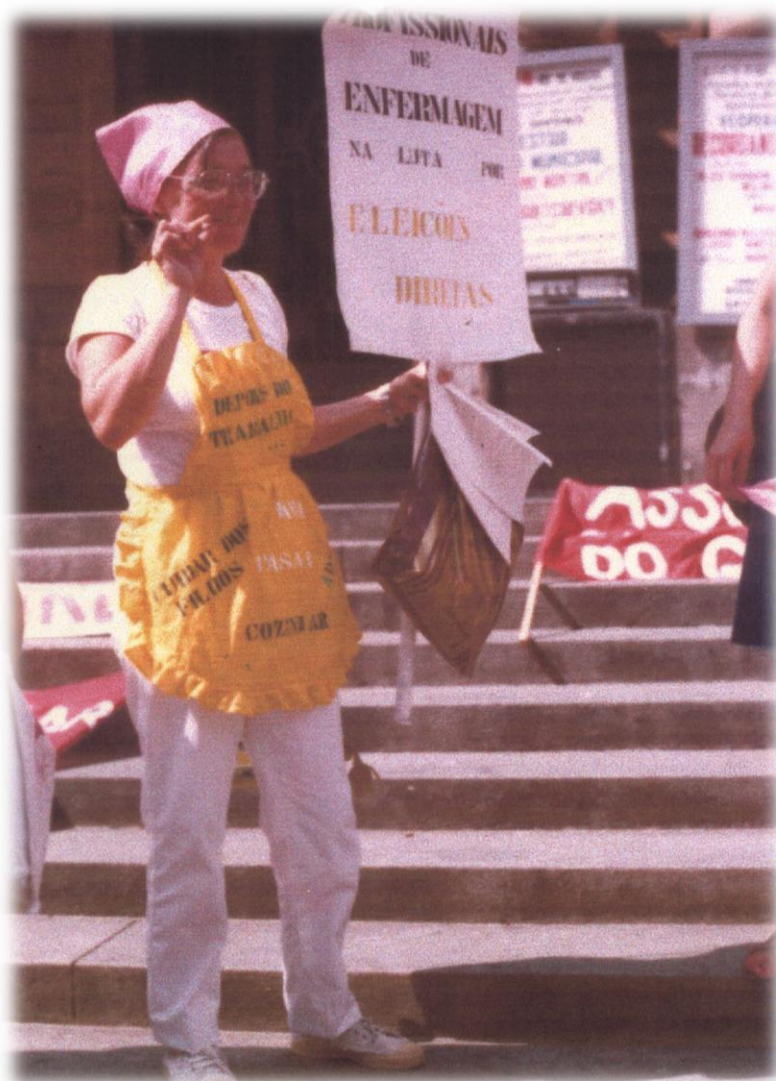
Essas discussões coincidiram com a luta pela reabertura política e pela reforma na Constituinte, momento no qual as feministas levaram as questões tangenciais do movimento, como a reforma do código civil, a descriminalização do aborto e a violência nas relações afetivas e familiares para o centro dos debates políticos. Portanto, é também desse período o estreitamento da UMSP com o campo do Direito.

2.4 “A CONSTITUINTE TEM A GENTE QUER TEM QUE TER MULHER!”

Durante o processo de transição política no Brasil, os grupos feministas já consolidados, alguns em apoio direto aos partidos políticos, saíram às ruas para defender não apenas o retorno à democracia, mas também a inserção das questões de gênero nas plataformas políticas. Os feminismos questionaram a submissão da mulher ao marido no código civil, a concepção de família heterossexual e definida pelo casamento, as desigualdades no mercado de trabalho e a visão da sexualidade feminina como propriedade masculina e combateram as formas de violência contra a mulher e a criminalização do aborto.¹⁹³

¹⁹² GOLDBERG, Maria Amélia A. *Violência contra a mulher*. São Paulo: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985, p.2.

¹⁹³ ALVAREZ, Sonia. “Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia”, op.cit.



Criméia na Praça da Sé, Campanha pelas Diretas Já, 1984. Arquivo UMSP.

A UMSP, que desde sua fundação, esteve envolvida em ambas as lutas e teve grande participação e empenho durante os trabalhos e debates para a nova constituinte. Kátia, ao recordar-se desse momento, diz que as divergências entre lutas “gerais e específicas” que sempre estiveram presentes entre as feministas, naquele momento, foram postas de lado em nome da possibilidade de ver garantido o retorno às liberdades democráticas e a inserção das propostas feministas no campo político. Em sua leitura:

Ponto de divergência com as outras feministas era essa questão da participação das mulheres nas lutas gerais. Para elas, era só específico, como o pessoal do SOF, por exemplo. Mas no fim você não segura isso. Agora, no processo de redemocratização participou todo mundo, mas foi muito louco tudo isso. Era muita participação. Acho que foi muito importante. Era assim... vivo! Era aquela participação, com tanta gente e dava

um ânimo muito grande! Era muito grande, era diferente de você ficar em grupinho, aquilo era enorme!¹⁹⁴

Amelinha, por outro lado, ao rememorar sobre o momento, diz que a UMSP, ao lado de outros grupos, como a Federação Paulista, foi favorável ao projeto de uma nova Constituição. Enfatiza, porém, que o debate esteve longe de ter um consenso dentro do feminismo, pois de um lado havia a necessidade de afirmar a autonomia do movimento frente aos partidos políticos; e, por outro, o temor que as questões levantadas pelo feminismo fossem institucionalizadas. Como ela narra:

Algumas (feministas) eram contrárias por motivos políticos, mas também havia o pensamento que se os partidos querem, nós não devemos colocar nossa bandeira, por que aí a gente perde a nossa autonomia. E aí as mulheres estão em um esforço comum de fazer mudanças, de trazer avanços políticos, as mulheres estão querendo acertar, mas aí tem essa divergência. E nós tivemos uma posição muito certa, muito correta. Hoje, depois de trinta anos, eu vejo que a gente fez o que tinha que fazer. As mulheres estavam por baixo mesmo, nós somos mais discriminadas na história, então, onde tiver um pedacinho de caminho para a gente pegar, aquela bandeirinha, aquela brecha, nós vamos aproveitar aquela brecha sim, nós não vamos abrir mão dela. Nós vivíamos em uma ditadura, então, tinha que ter uma Constituinte.¹⁹⁵

De acordo com Moraes, durante o processo de redemocratização, as feministas enfrentaram um dos seus maiores temores: a desconfiança do poder de cooptação do sistema patriarcal e capitalista representado tanto pelos partidos políticos, quanto pelo Estado.¹⁹⁶ As lutas feministas, assim como a de outros grupos, estabelecem um combate cotidiano e aberto, como bem ressaltou Foucault, nos anos de 1970.¹⁹⁷ Esses combates buscam desestabilizar os mecanismos de poder e conseguir a inserção de suas demandas a fim de alterar o imaginário social, a exemplo, no caso das feministas, do *status* das relações de gênero. Contudo, como afirma o autor, essas lutas são formas de rupturas importantes e correm o risco de serem capturadas seja pelo Estado ou pelos partidos políticos.

Nesse campo de reflexão, Joan Scott avalia que as relações entre as feministas e o campo da política, ao longo da história, foram marcadas por complexos paradoxos. A autora afirma que nessa *negociação do impossível*, da qual se trata o cenário da política, as feministas sabem que não podem insistir em uma solução final e totalizante, que sempre

¹⁹⁴ Entrevista Kátia Antunes, São Paulo, 20/05/2011.

¹⁹⁵ Entrevista com Maria A. A. Teles, São Paulo, 22/02/2011.

¹⁹⁶ MORAES, Maria Lygia. *Vinte anos de Feminismo*, op.cit, p. 11.

¹⁹⁷ FOUCAULT, Michel. “Sexualidade e Política - 1978” In: *Ditos e Escritos V: Ética, Sexualidade e Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

são falhas, mas estarem abertas a outras negociações e novas reformulações.¹⁹⁸ Por esse caminho, ao lado dos conflitos em torno das possibilidades de captura das lutas feministas pelos mecanismos do poder estatal, durante os anos 1980, outra questão presente para o movimento foi a crítica à representação. Como Butler já argumentava nos anos 1990, política e representação, sobretudo para as feministas, são questões complexas, pois, em sua essência, definiria uma identidade fixa para as mulheres. Reconhece que, se por um lado a representação serve como termo operacional no seio de um processo político que procura dar visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos; por outro é uma “função normativa de uma linguagem que revelaria ou distorceria o que é tido como verdadeiro sobre a categoria das mulheres”.¹⁹⁹

Muitas críticas foram dirigidas às armadilhas discursivas que aprisionam as diversas possibilidades de se pensar a subjetividade por uma noção identitária, sobretudo, centrada no discurso sexual e heteronormativo. Como argumenta Swain, não se trata mais de definir o “que é uma mulher, uma categoria que supostamente nos uniria”²⁰⁰, mas questionar os mecanismos que transformam um corpo biológico em um corpo sexuado designado por *mulher*. E por estes processos, perguntar sobre as representações e o imaginário criado a partir delas.

As teóricas feministas já discutem a multiplicidade dos sujeitos, pois, como afirma Butler, “se alguém é uma mulher, certamente não é tudo que esse alguém é”.²⁰¹ Do mesmo modo, Braidotti enfatiza que o sujeito mulher não é essa essência monolítica definida de uma vez por todas e “para sempre”, mas o lugar de um conjunto de experiências múltiplas e complexas, logo, os feminismos não devem pensar a constituição da subjetividade feminina a partir dos discursos identitários, mas sim ter uma postura nômade, isto é, adotar uma consciência crítica aos modos de pensamento e comportamento codificados que buscam definir os caminhos corretos a se seguir. Nas palavras de Braidotti:

O nômade por outro lado se posiciona pela renúncia e desconstrução de qualquer senso de identidade fixa. O nômade é semelhante ao que Foucault chamou de “contra memória”, é uma forma de resistir à assimilação ou homologação dentro de formas

¹⁹⁸ SCOTT, Joan. “Fantasy Echo: História e a Construção da Identidade”. *Revista Labrys*, Estudos Feministas, n°1-2, 2002.

¹⁹⁹ BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização, 2008, p.18.

²⁰⁰ SWAIN, Tania. “As teorias da carne: corpos sexuados, identidades nômades”. *Revista Labrys*, Estudos Feministas, n°1-2, 2002.

²⁰¹ BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero*, op.cit., p.20.

dominantes de representar a si próprio. As feministas – ou outros intelectuais críticos, como sujeitos nômades – são aquelas que têm uma consciência periférica; esqueceram de esquecer a injustiça e a pobreza simbólica: sua memória está ativada contra a corrente; elas desempenham uma rebelião de saberes subjugados. O estilo nômade tem a ver com transições e passagens, sem destinos pré-determinados ou terras natais perdidas.²⁰²

Mesmo partilhando dessas críticas, no período de retorno à democracia, as feministas brasileiras criaram jogos de negociação e lutaram arduamente para que a autonomia das mulheres, ainda que sob uma égide representativa, e a igualdade jurídica entre os gêneros fossem reconhecidas na Constituição de 1988. Pinto avalia que, no período em questão, as feministas, no intuito de ver suas demandas incorporadas na Carta Constitucional, travaram fortes pressões políticas que foram capazes de derrubar a resistência que havia em torno de suas propostas e inseriram no campo da política representativa novos discursos sobre as relações de gênero e outros valores de cidadania.²⁰³

É nesse registro que as militantes da UMSP inscrevem suas memórias sobre o período, percebido como um dos momentos de maior intensidade vivido pela entidade. Em suas narrativas, o momento é compreendido pela possibilidade que tiveram de ver as questões que atravessavam o dia a dia da militância, considerados “menores” até então, como a violência contra as mulheres, a descriminalização do aborto ou, ainda, os padrões normativos sobre família e maternidade, entrarem no debate político como questões que também eram relevantes.²⁰⁴

Amelinha, ao lembrar das campanhas realizadas neste período, destaca como esse momento foi importante para a UMSP, pois trouxe a possibilidade de inserir aquilo pelo que lutavam. Como diz: “a Constituição é um marco. Nós vamos aparecer na ‘A Constituinte que a gente quer tem que ter mulher’. Coisas assim, palavras que nós inventamos e íamos para as ruas sozinhas com cartazes, nós tínhamos muito pique”!²⁰⁵

Rosana, ao narrar suas memórias, conta que foi um dos trabalhos mais emocionantes realizados pela associação, no qual as militantes foram às ruas recolher assinaturas e organizaram excursões à Brasília, como em 1984, quando foram pressionar

²⁰² BRAIDOTTI, Rosi. “Diferença, Diversidade e Subjetividade Nômade”. *Revista Labrys, Estudos Feministas*, nº1-2, 2002.

²⁰³ Pinto, Celi. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

²⁰⁴ OLIVEIRA, Eleonora M. “Nosso corpo nos pertence: uma reflexão pós anos 1970”. *Revista Labrys Estudos Feministas*, nº6, 2005.

²⁰⁵ Entrevista com Maria Amélia A. Teles, São Paulo, 22/02/2011.

pelas “Diretas Já”. Posteriormente, em 1986, voltaram à Brasília com a bandeira da incorporação das demandas feministas na Constituinte. Como ela se lembra:

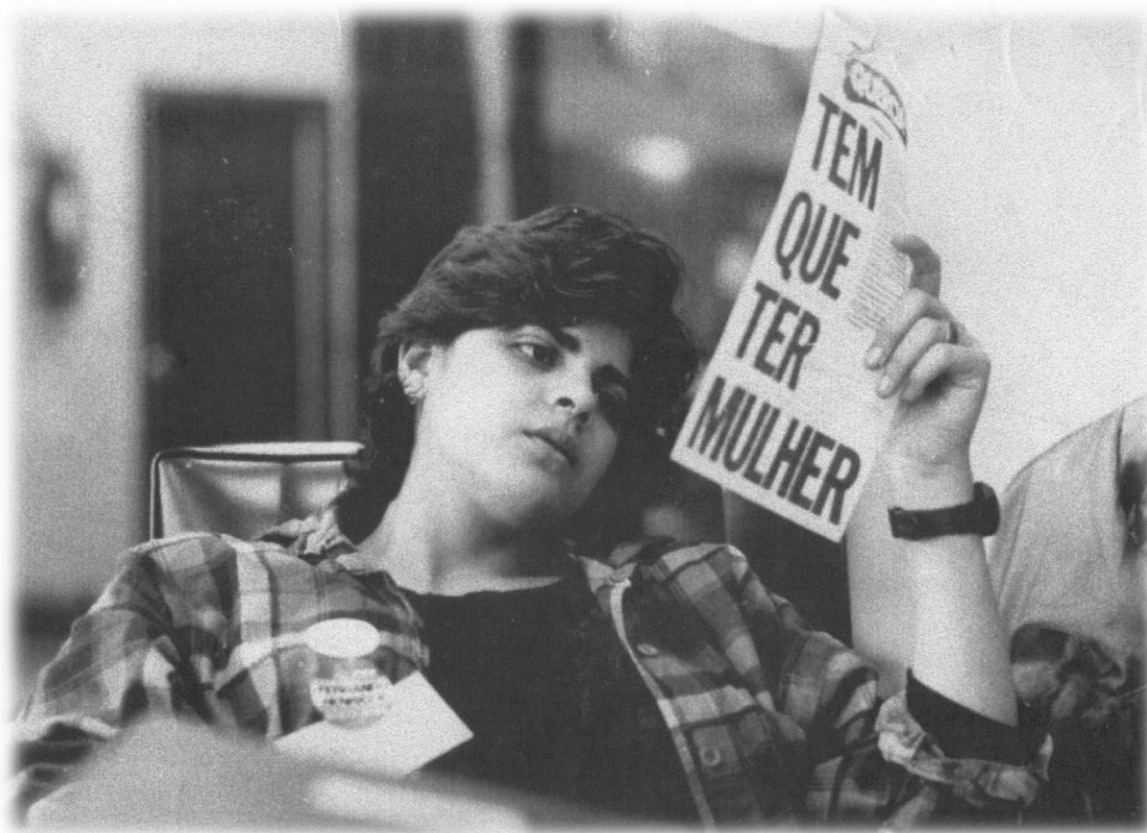
Nós fizemos uma caravana para Brasília para participar da Assembleia Constituinte, para entrar lá no plenário e fomos barradas na porta do plenário e fizemos uma algazarra tal, falando palavra de ordem, aquele mundo de mulheres. E aí os deputados começaram a sair, alguns para nos apoiar e nós conseguimos entrar e participar da discussão sobre a mulher. E aí nós abrimos um precedente, porque vários outros grupos começaram a entrar. Isso foi muito emocionante! Eram vários ônibus!²⁰⁶



Amelinha e Rosana campanha da Constituinte. Arquivo da UMSP.

²⁰⁶ Entrevista Rosana Fernandes, São Paulo, 03/12/2011.

Como uma proposta de diálogo aberto com a população, em 1986, a UMSP instalou em frente ao Teatro Municipal de São Paulo o “Microfone da Mulher”. A proposta era de que as pessoas pudessem falar sobre temas do cotidiano feminino que deveriam ser tratados na Constituição.²⁰⁷ No mesmo ano, o folhetim semestral da UMSP foi dedicado ao tema “Lugar de Mulher é na Constituinte” no qual se destacou o trabalho que a entidade vinha exercendo nessa frente. De acordo com o folhetim, a campanha tinha por objetivo aprovar a incorporação das propostas feministas e a conquistas de “mecanismos legais e políticos para garantir nosso direito perante o Estado e a sociedade, o que não foi feito até agora por que nós, mulheres, temos sido as grandes ausentes, tanto das constituintes, como das Constituições que já houve no Brasil.”²⁰⁸



Mini Constituinte, Assembleia Municipal de São Paulo, 1988. Arquivo UMSP.

Com esse intuito, a UMSP teceu um pequeno livro com as propostas feministas para a Constituição e, depois, organizou uma “Mini Constituinte” na Câmara Municipal de São Paulo, que consistiu em uma simulação da Assembleia. O evento teve a participação de

²⁰⁷ SILVEIRA, Maria Lúcia. *Itinerários de Gênero e Ressignificação da Cidadania*, op. cit., p.89.

²⁰⁸ Boletim *A mulher na constituinte*, junho de 1986. Arquivo da UMSP.

trezentas mulheres e consistiu em uma dramatização onde se debateu sobre diversos temas e explicou o que era e quais as funções da Assembleia Constituinte. Entre as bandeiras mais defendidas pela instituição esteve a alteração do conceito de família que era vislumbrada pelo código civil, a qual remetia à constituição de um núcleo heterossexual e hierarquizado, onde outros arranjos familiares e afetivos não eram reconhecidos e, portanto, não tinha qualquer respaldo legal, além, claro, da marginalização social.

Amelinha, ao falar sobre esse momento, diz que os esforços das feministas caminharam na direção de alterar a concepção patriarcal e hierarquizada de família que não condizia nem com a proposta democrática e tão pouco com as práticas sociais. A representação da família tradicional do código civil também reforçava a subordinação da mulher e a “naturalização” da maternidade. Em sua leitura do passado:

Tem gente que acha que nós éramos contra a família, mas nós não aceitamos essa ideia de família heterossexual, com o pai, a mãe e os filhinhos. A segunda coisa é que embutido na família, quando existe aquela família heterossexual, com pai, mãe e filhinhos, quem manda na família era o pai, que estava no Código Civil. Então, não sei se você viu a luta que tivemos contra o Código Civil que estabelece que o chefe da família conjugal é o homem e acabou! Família é coisa de homem! A história, o vínculo familiar da mulher se perde e ela passa a ser subjugada pelo homem literalmente na lei, pois o homem é o chefe na sociedade. Que família é essa? Que democracia é essa que tem esse tipo de família? Nós somos contra a hierarquia na família, onde o poder está sempre nas mãos dos homens e a mulher tem que se subalterna, a mulher tem que sustentar a família e obedecer ao homem! E tem que procriar, e parece que só ela é que pari, só ela que tem o filho, só que ela quem tem que lavar fralda! É isso que nós criticamos.²⁰⁹

Pinto avalia que a Assembleia Constituinte foi um momento paradigmático do feminismo na política, pois as mulheres eleitas deputadas, em uma trajetória de parceria e solidariedade, apresentaram trinta emendas sobre os direitos das mulheres englobando praticamente todas as solicitações das feministas. A “Carta das Mulheres”, documento promovido pelo CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher) em parceria com grupos feministas, foi a mais abrangente sobre as propostas feministas, no qual, segundo a autora, destacou-se a originalidade ao tratar da violência contra a mulher “expresso numa detalhada proposta de defesa da integridade física e psíquica da mulher, redefinindo o conceito de estupro e sua classificação penal”²¹⁰ e, também, do “polêmico” tema do aborto, firmando, assim, ações políticas voltadas para a saúde e violência. A questão da violência

²⁰⁹ Entrevista Maria A. A. Teles, São Paulo, 22/02/2011.

²¹⁰ PINTO, Celi R. *Uma história do feminismo no Brasil*, op.cit., p. 75.

entrou na nova Constituição não como uma especificidade contra as mulheres, o que era a demanda feminista. No texto constitucional o Estado deveria coibir a violência que ocorre no âmbito das relações familiares, posto que a especificação de gênero foi considerada inconstitucional.²¹¹

2.4.1 “FOI UMA DAS BATALHAS DE RUA MAIS BONITA QUE FIZEMOS”

A luta pela descriminalização do aborto foi uma das propostas mais elaboradas e defendidas pela UMSP que, ao lado do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde e do Grupo de Saúde Nós Mulheres, propôs uma emenda popular e recolheu 33.338 assinaturas para que essa pudesse entrar na nova Constituição. A emenda era também uma forma de enfrentamento à proposta da Igreja Católica “em defesa da vida desde a concepção” que se fosse aprovada intensificaria o controle do Estado sobre o corpo feminino, pois nem nos casos de estupro ou de risco de morte da mulher o aborto seria permitido. Criméia, ao se lembrar deste embate, diz que: “o abaixo assinado foi no Brasil todo. E a Igreja (católica) fez outro contra a tortura, o aborto e a favor da vida, juntou um leque”.²¹²

Para que o direito das mulheres ao próprio corpo fosse garantido, as feministas, em todo o país, foram às ruas colher assinaturas para que a proposta de despenalização do aborto entrasse como emenda popular na Constituição. Do total de assinaturas exposto acima, a UMSP recolheu quatro mil e quinhentas, das doze mil recolhidas apenas em São Paulo. Na leitura de Amelinha, que defendeu a proposta no Congresso da Constituinte, esse foi um dos trabalhos mais importantes realizados pela entidade. Como se lembra:

A União sozinha recolheu quatro mil e quinhentas assinaturas. Acho que foi uma das batalhas de rua mais bonita que nós já fizemos, porque você tinha que parar a pessoa na rua, explicar o que a gente queria, tinha que explicar tudo. Imagine as pessoas correndo na rua e você tinha que explicar que ela tinha que dar os documentos! Elas achavam que isso era golpe, que nós estávamos querendo roubar, vender alguma coisa, que nós íamos a casa dela, as pessoas morriam de medo! Tinham pessoas que até concordavam com a ideia, inclusive tinha um item que foi muito importante, porque tinha um sobre a saúde integral das mulheres em todas as fases, a defesa ao livre acesso ao planejamento familiar, aos métodos contraceptivos, o direito de interromper a gravidez respeitando a

²¹¹No parágrafo 8 do Capítulo VII – Da Família, da criança, do adolescente e do Idoso, consta que: “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”. *Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988*. Brasília, Senado Federal Secretaria especial de editoração e publicações Subsecretaria de edições técnicas, 2010, p. 37.

²¹² Entrevista Criméia A. S. Almeida, São Paulo, 19/04/2011.

sua consciência. Essa consciência individual foi fundamental para você ganhar no boca a boca a opinião pública, ou seja, eu não sou obrigada a fazer o aborto, porque se a mulher quiser fazer tudo bem, eu não! E nós enfrentamos todo o movimento de esquerda que era contra nós! E no meio dessa emenda popular tinha outro complô que era o direito à vida desde a concepção. Ninguém dizia que era contra o aborto, dizia que era o direito à vida desde a concepção.²¹³

A luta feminista pelo direito ao aborto tinha como ponto central a contestação ao poder de interferência do Estado e da moral religiosa que impunham uma disciplina e uma função ao corpo feminino. Nesse sentido, a crítica era estendida aos partidos de esquerda que, buscando o apoio da Igreja, viam o aborto como um tema pouco relevante e divisor da união pelas questões gerais. Cabe frisar que é também nesse período que as ativistas da UMSP que permaneceram no PC do B foram expulsas do partido. Diante dos conflitos gerados pelo ativismo nas esquerdas e as relações com a Igreja, muitas feministas entraram em um impasse diante da emenda, como conta Amelinha ao se recordar das discussões:

E tinha gente do movimento de mulheres, do movimento considerado feministas, que era contra a nossa emenda, porque fazia muito trabalho com a Igreja e se a Igreja não querer... Nós nunca trabalhamos com a Igreja. Nós somos ateias! Para nós não tinha problema nenhum. Nós defendíamos a convivência com todo mundo, ser amplo, geral e irrestrito, mas desde que nós pudemos defender as nossas bandeiras. Nós queremos o direto ao aborto! Vocês querem sentar aí, podem sentar (para discutir). Mas nós vamos defender e aqui é a nossa casa. Contra tudo e contra todos.²¹⁴

Esses paradoxos que tornam o assunto tão complexo vêm da ênfase tanto religiosa, quanto científica que enfatizam a associação do corpo feminino à sua função reprodutora. A identificação da mulher com seu útero faz com que ela seja valorizada na medida em que é fértil, pois, como afirma Giulia Galleoti: “é a maternidade que lhe permite deixar uma marca, uma memória póstuma”.²¹⁵ Segundo a autora, na Europa, durante o século XVIII, a gestação, que até então era algo íntimo da mulher, ganhou outros contornos a partir dos discursos científicos que lançaram novas bases e reflexões ao considerarem o feto como uma entidade autônoma, alterando, assim, o papel da mulher e da gravidez. Esses novos princípios, de acordo com a autora, fizeram com que a Igreja e o Estado redefinissem suas posições à luz das indicações científicas.

²¹³ Entrevista com Maria A. A. Teles, São Paulo, 22/02/2011.

²¹⁴ Idem.

²¹⁵ GALLEOTI, Giulia. *História do aborto*. Portugal: Editora 70, 2007, p. 27.

Rosângela Talib, do movimento feminista “Católicas pelo Direito de Decidir”, na mesma teia de pensamento, afirma que mesmo o aborto sendo uma prática social antiga, sua regulamentação nas sociedades ocidentais data do século XIX. Essa foi impulsionada pela proibição absoluta da Igreja Católica imposta, em 1869, a partir da “teoria da personificação imediata do feto” que passou a condenar toda a forma de abortamento, independente da situação, e condenar à excomunhão, vigente até hoje, a quem o praticar.²¹⁶ A influência da moral religiosa no Estado laico e, em consequência na valorização social da maternidade e do feto, leva o Brasil, assim como outros países onde ainda persiste a criminalização do aborto, a uma alta incidência de abortamentos clandestinos, realizados em precárias condições e que induz muitas mulheres à morte. Calcula-se, atualmente, que no Brasil ocorram entre 729 mil a 1,25 milhão de abortamentos inseguros, figurando entre as quatro principais causas de morte materna.²¹⁷ O Congresso Nacional, em 1988, não aprovou nenhum dos dois projetos apresentados a respeito do aborto, pois, como afirma Barsted, as feministas conseguiram apoio para as conquistas nas áreas relativas ao trabalho, direitos civis, assistência à saúde e, inclusive, o “repúdio à violência doméstica”. No entanto, a questão do aborto “esbarrou no moralismo, no medo da Igreja e na batina dos padres.”²¹⁸ A não aprovação de ambas as propostas, porém, abriu uma brecha para que o assunto pudesse continuar a ser debatido e reelaborado.

Scavone chama a atenção para o fato de que, ao lado da questão da violência contra a mulher, na metade dos anos de 1980, a noção de direitos reprodutivos, que já era tratada no movimento feminista internacional, passou a fazer parte da agenda das brasileiras, centrando-se na obtenção do direito à livre escolha da maternidade, ao aborto, à contracepção, mas também ao “questionamento das relações de gênero, tanto no interior das famílias, quanto na orientação das políticas de planejamento familiar em vigor”.²¹⁹ Esse campo se desenvolveu no país, segundo a autora, em um período em que a esterilização

²¹⁶ TALIB, Rosângela A. *Dossiê: serviços de aborto legal em hospitais públicos brasileiros (1989-2004)*. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2005, p.11.

²¹⁷ MONTEIRO, M.F.G. ADESSE, L. e LEVIN, J. Abortamento, um grave problema de saúde pública e de justiça social. In: *Revista Radis – Comunicação em Saúde*, n. 66. Fevereiro de 2008. Sobre o tema ver: GALLI, Maria B, VIANA Ana Paula. “O impacto da ilegalidade do aborto na saúde das mulheres e nos serviços de saúde em cinco estados brasileiros: subsídios para o debate político”. *Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. Florianópolis, 2010; *20 anos de pesquisa sobre aborto no Brasil*, Série textos básicos, Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

²¹⁸ BARSTED, Leila Linhares. “Legalização e descriminalização do aborto: 10 anos de luta feminista”. *Revista Estudos feministas*, nº0, 1992, p. 104-130, p.124.

²¹⁹ SCAVONE, Lucila. *Dar a vida e cuidar da vida: Feminismo e Ciências Sociais*. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p.56.

feminina começou a ser disseminada resultando em uma intensa mobilização das feministas pelo PAISM (Programa de assistência integral à Saúde da Mulher).

Além do PAISM, que foi uma grande intervenção do movimento feminista na área da saúde da mulher, outra conquista, já na década de 1990, foi o sistema de aborto legal, isto é, o atendimento médico na rede pública em níveis estaduais e municipais no procedimento de abortamento nos casos já previstos no Código Penal. Em 1989, uma experiência inovadora foi desenvolvida por uma equipe multifuncional, no Hospital do Jabaquara, após a sensibilização das feministas para esse tipo de procedimento. Barsted afirma que os movimentos feministas pressionaram as câmaras municipais, em particular nas capitais dos estados, para incluir, nas leis orgânicas dos municípios, “o direito ao atendimento nos serviços públicos de saúde nos casos de aborto previstos em lei”.²²⁰ No entanto, esse diálogo encontrou resistência tanto da esquerda, quanto das feministas ligadas à militância partidária.

Para Criméia, a situação exposta acima ficou evidente durante as manifestações de apoio à candidatura de Luiza Erundina à Prefeitura de São Paulo, ainda em 1988. Como a emenda não passou na Constituição, a UMSP resolveu levar a bandeira da descriminalização do aborto para o debate. Erguendo cartazes e vestindo camisetas que traziam estampadas a imagem do Papa João Paulo II grávido com a frase: “se os homens engravidassem o aborto já seria um direito”, as militantes da entidade foram prestar solidariedade à candidatura de Erundina e enfatizar o aborto como um direito da mulher e como um problema de saúde pública.

A sátira ao corpo masculino e santificado que poderia escolher em ter ou não filhos em oposição à figura da mulher pecadora que opta pelo aborto causou espanto e constrangimento mesmo entre as feministas, sobretudo, às ligadas ao Partido dos Trabalhadores (PT) que não queriam confrontar a posição da Igreja e censuram a camiseta da entidade. Como Criméia recorda:

E aí, nós fizemos um cartaz e uma camiseta que era o Papa grávido. E o pessoal censurou nossa camiseta!(...). E isso era dentro da esquerda. E nós fomos para a campanha com essa camiseta e uma ala do PT censurou nossa camiseta. Porque o movimento feminista tinha suas posições, era claro, só que elas estavam dentro dos partidos. E esse era o problema! E aí tinha uma disciplina partidária e o que fazia a maioria? “Ah, então, não vamos falar de aborto”. E você acaba perdendo espaço. E o

²²⁰ BARSTED, Leila Linhares. “Legalização e descriminalização do aborto: 10 anos de luta feminista”, op.cit., p. 125.

peçoal dizia assim, da esquerda, “nós somos a favor do aborto, mas é importante ter a Igreja do lado”, e não sei o que... “Então, vamos tirar o aborto!” A manifestação era de esquerda e censuram nossa camiseta! E aí, nós fomos numa destas lojinhas e compramos aquelas fitas isolantes pretas e colocamos uma tarjzinha no Papa e nós podíamos aparecer. Olha, gente para fazer censura não falta! E nós colocamos uma tarja no olhinho dele. E o peçoal reclamava e nós colocávamos mais tarja, tarja na barriguinha, tarja no olhinho, e ele ia ficando cada vez mais visível.²²¹

No Jornal *Folha de São Paulo*, a reportagem sobre a manifestação destacou a pouca participação das mulheres e o “choque” que as feministas da UMSP causaram ao levarem a figura do Papa grávido acompanhadas das seguintes indagações: “Você acha que as mulheres são obrigadas a ter filhos? Você acha que as mulheres que não querem ou não podem ter filhos devem ser torturadas, presas ou mortas? (...) Nós mulheres temos o direito de decidir se queremos, quando queremos e como queremos e com quem queremos e podemos ter filhos”.²²²



Campanha pela descriminalização do aborto, Praça da Sé, 1989. Arquivo UMSP.

Amelinha, ao rememorar esse momento, afirma que esse “choque” trouxe problemas para a entidade, pois, não confrontou apenas o poder da Igreja, mas, também, o

²²¹ Entrevista com Criméia A. S. de Almeida, São Paulo, 19/04/2011.

²²² Reportagem de SANT’ANNA, Vanilda. *Folha de São Paulo*, 29/09/1990. Arquivo da UMSP.

dos partidos que buscavam o poder e, para isso, isolavam ou tentavam minar as ações da entidade. Segundo sua narrativa:

Aquela imagem é ótima! Causou espanto até no meio das feministas. O povo dizia que a gente era doida. E fomos sozinhas, ninguém aderiu. E aí eu achei uma foto do Papa grávido e estava escrito, eu não lembro em Alemão, mas era algo como: “Se o Papa engravidasse o aborto já seria um direito”. E aí falei: “vamos fazer isso?” E nós fizemos camisetas, cartazes, colocamos pirulitos na cidade inteira. A turma do PT que era tudo carola, da Igreja naquele tempo, queria matar a gente. Nós pagamos um preço alto por isso.²²³

A mesma percepção é partilhada por Criméia ao se lembrar de como o afrontamento da entidade ao discurso patriarcal da Igreja e, consequentemente, aos partidos ditos revolucionários, trouxe problemas para a UMSP, a exemplo, da tentativa de mulheres vinculadas aos partidos políticos de impor uma posição contrária sobre o assunto nas reuniões do grupo. Essa constante reiteração da *verdadeira militância* de algumas ativistas que participavam da UMSP acabou por desgastar as relações de solidariedade e levou à tomada de uma postura mais drástica por parte da entidade, como proibição daquelas de frequentar o espaço. Como diz Criméia:

E isto foi problemático, não dentro da União. Mas, dentro da União também tinham problemas, porque tinha um monte de mulheres do PCdoB que vinham para a União com a posição dos chefes. E nas ruas também, nas manifestações era assim. Era barra pesada. Tinha brigas homéricas até que um dia a gente colocou todo mundo para fora (da União)!²²⁴

Sob esse prisma, Barsted afirma que a bandeira da descriminalização do aborto, nos anos de 1990, perdeu sua radicalidade.²²⁵ Se a luta pela descriminalização do aborto esteve presente desde o início dos feminismos contemporâneos, a autora avalia que a garantia dos atendimentos na rede pública nos casos já previstos na legislação passou a figurar como eixo central das demandas feministas. Ao questionar se isso seria uma estratégia ou um retrocesso do movimento, sugere que a mudança de rumo não se deve apenas as alterações ocorridas dentro do próprio movimento, mas também à proliferação de ONGS e da militância especializada e ao conservadorismo do Estado brasileiro após a conquista da democracia que, com a corrente de “lei e ordem” do Direito Penal, instituiu uma maior

²²³ Entrevista Maria A. A. Teles, São Paulo, 22/02/2011.

²²⁴ Entrevista com Criméia A. S. Almeida, São Paulo, 19/04/2011.

²²⁵ BARSTERD, Leila L. “O movimento feminista e a descriminalização do aborto”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n°2, 1997, p. 396 a 402.

intervenção estatal sobre os comportamentos sociais. A partir dos novos processos colonialistas, sejam eles ditados pelo Estado ou pelas agências de fomento, muitas das lutas prioritárias dos feminismos, como a questão do aborto foi perdendo sua centralidade, pois colocam em risco as relações construídas em torno dos jogos de poder.

A UMSP, como foi dito, não se trata de uma ONG, é uma associação autônoma, porém, estabelece um jogo, uma negociação com os órgãos do Estado ou ainda com alguns representantes políticos para que as suas questões tenham o êxito esperado. Muitos desses trabalhos desenvolvidos pela associação tiveram financiamento de agências, a exemplo da Fundação Ford, ou mesmo apoio do Estado. No entanto, as militantes contam que a maioria das atividades é desenvolvida com os recursos obtidos pela arrecadação de verbas vindas de festas, doações e, claro, do trabalho voluntário de muitas das ativistas. Rosana, ao falar de como o grupo consegue verbas para financiar os projetos, diz que a “festa política” era uma forma de trazer as mulheres para a discussão e conseguir verba para manter a entidade, uma estratégia que continua sendo adotada pela UMSP. Em suas palavras:

A gente arrecadava dinheiro com um bazar, com a venda de uma feijoada, nós montávamos a União organizando eventos! A gente fazia música, participava do carnaval, toda a data a gente fazia uma festa aqui na UMSP, a gente montava palanque de madeira e cantava, e todo mundo do bairro vinha, tinha muito movimento! Essa rua vivia fazendo festa. E através destas festas as mulheres vinham para a União para discutir, então, a gente tanto fazia política enquanto fazia festa!²²⁶

Amelinha, ao falar sobre o posicionamento do grupo frente aos financiamentos, relata que, em muitos casos, a entidade precisa abrir mão de suas perspectivas políticas para conseguir a verba, o que tira o foco principal do grupo que seria a militância. Como narra:

E a União é um movimento, se um projeto descaracterizar esse movimento que a União de Mulheres a gente já abandona a ideia do projeto, é uma postura ideológica, política e um financiamento mais substancial você tem que ter característica de profissional mais do que de militante e nós não abrimos mão da nossa militância. Nós não temos nada contra financiamento, mas nós priorizamos a militância à profissionalização, então a gente já perde o financiamento, é uma consequência.²²⁷

Hoje, a descriminalização do aborto ainda é uma das lutas mais árduas para os movimentos feministas, pois se a violência contra as mulheres, no caso do Brasil, durante a Constituição ganhou espaço, mesmo que por trás da concepção neutra de violência familiar,

²²⁶ Entrevista Rosana Fernandes, São Paulo, 03/12/2011.

²²⁷ Entrevista Maria A. A. Teles, São Paulo, 12/01/2012.

o aborto continua sendo um campo de disputas de poder sobre a autonomia do corpo feminino. Obviamente, isso não quer dizer que a luta pela desnaturalização da violência de gênero tenha se tornado mais fácil. Diferentemente do aborto, a questão da violência conseguiu um apoio maior para ser tratada naquele momento, apesar de uma legislação específica sobre a mesma só ter ocorrido dezoito anos depois. Na década de 1990, por exemplo, foram realizadas diversas políticas públicas direcionadas ao atendimento das vítimas de violência, além de acordos nacionais e internacionais. Contudo, ao lado dessa visibilidade que a temática ganhou, assistiu-se, também, a uma proliferação semântica em torno do conceito, sobretudo a partir da entrada do conceito de gênero aos estudos feministas, que acaba por gerar alguns conflitos e impasses em torno das políticas de combate à violência por parte das feministas.

Não imagine que precise ser triste para ser militante, mesmo se a coisa que combatemos é abominável. É o elo do desejo à realidade (e não sua fuga nas formas da representação) que possui uma força revolucionária.

Michel Foucault

Nos anos de 1990, assistiu-se à expansão do campo teórico sobre as relações de violência contra a mulher. Do mesmo modo, a violência direcionada contra crianças e idosos nas relações familiares e no espaço doméstico apareceu como um problema de ordem política e social. A categoria de violência contra mulher que, na década de 1980, correspondia, principalmente, às denúncias de assassinatos de mulheres, na década de 1990, transborda para outros pontos do cotidiano feminino ampliando e ramificando as expressões conceituais.

O tema ganhou maior expressividade na academia, especialmente com a entrada dos estudos de gênero. Essa ampliação do olhar para as relações assimétricas, que convergiam nas formas de violência, desdobrou-se, também, em uma proliferação semântica. Passou-se a especificar as formas de violência tais como “violência doméstica e/ ou familiar”, “violência de gênero” e, mais recentemente, “feminicídio”. Esses são alguns dos exemplos que têm sido utilizados na tentativa de compreender e nomear as formas de violências que cruzam as relações de gênero. Contudo, essas categorias, muitas vezes, confundem-se e passam a ser utilizadas como sinônimos, conduzindo a um apagamento político da questão. A violência contra as mulheres tornou-se ponto chave no discurso da UMSP, portanto, nesse capítulo, busco, em um primeiro momento, perceber como a entidade, por meio de suas experiências, incorporou os debates teóricos do período e, posteriormente, de que forma essas discussões refletiram na atuação do grupo.

3.1 AS PRIMEIRAS DISCUSSÕES SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL

Em 1989, durante o ato público do Dia Nacional da Luta Contra a Violência à Mulher, a UMSP denunciou como violência a política do Estado que negava o direito de controlar o próprio corpo, os assédios e as cantadas exercidas nos locais de trabalho, as intimidações e as ameaças que eram direcionadas às mulheres do campo pelos latifundiários, as “violências invisíveis”, que se manifestam cotidianamente nas ruas em formas de cantadas e “passadas de mão”, as quais as mulheres ainda eram culpabilizadas por estarem provocando. O texto apresentado pela entidade ainda apontou como forma de violência as representações femininas expressas pelos meios de comunicação nos quais a mulher “é apresentada como uma ‘máquina sexual’ desprovida de inteligência e pronta para ser comercializada”.²²⁸ Destacou, também, que “o abuso é maior contra as negras que são duplamente discriminadas e sofrem ainda as consequências da violência” e apresentou, como exemplo, a política racista de uma empresa que contratou uma jovem negra sem os devidos direitos trabalhistas, demitindo-a dez dias depois e a substituindo por uma funcionária branca.

O discurso da entidade é construído tanto pelas experiências das militantes no cotidiano, bem como pelas discussões teóricas a respeito do tema que compuseram os debates acadêmicos durante a década de 1980 e 1990. Uma das grandes referências, tanto para os estudos de violência contra a mulher, como para o discurso da UMSP, é o livro *O Poder do Macho*, publicado por Saffioti, em 1988. Nesse, a socióloga aborda como as situações de violência e discriminação contra as mulheres podem ser pensadas por meio do tripé constituído pelas relações entre o capitalismo, o racismo e o patriarcado, sendo este último a forma mais antiga de domínio, seguida de perto pelo racismo. Em suas palavras: “Não foi o capitalismo, sistema de dominação-exploração muitíssimo mais jovem que os outros dois, que ‘inventou’ o patriarcado e o racismo”, os quais, de acordo com a autora, “já tinham sua expressão nas sociedades clássicas gregas e romanas”.²²⁹ Saffioti avalia que, com o advento do capitalismo, houve uma simbiose entre os três sistemas de dominação-exploração, tornando-os inseparáveis. Desse modo, o homem branco e rico estaria no topo desse sistema, enquanto a mulher negra e pobre seria triplamente marginalizada, isto é,

²²⁸ “Manifesto do Dia Nacional de Luta Contra a violência à Mulher”, 1989, Arquivo da UMSP.

²²⁹ SAFFIOTI, Heleieth. *O Poder do Macho*. São Paulo: Editora Moderna, 1987, p.60.

Saffioti sugere que não poderíamos pensar a violência direcionada às mulheres excluindo outros marcadores de diferença social e cultural, como a classe e a etnia. A socióloga chama a atenção, ainda, para as atribuições culturais definidas a partir da sexualidade que naturalizava posições sociais reservadas a homens e mulheres. A análise de Saffioti, norteadas pelas categorias marxistas de opressão e dominação, enfatiza que a sociedade investe nessa naturalização fazendo, por exemplo, crer que as atribuições do espaço doméstico são funções femininas, enquanto o uso da força e da agressividade são atributos naturais da masculinidade. Tratando da violência direcionada às mulheres, a socióloga pontua que a mulher é um sujeito ativo, mas dentro de uma relação de poder que lhe posiciona de forma desigual. Isso não a tornaria cúmplice das situações de violência, pois não consente com as agressões, mas a sua falta de poder faz com que sinta a essas situações.

Ao tratar da questão da violência contra a mulher, entre meados da década de 1980 e início dos anos de 1990, a perspectiva da UMSP apoia-se nas análises de Saffioti, principalmente no tripé ou na “teoria do nó” exposta pela socióloga. No discurso da entidade, a junção entre o patriarcalismo, o racismo e o capitalismo formam a base hierárquica que coloca mulheres em situações de inferioridade e discriminação na sociedade, levando, conseqüentemente, às situações de violência.

Outra influência para o discurso da entidade foi o livro *Mulheres Espancadas: a violência denunciada* de Maria Amélia Azevedo, publicado em 1985. Nesse, a autora explora o conceito de violência contra a mulher enquanto uma “forma específica de violência interpessoal, perpetrada pelo homem e dirigida à mulher”.²³⁰ Azevedo realizou um levantamento de dados anterior à implantação das delegacias especializadas no atendimento às vítimas de violência e, partindo desses dados, divide a categoria em três modalidades: o abuso sexual, a violência instrumental e/ou abuso físico e o abuso psicológico. Esses, em sua análise, teriam como fim forçar a mulher a submeter-se às imposições do homem, alinhando-se, também, à perspectiva de dominação masculina. A autora debruça-se, principalmente, sobre as relações que denomina de “violência doméstica ou familiar”, isto é, a do homem contra sua esposa ou companheira. Sua análise é norteadas pelo marxismo e pelas relações de opressão e dominação as quais associadas às construções sociais sobre os sexos posicionam as mulheres de forma desigual na sociedade e, logo, a

²³⁰AZEVEDO, Maria Amélia. *Mulheres Espancadas: a violência denunciada*. São Paulo: Cortez, 1985, p. 19.

violência seria o resultado do conflito de interesses entre partes desiguais. Como a autora explica:

Violência pressupõe opressão. Pressupõe, portanto, conflito de interesses entre opressores e oprimidos. Relações sociais hierárquicas de dominância e subalternidade. Violência contra a mulher – doméstica e de natureza física – enquanto violência específica de natureza sexista pressupõe que homens e mulheres têm participação diferenciada e não igualitária (sic) em função de sua condição sexual e que partilham de um mesmo universo simbólico que legitima essa desigualdade e normatiza o padrão das relações sexuais do tipo hierárquico.²³¹

Azevedo argumenta que as relações de violência são resultados do sistema patriarcal-capitalista. O espancamento das mulheres, em sua percepção, tem raízes tanto nas contradições da sociedade patriarcal e capitalista, como nas situações “precipitantes” do cotidiano familiar, isto é, o uso de álcool, drogas ou situações de stress. A autora afirma que em uma sociedade na qual a condição feminina é de subalternidade aos homens, haja vista a educação diferenciada e os discursos que reforçam essa condição, além da dependência econômica, as mulheres não conseguem se desligar desse “desamparo aprendido” e, portanto, permanecem vítimas dos episódios de violência física.

No texto acima da UMSP, que julgo ser expressivo do momento, a entidade tece suas próprias reflexões para tratar, por exemplo, dos casos de estupro e assassinatos de mulheres que ocorrem tanto nos espaços públicos, quanto no privado. Contudo, ao chamar a atenção para a violência doméstica, destaca-a como um dos campos mais *invisíveis* de agressão às mulheres. Nota-se como a abordagem de Azevedo cruza as reflexões do grupo, a julgar pela relação de dominação e as situações de violência às frustrações masculinas. No manifesto do ato público contra a violência à mulher, de 1989, a entidade afirmou que:

Por falar em casa, a violência doméstica é uma das mais graves violências contra a mulher, pois é aí que muitos homens, sentindo-se forte, dominador, perante a família, descarregam sobre a companheira, esposa, vários tipos de violência por conta das *frustrações* que sofre fora do lar: psicológica, chantagem emocional, espancamento, agressões, assassinatos. É também dentro das casas que ocorre a violência e abuso sexual contra as meninas e mocinhas por parte de homens adultos, como pais, tios e irmãos.²³²

O conceito de violência doméstica destacado pela UMSP refere-se ao exercício de dominação dos homens contra as mulheres dentro dos laços familiares. No entanto, ele não

²³¹ Idem, p. 73.

²³² Manifesto “10 de outubro: Dia Nacional de Luta Contra a violência à Mulher”. Arquivo da UMSP, 1989.

se limita à relação marido/esposa ou namorado/namorada, ampliando o olhar para outras assimetrias de gênero que posicionam os indivíduos em relações desiguais de poder como avô/neta, tio/sobrinha, entre outras. Relações essas que, como já foi exposto anteriormente, levam a muitas experiências não ditas que se repetem e se naturalizam.

As relações de violência contra a mulher, nesse período, também foram abordadas por outras pesquisadoras, dentre as quais destaco Marilena Chauí e Maria Filomena Gregori. A primeira, mesmo não tendo como foco os estudos feministas, publicou, em 1985, o artigo “Participando do Debate sobre Mulher e Violência”.²³³ Nesse, acompanhando a perspectiva teórica marxista, a filósofa tratou da violência como uma relação de força que pode ocorrer tanto em termos de classe social quanto em termos interpessoais. De acordo com Chauí, as situações de violência seriam resultado da conversão das relações sexuais assimétricas e hierárquicas em dominação, exploração e opressão do outro. As mulheres, em sua análise, seriam vítimas em potencial dessa agressão, pois os discursos masculinos as definem como mãe e esposa, produzindo a subjetividade feminina de forma *heteronômica*, ou seja, direcionada pelos outros e para os outros. Essa definição seria a responsável pelas assimetrias e hierarquias que incidem na violência, pois coloca as mulheres em situações de dependência do outro e constrói uma naturalização dessas posições. Assim, de acordo com Chauí, “as mulheres estão impedidas de liberdade pela própria definição de seu lugar social e cultural, pois sua subjetividade tem a estranha peculiaridade de colocá-las como *dependentes*”.²³⁴ A autora argumenta que essa constituição da subjetividade feminina gera uma falta de autonomia e liberdade social às mulheres, levando-as a serem cúmplices das práticas de violências. Isso porque as mulheres, por serem objeto de dominação, também reproduzem esse padrão e podem, inclusive, serem violentas e dominarem outras mulheres. Portanto, analisa que as relações das mulheres sobre outras mulheres são fundadas na exigência que haja outro indivíduo inerte e passivo que seja dominado pelas ideias e vontades do outro.

Amelinha, ao narrar sobre as contribuições teóricas do período, diz que o texto de Chauí foi muito discutido entre as feministas, devido sua análise sobre a alteridade que fazia com que as mulheres fossem vítimas da violência masculina. Essa percepção ia de encontro ao discurso feminista do período que enfatizava a conquista da autonomia e da

²³³ CHAUI, Marilena. “Participando do Debate sobre Mulher e Violência”. *Perspectivas Antropológicas da Mulher IV*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1985.

²³⁴ Idem, p.47.

independência, incluindo a econômica, para que as mulheres se desvencilhassem das relações de violência, especialmente dentro dos laços afetivos e familiares. Apesar disso, é importante frisar que, ao contrário de Saffioti e de Azevedo, que são feministas e que têm também uma análise política, Chauí reflete que esse tipo de violência pode ser exercido nas relações entre mulheres, como patroas e empregadas e mães e filhas. Essa concepção, que hoje tem uma adesão dos movimentos feministas, haja vista a Lei Maria da Penha, naquele momento, não fez parte do discurso da UMSP. Como foi dito, a entidade tem como objetivo tornar a questão política a fim de romper com a naturalização em torno desta. Se hoje há releituras sobre as situações de violência contra a mulher, entre os anos de 1980 e 1990, a intenção era fazer com que houvesse um reconhecimento social do problema. Daí a não problematização dessas outras faces que implica, inclusive, nas relações entre as mulheres.

Do mesmo modo, situo a pesquisa *Violência Contra a Mulher: a prática do SOS Mulher*, defendida por Gregori, em 1988.²³⁵ Esse trabalho, que é de suma importância para os estudos feministas, trouxe um ponto de inflexão ao que confere, principalmente, a relação de dominação masculina e vitimização feminina. Gregori atuou no SOS Mulher, de São Paulo, e, partindo da análise sobre o atendimento naquele espaço, a antropóloga chama a atenção, de um lado, para as contradições existentes entre o discurso e a prática das feministas e, por outro, da expectativa e/ou o desejo das mulheres atendidas. De acordo com a autora, os feminismos, naquele momento, construíram um discurso sobre a violência doméstica/conjugal, no qual a mulher aparecia sempre como um ser passivo, vitimado, mesmo quando agia contra os outros. Em suas palavras:

A violência conjugal é vista pelo feminismo como expressão radical da relação hierárquica entre os sexos no núcleo familiar. Nessa relação assimétrica, o homem ocupa posição de mando, podendo fazer valer sua autoridade para punir, exigir, e por vezes, agredir a outros componentes da família. A mulher, cujo papel é o de lidar com as tarefas domésticas e cuidar dos filhos, está subordinada aos desígnios do homem. Nesse tema, as feministas ressaltam sempre as situações em que as mulheres são vítimas diretas.²³⁶

Gregori critica a postura política adotada pelos feminismos ao se prenderem às armadilhas que buscam compreender a mulher e sua situação de forma universal,

²³⁵ GREGORI, Maria Filomena. *Violência Contra a Mulher: a prática do SOS-Mulher*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: 1988.

²³⁶ Idem., p. 123.

generalizada e dualista. Em sua percepção, essa postura não permite perceber as diferenças e as pluralidades que compõem as dinâmicas da violência. Segundo Gregori, as mulheres que eram atendidas não buscavam, necessariamente, o rompimento da relação afetiva, contrariando a expectativa das militantes que as concebiam como vítimas, cuja libertação dependeria de sua conscientização de sujeito autônomo e independente do masculino. Assim, a antropóloga problematiza a definição de violência contra as mulheres sobre uma forma geral de explicação e, também, aponta para as implicações das construções identitárias fixas de “macho” agressor e mulher “vítima” passiva. Esses binários, em sua análise, serviriam para facilitar a denúncia e provocar a indignação, mas, reduziria todas as situações de violência como semelhantes, perdendo de vista que os relacionamentos afetivos são de parcerias e que, portanto, a violência pode, também, ser uma forma de comunicação entre parceiros.

A perspectiva relacional, contida na crítica de Gregori, compreende as relações de violência contra a mulher como uma relação de poder, ou seja, a violência exercida nas relações afetivas trata-se mais de um jogo relacional, no qual a mulher não é mera “vítima” da dominação masculina, já que ela pode operar tanto como protagonista, quanto como cúmplice nas cenas de violência. Assim, afirma que a mulher se representa como “vítima” ou “não sujeito” quando denuncia as situações de violência, isto é, ao relatar as cenas de violência, as mulheres se posicionam como vítimas no intuito de obter seja proteção ou ainda prazer. Com isso, de acordo com Gregori, o objetivo não é justificar a violência ou culpabilizar as mulheres, mas sim “entender os contextos em que a violência ocorre e o significado que assume”.²³⁷

Essas discussões teóricas enfatizam, especialmente, as relações do que passou a ser compreendida como violência doméstica e que é, ainda hoje, no Brasil, um dos principais lócus de agressão às mulheres. O trabalho de Gregori, no entanto, afasta-se das análises marxistas e questiona, inclusive, o discurso dos feminismos sobre a construção da vitimização feminina. Sua análise chocou-se com a posição política dos feminismos, no entanto, provocou negociações nesses termos e muitos grupos, em especial na área da saúde, passaram a utilizar a expressão “mulheres em situação de violência” para enfatizar o caráter transitório dessas relações dispare.

²³⁷ Idem, p. 184.

Apesar de a UMSP conceber as mulheres como sujeitos autônomos capazes de transformarem suas vidas, a associação não abre mão, ainda hoje, do termo vítima. Isso porque, para o grupo, a posição de vítima não implica que as mulheres não possam se “empoderar”, ou seja, conseguir alterar as assimetrias de poder que incidem nestas relações e fazer suas próprias escolhas. Amelinha, ao falar sobre a posição da UMSP no que concerne o uso do termo, destaca que, para a associação, sempre foi muito claro que omitir a palavra não mudaria o fato de que as mulheres sofrem certas formas de discriminação e violência por *serem mulheres*. Em sua leitura:

Nós não achamos que vai melhorar sua situação eu dizer que você não é vítima, é vítima sim de uma sociedade patriarcal! Ninguém escolheu viver numa sociedade não patriarcal, nós chegamos aqui e estava tudo pronto! E, nesse sentido, você é alvo de uma determinada violência porque você é mulher! Agora, quando você fala em vítima, você não quer dizer que não é uma pessoa protagonista de seus direitos. Então, você tem que reagir, você pode mudar, essa é a situação. Não é mudando esse termo, escondendo o termo vítima, que você vai mudar. Mas isso é uma polêmica dentro do movimento.²³⁸

Ao lado dos debates, a entrada do conceito de gênero, aos estudos feministas e de mulheres, trouxe novos olhares e desafios para a compressão sobre as relações de violência e contribuiu para uma ampliação do debate a respeito do tema.

3.1.1 GÊNERO E ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Grossi, no artigo “Novas/Velhas violência contra as mulheres no Brasil”, de 1994, chama a atenção para esse desdobramento da categoria que se dava nos últimos anos a partir do momento que outras situações de agressão e apropriação vieram à tona. Como a autora explica:

O que se considera “violência contra a mulher” foi uma construção história do movimento feminista nos últimos 15 anos. Inicialmente, violência contra a mulher eram os homicídios perpetrados por seus maridos, companheiros ou amantes. Logo após a experiência do SOS Mulher e posteriormente nas delegacias, esta violência se localiza nas situações de violência doméstica e/ou conjugal. É só nos anos 90 (sic) que a problemática passa a abranger outras violências como o abuso sexual, o abuso sexual infantil e as violências étnicas.²³⁹

²³⁸ Entrevista com Maria A. A. Teles, janeiro de 2012.

²³⁹ GROSSI, Mirian. “Novas/Velhas violência contra a mulher no Brasil”. *Revista Estudos Feministas*, ano 2, 2º semestre, 1994.

Não por acaso, entre os anos de 1980 e 1990, o tema da violência contra as mulheres configurou-se como uma das principais áreas temáticas dos estudos feministas, sobretudo, na Antropologia e na Sociologia.²⁴⁰ De acordo com Santos e Izumino, muitas pesquisas tinham como alvo a denúncia da violência realizada nas delegacias especializadas, ou, ainda, como a de Gregori, as práticas feministas voltadas ao atendimento às mulheres nessas situações.²⁴¹ Entretanto, essas análises ganharam novos olhares a partir da entrada do conceito de gênero. Retomando a Grossi, a antropóloga, no artigo citado acima, já se norteava pelas reflexões de gênero e enfatiza a importância de afastar a violência do “singular” e romper com a percepção de que todas as formas de violência fossem iguais e experienciadas da mesma maneira por todas as mulheres.

O conceito de gênero passou a compor as pesquisas acadêmicas e os discursos feministas em meados dos anos de 1980 e ganhou maior força e abrangência na década de 1990, a partir da influência do texto “Gender: a usefull category of historical analyses” da historiadora e feminista norte-americana Joan Scott, que problematiza a construção social das diferenças sexuais.²⁴² Scott define que o gênero é uma forma de saber que organiza a sociedade por meio dos discursos sobre a sexualidade. Essas práticas, ideias e discursos, contudo, não são fixos, eles se alteram ao longo da história e esta tem papel fundamental, não apenas em perceber as alterações da organização social dos sexos, mas também em analisar como a história participa da produção sobre a diferença sexual, isto é, como as representações do passado ajudam a construir o gênero no presente.

A perspectiva de gênero já era tratada por outras autoras como Gayle Rubin que, em 1975, no capítulo intitulado “The Traffic in women: notes on the ‘political economy’ of sex”, explora as relações que transformavam uma “fêmea” da espécie humana em “uma mulher domesticada”.²⁴³ Nesse texto, Rubin define o sistema sexo-gênero, isto é, um conjunto de arranjos por meio dos quais uma determinada sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana e afirma que esses sistemas não

²⁴⁰ Sobre as pesquisas brasileiras realizadas sobre o tema ver: GROSSI, M., MINELLA, L. PORTO, R. *Gênero e violência: pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005)*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

²⁴¹ SANTOS, Cecília M. & IZUMINO, Wânia P. “Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil” *E.I.A.L. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe*, Universidade de Tel Aviv, 2005.

²⁴² SCOTT, Joan. *Gender and politics of history*. New York: Columbia University Press, 1989.

²⁴³ RUBIN, Gayle. “The Traffic in women: notes on the ‘political economy’ of sex”. In: REITER, R (ed.) *Toward an anthropology of women*. New York: Monthly Review Press: 1975.

eram uma atividade “a-histórica da mente humana; eles são produtos da atividade humana histórica”.²⁴⁴

Outra importante referência nesse campo é Teresa de Lauretis. No texto intitulado “A tecnologia do Gênero”, publicado em 1994, Lauretis parte das reflexões de Foucault sobre as “tecnologias do sexo” e argumenta que o gênero também não é uma propriedade dos corpos e nem existiria a priori nos seres humanos.²⁴⁵ Gênero, em sua análise, refere-se a um conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais por meio de uma “complexa tecnologia política”. Desse modo, pontua que gênero não é sexo, uma qualidade natural, mas sim a “representação de cada indivíduo em termos de uma relação social preexistente ao próprio indivíduo e predicada sobre a oposição 'conceitual' e rígida (estrutural) dos dois sexos biológicos”.²⁴⁶ O gênero teria, assim, a função de desconstruir esses pares de dualidade que se inscrevem sobre o sexo e possibilitar novas interpretações do passado, bem como olhares outros sobre as dinâmicas que envolvem as relações culturais e sociais contemporâneas.

As discussões de gênero abrem para repensar as construções culturais e sociais em torno do binarismo biológico rompendo com os papéis fixos e a-históricos dos sujeitos. Essas possibilitaram repensar o discurso da dominação masculina e também as cenas de violência contra a mulher. Esses debates não ficaram longe da UMSP que, em 1995, na publicação do caderno *A violência contra a mulher e a impunidade: uma questão política* utiliza o conceito de gênero para analisar as relações de violência contra as mulheres e busca na construção dos discursos sobre a sexualidade dos indivíduos as raízes das desigualdades que incidem nessas situações. Como é exposto no texto da entidade:

Essa expressão (gênero) significa que não são as diferenças biológicas entre os homens e as mulheres que determinam o emprego da violência contra a mulher. Significa que são os papéis impostos a homens e mulheres, reforçados por culturas patriarcais, que estabelecem relações violentas entre os sexos. As relações de violência dos homens contra as mulheres não podem ser entendidas como relações naturais entre os sexos. Não é a natureza a responsável pelos limites impostos aos papéis femininos e masculinos. Tais limites foram construídos histórica e socialmente por meio de preconceitos, costumes e leis que excluem as mulheres dos espaços de poder.²⁴⁷

²⁴⁴ Idem, p.198.

²⁴⁵ LAURETIS, Teresa de “A tecnologia do gênero”. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 208.

²⁴⁶ Idem.

²⁴⁷ *A violência contra a mulher e a impunidade: uma questão política*, publicação da União de Mulheres de São Paulo, apoiada pela Fundação MacArthur, Conselho da Condição Feminina e Sindicato dos Químicos. São Paulo, 1997, p.8.

No tópico intitulado “conceitos e preconceitos sobre a violência”, item no qual entrou a questão de gênero, a entidade enfatiza a delimitação do conceito que define como “violência contra a mulher” e que é utilizado na publicação. Esse é entendido “como uma relação de força, o poder de dominação do homem e a submissão da mulher. É uma forma de violar a condição de ser humano, ou seja, violar os direitos fundamentais da mulher (...)”.²⁴⁸

Nesse mesmo caderno, a UMSP chama a atenção para a confusão semântica que começou a ser delineada, também, na década de 1990. A associação, ao definir de que violência trataria, enfatiza que a explicação advém do fato de que a violência contra a mulher tem sido chamada de “violência de gênero”. Em seguida, expõe que a violência de gênero manifesta-se de diferentes formas: o estupro, a violência sexual, a prostituição forçada, a coação aos direitos reprodutivos, o assédio sexual na rua ou no local de trabalho e a violência nas relações de casal, também conhecida como violência doméstica ou familiar. Ou seja, apesar de chamar a atenção para a confusão semântica que está se formando, aqui as categorias de “violência contra a mulher” e “violência de gênero” se assemelham.

Com a entrada do conceito de gênero aos estudos feministas e das mulheres houve, sem dúvida, muitos avanços e mesmo uma revisão conceitual da qual a categoria de violência contra a mulher partilha. As experiências das feministas, tanto nos plantões de atendimentos, como nas delegacias de mulheres, fizeram com que outras assimetrias de poder, que incidem em apropriações do corpo feminino, deixassem de serem invisíveis. Assim, se a categoria representativa “Mulher” já havia sido criticada e revista como incapaz de dar conta da multiplicidade dos sujeitos; a categoria de *violência contra a mulher* também passou por deslocamentos e revisões. O conceito de gênero desfez a percepção universal e, muitas vezes, patológica da violência, fazendo com que tanto as categorias de homem, como a de mulher fossem vistas como histórica e culturalmente construídas e, portanto, transitórias.

No entanto, há de se delimitar os conceitos de “violência de gênero” e o de “violência contra a mulher” que é um dos aspectos do primeiro. Para isso recorro às reflexões de Lauretis, Henrietta Moore e de Segato que, embora não tenham sido autoras discutidas pela UMSP naquele período, norteiam a base teórica desta pesquisa.

²⁴⁸ Idem, p.8.

Lauretis, em seu artigo “The violence of Rhetoric”, publicado em 1997, partindo da concepção das “tecnologias de gênero”, problematiza as especificações de gênero, que posicionam mulheres e homens em relações antagônicas e desiguais, para refletir sobre a violência que incide sobre o cotidiano feminino.²⁴⁹ Sua análise volta-se para as assimetrias de poder existentes nas relações de gênero que resultam em expressões da violência familiar, como as de maridos contra esposas ou de pais contra filhas, e que foram por muito tempo mascaradas. Refletindo a respeito da omissão dessas situações, a autora critica as expressões “violência conjugal ou marital” que, tantas vezes, são utilizadas para dar conta da violência direcionada às mulheres, pois essas categorias transmitem a sensação de que as relações de gênero e poder são simétricas nesses espaços.²⁵⁰ Ao contrário, chama a atenção para que o fato de que por trás da neutralidade desses termos, forjam-se que nas relações familiares a maioria dos espancamentos e abusos sexuais infantis tem como vítimas indivíduos do sexo feminino, enquanto 97% dos agressores são homens. Assim, esses dados ignorados e omitidos na categoria de “violência familiar” podem implicar, por exemplo, na crença de que os incestos de mães-filhos são tão recorrentes como os de pais-filhas; do mesmo modo que poderia se colocar que o espancamento de homens por mulheres é tão comum quanto o contrário. Portanto, enfatiza a importância de não se omitir as construções de gênero que delineiam as relações desiguais existentes entre masculino e feminino e pontua a importância de pensarmos em termos de *violência de gênero* para tratar dessa desigualdade de poder que incide na constituição dos sujeitos e que levam às cenas de violência contra as mulheres.

Lauretis, porém, reconhece que a violência de gênero tem outras faces e que não é uma *exclusividade* das mulheres e, tão pouco, das relações que se estabelecem nos espaços familiares e domésticos. Como as tecnologias de gênero se inscrevem sobre os corpos, alguns homens podem, também, ser violentados quando esses são reconhecidos e/ou tratados como corpos femininos. Nesse caso, como a autora argumenta, esse corpo é

²⁴⁹ LAURETIS, Teresa. “The violence of Rhetoric”. In: LANCASTER, Roger and LEONARDO, di Micaela. *The Gender/Sexuality Reader. Culture, History, political economy*. Routledge, New York, 1997.

²⁵⁰ Há também no Brasil teóricas feministas que são contrárias à terminologia “violência doméstica ou familiar”, pois, as formas de violência direcionadas às mulheres são plurais e não se restringem ao espaço familiar ou aos laços afetivos. Portanto, tais expressões deixam “escapar” uma gama de atos cometidos nos espaços públicos nos quais as assimetrias de gênero também se convertem em agressões físicas, sexuais e mesmo em assassinatos de mulheres. Ver: BLAY, Eva. Depoimento. In: GROSSI, Mirian et al. *Depoimento: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

espancado ou estuprado não como um homem, mas “como uma mulher”²⁵¹, ou seja, a violência baseia-se em uma assimetria de poder entre os gêneros, na qual a constituição da subjetividade feminina é percebida como inferior e, portanto, *pode e deve* ser dominada e violentada.

Na mesma trilha de pensamento, Moore, no artigo “The problem of explaining violence in the social sciences”²⁵², publicado em 1994, sugere que as relações de violência direcionadas às mulheres poderiam ser pensadas a partir das teorias psicológicas sobre representação e simbologia. A partir da categoria psicológica de *investimento*, a autora busca entender os processos que levam às diversas constituições de subjetividade e às possíveis relações dessa dinâmica com as de violência. A autora enfatiza a importância dos discursos de gêneros para compreender o processo que “*engender*” homens e mulheres como sujeitos marcados pelas diferenças, isto porque, como ressalta, a diferença de gênero não é meramente um efeito ou significado linguístico, ela tem materialidade e força social. A antropóloga avalia que existem diversos discursos de gênero e que esses podem assumir nas sociedades ocidentais uma pluralidade de formas. Contudo, chama a atenção para o fato de que nessas sociedades, há discursos dominantes que hierarquizam e se contrapõem às outras formas de constituições de subjetividades alternativas e opostas a eles, ou seja, em nossa cultura a categoria “homem” agrega uma série de qualidades positivas, enquanto a categoria “mulher” traz consigo aspectos negativos, fazendo com que a identificação com o feminino se apresente, muitas vezes, como um *risco*. Nesse contexto, Moore afirma que algumas pessoas consideradas inferiores por quaisquer motivos são representadas como femininas e, logo, como subordinadas e controladas. A violência contra as mulheres seria, então, o resultado da constituição das subjetividades de forma hierárquica, na qual a feminina é vista como aquela que *deve* ser controlada.

Para Segato, gênero, por definição, é violência, isto é, a violência contra a mulher está associada às relações e às construções de gênero que são hierarquizadas e desiguais. Assim, em sua análise “essa violência é a fundadora de todas as outras formas de violência. É a fundadora de um edifício completo, hierárquico de expropriação para construir poder e,

²⁵¹ LAURETIS, Teresa. “The violence of Rhetoric”, op.cit., p. 268.

²⁵² MOORE, Henrietta. “The problem of explaining violence in the social sciences” In: HARVEY, Penelope and GOW, Peter. *Sex and violence: issues in representation and experience*. Routledge, London and New York, 1994, p. 139.

portanto, violento”.²⁵³ A antropóloga avalia que as relações de violência direcionadas às mulheres não devem ser pensadas nem como resultantes de patologias individuais ou, em outro extremo, como resultado automático das relações de dominação masculina, mas sim como um *mandato*. Este seria o imperativo e a condição necessária para a reprodução das relações desiguais e hierárquicas de gênero que convergiriam com outros marcadores de assimetria como raça, classe e idade. Os discursos identitários, que cultivam histórica e culturalmente a diferenciação de valores das sexualidades, constroem o *mandato da violência* ao instituir a subjetividade masculina ligada ao poder e a subjugação do outro. Como analisa “masculinidade representa aqui uma identidade dependente de um status que engloba, sintetiza e confunde poder sexual, poder social e poder de morte”.²⁵⁴ Assim, enfatiza que diante da subjetividade feminina constituída dentro dos discursos de sujeição e sedução, os homens creem que precisam exercer sua masculinidade, isto é, demonstrar a potência de sua virilidade enquanto condição indissociável de sua subjetividade. Esse mandato, inserido pela sociedade, rege e expressa o preceito social de que o homem deve ser capaz de demonstrar sua virilidade e agressividade diante das mulheres. Segato compreende que “o sujeito não é violento porque *tem o poder* ou para mostrar que o tem, mas sim por que *deve obtê-lo*”.²⁵⁵ E esse poder, como pontua a autora, se divide em dois eixos: o vertical e o horizontal. No primeiro, o discurso masculino, tratando-se de sua pesquisa com estupradores, assume um caráter de moralizador e punitivo, no qual a vítima deve ser disciplina e contida pelo gesto da violência. Já no eixo horizontal, há uma interlocução, uma fratria viril onde a mulher violentada apresenta-se como uma “vítima sacrificial” de um ritual iniciático que permite a competição entre eles e, inclusive, uma posição destacada nesta irmandade que reconhece apenas a “linguagem hierárquica”.²⁵⁶

A autora enfatiza que essa leitura permite desestabilizar as subjetividades duais e hierárquicas e lançar luz para a construção histórica destas subjetividades marcadas por discursos assimétricos e de poder que incidem em violência. Tratando das formas que a violência de gênero pode assumir, Segato também pontua que as cenas de agressão e destruição sexual e corporal são direcionadas, sobretudo, ao gênero feminino. Isso não quer

²⁵³ SEGATO, Rita. “Guerra no corpo: ser mulher na América Latina”. <http://www.ihu.unisinos.br>

²⁵⁴ SEGATO, Rita. *Las Estructuras Elementales de la violencia*, op.cit., p.38.

²⁵⁵ Idem, p. 40.

²⁵⁶ SEGATO, Rita. “Território, Soberania e Crimes de Segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Juarez”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, nº13, v.2, maio-agosto/2005.

dizer que os homens também não possam ter seus corpos penetrados sexualmente à força, no entanto, há nesse processo uma *feminização desses corpos*. Em suas palavras:

E que passam pelos genitais femininos, pela sua sexualidade, mesmo que também se manifestem como formas de repressão sobre o corpo de homens que são colocados em uma posição feminina. Como o caso do policial norte-americano que, em 1997, após deter um imigrante haitiano em uma rua de Nova Iorque e levá-lo à delegacia, introduziu-lhe um cabo de vassoura no reto, provocando-lhe graves lesões. Há também os exemplos de abuso e de tortura de prisioneiros encarcerados na prisão de Abu Ghraib, no Iraque, como dominação expressada em termos de intrusão sexual no corpo masculino, que é a feminização desse corpo sob a forma de destruição moral.²⁵⁷

Essas reflexões sugere pensarmos a violência cometida contra as mulheres como um fenômeno cultural que se insere dentro de jogos de poder e das inscrições de gênero e que, portanto, não ocorre apenas contra as mulheres, mas sim contra os *corpos reconhecidos como femininos*. À luz dessas reflexões, pode-se pensar que a violência é direcionada ao gênero feminino, isto é, contra as ideias e valores femininos. Logo, o sujeito mulher por estar biologicamente em um corpo feminino não se torna o único alvo das agressões, mas também os homossexuais, travestis e transexuais, enfim, os corpos que são identificados ou associados ao feminino. Ou seja, os homens também podem ser violentados e espancados, no entanto, o são enquanto corpos feminizados. Há um deslocamento na inteligibilidade desses corpos que passam a ser tratados como *femininos*.

Portanto, “violência de gênero” trata-se, como bem pontuou Saffioti, de um “conceito mais amplo, que diz sobre as assimetrias de poder que podem conduzir à cenas de violência contra mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos”²⁵⁸, além, claro, de homens adultos que performatizam ou mesmo que são identificados aos discursos normativos sobre o feminino. É nessa direção que há muitas críticas ao uso equivocado do conceito de gênero ao ser utilizado, muitas vezes, como sinônimo de mulher. Pois, de um lado, perde-se sua potencialidade analítica e, por outro, algumas teóricas e militantes feministas criticaram-no por considerar que o mesmo, tratando-se de termos políticos, é neutro e perde-se o foco das discriminações e formas de violência que incidem sobre o dia a dia das mulheres.

²⁵⁷ SEGATO, Rita. “Guerra no corpo: ser mulher na América Latina”, op.cit.

²⁵⁸ SAFFIOTI, Heleieth. “Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero”. *Cadernos Pagu*, nº 16, 2001.

A UMSP, no que concerne a essa discussão, trabalha com a perspectiva conceitual de violência contra a mulher com base no gênero e no patriarcado. O conceito de gênero na abordagem da entidade aparece como um instrumento de análise, uma “lente” que permite enxergar com maior precisão as desigualdades existentes entre homens e mulheres. Em 1997, no caderno intitulado *A experiência das Promotoras Legais Populares em São Paulo*, a entidade aborda a importância em insistir no gênero e o define como “um conjunto de práticas, normas e valores morais e ideológicos, historicamente construídos destinados a moldar o comportamento masculino e feminismo e que têm tido como resultado a discriminação das mulheres”.²⁵⁹ Esse possibilita ao masculino posições de prestígio e o incentivo à criatividade, enquanto o feminino fica restrito às funções privadas como a maternidade ou, ainda, a função de esposa.

Amelinha, ao falar sobre a posição do grupo na discussão sobre o conceito de gênero e sua entrada nos estudos sobre a violência, diz que para a USMP, cujo foco é a luta política, o termo apresenta contradições. Em sua leitura, se, por um lado, ele possibilita uma ampliação do olhar e facilita a negociação em termos de políticas públicas ou institucionais; por outro, resulta em um apagamento da perspectiva de combate e denúncia dos casos que são direcionados exclusivamente contra as mulheres. Portanto, enfatiza a necessidade de tangenciar o olhar também para as relações patriarcais. Como diz:

O termo gênero esconde as mulheres, ele amplia demais o campo e acaba deixando as mulheres sendo secundarizadas. Mas ele tem muitas vantagens, ele legitima qualquer luta feminista dentro do meio acadêmico, dentro do chamado meio científico, ele tem mais, digamos assim, é um termo até engraçado, mais penetração. Na Igreja, no sindicato, falar em gênero... Falar em feminismo não é tão palatável. Feminismo todo mundo tem medo dessa palavra e gênero não.²⁶⁰

As percepções a respeito da ampliação do campo de análises que o conceito de gênero trouxe para os estudos feministas e de mulheres foi acompanhada de perto pelas discussões sobre como esse conceito vinha sendo tratado tanto na academia, quanto nos movimentos feministas e, ainda, quais eram as implicações políticas do seu uso. Isso advinha da constatação de que, muitas vezes, o termo “mulher” vinha sendo substituído por “gênero” como se ambos tivessem o mesmo significado. Em 1992, no livro *Uma questão de Gênero*, Machado, no capítulo “Feminismo, Academia e Interdisciplinaridade”, enfatiza

²⁵⁹ Caderno *A experiência das Promotoras Legais Populares em São Paulo*, 1997. Arquivo da UMSP.

²⁶⁰ Entrevista Maria A. A. Teles, São Paulo, 12/01/2012.

que nos últimos três anos, no Brasil, havia “uma forte sinalização para substituir os estudos de mulher pelos de gênero, para valorizar a diferença, apontar os poderes (...) das mulheres, não sobreenfatizar o poder masculino, desconfiar das grandes explicações, criticar o ‘gueto’, etc.”.²⁶¹ Mas, também aponta que o debate teórico, a delimitação temática, parecia “ter menos apelo”.

Ana Alice Costa e Cecilia Sardenberg, no mesmo período, também tecem críticas às maneiras pelas quais o conceito de gênero vinha sendo utilizado no Brasil e os efeitos desse na política feminista. As autoras problematizam a incorporação sem muito rigor teórico do conceito de gênero aos estudos feministas e de mulheres, o que dificultava a compreensão do mesmo para parcela significativa dos movimentos sociais. Enfatizam que, se de um lado, o conceito teve uma maior receptividade no meio acadêmico e em outros setores, já que em suas análises a palavra afasta-se da ideia de militância e se aproxima mais da de ciência; por outro, acabou por invisibilizar as mulheres, as quais eram, de fato, objeto das pesquisas. Como afirmam:

Imediatamente a categoria de gênero passou a figurar em todas as instituições do movimento substituindo, pura e simplesmente, a palavra mulher. As pautas de negociações dos sindicatos passaram a incorporar as reivindicações de “gênero”. As demandas dos movimentos populares e até mesmo do movimento feminista seguem esta mesma prática. Mais uma vez as mulheres tornam-se *invisíveis*.²⁶²

Essas críticas também fizeram parte dos debates sobre as categorias de “violência contra a mulher” e “violência de gênero”. Este tem uma amplitude maior e designa uma estrutura de poder que produz a violência que pode incidir sobre homens e mulheres, pois implica em desigualdades de poder; enquanto o primeiro daria a tônica, politicamente, da dimensão do problema enfrentado pelas mulheres cotidianamente. Não se nega nessas argumentações a importância do conceito de gênero para a compreensão das relações assimétricas que posicionam os sujeitos em situações, no entanto, questiona-se o uso do termo como mecanismo de ação política. Patrícia Laurenzo, feminista e teórica do campo do Direito espanhol, argumenta que o uso do conceito de gênero nas teorias feministas deu visibilidade à construção cultural das diferenças sexuais, isto é, um instrumento crítico para

²⁶¹ MACHADO, Lia Z. “Feminismo, Academia e Interdisciplinaridade”. In: COSTA, Albertina & BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de Gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p.25.

²⁶² COSTA, Ana Alice & SARDENBERG, Cecilia. “Teoria e Práxis: Feministas na Academia – Os núcleos de estudo sobre a mulher nas universidades brasileiras”. *Revistas Estudos Feministas*, ano 2, 2º semestre, 1994, p.395. Grifo das autoras.

se olhar as posições desiguais que a sociedade oferece aos indivíduos. Contudo, avalia que, por exemplo, utilizar o conceito de violência de gênero dentro do discurso jurídico pode-se colocar em igualdade homens e mulheres como potenciais vítimas desse tipo específico de violência. Desse modo, não apenas a importância do conceito se perderia, mas também a visibilidade desejada pelas feministas.²⁶³

Criméia, ao falar sobre a posição da UMSP em relação ao uso desses termos, afirma que apesar de o grupo reconhecer a importância que a categoria de gênero traz para o debate sobre a violência, substituir o termo “violência contra a mulher” por “violência de gênero” resulta em um apagamento da luta feminista. O conceito de violência de gênero por se referir a outras situações que não se passam necessariamente no cotidiano feminino leva, na percepção da UMSP, a uma invisibilidade das formas de violência que incidem exclusivamente sobre as mulheres. Portanto, enfatiza que a entidade opõe-se ao uso político do termo, pois, em sua leitura:

Ao falar de violência de gênero, se você não explicar você não diz nada, porque pode ser violência do homem contra mulher, mas também da mulher contra o homem. Então, eu acho que o gênero surge como uma forma de amenizar a questão do feminismo do ponto de vista de ser palatável. Gênero virou questão da mulher, sinônimo de feminismo. Mas acho que ele surge nisso e não facilitou a luta feminista. Pois, tem uma hierarquia da violência, porque a gente sabe que um olho roxo hoje, pode ser um assassinato amanhã. É o caminho que a violência percorre.²⁶⁴

Amelinha, em sua avaliação sobre o posicionamento político da entidade a respeito desse debate, diz que a proliferação semântica que cruza as análises de violência contra a mulher acabou por dificultar a militância. Para ela, mesmo afirmando que a discussão teórica de gênero é mais profunda e precisa, diz que para a UMSP o termo “violência contra a mulher” é mais pontual para especificar de que violência está se tratando. Do mesmo modo, pontua como para a entidade é importante não perder de vista a análise do patriarcado. Como diz:

A violência de gênero, doméstica, os vários nomes, eu acho o seguinte que a violência de gênero ela traz um conteúdo dentro dessa discussão teórica mais preciso, mas do ponto político violência contra as mulheres é o ideal, porque aí qualquer pessoa entende. Porque quanto maior o entendimento, melhor para você trabalhar com a ideia e que é

²⁶³ LAURENZO, Patricia C. “La violencia del género en el derecho penal: un ejemplo de paternalismo punitivo”. In: LAURENZO, Patricia, MAQUEDA, Maria Luísa & RUBIO, Ana. *Género, violencia y derecho*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2008.

²⁶⁴ Entrevista Criméia A. S. Almeida, São Paulo, 05/02/2012.

conivente com a mulher. Agora, eu sou feminista e compreendo muito bem o que a Heleieth Saffioti fala que gênero sobre a ordem patriarcal. Porque se falar de gênero sem falar de patriarcado você está neutralizando muito o conhecimento.²⁶⁵

Amelinha se refere à abordagem de Saffioti no livro *Gênero, poder e patriarcado*, publicado em 2004. Nessa análise, Saffioti compreende a utilidade do conceito de gênero no campo das relações de poder e desigualdade ao acabar com o essencialismo biológico. Destaca que o mesmo é mais “amplo” que o conceito de patriarcado, já que neste “as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, enquanto *gênero compreende também relações igualitárias*”.²⁶⁶ Contudo, argumenta contra o uso exclusivo do conceito de gênero por achá-lo neutro e afirma que ao lado deste deve-se trabalhar com a noção de patriarcado, pois esse não foi destruído e atravessa todas as instituições sociais. Portanto, conclui que deveríamos falar em “ordem patriarcal de gênero” e explica que:

Não se trata de abolir o uso do conceito de gênero, mas de eliminar sua utilização exclusiva. Gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico e apolítico e pretensamente neutro. (...) O patriarcado ou ordem patriarcal de gênero, ao contrário, como vem explícito em seu nome, só se aplica a uma fase da história, não tendo a pretensão da generalidade nem da neutralidade, e deixando propositalmente explícito o vetor da dominação-exploração. Trata-se, pois, da falocracia, do androcentrismo, da primazia masculina. (...) É, por conseguinte, um conceito de ordem política.²⁶⁷

Segato e Lauretis também partilham da concepção de que os estudos sobre a violência contra a mulher não devem abandonar a perspectiva do patriarcado. Lauretis pontua que as atuais análises sobre a violência contra a mulher não deve perder de vista que a definição da categoria é resultado da reconceitualização das experiências femininas e, portanto, não podem desconsiderar a crítica feminista do patriarcado que expressam a hegemonia que o masculino ainda exerce no social.²⁶⁸ Segato, por seu turno, afirma que a análise sobre o patriarcado não deve ser posta de lado, pois o valor simbólico desse conduz afetos e distribui valores desiguais aos indivíduos na sociedade. Por isso concebe que o patriarcado é estruturante no que concerne a ordem assimétrica pela qual os sujeitos são inseridos no espaço social e afirma que o “patriarcado é ao mesmo tempo norma e projeto

²⁶⁵ Entrevista Maria A. A. Teles, São Paulo, 12/01/2012.

²⁶⁶ SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, poder e patriarcado*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004, p.119.

²⁶⁷ Idem, p. 139.

²⁶⁸ LAURETIS, Teresa. “The violence of Rhetoric”, op.cit.

de autoreprodução”²⁶⁹, ou seja, exerce um poder simbólico ao nível dos discursos e representações que tentam controlar ou censurar a fluidez e a multiplicidade das experiências de gênero que resistem a ser enquadradas pela matriz heterossexual.

Criméia, ao falar sobre o uso do patriarcado no discurso da entidade, localiza sua fala nesse valor simbólico que o mesmo ainda exerce. Em sua percepção, apesar das transformações ocorridas na sociedade, e em especial na vida das mulheres, a partir das conquistas de direitos, postos de trabalho etc., o poder patriarcal ainda é muito presente no imaginário cultural e social e daí a importância de não se abdicar dessa crítica para tratar das questões de violência. Como ela expõe:

É a sociedade patriarcal que hoje sustenta essa violência, ela se impôs com a violência e sustenta essa violência. Embora o patriarca, não digo que está sepultado, mas, está decaído, de barbas brancas, abatido. Mas, a sociedade é atrasada em relação às mudanças. O patriarca, coitado, já não provém mais a família, não tem poder, é um operário fudido, mas está ali! A ideologia está presente.²⁷⁰

Essas discussões teóricas, emergente nos anos de 1980 e 1990, caminharam ao lado da militância feminista e da forma com a qual as ativistas lidaram com as narrativas das mulheres e com as novas formas de relação entre violência e corpo que foram surgindo naquele momento. Nesta próxima parte, destaco como essas discussões cruzaram as experiências das militantes da UMSP e os projetos que a associação desenvolveu na década de 1990. Ressalto, no entanto, que o curso de Promotoras Legais Populares que visa a ensinar às mulheres noções básicas de Direito e cidadania e que se iniciou em 1993, será tratado de forma particular no próximo capítulo devido à expressividade e à dimensão que esse ganhou na UMSP.

3.2 “ESSE PROCESSO É O MAIS DIFÍCIL”: OS PLANTÕES DE ATENDIMENTO

Maria Lúcia Silveira, em sua tese de doutorado sobre movimento feminista e cidadania, ao tratar do ativismo da UMSP durante os anos de 1990, destaca como a associação articulou diversas campanhas e manifestações e acompanhou, também, “casos exemplares de violência, desde a denúncia até o julgamento”, além das orientações às

²⁶⁹ SEGATO, Rita. *Las Estructuras Elementales de la violencia*, op.cit., p.38.

²⁷⁰ Entrevista Criméia A. S. Almeida, São Paulo, 05/02/2012.

mulheres que procuravam a entidade para saber como proceder em tais situações.²⁷¹ Nesse mesmo momento, é importante frisar, foi criada, em São Paulo, a Coordenadoria Especial da Mulher (CEM), a qual tinha entre seus principais programas a luta contra a violência à mulher, que se desdobrou na construção da Casa Eliane de Grammont, referência no atendimento às vítimas de violência e no Abrigo Helenira Resende. Dinalva, ativista da UMSP desde meados dos anos de 1980 e que também participou da equipe inicial da Casa Eliane de Grammont, ao se lembrar deste momento, conta que o trabalho nesse espaço era realizado por uma equipe multidisciplinar interligada a órgãos governamentais e outras entidades sociais, a exemplo da UMSP que trabalhava acompanhando casos de assassinato de mulheres a fim de erradicar a impunidade desses.²⁷²

A UMSP, em meados dos anos de 1980, passou a atender tanto as mulheres vítimas de violência, quanto os familiares daquelas que foram assassinadas, com o objetivo de fornecer orientação jurídica e incentivar a busca pelos direitos. Essa experiência começou quando as militantes passaram a acompanhar as mulheres às delegacias especializadas. Como Terezinha se lembra:

Nós acompanhávamos o atendimento. Desde que a delegacia foi inaugurada a gente sempre ia lá, levamos a mulher na delegacia. Eu fui várias vezes, a Amelinha, a Lurdinha. E aí, a gente começou a ter referência aqui no atendimento, tínhamos advogadas. Porque, às vezes, as próprias advogadas procuravam a gente porque queriam atender.²⁷³

Para Amelinha, as práticas de orientação e acolhimento começaram antes mesmo das Delegacias de Defesa da Mulher. Em sua narrativa, ao lado da luz lançada sobre a violência contra as mulheres, houve o empenho de muitas militantes da UMSP em manter viva a memória sobre os presos e desaparecidos políticos durante o regime militar. Muitos familiares procuravam-nas no intuito de cobrar justiça e, também, como forma de narrar uma história da qual o Estado persiste em omitir. Essa experiência, na leitura que Amelinha constrói do passado, serviu como impulso para que as famílias de jovens assassinadas procurassem a entidade como mecanismo de luta. Em sua narrativa:

Nós vamos ter contato com a família das mulheres assassinadas, acho que até porque nós já trabalhávamos com famílias de mulheres assassinadas pela ditadura. Então, a gente já

²⁷¹ SILVEIRA, Maria Lucia. *Itinerários de Gênero e Ressignificação da cidadania*. Doutorado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, 1999, p. 91.

²⁷² Entrevista Dinalva Tavares, São Paulo, 28/05/2011.

²⁷³ Entrevista Terezinha Gonzaga, São Paulo, 12/01/2012.

tinha essa experiência de vida, nos anos 1980, em outras situações. E essas famílias se sentem muito amparadas e elas vêm com tudo, porque são elas que procuram a gente. Procuravam para denunciar que a filha, que a irmã ou a prima foi morta pelo marido e que ele estava solto, em liberdade e que aquilo não ia dar em nada. Todos sabiam que não dava em nada. Matar mulher não era problema!²⁷⁴

O atendimento na sede da associação contava com o apoio das militantes e do trabalho voluntário de feministas advogadas, psicólogas e assistentes sociais. Durante os plantões, buscava-se ouvir as mulheres e as orientar sobre a violência, a respeito dos seus direitos e tentar criar condições para que pudessem enxergar outros caminhos para suas vidas. Para Amelinha, o grupo buscava “atender a mulher para mostrar para o Estado que era possível atender bem e resolver o problema, já que na época não tinha defensoria pública, tinha a procuradoria do Estado que era muito fraca nesse atendimento e não se dedicava a isso”.²⁷⁵



Manifestação do 8 de março de 1989. Arquivo da UMSP.

É importante ressaltar que, no período, com a adoção da política neoliberal do Estado e da proliferação de ONGs e da militância profissionalizada, como já foi exposto, houve um crescimento do número de financiamentos de agências internacionais para

²⁷⁴ Entrevista Maria A. A. Teles, São Paulo, 12/01/2012.

²⁷⁵ Idem.

determinados projetos, como a questão da saúde, sobretudo ao HIV e para os estudos de gênero. A UMSP, como mencionado, trata-se de uma associação autônoma, porém, isso não implica que não trabalhe com financiamento. Criméia, no entanto, ao relembrar sobre este ponto, ressalta que na associação sempre prevaleceu a militância voluntária, pois os financiamentos, em sua maioria, fazem exigências que contrariam a ética política do grupo. Portanto, narra que a entidade não investe mais em projetos que não tenha como foco a autonomia da mulher, ou seja, seu desejo de estar ali discutindo. Assim, analisa que a UMSP aposta no processo de formação das mulheres, capacitando-as para que elas mesmas possam lutar por seus direitos. Em sua leitura:

Quando a gente tinha financiamento, tinha funcionária, ficava, atendia ao telefone, etc. Depois que deixou de ter é pela internet ou encontra na esquina, é o jeito que se dá. O que nós nunca aceitamos é que o financiamento nos impusesse lutar por isso e não por aquilo. Se for para perder essa liberdade, então... Por exemplo, a gente chegou a trabalhar com o serviço social da prefeitura no qual tinha que atender uma determinada mulher, com tantos filhos e não era essa nossa condição. E nós desistimos de trabalhar porque não é nosso objetivo fazer serviço social ou assistencial, então, nós vamos trabalhar com mulher que quer. E a gente não gosta disso, porque a gente acha que isso não cresce!²⁷⁶

É claro que a falta de recursos financeiros também foi empecilho, muitas vezes, no atendimento às mulheres. Amelinha, ao rememorar o período, aponta para as dificuldades que se tinha na prestação de serviços jurídicos e no acompanhamento que as advogadas realizavam junto às vítimas nas audiências. Como ela narra:

Você já imaginou você atender a mulher aqui, sendo uma pobre advogada correndo atrás de tudo quanto é Fórum aqui em São Paulo, sem nenhuma infraestrutura, sem um salário adequado? Porque mesmo tendo alguma ajuda de custo não dava conta de cobrir tudo, sem ter uma viatura, sem ter nada! Ter que acompanhar uma mulher na delegacia sem transporte adequado é uma coisa pesada! Então, nós desistimos e aí a gente passou a fazer só trabalho de orientação e checar muito o serviço público.²⁷⁷

Assim, a autonomia defendida pelo grupo não se referia apenas aos financiamentos, mas também ao atendimento que se fazia com as mulheres. Essas quando dão queixas de seus agressores, em muitos casos, estão procurando compartilhar o sofrimento individual, romper com a privatização das emoções, mas não necessariamente desfazer o vínculo, sobretudo, nas situações de violência nas relações afetivas e familiares. O “dispositivo

²⁷⁶ Entrevista com Criméia A. S. Almeida, São Paulo, 05/02/2012.

²⁷⁷ Entrevista Maria A. A. Teles, São Paulo, 12/01/2012.

amoroso”, como afirma Swain, ao relacionar a subjetividade feminina e seu desejo voltado *ao outro*, cria um sistema de significação de sua existência voltada para o casamento e o cuidado com os filhos, isto é, uma vida de sujeição e abnegação.²⁷⁸ Portanto, o rompimento do silêncio não implica na ruptura desse processo de assujeitamento.

Flávia Timm, em recente pesquisa sobre violência conjugal e psicologia feminista, avalia que nas narrativas das mulheres que frequentam grupos de atendimento presencia-se tanto o medo, quanto o alívio em “confessar” os sofrimentos individuais e compartilhar as experiências de violência.²⁷⁹ Ao mesmo tempo, destaca o pudor das mulheres em nomear sua própria angústia. Destaca, também, que o sistema que mantêm o desejo e a sexualidade feminina voltados para a construção de uma família heterossexual e feliz faz com que muitas delas justifiquem a manutenção do vínculo com o companheiro. A crença na mudança de comportamento ou a expectativa pela felicidade dos filhos são argumentos utilizados, ainda hoje, por mulheres que visam romper com as situações de violência enfrentadas, mas não com o relacionamento afetivo.

Essas leituras sobre a complexidade que envolve a denúncia da violência por parte das mulheres e o trabalho de escuta, diálogo e respeito por parte das ativistas, hoje, é muito mais claro; contudo, em um momento em que se lutava por quebrar com o silêncio sobre esse assunto e denunciar tais casos, entender a dinâmica das significações que a violência assume para as mulheres se apresentou como um desafio para as feministas. Terezinha, ao falar sobre suas experiências nos plantões de atendimento da UMSP, chama a atenção para os empecilhos que esbarram na denúncia ou no rompimento do vínculo que, em sua leitura, advêm desse conflito da mulher em se contrapor a uma forma de subjetividade que lhe é transmitida como natural. Os discursos que instituem que ela *deve* ser boa esposa e mãe e *zelar* pela família estão presentes nos nós que compõem as cenas de violência doméstica. Como ela recorda:

Não é uma situação só nossa, mas de todas que trabalham com mulheres em situação de violência e que tem até alguns estudos, porque a mulher não quer lembrar-se do que aconteceu e ela não quer ir naquele lugar que a faz lembrar o sofrimento que teve. E é muito sofrida essa postura de denuncia, porque ela não vai enfrentar apenas ele (o

²⁷⁸ SWAIN, Tania. “As heterotopias feministas: espaços outros de criação”. *Revista Labrys*, op.cit.

²⁷⁹ TIMM, Flávia. *Violência conjugal: uma perspectiva da psicologia feminista no enfrentamento às situações de violência contra as mulheres*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, Universidade de Brasília, 2008.

agressor), mas também os filhos. E muitas recuam por conta dos filhos cobrarem, os vizinhos, os colegas, são muitas cobranças.²⁸⁰

Compreender essa dinâmica da violência e a aceitar foi, também, uma tarefa árdua para as feministas que pretendiam que as mulheres entendessem que a violência sofrida não era algo natural em suas vidas e, assim, rompessem não apenas com as situações de agressão, mas também com o agressor. Portanto, ao lado da dificuldade das mulheres em falarem sobre suas experiências, encontrou-se o difícil trabalho de escuta e de não interferência na decisão das vítimas. Grande parte das mulheres que dão queixa, sobretudo, nos casos de violência doméstica ou abuso infantil, as agressões já ocorrem há anos e estão cristalizadas como normais em seu cotidiano. Há nesses casos, como pondera Saffioti, uma mistura de sentimentos que vão desde a culpa à cumplicidade, fazendo com que muitas mulheres se calem, mas que também deem outros significados para essas experiências.²⁸¹

Terezinha, ao narrar sobre esse trabalho de escuta, sinaliza para as dificuldades das militantes em compreender e lidar com esses conflitos, principalmente em um momento que o assunto estava vindo à tona e que não se tinha tantas análises sobre o tema e que o objetivo era a denúncia. Como ela se lembra:

Teve uma época aqui que nós dávamos plantão direto e eu atendia muito. E no início eu não entendia muito a posição das mulheres, porque nós ainda não tínhamos esse conhecimento mais aprofundado de que a violência é cíclica, que a mulher tem que passar por um processo, que é muito mais complexo, que tem que passar por toda pressão. Eu atendi uma mulher que ela apanhava há vinte e dois anos e eu perguntei como ela aguentou todos esses anos e ela também não me sabia dizer o porquê. Então, todo esse processo é muito difícil, pois eu queria opinar: “por que você não se separa? Você não merece passar por isso”. E tinha muitos casos de mulheres que a filha tinha sido violentada pelo marido e isso é uma coisa que mexe muito, porque é muito mais complexo, porque a mulher quando vem denunciar já faz três ou quatro anos que a coisa acontece e ela se sente culpada, cúmplice, porque a menina cobra por ela não ter defendido!²⁸²

Esses paradoxos atravessam as relações violentas de gênero e faz não apenas com que muitas mulheres desistam da denúncia, mas também que as famílias de mulheres assassinadas abandonem os processos na justiça. Criméia, ao narrar sobre esses acontecimentos, avalia que muitas famílias abandonaram as queixas por conta dos discursos que expunham a vida íntima da vítima e julgavam, moralmente, seus atos, fazendo com que

²⁸⁰ Entrevista Terezinha Gonzaga, São Paulo, 05/02/ 2012.

²⁸¹ SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*, op.cit.

²⁸² Idem.

aos olhos da sociedade aquela mulher que escapou ao modo imposto de feminilidade representasse uma ameaça social e, logo, sua morte estava justificada, ou seja, a representação da mulher como uma vida que não importa se não estiver assujeitada aos mecanismos do poder patriarcal. Portanto, destaca que a participação da UMSP nesses momentos sempre foi no sentido de fazer pressão política nas portas dos tribunais, de panfletar nos bairros e nos Fóruns em que os casos iriam ser julgados para tentar desfazer os preconceitos morais que giravam em torno da vítima. Como ela narra:

E tem a questão que nos casos de violência se expõe muito a vítima. A própria justiça, a polícia coloca: “mas tinha outro, era adultério?” e não sei o quê, e isso vai expondo de tal forma a vítima que a família vai ficando muito constrangida. E depende muito de contratar um advogado, porque a União não tem condições de advogar ou ser patrono de causa nenhuma! E nós levamos muitos casos adiante que a família desistiu. E nós levávamos adiante no sentido de fazer pressão, de ir ao dia de audiência, não de contratar advogado, de fazer defesa, isso não, com nenhuma vítima²⁸³.

Esses fatos aconteceram paralelamente à declaração dos Direitos Humanos das Mulheres, em 1993; a Convenção Interamericana para Prevenir, Erradicar e Punir a Violência Contra a Mulher – Convenção do Belém do Pará, em 1994; e a IV Conferência Mundial de Mulheres, realizada em Pequim, em 1995. Terezinha que esteve junto com Deise e Marta Baião, em Beijin, como representantes da UMSP, conta que se outros pontos de discussão entre os movimentos de mulheres e feministas, a exemplo do aborto ou o apoio ao socialismo dividiam as ativistas, as narrativas sobre as cenas de violência era o fio comum que ligava as manifestantes. Como ela rememora:

O que me chocou e que também foi um momento de consciência forte da dimensão da tragédia foi a violência. Porque foi assim, foram doze dias de conferência e cada dia tinha uma passeata e nós saíamos divididas. E no dia da violência não teve divisão, foi todo mundo vestido de preto, todo mundo com cartazes de denuncia, até as velhinhas japonesas denunciando os estupros que elas sofreram pelos americanos durante a II Guerra Mundial. Tinha violência contra as adolescentes, denúncia de assassinatos, como eu e a Deise levamos, tinha milhares, desse tipo então! Tinham mulheres falando da tortura que sofriam na mão dos maridos, olha foi horrível! E eu acho que pela dimensão da violência é muito pouco o que a gente faz, é uma coisa que me incomoda. Eu acho que a gente tinha que estar na rua todo dia.²⁸⁴

Deise, ao falar sobre sua participação em Beijin, partilha desta percepção de que as experiências de violência contra as mulheres estreitaram as relações entre as ativistas

²⁸³ Entrevista Criméia A.S. Almeida, São Paulo, 05/02/2012.

²⁸⁴ Entrevista Terezinha de Oliveira Gonzaga, São Paulo, 12/01/2012

naquele momento: “tinha atividades comuns a todos nós, como a passeata pela paz que congregava a todas. Mas, essa (da violência) foi interessante, todas seguravam cartazes, levando uma vela, pois foi no fim da tarde”.²⁸⁵ Partindo de suas experiências pessoais, aponta para as dificuldades que envolvem o processo de reviver toda a histórica traumática, o que leva muitas mulheres e/ou os familiares a desistirem de continuar com a denúncia. Por outro lado, enfatiza como o discurso jurídico, centrado no poder masculino e branco, não é visto como um meio capaz de trazer uma resposta para essas situações.

Nesse campo de reflexão, Alda Facio indaga “porque é que as mulheres sabem *a priori* que a lei não as tratará com justiça apesar de a Constituição política garantir a igualdade dos sexos perante a lei?”.²⁸⁶ Em resposta a autora argumenta que a construção do discurso jurídico sobre a mulher a coloca em uma posição hierárquica em relação ao homem, onde a sua vida e a sua palavra tem menor valor. Como explica:

O discurso do direito é então uma forma de falar, pensar e atuar sobre as mulheres e os homens e as relações entre ambos. Entretanto, sendo um discurso patriarcal, as mulheres serão discutidas, descritas e tratadas pelo direito de maneira subordinada aos interesses dos homens. Por isso é que, mesmo nos Estados que fizeram reformas legais para eliminar, por exemplo, a revitimização das mulheres nos casos de violência sexual, proibindo perguntar-lhes sobre a sua prévia experiência sexual, ainda não se conseguiu um tratamento justo e equitativo para elas. Segundo estas críticas, isto se deve a que o discurso continua sendo patriarcal porque reflete e reproduz continuamente a idéia de que as mulheres valem menos como seres humanos. Se valem menos, o que dizemos num juízo tem necessariamente menos valor do que o que diz um homem.²⁸⁷

Sob esse prisma, partindo de sua experiência enquanto familiar e ativista, Deise ressalta em sua fala a importância desse trabalho minucioso da UMSP em ouvir as mulheres ou seus familiares e fazer das narrativas de violência instrumentos tanto para o acesso à justiça, bem como ponte para transformações subjetivas, mesmo diante das possíveis desistências das vítimas. Como narra:

A União nunca desistiu, ou seja, abraçou a bandeira dessas mulheres que foram assassinadas e sempre deu muita atenção e muitas famílias procuram, algumas desistem logo a princípio, pois, psicologicamente, elas não conseguem realmente vivenciar toda a história, e outras desistem por outros motivos e as que conseguem chegar a uma posição de que se faça justiça, às vezes, não frequentam a União, perdem o vínculo.²⁸⁸

²⁸⁵ Entrevista Deise Leopoldi, São Paulo, 12/09/2011.

²⁸⁶ FACIO, Alda. “A partir do Feminismo, vê-se um outro Direito”. Disponível em: www.wlsa.org.

²⁸⁷ Idem, p.3.

²⁸⁸ Entrevista Deise Leopoldi, São Paulo, 12/09/2011.

Foi a partir dessa experiência de escuta das mulheres e/ou de seus familiares, bem como do acompanhamento dos processos de assassinato que eram julgados a partir do discurso misógino do Direito, que diversas entidades feministas, da qual a UMSP fez parte, resolveram afirmar que não bastava romper o silêncio se, do outro lado, no imaginário social e no discurso jurídico, as vidas das mulheres continuavam não tendo valor.

3.3 NÃO DEIXAR ESQUECER: A POLITIZAÇÃO DA VIDA DAS MULHERES

Ao constatarem que a banalização às agressões e aos assassinatos de mulheres era reafirmada cotidianamente diante do descaso jurídico, as feministas retomaram a luta contra o discurso da impunidade. Para que as mortes femininas não caíssem no esquecimento, durante o I Encontro de Entidades Populares Contra a Violência à Mulher, realizado em 1993, na cidade de Praia Grande, e coordenado pela UMSP e pela Casa da Cultura Negra de Santos, as setenta e cinco entidades presentes aprovaram a Campanha “A impunidade é cúmplice da violência”.²⁸⁹ O primeiro objetivo era divulgar os casos de assassinatos de mulheres em que o réu havia sido absolvido para “sensibilizar a sociedade para não apenas exigir justiça, mas tomar consciência de que as mulheres têm direito à segurança e à vida”.²⁹⁰ No mesmo período, transcorria a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Violência contra a Mulher que foi acompanhada de perto pelas entidades feministas. O relatório final da CPI, que não abrangeu a totalidade da situação de violência enfrentada pelas mulheres, demonstrou que entre os anos de 1991-1992, a delegacia especializada de São Paulo tinha registrado uma média de 123.131 mil denúncias feita por mulheres. Entre elas, figuravam-se as lesões corporais (25,73%), ameaças (15,46%) e “outras” (53,80%) que, de acordo com o documento de avaliação da UMSP, representava os delitos de atentado violento ao pudor, rapto, cárcere privado e as discriminações raciais e de trabalho.²⁹¹ O documento enfatiza, ainda, que a violência psicológica não era registrada pelo (a)s delegado (a)s, do mesmo modo que o número de estupros (1,51%) não

²⁸⁹ Entre as entidades participantes estavam: CIM, Cooperativa Arte-Sã, Grupo Técnico de Apoio – GTA, Associação Piracema, Coletivo de Feministas Lésbicas - CFL, Geledés e o Centro de Defesa dos Direitos da Mulher. Posteriormente, as reuniões para a definição dos eixos da campanha foram realizadas na sede da organização feminista Geledés.

²⁹⁰ Documento *Breve descrição dos antecedentes e do contexto da Campanha “A impunidade é cúmplice da violência”*. Abril, 1993. Arquivo da UMSP.

²⁹¹ *Subsídios para a Avaliação da Década*. Encontro Feminista de São Paulo, julho de 1994. Arquivo da UMSP.

correspondia ao cotidiano feminino, já que a maioria das vítimas não denuncia o agressor. A impunidade, alerta, era o maior empecilho para a politização e desnaturalização das relações violentas contra as mulheres. Do mesmo modo, argumenta que a impunidade não se restringe ao discurso jurídico, mas que essa circula nas representações construídas sobre a vítima e o crime e que é difundida na sociedade. Segundo o texto: “a impunidade é ainda bastante reforçada pela imprensa e meios de comunicação de massa que tratam os fatos, ora com sensacionalismo, manipulando emoções, ora ridicularizando as vítimas e as colocando como culpadas, conspurcando sua memória”.²⁹²

A dizibilidade da violência direcionada às mulheres surgiu das manifestações das feministas contra o assassinato de mulheres. Este, como se sabe, é a ponta do *iceberg* de uma série de agressões, humilhações e ameaças que são rotineiras no cotidiano feminino. O assassinato de mulheres representa o grau último dessa escala de violência e, no período, mesmo com alguns anos de ativismo das feministas voltados para este ponto, a vida das mulheres parecia não simbolizar uma grande perda para a sociedade. Essa exposição fica clara no documento da associação intitulado “A luta e a história”, que foi apresentado no Dia Nacional de Luta contra a Violência à Mulher, em 1995. Partindo de dados de uma pesquisa realizada pelo grupo e de uma notícia do jornal *O Globo*, sobre o número de mulheres assassinadas nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, em 1994, e o descaso jurídico em relação a esses, a UMSP questiona o pouco valor que era atribuído à vida das mulheres.

Tais fatos não chegam a causar *nenhuma comoção social*. A violência praticada pelo homem contra a mulher é vista como algo menor, sem importância e até mesmo natural. Imaginem se 1000 estudantes, ou 1000 camponeses ou 1000 trabalhadores ou empresários fossem assassinados no país. Seria motivo de uma grave intervenção do Estado. Mas, como são mulheres que são assassinadas por serem mulheres nada acontece. Tudo continua do mesmo jeito.²⁹³

Nessa direção, como ressalta a pesquisadora mexicana Mariana Gayón, ao tratar sobre os assassinatos de mulheres, hoje, na América Latina, temos que ter em mente que independente de que “(...) sejam 50, 100 ou 500 mulheres assassinadas não muda o fato

²⁹² Documento *Breve descrição dos antecedentes e do contexto da Campanha “A impunidade é cúmplice da violência”*, op.cit.

²⁹³ *A luta e a história*. Documento comemoração do dia 10 de outubro, 1995, p.3. Arquivo da UMSP.

essencial que é o pouco valor que se dá à vida das mulheres”.²⁹⁴ Mesmo que, atualmente, já tenhamos leis e outras medidas que visam erradicar a violência contra as mulheres, não podemos esquecer que a vida das mulheres, assim como de outros grupos sociais, não ocupa o mesmo *status* social que outros indivíduos, fazendo com que o seu aniquilamento não incomode tanto quanto o de outros.

As reflexões de Butler no livro *Vida Precaria* que, apesar de não se referirem a esta época, lança luz para pensarmos sobre o que faz com que uma vida ganhe valor e importância em nossa sociedade. Butler problematiza o que precisa para que uma vida seja reconhecida como humana e, nesse sentido, adquira importância. Sua análise indica como os corpos são construídos socialmente como vulneráveis ficam suscetíveis à violência por sua exposição pública. Argumenta que cada um de nós se constitui politicamente em virtude dessa vulnerabilidade social de nossos corpos e afirma, porém, que essa vulnerabilidade não é simétrica, há diferentes formas de distribuição e, nessa lógica, algumas vidas são mais “protegidas” e o “atentando contra sua santidade basta para mobilizar as forças de guerra”.²⁹⁵ Outras, contudo, não são dignas de “apoio tão imediato e furioso” levando ao questionamento do que se qualifica como vida e que vida vale a pena. Essas questões, para a filósofa, devem caminhar ao lado dos estudos feministas, lésbicos, gays e intersexos, pois, estabelecem uma relação estreita com as formas de assassinatos e abusos que são deflagrados contra esses corpos em virtude dos discursos normativos que determinam o que é um corpo humano. Ao lado da violência, esse processo de desumanização da vida pelo qual passam os corpos femininos ou os que escapam à normatividade do sistema sexo-gênero leva a um apagamento político e social, já que o aniquilamento dessas vidas causa pouco ou nenhum tipo de dor ou luto público. Em suas palavras: “são vidas para as quais não cabe nenhuma dor porque estavam perdidas para sempre ou porque, melhor, nunca ‘foram’ e devem ser eliminadas a partir do momento que parecem viver obstinadamente no estado moribundo”.²⁹⁶

É por esse viés, de fazer com que a vida das mulheres adquira valor e passe a ter o mesmo status de direitos e de “clamor” público que outras vidas que as feministas têm lutado para que não passe pelo crivo da naturalidade e do esquecimento os assassinatos,

²⁹⁴ GAYÓN, Mariana Berlanga. *El feminicidio: un problema social de América Latina: el caso de México y Guatemala*. Tese de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Estudos Latino-americanos, Universidad Nacional Autónoma de México, 2008.

²⁹⁵ BUTLER, Judith. *Vida precária: El poder del duelo y la violencia*. Buenos Aires: Paidós, 2009, p. 53.

²⁹⁶ Idem, p. 63.

agressões e violações corporais que atravessam o dia a dia feminino. Criméia, ao recordar-se da campanha, diz que esta tinha por objetivo mostrar que não bastava romper o silêncio e expor as experiências para que se conseguissem quebrar a rotina das cenas de violência. Ao falarem sobre as agressões cotidianas que estavam sujeitas, as mulheres que gostariam de desfazer o ciclo da violência doméstica ou denunciar os abusos sofridos no trabalho ou no espaço público, acabavam sendo violentadas novamente pelo descaso com o qual eram tratadas nas delegacias. Ainda existia a possibilidade de novos espancamentos e ameaças, resultando, muitas vezes, na própria morte, às quais as mulheres ficam expostas após denunciarem. Em suas palavras:

Foi aí que a gente mudou para a impunidade é cúmplice, porque aí a gente entendeu que era a impunidade da sociedade e não nosso silêncio que era cúmplice da violência. Mas, a questão da cumplicidade mexeu nessa questão (da violência), pois muitas mulheres silenciavam a violência e foi muito trabalho, principalmente na questão ideológica. É interessante, porque se via quase que como uma coisa natural, pois assim como a gente apanha quando é criança, a gente apanha quando vira mulher, era normal. Eu acho que nesse aspecto, senão todas as mulheres, tem um conjunto que não trata mais essa questão como tão normal assim.²⁹⁷

Amelinha, por sua vez, ao narrar sobre o momento, enfatiza que as feministas que estiveram à frente de ambas as campanhas buscavam dar visibilidade para a questão e conseguir políticas públicas para as mulheres em situação de violência. No entanto, avalia que as mulheres, ao se expressarem, acabavam sendo novamente vitimizadas, pois, não havia qualquer tipo de respaldo do Estado. Diante dessa banalidade, alguns movimentos feministas e outras entidades populares optaram por ressaltar que era importante desfazer também o discurso da impunidade. Como narra:

O objetivo da campanha era mobilizar políticas públicas. Então, o que acontecia no “silêncio é cúmplice da violência”, as mulheres denunciavam. Nós estimulamos as mulheres a denunciar, só que a impunidade se manteve, elas apanharam muito mais, elas sofreram muito em denunciar, porque elas apanharam do marido, apanharam da polícia no sentido de menosprezo. A polícia revitimizou essa mulher e ela voltou para casa e apanhou mais! Elas sofreram muito! Então, nós fizemos uma campanha contra a impunidade, porque era como se não tivesse acontecido nada. E essa é uma luta grande porque a situação das mulheres ao invés de melhorar, piorou!²⁹⁸

²⁹⁷ Entrevista Criméia A. S. Almeida, São Paulo, 05/02/2012.

²⁹⁸ Entrevista Maria A. A. Teles, São Paulo, 12/01/2012.

Por essa via, uma das propostas do grupo, junto a outras entidades, foi a elaboração e a publicação de um boletim de nome homônimo à campanha, o qual tinha como foco denunciar a impunidade. No boletim de 1995, por exemplo, apontou a morte de uma jovem de 15 anos que havia sido assassinada, em público, por um rapaz que queria estuprá-la. Os gritos da jovem frente aos ataques do rapaz, na rua e em frente a todos, causaram constrangimento, mas que logo foi justificado: “ela é minha namorada”. Mesmo diante da negativa da moça, ninguém duvidou da autoridade masculina sobre a sua inquestionável propriedade. Assim, sob o título “A trajetória da Impunidade”, o boletim enfatizou que a impunidade não é algo que se restringe aos espaços institucionais, mas que é reforçada e circula cotidianamente de maneira sutil nas formas com as quais a sociedade encara a apropriação física e sexual das mulheres. Como foi exposto no boletim:

A impunidade começa a partir de pequenos gestos de indiferença e de preconceitos contra a mulher que são registrados no cotidiano da comunidade. Ao levantar informações sobre o assassinato de Solange, infelizmente, pudemos observar a atitude, às vezes de cúmplice, por parte da comunidade. Parece que ainda se aceita que se bata na namorada ou mesmo na esposa (...). E essa cumplicidade vai se consolidar nas salas de tribunais de justiça que acabam colocando o réu em liberdade (...). A impunidade gera mais violência. Temos que mudar nossa mentalidade. Não podemos admitir que homens batam nas mulheres como se essa fosse uma forma natural de relacionamento.²⁹⁹

Esses boletins, como narra Criméia, eram distribuídos nos bairros em que as mulheres assassinadas viviam e também em frente ao Fórum onde haveria o julgamento dos casos, como uma tentativa de acionar a memória sobre os acontecimentos e conscientizar a população acerca do problema. Como ela se lembra: “se (a vítima) era de um bairro da zona sul, a gente levava principalmente para as pessoas que conheciam a vítima e o réu. E claro, levava na porta do Fórum, panfletava para mostrar que a violência se repete”.³⁰⁰ Portanto, procurava ressaltar a importância não apenas de denunciar as agressões vividas, mas, também, de alterar o discurso jurídico como meio de transformar o valor dado à vida das mulheres.

²⁹⁹ *Boletim da Campanha contra a violência à mulher*. São Paulo, nº4, maio de 1995, p.2.

³⁰⁰ Entrevista Criméia A. S. de Almeida, São Paulo, 05/02/2012.

UNIÃO DE MULHERES DE SP

BOLETIM ESPECIAL - ABRIL DE 92

Santos, São Paulo:

"Laguinho" matou sua namorada Márcia, já passou por julgamento e continua livre, impune!

Apresentamos mais um caso de assassinato de mulher em que o assassino se encontra em liberdade. O crime ocorreu em 10 de março de 1984. A família da vítima tomou todas as providências cabíveis e até agora, o criminoso ainda não foi para a cadeia. A 9 de abril haverá um novo julgamento do caso, no Fórum de Santos. Nós que lutamos por justiça, alertamos à opinião pública para que faça pressão junto ao Poder Judiciário. O réu deve ser condenado e punido, mesmo que seja rico. Só assim poderemos confiar na JUSTIÇA.

Quem era a vítima?

Márcia Cristina Leopoldi, estudante de arquitetura em Santos, 24 anos, terna, meiga, sonhadora, idealista, batalhadora de suas metas, anseios, objetivos.

A vida exalava de Márcia.

1984... uma relação amorosa, ténue... dois meses... que lhe custaram a VIDA... Sonhos destruídos, clavícula quebrada, hematomas por todo o corpo, morte por estrangulamento. Lenta, torturante, impiedosa, dolorosíssima.

Quem é o assassino?

José Antônio Brandão do Lago, "Laguinho". Aparece ser um cidadão acima de qualquer suspeita. Mas, na realidade, é um homem truculento. Tinha, na época, 31 anos. Dizia que era um vendedor autônomo. É violento, com várias passagens pela polícia: agressão contra homens e suas ex-duas mulheres. Mas sempre impune.

O crime

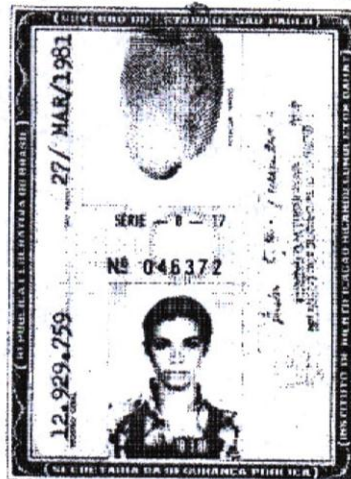
Matou Márcia por asfixia, em 10/03/84, em Santos, como resposta à decisão de Márcia de romper o namoro. Numa difícil discussão que começou no apartamento de Márcia e terminou com seu estrangulamento de madrugada. "Laguinho", o ex-namorado e assassino de Márcia, não

podia admitir que ela (simplesmente uma mulher) tomasse a iniciativa de interromper uma relação amorosa. Afinal ele queria dominá-la em todos os sentidos, até impedindo-a de continuar seus estudos em Barcelona. Se Márcia não ficasse com ele, não ficaria com mais ninguém. E foi isso que aconteceu. Matou-a com requintes de crueldade. Deixou-a morta em sua casa e saiu com o carro tranquilamente como se nada tivesse ocorrido.

As providências tomadas

A família de Márcia de imediato arcou com toda a responsabilidade e despesas para que o caso seja elucidado e punido o assassino. Tomou todas as providências: inicia-se no dia 23 de março de 84 o inquérito policial. As testemunhas e o acusado são ouvidos, acompanhados dos advogados de defesa e acusação.

Segundo laudos dos peritos, Márcia foi morta, vítima de estrangulamento, por volta das 3 horas da madrugada no apartamento em que morava. Dentro deste apartamento, conforme testemunhas, encontravam-se Márcia e Antônio Lago. Conclusão óbvia: Antônio Lago é o assassino. Assassinou-a, enquanto ela tentava convencê-lo de que não era mais possível continuar o namoro. Não podia suportar suas atitudes agressivas e suas constantes ameaças. Ele não se conformava com a decisão de Márcia, jovem e tão disposta a ter uma vida profissional independente e a não se submeter aos caprichos de um homem...



Entre as mobilizações feitas pela UMSP, durante a campanha, destaca-se nas narrativas das entrevistadas o caso de Márcia Leopoldi, uma jovem estudante de arquitetura que foi assassinada pelo ex-namorado, José Antônio Brandão Lago, em 1984, em Santos. Para Amelinha, esse caso foi expressivo do momento, pois transmitia a tônica da violência crônica que existia e que veio a público nos anos de 1980; e, por outro lado mostrava a banalidade com que o assunto era tratado, mesmo com a instauração das delegacias das mulheres e de outras políticas públicas. Portanto, avalia que tanto por parte do Estado, como da sociedade, havia uma dificuldade muito grande em reconhecer e condenar alguém por assassinar uma mulher. Como narra:

O Laguinho é um caso que está dentro disso aí, mas a Deise vem em 1990, mas o caso é dessa época (1980). Então, nesse período, tiveram muitos assassinatos e muita impunidade e, ao mesmo tempo, tem essa violência cronificada que é contra as mulheres que acontece todo dia dentro de casa e que as mulheres, com medo de serem mortas, denunciavam e acabam sendo assassinadas ou se sentem ainda mais ameaçadas.³⁰¹

Deise Leopoldi, irmã de Márcia e militante da entidade desde então, procurou a associação feminista em busca de mobilização política para conseguir fazer com que o acusado fosse condenado. Cabe destacar que, longe de muitos casos que apareciam na UMSP, o de Márcia tratava-se de uma família de classe média com recursos para a contratação de advogado. No entanto, nem esses fatores, que são lidos em nosso sistema jurídico como pontos que “favorecem” a conquista da justiça, foram eficientes para que o autor, também pertencente à classe média alta, não saísse em liberdade. Deise, que na época morava no interior do Estado, conta que se articulou, desde os anos 1970, em movimentos sociais. Contudo, diz que, mesmo tendo o feminismo como parte de suas experiências, o envolvimento na militância se deu a partir da morte de sua irmã. Como ela se lembra:

E em 1992, eu entrei para a União de Mulheres. Em 1989, eu consegui apoio porque ela era uma jovem estudante de arquitetura em Santos, mas quando eu busquei a mídia eu não tive receptividade. E em 1992, por meio do movimento feminista, muito mais articulado, tornamos a questão política. Nós levamos três ônibus de Pindamonhangaba, contratamos um advogado de primeira linha, que era um machista, mas o único que poderia bater o outro. Nós articulamos muito bem com a Casa das Mulheres Negras de Santos e com o movimento de Direitos Humanos e aí ele saiu condenado por quinze anos e saiu preso. Foi uma grande vitória. E isso porque a gente não desistiu, procuramos contato aqui e acolá.³⁰²

³⁰¹ Entrevista Maria A. A. Teles, São Paulo, 12/01/2012.

³⁰² Entrevista Deise Leopoldi, São Paulo, 12/09/2011.



Julgamento do caso de Márcia Leopoldi, Santos-SP, 1992. Arquivo UMSP.

Em 1992, antes do segundo julgamento, as militantes da UMSP e do Coletivo de Mulheres Negras de Santos entraram no desfile das escolas campeãs da cidade de Santos carregando faixas e distribuindo panfletos para alertar a sociedade sobre o assassinato da jovem cujo acusado permanecia em liberdade há oito anos. Em seguida, organizaram uma passeata com carros, alto-falantes, faixas e folders que enfatizavam o poder de vida e de morte dos homens contra as mulheres. Denunciava-se, assim, que mais uma mulher havia sido morta por ter se negado a permanecer em um relacionamento marcado por violência, cenas que se repetiam cotidianamente. Terezinha, ao se recordar sobre a mobilização, narra que:

Além de levar o ônibus daqui, eu fiquei uma semana com a Deise em Santos e nós panfletamos a cidade inteira, a gente ia para a praia panfletar! Nós entramos em todas as faculdades, porque ela era estudante de arquitetura na época, inclusive panfletamos a faculdade de Direito na qual o diretor era o advogado de defesa do Laguinho. O centro acadêmico topou aderir à manifestação. Lá no Fórum cabiam quatro mil pessoas e nós o mantivemos lotado a noite inteira. A faculdade de Direito em peso foi para lá. Nós paramos a cidade! Nós saímos em passeata da Casa da Mulher Negra com uma placa até chegar lá. O carro de som ficava andando em volta do Fórum. Além do que nós sentamos na rua em frente ao Fórum onde passavam os ônibus que entram no centro de Santos, então, parou tudo! Foi muito legal!³⁰³

³⁰³ Entrevista Terezinha Oliveira, São Paulo, 12/01/2012.

A manifestação contou com a participação do movimento estudantil e de outros grupos sociais, intensificando o repúdio à banalidade. Criméia, ao se recordar desse dia, sugere que a manifestação nas ruas sensibilizou as pessoas, fazendo com que muitas se reconhecessem naquela situação e solidarizassem com o movimento, a exemplo de um grupo de prostitutas que foi levar alimento para as ativistas durante a noite. Como se recorda:

Teve muita mobilização contra essa violência no Fórum de Santos, fechou até as ruas! E teve muita solidariedade, porque nós passamos a noite lá e na rua. E o que eu acho mais bonitinho é que lá pelas tantas da noite um grupo de prostitutas veio trazer sopa para a gente e eu fiquei pensando que elas tinham se identificado com aquele julgamento, porque quantas delas já não tinham apanhado ou não foram mortas, então, elas se sentiram dentro daquele processo.³⁰⁴

A articulação do movimento feminista conseguiu, em um primeiro momento, conquistar a condenação do acusado. No entanto, com o pedido de *habeas corpus*, o réu foi posto em liberdade e foragiu. Na avaliação de Deise, mesmo com a conquista que as feministas tiveram, o discurso jurídico centrado no poder patriarcal representando pela figura do homem branco e rico permitiu que a condenação não fosse efetivada. Como ela narra:

Nosso judiciário é uma falência, extremamente patriarcal, machista e elitista, e a justiça realmente é cega quando se trata dos despossuídos. Considerando um fato de que a gente tinha condições financeiras de buscar um bom advogado, então, é um processo que não deixou nada para trás, teve apoio de movimento social e foram quase nove anos. Mas era um sujeito masculino e de classe média alta, que tinha uma ficha extensa, nove boletins de agressão contra duas mulheres e um contra um taxista.³⁰⁵

A UMSP, junto ao CLADEM (Comitê Latino Americano e Caribenho de Defesa da Mulher) mobilizou uma ação jurídica transnacional e levou o caso de Márcia Leopoldi à OEA (Organização dos Estados Americanos), ou seja, denunciou o descaso do Estado brasileiro na tentativa de erradicar os crimes de gênero. No mesmo período, o caso de Delvita da Silva Prates, uma jovem que estava grávida quando foi assassinada pelo marido, também foi encaminhado pelo CLADEM à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, configurando-se, ao lado do caso apresentado pela UMSP, nas primeiras denúncias

³⁰⁴ Entrevista Criméia A. S. Almeida, São Paulo, 05/02/2012.

³⁰⁵ Entrevista Deise Leopoldi, São Paulo, 12/09/2011.

internacionais de violação dos Direitos das Mulheres no Brasil.³⁰⁶ Essas mobilizações jurídicas foram possíveis devido às bases lançadas pela Convenção do Belém do Pará, em 1994, da qual o Brasil foi signatário e que possibilitou aos movimentos feministas acesso a outros instrumentos de mobilização jurídica. A denúncia à Comissão Interamericana é permitida quando todos os demais recursos às instâncias internas do país foram esgotados e, portanto, pode-se apontar a negligência do Estado em cumprir os direitos estabelecidos na Convenção.

Terezinha, ao se lembrar desse momento, aponta para os esforços da UMSP para que o caso de Márcia, assim como outros assassinatos, não caísse no esquecimento, a exemplo das constantes idas ao Departamento de Investigação Criminal para acompanhar a reedição do mandato de procura do acusado que deve ser feita a cada dois meses. Esse era um passo importante para que a denúncia à OEA pudesse ser efetivada. Como diz: “olha era uma vigia constante. E nós tínhamos que arquivar todos esses documentos, pois como nós entramos com um processo na OEA tínhamos que provar que o Estado não estava fazendo nada”.³⁰⁷

Outros casos, como de Maria da Penha, que nomeia a atual lei de inibição e prevenção à violência doméstica e familiar contra mulheres, foram encaminhados por ONGs aos grupos de mobilização do Direito Transnacional, a fim de que o Estado brasileiro fosse punido por colaborar na banalização e naturalização das formas de violência de gênero direcionada às mulheres. O caso de Márcia, o qual teve resposta recentemente, após a publicação do livro *Do Silêncio ao Grito* não foi considerado pelos órgãos internacionais como exemplo de omissão do Estado, justificado pela falta de legislação compatível com o tipo de crime no período.

3.3.2 AS REFLEXÕES SOBRE O GENOCÍDIO FEMININO

Nessa publicação, que apresenta a trajetória da entidade no caso de Márcia, aparece uma nova discussão teórica que também surge nos anos de 1990, mas que ganhou expressividade no Brasil, principalmente, nos anos de 2000. Trata-se do conceito de feminicídio e/ou femicídio. No livro, o termo refere-se a uma das formas de expressão da

³⁰⁶ PIOSEVAN, Flávia. “Não à violência contra a mulher: estratégias para a proteção internacional dos Direitos Humanos das Mulheres”. *Enfoque Feminista*, nº 10, São Paulo, 1997.

³⁰⁷ Entrevista com Terezinha Oliveira, São Paulo, 12/01/2012.

violência de gênero que se converte no assassinato das mulheres, pois como é exposto, “não é nenhum exagero afirmar que a maioria das mortes violentas de mulheres tem origem nas desigualdades de gênero”.³⁰⁸ Ressalta-se no texto que apesar desses se darem em menor escala se comparados às agressões diárias, como espancamentos, ameaças, estupros, etc., não se pode contabilizar precisamente o número de mulheres assassinadas com base no gênero, pois, no Brasil, o mesmo é tratado juridicamente como “homicídio” apagando as assimetrias e o caráter misógino que recortam vários assassinatos de mulheres. Como o texto aborda:

O *femicídio* tem sido subnotificado. Não são anotadas devidamente as circunstâncias da morte violenta de mulheres quando se dá no âmbito das relações de homens e mulheres sob a perspectiva de gênero. Hoje não podemos fazer uma estimativa de quantos *femicídios* são cometidos. Pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde (...) aponta como as três principais *causa mortis* das mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos): 1) Acidente Vascular Cerebral, 2) AIDS 3) Homicídio. Qual a porcentagem destes homicídios são *femicídios*? Não é possível saber.³⁰⁹

O termo feminicídio vem sendo discutido e utilizado pelas feministas desde meados da década de 1990, como uma nova linguagem que traria a especificidade de gênero que recorta as situações de violência direcionadas às mulheres. Nesse sentido, Segato defende que o termo possibilita romper com as dicotomias que sustentam os discursos retóricos sobre a violência como público/privado, pessoal/impessoal, guerra/paz, passional/sexual e pensar nessas como uma forma de destruição e extermínio direcionado às mulheres (e também aos homens feminizados) por pertencerem ao gênero feminino.³¹⁰

A expressão “femicídio” é atribuída à norte-americana Diana Russel que teria utilizado a categoria, em 1976, durante o Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres, em Bruxelas, para destacar o sexismo existente nos assassinatos de mulheres.³¹¹ Posteriormente, em 1992, junto à pesquisadora inglesa Jill Radford, publicou o livro *Femicide: The Politics of Woman Killing* no qual o termo feminicídio aparece como “o

³⁰⁸ LEOPOLDI, D, GONZAGA, T., TELES, A. *Do Silêncio ao Grito: contra a impunidade- o Caso de Márcia Leopoldi*. União de Mulheres de São Paulo, Fundo Nacional de Cultura/Ministério da Cultural, 2007, p.176.

³⁰⁹ Idem, p.177.

³¹⁰ SEGATO, RITA. “Femi-geno-cídio como crime no fórum internacional dos Direitos Humanos: o direito a nomear o sofrimento no direito”. In: FREGOSO, Rosa-Linda & BEJARANO, Cynthia. *Una cartografia del feminicídio em las Américas*, op.cit.

³¹¹ RUSSEL, Diana. “Femicide: politicizing the killing of females”. In: *Strengthening Understanding of Femicide: using research to galvanize action and accountability*. Washington D.C., 2008. Disponível em: <http://www.path.org>.

assassinato misógino de mulheres cometido por homens; uma forma de violência sexual”.³¹² Ainda no mesmo livro, em um artigo junto a Jane Caputi, define-se que o femicídio é o ponto mais extremo do terror misógino, pois inclui uma gama de abusos verbais e físicos, como o estupro, a tortura, a escravidão sexual (incluindo a prostituição), o abuso sexual e incestuoso de crianças, o espancamento físico e emocional, o assédio sexual no trabalho, na rua e nas salas de aula, a mutilação genital, a esterilização ou maternidade forçada, cirurgias cosméticas em nome de um padrão de beleza ou, ainda, a privação de alimentos às mulheres em determinadas culturas.³¹³

Apesar de a expressão conceitual ser referenciada por essas feministas, a visibilidade política do termo e mesmo a alteração linguística para *feminicídio* veio em decorrência dos crimes cometidos contra as mulheres na cidade de Juárez, no México, no começo da década de 1990. Essa cidade, localizada no Estado de Chihuahua, fronteira do norte do México com o Texas, nos Estados Unidos, é polo de industrialização e concentra um alto índice de mão de obra feminina e barata nas maquiladoras multinacionais. Para Segato, essa cidade tem feito tornar-se real o lema: “corpo de mulher, perigo de morte”. Desde 1993, quando foi encontrado o primeiro corpo, calcula-se que mais de quinhentas mulheres foram assassinadas e outras centenas estão desaparecidas. Apesar do alto número de mulheres mortas e desaparecidas e dos fortes indícios que não se tratar de crimes em série, mas sim de atentados contra mulheres *por serem mulheres*, isto é, crimes de gênero, nenhuma investigação aprofundada é realizada por parte dos agentes do Estado.

Segato, ao falar exclusivamente sobre a banalidade com que esses crimes são tratados pelo Estado mexicano, aproxima-os à concepção de totalitarismo e de sociedade secreta de Hannah Arendt, pois afirma que esses são, além de crimes de gênero, também de Estado e, portanto, há a necessidade de criar novas linguagens e categorias jurídicas que possam expressá-los melhor e os desatar dos discursos que tentam passar a imagem de que tais atos foram fruto de um “desenfreado” desejo sexual masculino ou, ainda, de conflitos pessoais de ordem doméstica. Segato assevera que os feminicídios de Juárez são uma forma de comunicação, de mensagem, que utiliza como significante o corpo feminino para indicar a posição do que pode ser sacrificado por um determinado grupo de poder. Nesse sentido,

³¹² RUSSELL, D & RADFORD, J. *Femicide: The Politics of Woman Killing*. New York: Twayne Publishers, 1992, p.3.

³¹³ CAPUTI, Jane & RUSSELL, Diana. “Femicide: sexist terrorism against women”. In: RADFORD, Jill; RUSSELL, Diana. *Femicide: The Politics of woman Killing*, op.cit, p.15.

compreende que as mortes de mulheres ali podem ser pensadas como um genocídio feminino, pois, tratam-se de ataques cruéis a um determinado grupo.³¹⁴

Frente ao tratamento dispensado aos assassinatos e desaparecimentos de mulheres em Juárez e em outros estados mexicanos, grupos de feministas e de familiares lutam pelo reconhecimento jurídico dessa nova linguagem no sentido tanto de dar visibilidade à especificidade de gênero desses crimes, bem como de garantir algum tipo de segurança e justiça para as mulheres. Por esse mesmo caminho, militantes e pesquisadoras do Chile, Argentina, Bolívia, Peru e Guatemala, entre outros países da América Latina, têm se debruçado sobre o conceito de feminicídio e/ou femicídio no intuito de lançar novos olhares sobre as questões de violência de gênero. A antropóloga mexicana Marcela Lagarde define que o conceito de feminicídio discutido pelas feministas latino-americanas remete-se “como crime de ódio contra as mulheres, como o conjunto de formas de violência que, em ocasiões, incidem em assassinatos e, inclusive, em suicídios”.³¹⁵

Fregoso e Bejarano apresentam pesquisas diversas sobre os assassinatos de mulheres na América Latina e definem feminicídio como “a morte de meninas e mulheres fundadas em uma estrutura de poder, com base no gênero, que pode ser tanto de ordem pública como privada”.³¹⁶ Assim, referem-se às expressões cruéis de violência interpessoal, cotidiana e sistemática que também se entrecruza com as desigualdades sociais, culturais, políticas e econômicas. Ou seja, a definição do termo ainda não é precisa e veem sendo utilizada, sobretudo, para enfatizar as assimetrias de gênero que recortam diversos assassinatos de mulheres.

No Brasil, o termo foi introduzido, em 1995, no livro *Violência de Gênero: poder e impotência*, publicado por Saffioti e Suely Almeida, no qual as autoras usaram a expressão *femicídio* para designar o assassinato de mulheres cometido por homens em contextos de relações afetivas e/ou domésticas, combatendo a concepção de crime passionai. ³¹⁷ Em 1998, Almeida publicou *Femicídio: algemas (in) visíveis do público-privado*, no qual utiliza a categoria para destacar “a não accidentalidade da morte violenta de mulheres” e

³¹⁴ SEGATO, Rita. “Território, soberania e crimes de segundo estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juárez”, op.cit.

³¹⁵ LAGARDE, Marcela. “La invencion de la categoria de feminicidio”. Disponível em: <http://aquiencia.net>

³¹⁶ FREGOSO, Rosa-linda & BEJARANO, Cynthia. In: *Terrorizing Women: Femicide in the Americas*, op.cit., p. 5. Idem, p.5.

³¹⁷ SAFFIOTI, Heleith e ALMEIDA, Suely. *Violência de Gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

ressaltar que “este fenômeno integra uma política sexual de apropriação das mulheres”.³¹⁸ Sua análise centra-se nas relações de violência e morte de mulheres que incidem nos laços íntimos e afetivos, mas também aqueles que são realizados nos espaços públicos e impessoais, apresentando o caráter misógino que os recorta e a invisibilidade social de ambos.

Wânia Pasinato, por seu turno, em recente artigo intitulado “Femicídios e as mortes de mulheres no Brasil”, publicado em 2011, analisa que a falta de dados sobre assassinatos de mulheres fora das relações domésticas e familiares dificulta a apreensão dos casos para que se possa definir como femicídio. Enfatiza, ainda, que em nosso país o uso da categoria é muito recente e que não há um conjunto de argumentos que torna possível o seu uso político, pois avalia que o termo é generalizante e a mera classificação dos homicídios de mulheres por femicídio não contribuirá para o reconhecimento ou compreensão sobre os mesmos.³¹⁹ Algumas pesquisas na área da Sociologia, Demografia e do Serviço Social, porém, têm trabalhado com o conceito de femicídio para tratarem das mortes de mulheres com base no gênero, tanto no espaço privado, quanto no público.³²⁰

O uso do termo feminicídio, como vem sendo discutido por muitos grupos feministas latino-americanos viria, justamente, servir de instrumento para lançar luz sobre essas séries de agressões, torturas, violações e mortes diárias que se sucedem no cotidiano feminino. No entanto, como Segato pondera, esse caráter de genocídio, como ocorrem em Juárez, remete-se aos crimes de gênero de *caráter impessoal*, portanto, diferente dos assassinatos de mulheres cometidos dentro das relações afetivas e familiares. Mesmo que as mortes tenham a categoria de gênero como fio comum, a autora destaca a importância de categorizá-las diferentemente para criar estratégias políticas que sejam capazes de responder a essas questões.³²¹

³¹⁸ ALMEIDA, Suely S. *Femicídio: algemas (in) visíveis do público-privado*. Rio de Janeiro: Revinter, 1998, p.01.

³¹⁹ PASINATO, Wânia. “Femicídios e as mortes de mulheres no Brasil”. *Cadernos Pagu*, nº37, jul/dez, 2011, p. 219-246.

³²⁰ Ver: GOMES, Izabel. *Campo minado: Um estudo sobre femicídios na região metropolitana de Cuiabá*. Dissertação de Mestrado, Programa de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011; ROMIO, Jackeline. “Femicídio na cidade”. *Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. Florianópolis, 2010.

³²¹ SEGATO, RITA. “Femi-geno-cidio como crime no fórum internacional dos Direitos Humanos: o direito a nomear o sofrimento no direito”. In: FREGOSO, Rosa-Linda & BEJARANO, Cynthia. *Una cartografia del feminicidio em las Américas*, op.cit

No Brasil, o termo *femicídio* tem sido utilizado pelas feministas no intuito de demonstrar que há uma especificidade em grande parte das mortes femininas, sobretudo aquelas de *caráter pessoal*, como as que se passam nas relações afetivas e domésticas. Assim, o intuito, em nosso país, é combater a ideia de “crime passionai” que, como foi observado por Pimentel, Pandjarian e Belloque, ainda sustenta argumentações da jurisprudência brasileira nas alegações de legítima defesa da honra, consolidando a impunidade desses casos.³²²

Criméia, ao falar sobre o uso do conceito, explica que mesmo não sendo recorrente no discurso da entidade, a expressão é importante para o movimento, sobretudo no que se refere à luta no campo do Direito, pois transmitirá a especificidade dos assassinatos que são dirigidos às mulheres. Como ela argumenta:

Não é uma posição geral da União. Eu concordo e acho que deveria ser utilizada porque é uma forma de dar visibilidade. Porque não resta dúvida que o feminicídio é um tipo específico de homicídio. Ele está direcionado, os homicídios estão direcionados. Então, eu acho que essa expressão feminicídio, ela surge por já se ter uma percepção que o homicídio é direcionado. E eu não sei se (aqui) é diferente de Juárez, se tem tanta diferença, porque, em certo sentido, é a submissão da mulher que leva ela a ser um aviãozinho. Então, eu acho que a expressão é feliz porque vai dar visibilidade para uma coisa que ainda fica escondida em um campo comum de homicídio e ainda tem muita defesa com alegação de crime passionai.³²³

A militância da UMSP, ao longo dos anos de 1980 e 1990, no que concerne à luta pelo fim da violência contra a mulher, voltou-se, especialmente, para a denúncia dos casos e a conquista de justiça. Esse posicionamento alinhou-se as discussões teóricas que enfatizavam a importância de romper com a naturalidade das relações assimétricas de poder em torno do engendramento dos indivíduos que se convertiam nas cenas de apropriação e agressão dos corpos femininos. A luta da UMSP priorizou a desconstrução do discurso jurídico patriarcal e a inserção de novos valores nesse espaço como estratégia para romper com o imaginário sobre a violência que se passa no cotidiano feminino. No entanto, as experiências do ativismo abriram para outros campos de atuação, a exemplo do projeto desenvolvido na área da saúde. Na década de 1990, muitas entidades feministas passaram a pensar sobre os efeitos das situações de violência na vida psicológica e fisiológica das

³²² PIMENTEL, Silvia, PANDJIARJIAN, Valéria e BELLOQUE, Juliana. “Legítima Defesa da Honra’ Ilegítima impunidade de assassinos: Um estudo crítico da legislação e jurisprudência da América Latina”, op.cit.

³²³ Entrevista Criméia A. S. Almeida, São Paulo, 05/02/2012.

mulheres. Foi por esse prisma de reflexão que a UMSP desenvolveu um projeto que teve por objetivo cruzar os sintomas comuns da saúde da mulher à possibilidade de uma vida marcada por situações de violência.

3.4 RELACIONANDO AS CENAS DE VIOLÊNCIA À SAÚDE DA MULHER

Foi ainda na década de 1990 se iniciou a aproximação entre as formas de violência contra as mulheres e a área da saúde. Lori Heise, em 1994, em uma pesquisa sobre as relações entre violência de gênero e a saúde em diversos países, chama a atenção para o fato de que as mulheres vítimas de abusos sexuais, estupros ou da violência doméstica apresentam, além do trauma e, muitas vezes, do sentimento de culpa, outros sintomas ligados à sua saúde.³²⁴ As vítimas, sobretudo nos casos de estupro e abuso sexual, também correm o risco de serem contaminadas por doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), a exemplo do vírus HIV, ou, ainda, de engravidarem. Em países onde a prática do aborto, mesmos nesses casos, é criminalizada, muitas mulheres recorrem ao abortamento clandestino, figurando-se em mais um risco de morte. A autora avalia que a maioria das mulheres procura o serviço médico para tratar das causas secundárias das lesões e, portanto, o campo da saúde acaba por não relacionar o trauma inicial aos sintomas.

Do mesmo modo, Liliana Labronici et.al. em pesquisa recente, buscaram compreender o significado da violência sexual nas manifestações corporais das mulheres e ressaltam como as vítimas atribuem significados às suas experiências que interferem nas expressões do corpo, já que essas passam a fazer parte de seus seres.³²⁵ Tomando o corpo como primeiro lugar da experiência humana, portador e produtor de significados, as autoras afirmam que nas narrativas traumáticas passam questões expressas pela corporeidade como a destruição da autoestima, a desordem dos projetos de vida, o temor em relação às doenças sexualmente transmissíveis ou de uma gravidez indesejada. Assim sendo, avaliam que diante da complexidade que envolve o choque da violência em suas vidas, seja pelo aspecto físico, sexual ou afetivo, há uma necessidade de tratamento mais ético e sensível na área da saúde pública para tratar de tais questões.

³²⁴ HEISE, Lori. "Gender-based Abuse: The Global Epidemic". *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, nº10, vol. 1, p. 135-145 1994.

³²⁵ LABRONICI, Liliana, FEGADOLI, Débora, CORREA, Maria E. C. "Significado da violência sexual na manifestação da corporeidade: um estudo fenomenológico". *Revista Escola de Enfermagem da USP*. 2010; nº 44 vol. 2, p.401-406.

De acordo com o relatório Mundial sobre Violência e Saúde, publicado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2002, as mulheres adoecem mais que os homens e dentre as mortes de mulheres em idade fértil, 25% estão associadas à violência, sendo que dessas, 60% foram cometidas por seus pares afetivos.³²⁶ Em um estudo sobre a mortalidade de mulheres no Brasil, em 2006, o Ministério da Saúde divulgou que entre as principais causas de morte feminina estão: a neoplasia (tumores), as doenças circulatórias e as “causas externas” que correspondem, entre outras coisas, as mortes violentas das quais 57% das mulheres tinham idade inferior a trinta anos.³²⁷

Maria Cecília Minayo e Ednilsa Souza argumentam que na década de 1980 o tema da violência entrou no campo de debates da saúde pública, consolidando-se nos anos de 1990. Esse fenômeno, segundo as autoras, teve grande contribuição do feminismo que naquele momento buscou sensibilizar a sociedade para a questão de gênero e trouxe questionamentos importantes para a área da saúde, possibilitando que novas abordagens fossem feitas pelos agentes desse campo. Como ressaltam:

Desta forma, a violência fundamentada no gênero, incluindo agressões domésticas, mutilação, abuso sexual, psicológico e homicídios passam a fazer parte da agenda, não apenas para os cuidados assistenciais e pontuais oferecidos nas emergências hospitalares. Como objeto de prevenção e promoção da saúde a violência fundamentada no gênero, e que se expressa majoritariamente contra a mulher, se inclui na fundamentação do conceito ampliado de saúde que incorpora a compreensão e a mudança de atitudes, crenças e práticas; e na sua ação, vai além do diagnóstico e do cuidado das lesões físicas e emocionais.³²⁸

Na década de 1980, a articulação dos movimentos feministas com a área da saúde, sobretudo ao que convergia aos direitos reprodutivos, permitiu, como foi dito, a criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Posteriormente, no estado de São Paulo, assistiu-se a experiência pioneira do Hospital do Jabaquara na realização do serviço de aborto nos casos previstos pela lei, isto é, nos atendimentos às vítimas de estupro ou de risco de morte materna. Em 1994, foi organizado dentro do Hospital Pérola Byington outro ponto de assistência a esses casos.³²⁹

³²⁶ Disponível em: <http://www.opas.org.br>.

³²⁷ Disponível em: <http://portal.saude.gov.br>.

³²⁸ MINAYO, M.C. S, SOUZA, E.R. “É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública”. *Ciência e Saúde Coletiva* n°4, vol.1, p.7-32, 1999, p.9.

³²⁹ VILLELA, W, LAGO, T. “Conquistas e desafios no atendimento das mulheres que sofreram violência sexual”. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 23(2), fevereiro, 2007, p. 471-475.

Wilma Villela e Tania Lago, porém, ressaltam que foi após 1999, quando o Ministério da Saúde editou a *Norma Técnica para Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes* que o atendimento às mulheres vítimas de violência sexual ganhou maior espaço na área da saúde. Segundo as autoras, em 2002, existiam no país 245 serviços de saúde voltados para o atendimento às mulheres que sofrem violência sexual. Desses, nem todos disponibilizam ambulatorios voltados para o serviço de abortamento, o que torna um empecilho para muitas vítimas. Outra dificuldade encontrada é a burocracia que muitos hospitais impõem ao procedimento, como a exigência do boletim de ocorrência ou do laudo do Instituto Médico Legal. Contudo, há de se ressaltar que, de acordo com as Normas Técnicas, o abortamento nos casos de estupro não é condicionado à apresentação de tais documentos ou mesmo à decisão judicial sobre a ocorrência ou não do crime.³³⁰

Nessa linha, Oliveira et.al. avaliam que a violência de gênero para a saúde pública estava associada aos casos de estupro, especialmente aos de terceiros, posto que a violência sexual no casamento não era, até então, reconhecida. Esses casos eram compreendidos pelos agentes da saúde mais como um exercício terapêutico do que “uma questão de saúde-doença”.³³¹ Assim, as demais formas de violência que recortam o cotidiano feminino também não eram vislumbradas, mesmo as lesões sendo tratadas. Desse modo, Oliveira et.al. avaliam que a violência doméstica e sexual era tratada como algo pertencente mais ao universo jurídico do que ao campo da assistência à saúde da mulher.

Nesse mesmo período, as feministas almejavam que o Estado oferecesse nas redes públicas de saúde um serviço especializado no atendimento às mulheres em situação de violência, um modelo que já vinha sendo adotado em outros países.³³² Em 1996, a UMSP apresentou um projeto ao Centro de Referência Saúde da Mulher, Nutrição e Atendimento ao Desenvolvimento Infantil (CRSMNDI) do Hospital Pérola Byington, o qual tinha por objetivo perceber a influência da violência na saúde das mulheres e, também, lançar bases para se refletir sobre a implementação do atendimento na rede pública. O projeto foi

³³⁰ Ver: *Norma Técnica: Prevenção e Tratamento dos agravos resultante da violência sexual contra mulheres e adolescentes*. Ministério da Saúde, Brasília, 2012. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br>

³³¹ SCHRAIBER, L, D'OLIVEIRA, A, PORTELLA, A, OLIVEIRA, E. “Violência de gênero no campo da Saúde Coletiva: conquistas e desafios”. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(4):1019-1027, 2009.

³³² TAVARES, Dinalva. *Violência Doméstica: uma questão de saúde pública*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2000.

aprovado pela direção do Hospital no ano seguinte, quando as militantes compuseram uma equipe multifuncional para tratarem sobre o assunto com as mulheres que aguardavam o atendimento médico.

Dinalva, ao se recordar do projeto, narra que, na década de 1990, a saúde pública estava direcionada, principalmente, à explosão dos casos de HIV. Ela, que também atuava no GAPA (Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS), recorda que a UMSP começou a trabalhar com oficinas de sexo seguro, nas quais se discutia as formas de prevenção e, posteriormente, passou a relacionar a questão da violência à saúde da mulher. Em sua narrativa:

A grande questão da saúde era a AIDS, no começo dos anos de 1990, a gente inclusive entrou nessa linha de frente. Nós desenvolvemos aqui na União muitas oficinas de sexo seguro e de prevenção. Depois escrevemos uma cartilha eu, Criméia e a Telma, para as mulheres falando sobre a AIDS. E nós ficamos uma década falando sobre essa questão, porque era muita coisa que se tinha para discutir, para levar. E nós fizemos um encontro em Santos, no Centro de Cultural Negra, o I encontro de violência doméstica como saúde pública e foi um encontro muito bom, com muitas oficinas. E em conversa com a equipe da UMSP nós conseguimos organizar um trabalho no Hospital Pérola Byington que era a referência na saúde da mulher, não só estadual, mas do Brasil inteiro. E foi aí que nós fizemos um grande trabalho com quinze grupos focais tratando exclusivamente com a questão da violência.³³³

No I Encontro Popular de Violência Doméstica, realizado em Santos, houve uma discussão de que a violência contra as mulheres, sobretudo no espaço doméstico, deveria ser tratada também como uma questão de saúde pública. Lauretis, no artigo citado anteriormente, ao falar sobre os discursos que neutralizam as assimetrias de gênero e que compõem as cenas de violência, cita como a medicina e o serviço social, muitas vezes, omitem dos diagnósticos os sinais de violência emitidos pelas mulheres. Em sua análise, ao ignorar as causas de muitas lesões e sintomas com os quais as mulheres aparecem, essas áreas contribuem para que as mulheres retornem para situações e relações nas quais elas são agredidas.³³⁴

Trilhando esse caminho de reflexão, a UMSP desenvolveu o projeto no Hospital Pérola Byington, no qual por meio de grupos focais convidava as mulheres para participarem de uma discussão sobre violência doméstica. Terezinha, ao lembrar sobre o projeto explica:

³³³ Entrevista Dinalva Tavares, São Paulo, 28/05/2011.

³³⁴ LAURETIS, Teresa. “The violence of Rhetoric”, op.cit. p. 226.

Nós fazíamos muita discussão sobre justiça, sobre impunidade, mas que a violência também era uma questão de saúde pública e que o serviço de saúde tinha que lidar com essa questão. Mas, eles (os profissionais) tinham uma resistência muito grande em tocar nessa questão. E uma das principais argumentações que ouvíamos era: “ah como a gente vai abordar isso, é uma questão muito delicada e a mulher não vai falar.” E a gente, pela nossa experiência, percebia que para algumas mulheres os problemas de saúde estavam relacionados à violência que elas sofriam e aí nós resolvemos procurar o Hospital Pérola Byington que tratava da saúde integral da mulher.³³⁵

O projeto era realizado com as mulheres que estavam aguardando para serem atendidas, independente de qual era o seu tratamento. As militantes entravam nas salas de espera e convidam as mulheres a participarem, assegurando que o horário de seu atendimento médico seria respeitado pelo Hospital. Dinalva, ao se recordar dessa experiência, narra:

Nós trabalhávamos com as mulheres que estavam na lista de espera. Nós chegamos na sala de espera e dizíamos: “Olha nós vamos trabalhar com a questão da violência doméstica, quem quer participar?” E aí já tinha todo um combinado com a equipe de que as mulheres enquanto estivessem lá o cartão de atendimento ficaria na fila certa. E foi interessante porque foi aleatório e nós conseguimos trabalhar com todas as mulheres do hospital, aquelas que estavam na fila para a primeira consulta, mulheres com diagnóstico de câncer, mulheres idosas, jovens, deu para fazermos um universo mais amplo.³³⁶

A apreensão de que as mulheres não iriam compartilhar suas experiências foi superada no primeiro dia. Ao contrário do esperado pelos profissionais da área da saúde, Dinalva conta que foi apenas dar o “start” para que as mulheres começassem a falar. Portanto, ela diz que no segundo dia, ao convidarem as mulheres a participarem do grupo, já nomearam o problema: “olha nós vamos falar da violência doméstica”.³³⁷ Amelinha, ao relembrar sobre o projeto, avalia que a princípio as mulheres não identificavam as relações de violência ao seu cotidiano, mas ao de alguém próximo, como uma amiga ou uma irmã. Contudo, narra que na medida em que a discussão fluía para as trocas de experiências, o medo e a culpa davam lugares às falas sobre si. Em suas palavras:

Nós ficamos discutindo aqui o que nós íamos falar e resolvemos que a gente ia dizer “nós vamos falar sobre violência quem quiser vir vem”. Aí o segundo passo: “vem quem quer e como a gente faz?” Aí resolvemos que íamos perguntar por que se interessou em discutir violência e se apresentar. E aí nós fizemos uma roda e começou: “ah, eu sou fulana, moro em tal lugar, estou doente de tal coisa, mas eu fico impressionada porque

³³⁵ Entrevista Terezinha Gonzaga, São Paulo, 12/01/2012.

³³⁶ Entrevista Dinalva Tavares, São Paulo, 28/05/2011.

³³⁷ Idem.

minha vizinha apanha muito e eu queria saber se vocês têm alguma ideia para acabar com isso”. A outra era a prima, a irmã. E aí na segunda rodada, ela tinha esquecido que ela tinha falado que era a vizinha e falava que era ela quem estava apanhando. E nesse tempo entre você falar que era a vizinha que estava apanhando e depois afirmar ser você, esse tempo ia diminuindo cada dia mais. Tinha algumas que nem falavam mais que era a vizinha, já anunciava que era ela mesma quem apanhava.³³⁸

Na leitura de Terezinha, houve uma “desmistificação” de que as mulheres não se abriam para falar sobre as suas experiências traumáticas e de como aquilo influenciava na sua saúde, pois, como diz, quando as militantes da UMSP anunciavam que iam formar um grupo para discutir a violência doméstica e ver as consequências na saúde: “as mulheres se levantavam e iam. Era aquela turma e não estavam preocupadas que a outra estava vendo que ela ia falar de violência, então já desmistificou isso!”³³⁹

Timm, em sua pesquisa, destaca a importância dos atendimentos às mulheres em situação de violência como estratégia para romper com a naturalidade dessas cenas. Os espaços de compartilhamento das situações de violência e o acesso às informações sobre o processo histórico que oculta e naturaliza as posições de assujeitamento do feminino, rompendo com a banalidade com que a questão é tratada, permitem que as mulheres criem novas formas de resistência e deem outros significados às suas experiências cotidianas.³⁴⁰

Amelinha, ao falar sobre a leitura que as mulheres faziam das relações violentas sofridas, aponta como essas não eram nomeadas como “formas de violências”, mas, sim como “situações difíceis” enfrentadas no dia a dia, ou seja, as cenas de violência eram percebidas como parte intrínseca de suas relações afetivas. Portanto, avalia que muitas vezes essa relativização da violência pode ser lida como uma estratégia de ressignificação do cotidiano. De acordo com sua narrativa:

Tem aquela velha discussão de que as mulheres não têm consciência do tanto que elas são violentadas, acho, talvez, que seja uma forma de sobreviver, porque se você tomar consciência de tudo que você é violentada talvez você tenha dificuldade de saber o que fazer. Então, elas relativizam muito a violência, muitas situações elas colocam como difíceis, mas não como violência. E quando elas estão falando das demais violências, eu percebo o quanto as mulheres estão sofrendo e que não é uma coisa de agora, como você sabe. E como a violência é muito naturalizada as mulheres têm muita dificuldade de tomar consciência de que são violadas³⁴¹

³³⁸ Entrevista com Maria A. A. Teles, São Paulo, 12/01/2012.

³³⁹ Entrevista Terezinha Oliveira, São Paulo, 12/01/2012.

³⁴⁰ TIMM, Flávia. *Violência conjugal: uma perspectiva da psicologia feminista no enfrentamento às situações de violência contra as mulheres*, op.cit., p. 80.

³⁴¹ Entrevista com Maria A. A. Teles, São Paulo, 12/01/2012.

Terezinha, em sua leitura do passado, destaca a importância desse projeto não apenas pelo diálogo com a saúde pública, mas por permitir que as mulheres que ali estavam construíssem novos olhares para as assimetrias de gênero que delineavam suas vidas. Chama a atenção, também, para o fato de que houve muitos relatos de violência por parte das próprias agentes da saúde. Em outra ponta, Terezinha enfatiza a potência desse projeto em demonstrar que muitos sintomas e problemas de saúde que as mulheres apresentavam tinham em sua base as formas de violências das quais estavam submetidas. Em suas palavras:

Foi uma experiência muito interessante! Tinha mulher que dizia: “meu problema era a violência, porque eu tinha uma dor de cabeça e uma pressão alta e eu comecei a perceber que dava cinco horas da tarde, que era a hora que ele (agressor) costuma chegar, minha dor de cabeça começava. Agora que eu separei a minha dor de cabeça sumiu!” E também por trazer outras situações de violência como os casos de mulheres que faziam cauterização e o médico chamavam os maridos para dizer que ela não podia ter relações sexuais e o cara ia lá e não respeitava e a machucava toda! Ou ficava eternamente com doença venérea, porque ele se recusava a tomar a medicação e a reinfectava!³⁴²

Amelinha, ao narrar sobre as experiências com as mulheres no hospital, enfatiza o trabalho de “terapeuta” que as militantes exerciam, já que o projeto envolvia um jogo onde não apenas as ativistas explicavam o que era a violência contra as mulheres, mas, sobretudo, tentavam fazer com que as pacientes partilhassem suas vivências sem se sentirem constrangidas ou culpadas. O intuito era fazer com que as mulheres pudessem olhar para si próprias e enxergassem as assimetrias e violações que recortavam o seu dia a dia e (re) significá-las como algo que não era natural. Assim, tentava-se constituir pontes para que elas criassem resistências ao seu cotidiano e construíssem outras saídas para suas vidas. É nesta direção que Amelinha enfatiza que a questão da violência é um fio condutor para o compartilhamento das experiências, não apenas nas atividades realizadas com as pacientes que aguardavam atendimento no Hospital, mas no trabalho com os próprios agentes da saúde. Posteriormente, a UMSP realizou oficinas com as profissionais da área da saúde, as quais também passam por essas experiências. Como Amelinha narra:

É impressionante quando se fala de violência, sobretudo na área da saúde. E quando começava as oficinas para falar sua experiência, eu fico impressionada. Na primeira rodada ninguém fala nada, só apresenta ou fala que a violência está lá no posto de saúde. Mas depois... Tem situações que você se sente a terapeuta. Porque você é terapeuta, porque todo mundo começa a se levantar, as mulheres começam a chorar e a trazer os

³⁴²Idem.

problemas! E quando é com os profissionais... A gente chamando para outra reflexão profissional, porque eu digo: “se vocês estão assim, imaginem as mulheres que vocês atendem, que não estão tendo esse espaço de discussão que nós estamos”? E aí eu chamo a atenção nesse sentido. E aí parece que você achou uma mina de água, porque a violência vai aflorando.³⁴³

A iniciativa no Hospital Pérola Byington se desdobrou em uma proposta de ficha de atendimento nos setor público no qual a mulher pode indicar a situação de violência como parte de seu diagnóstico. Essas experiências direcionadas à questão da violência contra a mulher que vinham se delineando na UMSP desde meados de 1980, ganharam força nos anos de 1990, acompanhando as discussões teóricas e a visibilidade que a questão teve nesse período. Foi nesse contexto que a proposta do Curso de Promotoras Legais Populares, adotada pela UMSP, em 1994, portanto, paralelamente aos demais apresentado neste capítulo, surge como um novo instrumento de luta feminista em defesa dos direitos das mulheres e no combate à violência com base no gênero.

³⁴³ Entrevista com Maria A. A. Teles, São Paulo, 12/01/2012.

Vai ser coxo na vida é maldição pra homem. Mulher é desdobrável. Eu sou.

Adélia Prado

Ao longo desses trinta anos, um dos campos privilegiados de crítica e atuação da UMSP tem sido o do Direito. A associação dedica-se a diversas formas de luta como os cursos sobre feminismo que ocorrem anualmente na sede da entidade ou, ainda, o bloco de carnaval da “Dona Yayá”, que desde 2000, percorre as ruas do bairro do Bexiga tratando dos assuntos femininos de maneira descontraída e bem humorada. No entanto, a luta pelo fim da violência às mulheres e a crítica ao discurso jurídico cruzam todas as atividades realizadas pelo grupo. Essas duas frentes puderam se entrelaçar quando, em 1993, Amelinha participou, como representante da UMSP, de um curso oferecido pelo CLADEM (Comitê Latino Americano e do Caribe pra a Defesa dos Direitos das Mulheres), que tem uma sede no país desde 1992. Nesse curso, foi apresentada a experiência de entidades feministas que desenvolviam cursos de capacitação jurídica para mulheres na Argentina, no Chile e no Peru. Ao lado de Amelinha estava Denise Dora, advogada e feminista de Porto Alegre, que junto à primeira resolveu discutir a implantação da iniciativa no Brasil. É nesse contexto que surgiu a ONG Themis – assessoria jurídica feminista, em 1993, em Porto Alegre e a primeira turma de Promotoras Legais Populares do país (PLPs).

No ano seguinte, a UMSP também adotou o projeto de mesmo nome em São Paulo, o qual é realizado ainda hoje. O projeto de PLPs tem por finalidade ensinar às mulheres noções básicas de Direito, cidadania, funcionamento do Estado e organização das leis a partir de uma perspectiva feminista e de gênero. Por esse caminho, de acordo com Fernanda Oliveira, o curso possibilita, além de um aprendizado jurídico, “a compreensão das formas de discriminação e exclusão das mulheres da vida social e política”.³⁴⁴ Portanto, o objetivo do curso não é apenas a divulgação da lei, mas, principalmente, fazer com que o

³⁴⁴ OLIVEIRA, Fernanda Fernandes. *Quando o Direito Encontra a Rua*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2006.

conhecimento sobre seus direitos possa ser utilizado como um meio de pressão política e agente transformador da linguagem jurídica, bem como da vida das próprias mulheres. Atualmente, o curso ocorre no prédio da Secretária de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo, aos sábados, das 9hs às 13h, eventualmente, tendo aulas também no período da tarde. Esse projeto iniciado pela Themis e pela UMSP ganhou outras dimensões e hoje é realizado tanto em cidades do interior do Rio Grande do Sul, assim como em demais cidades do estado de São Paulo e das regiões norte e nordeste.



Bloco da Dona Yayá, Carnaval de 2001. Arquivo da UMSP.

4.1 CONSTRUINDO PONTES PARA A CIDADANIA

Amelinha, ao se recordar sobre a iniciativa do projeto, diz que o mesmo foi visto por ela e por Denise Dora como uma importante ferramenta política para o feminismo posto que: “era um momento de grande desafio: afinal havíamos conquistado os direitos

fundamentais na Constituição de 1988, mas como fazê-los valer?”.³⁴⁵ Como afirmam Gregori e Debert, após as conquistas efetuadas, havia uma necessidade de construir uma ponte para que essas fossem efetivadas, pois mesmo com uma das Cartas Constitucionais mais avançadas ainda “vivemos em meio a uma persistente desigualdade social no acesso à justiça”.³⁴⁶

Terezinha, por seu turno, ao relembrar sobre o momento, narra que o projeto atendia as necessidades da campanha “Tem que valer nossos direitos”, realizada pelos movimentos feministas no intuito de verem asseguradas as novas conquistas de gênero no campo político. Assim, em sua leitura, o curso possibilitou a construção de um *link* entre os novos direitos e o acesso à cidadania. Ensinar as mulheres sobre os seus direitos é percebido por ela tanto como uma forma de ampliar a informação sobre a Constituição, bem como uma nova estratégia de luta para os feminismos. Em suas palavras:

O projeto de Promotoras Legais Populares inicia justamente quando a gente se dá conta de que a melhor Constituinte do mundo, que garante todos os direitos, não foi considerada aplicável pelos juristas. Eles exigiram que se fizessem leis extraordinárias regulamentando os artigos da Constituição e continuaram usando as leis antigas. O que é um absurdo, já que você tem uma carta magna nova e enterra as leis anteriores! Isso pela lógica, mas no nosso país o patriarcalismo não deixa isso acontecer. Então, nós ganhamos, mas não levamos e aí nós saímos com a campanha “Tem que valer nossos direitos”. E o projeto de Promotoras Legais Populares é dessa época. E quando nós discutimos a gente vê que era uma forma de nós divulgarmos a Constituição, pois, desde que ela foi outorgada ela estava ameaçada e para isso teria que estudar a Constituição e o curso de Promotoras é isso, a gente estuda os direitos individuais.³⁴⁷

Elenara Iabel, militante feminista e fundadora da Themis, ao rememorar sobre o período, conta que o curso resolveu o incômodo que ela e as colegas do curso de Direito partilhavam sobre o “monopólio” do conhecimento jurídico. Ao reler suas memórias, diz que o projeto possibilitou que fosse criado pelo grupo um local que não fosse apenas “um escritório” voltado para o atendimento das mulheres, mas um espaço de troca no qual a pessoa pudesse encontrar meios para resolver ou encaminhar seus problemas. Como ela se lembra:

E aí veio esta história do CLADEM, a Denise já vinha se articulando na América Latina, por conta da Universidade mesmo, da articulação feminista e aí teve toda essa

³⁴⁵ Entrevista de Maria Amélia A. Teles disponível em: <http://www.centrodandara.org.br>.

³⁴⁶ GREGORI, Maria Filomena & DEBERT, Guita. “Violência e Gênero: novas propostas, velhos dilemas”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 23 nº 66 p. 167.

³⁴⁷ Entrevista Terezinha Gonzaga, São Paulo, 12/01/2012.

experiência que nós adaptamos! Porque não adianta ter um escritório para ficar anotando os problemas e não fazer nada. Tu não vai resolver o problema, é a pessoa que resolve o problema dela. Era um espaço para que a pessoa descobrisse alguma coisa. Então resolvemos fazer uma versão brasileira disso!³⁴⁸

As iniciativas de capacitação ou educação popular jurídica já eram realizadas desde os anos de 1980, em diversos países, como forma de promover o avanço e a justiça social para determinados grupos. O economista Stephen Golub afirma que nas últimas décadas, principalmente em países com alto índice de desigualdade social, tem crescido o papel dos *paralegais*, isto é, “pessoas com treinamento especializado que proveem auxílio jurídico a grupos desfavorecidos e que são, frequentemente, membros destes grupos”.³⁴⁹ Os paralegais oferecem apoio ou capacitação jurídica como forma de criar mecanismos para exercício da cidadania e do acesso ao sistema jurídico. Segundo o autor, essas propostas, a princípio, surgiram de uma necessidade de informação sobre os direitos passando, posteriormente, por um processo de questionamento dos próprios princípios legais que, ainda que garantidos, não asseguravam as mudanças sociais nas representações de gênero ou etnia, por exemplo. De acordo com Golub, tais iniciativas têm sido realizadas, não necessariamente com uma perspectiva feminista ou de gênero, em países como Namíbia, África do Sul, China, Filipinas, Quênia e Índia, onde os paralegais levam o conhecimento jurídico para mulheres, agricultores, populações indígenas entre outros indivíduos marcados por processos de exclusão.

4.1.1 A EDUCAÇÃO JURÍDICA PELO OLHAR FEMINISTA

Ainda de acordo com Golub, a atividade dos *paralegais* aproxima-se do que as advogadas feministas, como Margaret Schuler e Sakuntala Kadirgamar-Rajasingham, têm defendido como “legal literacy”. As autoras definem o termo como “o processo de aquisição crítica de consciência sobre as leis e os direitos, a habilidade para fazer valer seus direitos e a capacidade de mobilizações a fim de gerar mudanças na sociedade”.³⁵⁰ No livro *Legal Literacy: a Tool for Women's Empowerment*, as autoras expõem as iniciativas de grupos de mulheres na Ásia, na África, no Caribe e na América Latina que utilizam a

³⁴⁸ Entrevista Elenara Iabel, 30/03/2011.

³⁴⁹ MC CLYMONT, Mary & GOLUB, Stephen (Org.) *Many Rods to Justice: The Law Related Work of Ford Foundation Grantees around the World*. United States of America: The Ford Foundation: 2010, p.297.

³⁵⁰ Idem, p.297.

educação jurídica, desde a década de 1980, como estratégia para que as mulheres conheçam seus direitos. Avaliam que os cursos promovidos por esses grupos operam tanto como forma de pressão política, bem como agente de transformação na vida das próprias mulheres.³⁵¹

Segundo as autoras, em 1985, durante a III Conferência da Mulher, realizada em Nairóbi, as ativistas e operadoras do Direito se reuniram no Fórum “Mulher, Lei e Desenvolvimento”, a fim de discutir as prioridades na luta pelos direitos das mulheres. Um dos pontos foi a campanha “Conheça os seus direitos” que tinha por objetivo “empoderar” as mulheres a partir da popularização da linguagem jurídica e da criação de estratégias que desmistificassem as leis e as tornassem acessíveis.

Na América Latina, o curso já era realizado por entidades feministas do Chile, da Argentina e do Peru. Arlene Ricoldi, em sua pesquisa de mestrado sobre o curso de PLPs coordenado pela UMSP, afirma que as iniciativas latino-americanas são realizadas por grupos que se fundaram entre o final da década de 1970 e meados da década de 1980 e têm em comum, além, claro, das preocupações de gênero, a aproximação com o campo do Direito. De acordo com a autora:

São organizações de mulheres que desenvolvem algum tipo de trabalho ligado ao mundo jurídico, que pode ser atendimento e orientação jurídica a mulheres. O perfil destas organizações pode ser mais próximo do mundo jurídico, constituindo-se predominantemente por advogadas, ou com uma formação mais mista. Porém são organizações de orientação feminista, cujo enfoque está no atendimento a mulheres, sob a perspectiva de uma maior vulnerabilidade destas, devido à discriminação e situação de subordinação. (...) Daí surgem estratégias de ação, que podem ser cursos específicos voltados para objetivos pontuais, seminários, oficinas etc.³⁵²

Os movimentos feministas do Brasil, da Argentina e do Peru ressurgiram no contexto de luta contra os regimes militares que atuaram na América Latina entre as décadas de 1960 e 1980. Portanto, muitas de suas demandas passaram pela crítica ao Direito e pela alteração das leis que restringiam não apenas as liberdades democráticas, mas, também, aquelas que dizem respeito às normatizações sobre o corpo feminino ou ao que era concebido como família. Criméia, ao narrar suas memórias sobre a aproximação da UMSP e as lutas no campo jurídico, localiza sua fala nessa chave de interpretação. Avalia

³⁵¹ SCHULER, Margaret, KADIRGAMAR-RAJASINGHAM, Sakuntala. (org.) *Legal Literacy: a Tool for Women's Empowerment*. New York: UNIFEM, 1992.

³⁵² RICOLDI, Arlene. *A experiência da Promotoras Legais Populares em São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, 2005,p.32.

que ao mesmo tempo em que os movimentos feministas lutavam contra as medidas legislativas do regime militar, tecia olhares críticos para as formas com que o Código Civil e o Penal tratavam as mulheres. Como ela se recorda:

Na verdade, o movimento feminista e a União de Mulheres começam na luta contra a ditadura. Então, essa questão das mudanças nas leis, mesmo não acreditando muito na aplicação, isto está muito forte nesta turma. Porque é uma turma que está brigando contra a lei de Segurança Nacional, contra o AI-5, pela Constituinte. E nesse tempo começa também a briga contra o Código Civil que era um terror. O pai pode deserdar a filha desonrada, e é filha, no feminino!³⁵³

Por esse caminho, em 1982, foi criada na América Latina a Rede de Mulheres e Educação de Adultos que passou a organizar encontros sub-regionais para discutir metodologias viáveis e dar apoio ao movimento de mulheres. Essa foi influenciada pela perspectiva da educação popular de Paulo Freire dos anos de 1970 e 1980.³⁵⁴ Nesse momento, as entidades feministas realizaram o Seminário Feminismo e Educação Popular na América Latina, seguido pelo II Encontro Feminista Latino Americano, em 1983, em Lima, e pelo Encontro de Intervenção-Ação e Mulher, também em 1983, em Santiago no Chile.

Segundo Rocio Rosero, a educação jurídica realizada pelas feministas latino-americanas tem como proposta partir das experiências cotidianas das mulheres, interpretá-las e projetá-las no contexto social. Essa perspectiva busca fazer com que as mulheres desmistifiquem a visão que elas têm sobre seu papel na sociedade, permitindo que possam construir novos olhares sobre si. De acordo com a autora, mesmo sabendo-se que não podemos falar em uma “identidade” das mulheres latino-americanas posto que há inúmeras diferenças, ressalta a importância de se reconhecer essas experiências plurais que cruzam situações comuns, como a heteronormatividade compulsória ou as relações com a maternidade, a fim de que se possa dar visibilidade às formas de discriminação de gênero que recortam suas vidas. Em suas palavras:

A perspectiva feminista da educação popular coloca a necessidade de partir da própria realidade das mulheres, revalorizando o espaço doméstico, o papel reprodutivo da mulher, sua sexualidade, seu direito ao prazer, como ser humano, não para manter-lhes

³⁵³ Entrevista Criméia A. S. Almeida, São Paulo, 19/04/2011.

³⁵⁴ Ver: <http://www.democraciaycooperacion.net>

como instrumento de opressão, mas para transformar em instrumentos de luta e libertação.³⁵⁵

Isto é, a partir das experiências femininas atravessadas não apenas pelas assimetrias de gênero, mas, também, por outras como as étnicas ou de classe, pretende-se fazer com que haja uma reflexão em torno do lugar construído cultural e socialmente como lócus do feminino. De acordo com Giulia Tamayo, o primeiro grupo feminista latino-americano a desenvolver cursos de capacitação jurídica foi a associação peruana Flora Tristan, fundada em 1979, em Lima.³⁵⁶ O intuito do grupo era utilizar a informação jurídica para acabar com os silêncios em torno da violência doméstica e sexual e fortalecer as mulheres para que conseguissem romper com essas situações e, ao mesmo tempo, impulsionar a busca pelas demandas jurídicas e de políticas públicas. Essa atividade era desenvolvida paralelamente a outras frentes de atuação, como o “serviço legal”, um centro de orientação e resolução de conflitos e, também, a uma proposta de investigação das questões jurídicas a partir da perspectiva de gênero, na qual se incluía estudos de caso. Tamayo afirma que entre os objetivos do curso desenvolvido pela Flora Tristan estava o de estimular as mulheres a se tornarem “sujeitos de direitos”, isto é, conhecer seus direitos e passar a reivindicá-los.

Esse é o caminho pelo qual a UMSP também segue, ou seja, tratar das questões jurídicas pelo cotidiano das mulheres, não apenas no que tange a sua experiência própria de *ser mulher*, o que lhe posiciona como um corpo mais vulnerável às formas de violência, sejam elas urbanas ou de gênero. Mas, também, pela construção cultural de sua subjetividade direcionada para o cuidado *com o outro* que lhe coloca à frente dos conflitos ligados ao marido, filhos, aos pais ou mesmo à sua comunidade.

Apesar de o foco ser as situações femininas, o projeto de PLPs também explora as discriminações e violações que ocorrem em todas as esferas sociais a fim de que as participantes sintam-se capazes de resolver os problemas e conflitos que ocorrem em suas vidas e também no seu entorno. Na Carta de Princípios, que trata dos objetivos do curso, é enfatizada a importância de “democratizar” o conhecimento dos direitos, a fim de que esse

³⁵⁵ ROSERO, R. “Feminismo y educación popular” In: *Crecer juntas: mujeres, feminismo y educación popular – América Latina y Caribe*. Isis Internacional, Red de Educación Popular entre Mujeres, Santiago, 1987.

³⁵⁶ TAMAYO, Giulia. Trazos y recorridos/sobre gênero, derecho y desarrollo. In: CLADEM. Capacitación legal a mujeres. CLADEM, Lima: Peru, 1991. Apud: RICOLDI, A. *A experiência das Promotoras Legais Populares em São Paulo*, op.cit.

possa servir como forma de orientação para que haja reconhecimento das assimetrias que dificultam o acesso à justiça por determinados grupos. Como é exposto na carta:

1) Criar nas mulheres uma consciência a respeito de seus direitos como pessoa e como mulher de modo a transformá-la em sujeito de direitos; 2) Desenvolver uma consciência crítica a respeito da legislação existente e dos mecanismos disponíveis para aplicá-la de maneira a combater o sexismo e o elitismo 3) Promover um processo de democratização do conhecimento jurídico e legal (...) 5) Criar condições para que as participantes possam orientar outras mulheres em defesa de seus direitos 6) Estimular as participantes para que multipliquem os conhecimentos conjuntamente produzidos, nos movimentos que atuam.³⁵⁷



Amelinha durante o 6º Encontro de Promotoras Legais Populares de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009.

Amelinha, ao reler suas memórias sobre a iniciativa da UMSP em adotar o projeto de PLPs, avalia que o mesmo “revigorou a luta pela cidadania, pelo empoderamento e reconhecimento dos Direitos Humanos das Mulheres (...) e tem revigorado o próprio feminismo”.³⁵⁸ O projeto de PLP veio de encontro às campanhas dos movimentos feministas pela garantia dos direitos conquistados em 1988 e pela declaração dos Direitos

³⁵⁷ Carta de Princípios do Curso de Promotoras Legais Populares. Disponível em: <http://uniaodemulheres.org.br>.

³⁵⁸ Entrevista Maria Amélia A. Teles ao Coletivo Dandara.

Humanos das Mulheres, em 1993. No entanto, no Brasil, a proposta de educação jurídica popular deparou-se, também, com a lei nº 9.099, de 1995, que estabeleceu os Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECrim) que se propõe a acabar com a morosidade jurídica, mas, se tratando do combate à violência contra as mulheres, sobretudo no espaço doméstico, representou um grande retrocesso. É nessa direção que um dos pontos mais ressaltados pela UMSP no curso de PLPs é a relação do Direito com o tratamento às formas de violência de gênero.

4.2 A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E OS DIREITOS HUMANOS

Amelinha, em sua leitura do passado, diz que a proposta inicial era tratar de todos os direitos, porém, priorizando a questão da violência contra a mulher. Isso porque, de acordo com sua narrativa, por trás de todas as discussões propostas está presente a desigualdade de gênero que resulta na apropriação e no controle do corpo feminino. Todos esses discursos que condicionam a mulher a uma posição de assujeitamento podem ser pensados como formas de violência, portanto, enfatiza a importância de fazer com que essa questão cruze todas as noções de direitos. Como ela narra:

A ideia era trabalhar com todos os direitos, desde o começo. Mas focar contra a violência, porque a violência era o problema que impedia a mulher de trabalhar, o que impedia a mulher de ir e vir e impedia a mulher de ter orgasmo, que obrigava a mulher ser mãe ou não ser mãe, porque tinha mulher que não podia tomar o remédio, aliás, ainda tem hoje, mas naquele tempo eu me lembro bem do tanto de mulheres que não podia usar o método contraceptivo porque o marido não deixava e elas não usavam. Ou ela tinha que fazer aborto porque o cara não queria mais ter filho, ou ainda ela era impedida de fazer o aborto porque o filho era dele e ele não queria o aborto! Então tudo isso o que é gente? Nós batalhamos por todos os direitos, mas o que nós tentamos fazer foi passar a questão da violência por todos os direitos. Quer dizer violação, violência e descriminalização nós trabalhamos muito juntos, entendeu? São questões separadas, mas que estão imbricadas. Então, o projeto nasceu com essa ideia.³⁵⁹

Criméia, ao falar sobre o curso, salienta que hoje não se faz mais necessário, como há vinte anos, ter um espaço próprio para que as experiências de violência de gênero emergem nas narrativas femininas. Atualmente, as mulheres falam mais sobre essas situações sem se culparem ou se envergonharem como antes. Contudo, ainda persiste uma naturalização dessas agressões sutis e diárias. Portanto, Criméia diz que o curso possibilita

³⁵⁹ Entrevista Maria A. A. Teles, São Paulo, 12/01/ 2012.

que as mulheres olhem para outras formas de violência, que não são apenas as físicas, mas que também estão presentes em suas vidas e deixam suas marcas.

Ao trazer o olhar feminista e de gênero para o campo jurídico, explora-se a construção do discurso masculino a respeito da mulher que está presente nas diversas legislações e que não ficam circunscritas ali, mas transbordam para suas vidas. É claro, como pontua Criméia, que as discriminações sociais não se reduzem às mulheres, outras minorias também partilham dessas, bem como da falta de acesso à justiça. Entretanto, sublinha que o curso visa trazer à tona as questões de gênero que fazem com que as formas de violência e de descriminalização incidiam de forma específica no dia a dia das mulheres. De acordo com sua narrativa:

Bom, essa questão da violência é só juntar mulher que ela aparece, não precisa ser nas PLPs. Agora no curso ela aparece muito porque quando é falado dos diversos ramos do Direito, como da família e do trabalho... E a União sempre procura mostrar como está a mulher no direito da família ou do trabalho, coisas que nem sempre os professores do Direito enfocam bem. E aí não tem como a questão da violência não aparecer e, às vezes, essas mulheres estão procurando uma solução para a vida delas. E sempre que você fala de saúde, trabalho, educação sempre aparece a questão da discriminação contra a mulher, e óbvio que ela aparece com mais intensidade porque o pessoal feminista das promotoras puxa! A discriminação não deixa de ser uma violência. É óbvio que a violência e a discriminação no trabalho também são contra o homem, mas contra a mulher tem um componente a mais, pelo fato de que ela é mulher. Claro que o operário sofre a exploração do patrão, mas quando é mulher tem um “quê” a mais, não é?!³⁶⁰

Nessa chave, o curso cria condições para que as participantes enxerguem as diversas formas de hierarquia e desigualdade que são construídas pelos discursos jurídicos. Exemplo disso é a lei nº 9.099/95, mencionada acima, que coincidiu com o início do curso em São Paulo. Se durante os anos de 1980 os movimentos feministas brasileiros politizaram a violência contra as mulheres, sobretudo nos espaços domésticos e familiares onde há maior ocorrência dos casos, assistiu-se, a partir dessa lei, ao Estado investir na banalização às agressões cometidas por homens e direcionadas às mulheres.

A antropóloga norte-americana, Laura Nader, afirma que durante os anos de 1970 os modelos conciliatórios para as situações de conflito e controle social passaram a ter maior relevância nos Estados Unidos.³⁶¹ Esses modelos compunham um estilo político voltado para a pacificação e o equilíbrio entre as partes. Frente às transformações em

³⁶⁰ Entrevista Criméia A. S. Almeida, São Paulo, 05/02/2012.

³⁶¹ NADER, Laura. “Harmonia Coerciva: A economia política dos modelos jurídicos”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 9, nº 29, 1994, p.18-29.

termos de direitos e cidadania, o discurso da harmonia passou a ser considerado “uma virtude” a ser adquirida. É nesse cenário que surge a *Alternative Dispute Resolution* (Resolução Alternativa de Disputa), isto é, um estilo que, de acordo com a autora, deslocava a ênfase jurídica do “vencer ou perder” para o equilíbrio de interesses. Nader argumenta que, nos Estados Unidos, criou-se uma aversão às leis e uma valorização ao consenso, justificadas pela morosidade dos processos e pelo abarrotamento dos tribunais. As alternativas, descritas como centros de acordo e/ou reconciliação, opunham-se a esse modelo. A antropóloga, porém, ressalta que esse discurso que busca “criar consenso, homogeneidade, concórdia” a qualquer preço é um poderoso instrumento de controle social e político, posto que anula as relações de poder intrínseca nos conflitos assimétricos. Assim, avalia que “a mediação/negociação como algo destruidor de direitos ao limitar a discussão do passado, proibir a ira e forçar o compromisso”.³⁶²

Essa forma de resolução de conflitos foi difundida em outros países e ganhou espaço no cenário jurídico brasileiro. Exemplo disso são os JECrims, estabelecidos pela lei 9.099/95 com o intuito de dar rapidez aos atos processuais nas infrações de menor potencial ofensivo, isto é, os crimes cuja pena máxima não seja superior a dois anos de reclusão, com ou sem cumulação de multas. A influência internacional da informalização do judiciário de um lado, e, de outro, o congestionamento das prisões associado às complexidades que envolvem os conflitos sociais dos quais a repressão não é capaz de tratar, foram pontos-chave para a implantação da medida em nosso país. Essa foi recebida como sinal de avanço em nossa legislação diante da proposta de mínima intervenção penal a certos tipos de delito considerados como menores, como brigas de trânsito ou conflitos entre vizinhos. Nesses casos, por meio da conciliação, há a sugestão de penas consideradas alternativas. O modelo, como pondera Carmem Campos, foi uma vitória para o movimento criminológico e prisional moderno que “há muito tempo dá sinais de falência, sobretudo nos países latino-americanos”.³⁶³

No entanto, há de se considerar que se havia uma definição teórica dos termos “violência contra mulher” ou “violência doméstica e familiar”, não existia qualquer tipificação penal. Os mesmos eram tratados como crimes de lesão corporal o qual cabe a pena, nos casos de lesões consideradas leves, de três meses a um ano de reclusão e nos

³⁶² Idem, p. 24.

³⁶³ CAMPOS, Carmen. “Juizados Especiais Criminais e seu déficit teórico”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 11, v.1, jan./jun., 2003, p. 155-170.

casos de lesões graves, pena de um a cinco anos de reclusão.³⁶⁴ Assim, com a substituição dos processos e das possíveis reclusões por medidas alternativas que, no caso das cenas de violência doméstica reduziam-se ao pagamento de cestas básicas, as feministas começaram a criticar a lei pelo retrocesso que essa representava na luta pelo fim da violência com base no gênero.

Nesse campo de reflexão, Campos afirma que a adoção desse sistema no cenário jurídico brasileiro ignorou as posições da criminologia feminista e construiu novamente um discurso centrado nos valores masculinos. Ao omitir as relações desiguais de gênero, reforça-se o poder patriarcal instituído e reprivatiza as violências direcionadas às mulheres. Em suas palavras:

A análise da Lei 9.099/95 na perspectiva de gênero aponta para a sua construção sob o senso comum masculino, uma vez que foi criada para punir a conduta criminosa masculina ou, como diriam nossos penalistas tradicionais, a conduta de “Tício contra Caio”, uma criminalidade de natureza eventual e não habitual. No entanto, os dados atuais dos juizados demonstram que esses julgam não a criminalidade de Tício contra Caio, mas de Tício contra Maria, de Caio contra Joana, de José contra Marlene, etc. Na pesquisa que realizei, 70% dos casos julgados nos JECrims, em Porto Alegre, referiam-se à violência doméstica cometida pelo homem contra a mulher, e esses delitos (ameaças e lesões corporais) não eram eventuais, mas habitualmente cometidos.³⁶⁵

Algumas pesquisas, como as de Kant de Lima et.al.³⁶⁶ e Rodrigo Azevedo³⁶⁷ e as de Guita Debert e Marcela Oliveira³⁶⁸, sugerem que há um processo de *feminização* no JECrim já que grande parte das vítimas nessa instituição são mulheres. Entre os tipos penais mais julgados por esses órgãos estão o de lesão corporal leve e o de ameaça, nos quais as assimetrias de poder e de gênero estão presentes. Oliveira, em uma pesquisa realizada no JECrim de Campinas, afirma que, contrário das soluções dos conflitos norteados pelas relações de gênero nos Tribunais do Júri, entre as décadas de 1970 e 1980 – que

³⁶⁴ O crime de lesão corporal qualifica-se por “ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem” (artigo 129) e é considerado de natureza grave quando leva à “incapacidade para as ocupações habituais, por mais de 30 (trinta) dias; perigo de vida; debilidade permanente; aceleração de parto, incapacidade permanente para o trabalho; enfermidade incurável; perda ou inutilização de membro, sentido ou função; deformidade permanente; aborto.” E ainda há a lesão corporal seguida de morte que tem como pena reclusão de 4 a 8 anos. Disponível em: <http://www.soleis.com.br>.

³⁶⁵ CAMPOS, Carmen. “Juizados Especiais Criminais e seu déficit teórico”, op.cit, p. 158-159.

³⁶⁶ KANT DE LIMA, R. et al. *A violência doméstica nos Juizados Especiais Criminais: desafios para o Direito e para os tribunais brasileiros*. 2003. Disponível em: www.uff.br.

³⁶⁷ AZEVEDO, Rodrigo G. “Juizados especiais criminais: uma análise sobre a informalização da justiça penal no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 16 nº 47, outubro, 2001.

³⁶⁸ DEBERT, G. & OLIVEIRA, M. “Os modelos conciliatórios de solução de conflitos e a ‘violência doméstica’”. *Cadernos Pagu* nº 29, julho-dezembro de 2007, p.305-337.

valorizavam o desempenho dos papéis familiares para a solução, com o JECrim, a condução dos casos segue outra lógica, na qual por meio da “conciliação” rápida preserva-se a família e suas hierarquias, reiterando a violência crônica presente nestas relações.³⁶⁹

Amelinha, ao falar sobre essa lei, avalia a positividade da intenção de acelerar os processos jurídicos e diminuir o número de prisões. Entretanto, enfatiza que a UMSP se debruçou na crítica à forma com que a lei, ao não olhar para as hierarquias de poder, tratava das situações de violência cometida contra as mulheres. Como ela narra:

Agora a violência contra as mulheres vai ser interpretada como crime de menor potencial ofensivo. Era a mulher apanhar não tem problema nenhum! Justifica! E não é só a violência doméstica, são as relações de gênero. Toda a agressão, se você apanhar ali na rua de um cara era 9.099/95! E ainda hoje pode ir! Agora hoje, se eu apanho ali na esquina aplica a lei 9.099/95, eu tenho que brigar muito para se colocada no Código Penal dentro de lesão corporal grave que é de 30 dias. Se você ficar 29 dias sem andar e no último dia, num esforço você diz: “eu vou levantar hoje, porque eu preciso cuidar da minha casa, preciso trabalhar” aí você vai e consegue a lesão corporal leve porque você andou!³⁷⁰

O curso de PLPs, nesse sentido, estimula as participantes a pressionarem o Estado contra o tratamento dispensado às situações de violência e de discriminação contra as mulheres. Oliveira destaca que o Direito, como “espinha dorsal” do curso, funciona como um meio de “empoderar” as mulheres no sentido de que elas passem a reconhecer os seus direitos, mas, especialmente, que percebam seu lugar na sociedade e passem a “nomear violações e violências antes inomináveis”.³⁷¹ A partir do aprendizado, no caso da legislação acima, as participantes podem reconhecer como suas experiências de violência são tratadas pelo Estado e, assim, criar estratégias de luta por formas outras de tratamento em situações de conflito.

É nessa chave que Terezinha inscreve sua percepção sobre a relevância do projeto na desnaturalização da violência. Em sua narrativa, ela diz que dentro da chave “violência de gênero”, o grupo trabalha as definições de violência doméstica, sexual, assédio moral, a atual Lei Maria da Penha e apresenta a história da luta feminista para fazer emergir essas cenas de agressões, ao lado da conquista dos direitos das mulheres. Essas aulas, como explica, são acompanhadas por oficinas de trocas de experiências, estudos de casos e visitas

³⁶⁹ OLIVEIRA, Marcella B. *Crime Invisível: a mudança de significados da violência de gênero no Juizado Especial Criminal*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2006.

³⁷⁰ Entrevista Maria A. A. Teles, São Paulo, 12/01/2012.

³⁷¹ OLIVEIRA, Fernanda. *Quando o Direito encontra a rua*, op.cit. p.61.

a órgãos públicos, como a Delegacia de Defesa da Mulher ou ao núcleo da Defensoria Pública da Mulher. Isso, em sua leitura, tem um “peso forte” para que as mulheres conheçam as formas de discriminação que cortam suas vidas e, assim, não tratem essas situações como normais. Como ela narra:

A mulher só vai deixar de apanhar e de morrer assassinada no dia em que tiver democracia de direitos. E aí o projeto de promotoras populares estuda a constituição, os direitos humanos, que são indivisíveis. Isso é uma questão que a gente coloca forte como a do direito machista. A discussão para transformar a legislação de direitos em políticas públicas, o acesso mesmo aos direitos. Então, é fundamental o projeto no sentido de fortalecer as mulheres, de empoderar as mulheres.³⁷²

Em sua fala, conhecer os direitos é visto como um instrumento que permite as mulheres transformarem suas vidas, seja no sentido de se reconhecerem dentro de um processo cultural e social que relega às mulheres determinadas situações de marginalização e exclusão, ou, ainda, como agente transformador das relações sociais que as cercam. Exemplo desse processo pode ser considerado um episódio em que uma jovem violentada resolveu levar sua experiência para ser discutida como estudo de caso no curso de PLPs. Luciana procurou a UMSP após ter sido estuprada pelo seu patrão, um comerciante de uma rede de lojas de calçados, localizada no centro de São Paulo.³⁷³ Ao fazer a denúncia, ela descobriu que outras funcionárias haviam passado pela mesma situação e foram acusadas, como ela, de terem “provocado” a violência. As funcionárias, mesmo tendo feito o boletim de ocorrência, resolveram não dar continuidade ao processo, ao contrário de Luciana que procurou a UMSP para saber como agir contra o agressor. Como mencionado anteriormente, a violência física ou sexual espelha muitos problemas de saúde nas vítimas e, nesse caso, um dos aspectos do trauma na jovem foram transtornos psicológicos.

Terezinha, ao se recordar desse momento, diz que essa experiência foi de suma importância para a entidade, pois, com o auxílio dos professores que estavam ministrando o curso no dia e com o debate das colegas, foi possível pensar em caminhos diferentes para a solução do caso. A entidade apoiou a vítima a entrar com um processo penal e outro trabalhista contra o agressor e conseguiram ambos. No caso do trabalhista, Luciana conseguiu entrar com um pedido de CAT (Comunicado de Acidente de Trabalho) que, até

³⁷² Entrevista Terezinha Oliveira, São Paulo, 12/01/2012.

³⁷³ Em depoimento Amelinha e Terezinha informaram apenas o primeiro nome da jovem.

então, não incorporava a violência de gênero como uma das possibilidades.³⁷⁴ Como Terezinha se lembra:

Foi um caso em que ela se propôs a ir no curso de promotoras justamente no dia em que a pessoa que deu aula trabalhava na secretária da saúde do trabalhador e sugeriu, junto com o jurista que estava na mesa com ela, fazer uma CAT e aí fez e foi aceito. E eu acho que nunca ninguém tinha colocado dessa forma. E foi um marco! Ela ficou com síndrome do pânico, tinha sempre que mudar de casa, ela ficou bem traumatizada, então, a CAT foi fundamental. Os problemas psicológicos foram consequência do estupro. E teve uma repercussão tão grande que a revista da FIESP fez uma matéria alertando os empresários a tratarem da questão, para evitarem. Então, foi uma coisa muito interessante essa referência. Nós levamos o caso para o encontro de saúde e da mulher trabalhadora.³⁷⁵

Esse caso ilustra como as experiências de dominação, controle e violação dos corpos femininos são compartilhadas naquele espaço e discutidas a fim de que as participantes desfaçam a naturalidade dessas relações em suas vidas e busquem mecanismos que lhes possibilite recompor seu cotidiano. É claro, que nem todas as participantes estabelecem um olhar crítico para os discursos que constroem as relações de gênero e poder e que incidem nas cenas de violência. Kátia, ao falar sobre como a violência é refletida no projeto, chama a atenção para o fato de que, apesar de essa ser uma experiência que aparece na narrativa de várias delas e que desperta o interesse do grupo, em sua percepção, muitas não fazem a ligação entre as construções assimétricas de gênero e a violência. Em sua leitura, algumas das participantes estão interessadas em discutir a violência contra as mulheres, porém, de maneira localizada, ou seja, ligada ao seu bairro ou à sua área específica de trabalho. Como ela narra: “Muitas estão preocupadas com a questão da violência, mas não ligam essa violência a uma questão de gênero. Mais ou menos fica no campo da saúde. Elas veem como um problema que acontece na comunidade e que precisa ser resolvido”.³⁷⁶

³⁷⁴ Sobre este episódio ver: MELO, Mônica “Estupro e Acidente de Trabalho”. In: *Instituto Brasileiro de Advocacia Pública*. Disponível em: <http://www.ibap.org>.

³⁷⁵ Entrevista Terezinha Gonzaga, São Paulo, 12/01/2012.

³⁷⁶ Entrevista Kátia Antunes, São Paulo, 20/05/2011.

4.2.1 OS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES

Um dos pontos centrais do curso de PLPs, realizado pela UMSP, é a discussão sobre os Direitos Humanos das Mulheres. Alinne Bonetti, que pesquisou sobre o curso de PLPs, em Porto Alegre, avalia que o recurso a esses direitos é uma estratégia das feministas para propiciar a construção de políticas públicas no combate à violência, sobretudo aquelas que se dão no espaço afetivo e doméstico. Portanto, argumenta que essa é uma forma dos movimentos feministas pressionarem o Estado e, assim, “a luta contra a violência às mulheres passa a ser uma luta pela cidadania das mulheres”.³⁷⁷

As agressões, as apropriações violentas e os assassinatos são, sem dúvida, os maiores problemas enfrentados pelas mulheres em diversos pontos do mundo. No relatório da Anistia Internacional, de 2004, consta que as formas de violência direcionada às mulheres são universais, pois, acontece contra ricas ou pobres, negras ou brancas, muçulmanas, cristãs ou de qualquer outra religião. De acordo com o documento, “(...) uma em cada três (mulheres) do planeta já foi espancada, forçada a ter relações sexuais ou submetida a algum outro tipo de abuso”.³⁷⁸ A violência contra a mulher foi considerada como uma violação aos Direitos Humanos a partir do reconhecimento, em 1993, dos Direitos Humanos das Mulheres. Em 1995, durante a Convenção Interamericana para Punir e Erradicar a Violência, em Belém do Pará, a categoria foi definida como “toda e qualquer forma de violência baseada no gênero que cause danos físicos, psicológicos e materiais à mulher”.³⁷⁹

Essas discussões aparecerem no texto elaborado pela UMSP durante o II Encontro de Violência Doméstica, Sexual e Racial, em 1993, no qual se afirma:

Os direitos das mulheres foram reconhecidos porque houve um movimento mundial para denunciar a violência contra a mulher. Foi feito um Tribunal para julgar alguns casos de violência, dentre os quais, um era o Brasil. Esse Tribunal teve o mérito de mostrar que a prática da violência contra a mulher é uma violação aos Direitos Humanos das Mulheres. Ou seja, nós passamos a ser reconhecidas como portadoras dos Direitos Humanos por termos tido a coragem de mostrar nosso rosto torturado pela violência de gênero e não por termos apresentado um trabalho científico, ou outro tipo de manifestação cultural,

³⁷⁷ Alinne. *Entre feministas e mulheristas: uma etnografia sobre as Promotoras Legais Populares e as novas configurações da política feminista em Porto Alegre*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010, p.41.

³⁷⁸ *Vidas Rotas: Crímenes contra mujeres en situaciones de conflicto* Relatório da Anistia Internacional 2004 Disponível no site: <http://www.amnesty.org>.

³⁷⁹ TELES, Maria A. & MELO, Mônica. *O que violência contra a mulher*, op.cit.

artística ou política. Fomos reconhecidas como seres humanos a partir do momento que demos visibilidade mundial para a violência doméstica e sexual, uma violência cotidiana praticada contra as mulheres.³⁸⁰

Como foi dito, entre as décadas de 1975 a 1985, as feministas trouxeram para o debate nacional e internacional as discriminações e formas de violência que cruzam o cotidiano feminino. Abriu-se, então, um diálogo entre movimentos feministas e os órgãos de Direitos Humanos, possibilitando, por exemplo, a criação da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW), em 1979, a qual constitui o marco da definição dos Direitos Humanos das Mulheres. Outros encontros foram realizados para firmar esses direitos, tais como a Conferência Internacional das Mulheres, na Cidade do México, em 1975 e a IV Conferência Internacional da Mulher, em Beijin, em 1995.

Esses encontros construíram pontos importantes na defesa dos direitos das mulheres e na tentativa de superação das desigualdades existentes entre os gêneros nos aspectos sociais, culturais e econômicos, refletindo na conquista de leis locais. Em 1996, em uma manifestação na Câmara Municipal de São Paulo, a UMSP defendeu os Direitos das Mulheres como uma violação dos Direitos Humanos e teceu uma crítica ao conceito masculino de humanidade que não “sexualiza os sujeitos”. Segundo o documento, a crítica era decorrente:

(...) da nossa condição de militantes de esquerda, que via com desconfiança a política dos Direitos Humanos, que escamoteava a luta de classes, como na condição de militantes feministas que já percebia o conceito androcêntrico dos Direitos Humanos. Ou seja, na política dos Direitos Humanos o homem é o único paradigma de humanidade.³⁸¹

Emílio Crenzel, ao analisar os processos políticos de reconstituição da memória sobre o desaparecimento dos militantes de esquerda, na Argentina, durante o regime militar, avalia que houve uma “humanização” dos desaparecidos políticos como tentativa de politizar a vida desses indivíduos e evitar que os horrores perpetrados pelo Estado naquele período voltassem a ocorrer.³⁸² Nesse sentido, a democracia política seria a solução para que as situações “onde tudo é possível” não mais se repetissem. O autor avalia, porém,

³⁸⁰ Texto do II Encontro Violência doméstica, sexual e racial. *Painel I - Resgate e Reparação*, 1993. Arquivo da UMSP.

³⁸¹ *Os Direitos Humanos das Mulheres*. Documento apresentado na Câmara Municipal de São Paulo, junho de 1996. Arquivo da UMSP

³⁸² CRENZEL, Emilio. *História Política del Nunca Mais*. Buenos Aires, Editora Siglo XXI, 2008.

que esse processo apaga os conflitos e paradoxos existentes na militância de esquerda e se afasta do discurso revolucionário que compreendia a violência do Estado como algo inerente ao sistema capitalista e liberal.

Entre as feministas, o recurso à defesa dos Direitos Humanos das Mulheres também passa por paradoxos e não é consenso. Nessa trilha de reflexão, Braidotti afirma que de um lado os Direitos Humanos é uma espécie de “guarda-chuva” que tenta dar conta de responder às omissões do sistema legal clássico, às contradições do capitalismo avançado, à explosão e à fragmentação do sujeito na modernidade, enfim, à invisibilidade ou a “ilegalidade”, como diz, que representa uma série de indivíduos sociais flutuantes. Por outro lado, falar em tais direitos lhe é preocupante, pois, associa-se à clássica declaração dos “Direitos Humanos” que é um discurso normativo, branco, eurocêntrico e “muito masculino”.³⁸³ Nesse sentido, em sua análise “há muita retórica nos direitos das mulheres como Direitos Humanos” e, portanto, ao invés desse sujeito neutro, deveríamos falar de ética, de formas de subjetividades duradouras, simbólicas e políticas que possam ser vividas.

Se nos anos de 1980, o feminismo se pluralizou e desfez a categoria monolítica e universal “Mulher”, apontando para as diversidades de experiência que compõem o indivíduo feminino, como, então, lutar pela (re) afirmação dos direitos representativos desse sujeito? Não estaria, novamente, caindo nas armadilhas linguísticas e impondo valores que fazem parte de uma determinada sociedade a um sujeito universal? E quais caminhos seguir para que haja um reconhecimento social de que as mulheres partilham de determinadas experiências que devem ser erradicadas, a exemplo da apropriação violenta e sexual dos seus corpos, sem cair em guetos conceituais ou nos discursos do relativismo ou da imposição cultural?

Ao tratar dos Direitos Humanos das Mulheres, um dos principais pontos de contrassenso é, sem dúvida, a universalidade destes. Nessa trilha de pensamento, Segato reflete sobre até que ponto pode-se falar de uma universalidade de direitos que não interfira na cultura local e que, ao mesmo tempo, não compactue com um sistema de valores que

³⁸³ BRAIDOTTI, Rosi. “Deleuze, Ética y Derechos Humanos” In: BRAIDOTTI, Rosi. *Feminismo, Diferencia sexual y subjetividad nómada*. Op. cit. p. 23.1

autorize, por exemplo, a subjugação e a domesticação dos corpos femininos ou ainda de outros indivíduos marcados por um *status* de inferioridade e dependência na sociedade.³⁸⁴

Flávia Piovesan, advogada feminista, avalia que defender os Direitos Humanos das Mulheres não se trata de uma forma de imposição ou de relativismo cultural, mas, de uma maneira de colocar as questões de gênero no discurso jurídico e propor-se a alterar os paradigmas e valores deste campo. Desse modo, a autora afirma que:

Neste cenário as mulheres devem ser vistas nas especificidades e peculiaridades de sua condição social. Ao lado do direito à igualdade, surge, como direito fundamental, o direito à diferença. Importa o respeito à diferença e à diversidade, o que lhes assegura um tratamento especial. O direito à diferença implica o direito ao reconhecimento de identidades próprias, o que propicia a incorporação da perspectiva de gênero, isto é, repensar, revisitar e reconceptualizar os Direitos Humanos a partir da relação entre os gêneros, como um tema transversal.³⁸⁵

Ainda nesta trilha de reflexão, Lagarde afirma que é necessário, dentro do discurso jurídico e do imaginário social, acabar com o “mito” de que a palavra “humana” que acompanha os direitos universais refere-se, também, às mulheres. Para a antropóloga, a humanidade feminina só vem à tona com as marcas da apropriação do seu corpo e de sua subjetividade pelos homens. Portanto, afirma que se trata de reconhecer, neste espaço de luta, a diversidade e pluralidade das experiências das mulheres. Em suas palavras:

A humanidade das mulheres só é reconhecida se sua existência é reduzida à sexualidade, à inferioridade e à minoria. (...) Ser humana, no entanto, significa para nós ter como possibilidade a diversidade das experiências e a inclusão das mulheres como sujeito, como sujeitas, em uma nova humanidade e como protagonistas de nossas próprias vidas. Ser humanas remete às mulheres a estar no mundo, sem mediações, para existir no mundo, conviver e compartilhar com outras e outros, em condições de igualdade.³⁸⁶

A UMSP trabalha com a perspectiva dos Direitos Humanos para as mulheres e partilha das concepções apontadas por Piovesan e Lagarde. Amelinha, em seu livro *O que são os Direitos Humanos das Mulheres*, que acredito ser representativo da posição da associação, enfatiza que tratar de políticas públicas por esse caminho, é estender

³⁸⁴ SEGATO, Rita. “Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais”. *Mana* 12(1): 207-236, 2006, p. 211.

³⁸⁵ PIOVESAN, Flávia. “Mulher e o debate sobre Direitos Humanos no Brasil”. Disponível em: <http://www.revistadoutrina.trf4.gov.br>.

³⁸⁶ LAGARDE, “Marcela. Identidade de Género y Derechos Humanos: la construcción de las humanas”. In: GRETA, Papadimitriou Cámara (Coord.). *Educación para la paz y los derechos humanos*. Distintas miradas. Asociación Mexicana para las Naciones Unidas. A.C./ Universidad Autónoma de Aguascalientes y El Perro sin Mecate. México. p. p. 71- 106, 1998.

visibilidade a setores sociais excluídos ou vulneráveis como mulheres, crianças, populações negras e indígenas, imigrantes, gays, lésbicas, transexuais, entre outros. Seria um modo de reconhecer, juridicamente, a existência desses indivíduos tratados em muitas sociedades de forma marginal e abjeta. Contudo, de acordo com a Amelinha, o principal ponto desse recurso é sua universalidade que permite estabelecer que esses indivíduos marginalizados sejam reconhecidos, também, como humanos. Como afirma:

A principal característica dos direitos humanos é a universalidade, o que quer dizer que todas as pessoas são titulares de direitos humanos e não podem ser usadas diferenças políticas, sociais ou culturais como pretexto para ofendê-las ou diminuí-los; a inalienabilidade, ou seja, não pode ser transferidos de uma pessoa para outra.³⁸⁷

Segundo Bonetti, essa é uma linha de atuação de outros movimentos feministas brasileiros, a exemplo da ONG Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA) e o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA). Portanto, avalia que o termo é uma categoria política que tem sido utilizada pelos feminismos como forma de criticar o caráter sexista do discurso jurídico centrado na figura masculina do cidadão. Assim, afirma que a ênfase dada nesse discurso se passa “ao se levar em conta os obstáculos legais do sistema jurídico brasileiro se tratando de questões como aborto, violência doméstica e violência sexual”.³⁸⁸

Assim, o recurso a esse instrumento opera como um mecanismo de crítica ao discurso androcêntrico do Direito a fim de pressionar para que ocorram alterações na legislação brasileira contemplando às especificidades de gênero, como foi o caso da Lei Maria da Penha. Nesse sentido, pode-se dizer que o curso de PLPs atua, também, uma forma de se construir uma crítica feminista ao Direito, ou seja, trata-se de refletir como as mulheres são vistas dentro desse discurso construído no masculino.

4.3 A CRÍTICA FEMINISTA AO DIREITO

Desde a década de 1970, quando o feminismo passou a erguer a bandeira de que “o pessoal é político”, houve um investimento de muitas militantes e teóricas em denunciar e criticar a posição que a mulher ocupava no Direito. Temas como a falta de proteção para as

³⁸⁷ TELES, Maria Amélia A. *O que são os Direitos Humanos das Mulheres*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007, p.35.

³⁸⁸ BONETTI, Alinne. *Entre feministas e mulheristas*, op.cit. p.46. Idem, p.46.

mulheres dentro do sistema de justiça penal frente às violências de gênero e as formas específicas de criminalidade feminina, como o aborto e o infanticídio, passaram a ser um campo privilegiado para a crítica feminista.

Alessandro Baratta, sociólogo da criminologia crítica, analisa que a posição desigual da mulher no Direito Penal – seja na condição de vítima ou de autora de delito – passou a ser objeto de atenção na criminologia a partir dos anos de 1970. Segundo o autor, em poucos anos houve um aumento significativo da literatura sobre a criminologia feminista, trazendo temas que, até então, não eram discutidos pela disciplina do Direito. Baratta, porém, chama a atenção para o fato de que não podemos perder de vista que o discurso jurídico é um sistema de controle social informal e que, conseqüentemente, disciplina a sociedade em torno da estrutura normativa de gênero. A criminalização do aborto, como aponta, serve para demonstrar simbolicamente o lugar reservado à mulher no espaço privado e, também, assegurar o domínio patriarcal sobre ela.³⁸⁹ Ao falar sobre as perspectivas dessa criminologia, o autor ressalta a necessidade de questionar a criminologia *em si*, ou seja, há uma necessidade de se avaliar, mesmo junto às noções de gênero, quais são as vantagens e as desvantagens de se tornarem alvo do controle e proteção da justiça criminal.

Vera Andrade, por seu turno, aponta que as lutas feministas foram responsáveis por trazerem para os debates jurídicos e para a área criminal temas que permaneciam ocultos ou invisíveis nesse campo, tais como a violência cometida por pais, maridos, chefes e amigos às mulheres e a impunidade diante desses atos ou, ainda, as discriminações de gênero nas relações de trabalho. Contudo, na análise da autora, os movimentos feministas apresentam uma postura paradoxal ao lutarem de um lado pela criminalização da violência doméstica e sexual e, por outro, estarem à frente no combate à descriminalização do aborto. Em sua crítica, os feminismos que seriam tão “progressistas” se alinhariam, nesses casos, ao movimento “lei e ordem”, o qual prevê cada vez o controle sobre a vida e endossa o sistema prisional. Como afirma: “ambos acabam, paradoxalmente, unidos por um elo que é mais repressão, mais castigo, mais punição e com isso endossam as fileiras da panacéia que vivemos hoje em termos de Política Criminal”.³⁹⁰ Andrade argumenta que o sistema penal é

³⁸⁹ BARATTA, Alessandro. “O Paradigma de Gênero: da questão criminal à questão humana”. In: CAMPOS, Carmen. *Criminologia e Feminismo*. Porto Alegre: Editora Sulina: 1999, p.49.

³⁹⁰ ANDRADE, Vera. “Criminologia e Feminismo: da mulher como vítima à mulher como sujeito”. In: CAMPOS, Carmen. *Feminismo e Criminologia*, op.cit. p. 113.

ineficaz para proteger as mulheres, principalmente ao tratar da violência, pois, em sua análise, esse sistema não contribui para a prevenção da violência contra as mulheres e menos para as transformações das relações de gênero.

Carol Smart, apesar de reconhecer que o campo teórico do Direito, pelo viés feminista, tenha crescido muito nos últimos anos, também sinaliza para as preocupações de Andrade. Em sua percepção, mesmo que as teorias de gênero e Direito tenham um importante desenvolvimento ao não tratarem o campo jurídico como *instrumento de luta*, mas sim como *lugar de luta*, há ainda, em sua análise, uma tendência em tornar o Direito um centro de solução para os conflitos sociais.³⁹¹ Do mesmo modo, as feministas espanholas ligadas ao campo do Direito, como Maria Luiza M. Abreu³⁹² e Patrícia L. Copello³⁹³ endossam que os feminismos, ao procurarem apoio no instrumento privilegiado de controle social, com penas cada vez mais rígidas, entram em contradição com o seu próprio ideal que visa a uma vida autônoma e livre para todos. Apesar de não se oporem às leis, ou seja, não se trata do abolicionismo penal, essas sugerem o uso de penas alternativas, como os processos de reeducação sexual e cultural para os agressores como formas de solução para os conflitos.

A saída para tais casos não é consenso entre as feministas ligadas à crítica ao Direito, especialmente, ao que concerne ao uso do sistema penal como forma de erradicar, por exemplo, a violência de gênero. Algumas militantes e teóricas apostam na construção de novas leis que, mesmo não resolvendo de forma total, são uma maneira de dar visibilidade e reconhecimento ao problema e combater o discurso da impunidade. Mesmo que as medidas envolvam o sistema punitivo, elas seriam uma forma de trazer à tona as diferenças de experiência entre os gêneros. No Brasil, as feministas que defendem a penalização dos crimes de gênero argumentam, por exemplo, como a lei nº 9.099/95 acabou por banalizar a violência contra as mulheres nas relações afetivas ao propor como “punição” ao agressor a opção alternativa referente ao pagamento de uma cesta básica. Além da banalização, haveria a percepção por parte das mulheres que o judiciário é omissor ao tratar das questões que lhes dizem respeito. Em outros casos, como o estupro e o assédio

³⁹¹SMART, Carol. “La teoría feminista y el discurso jurídico.” In: BIRGIN, Haydée. *El Derecho en el Género y el género en el derecho*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2000, p. 41.

³⁹²ABREU, Maria Luiza “La violencia de género: Entre el concepto jurídico y la realidad social”. *Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología*, janero, 2006.

³⁹³COPELLO, Patrícia. “La violencia de género en la ley integral: Valoración político-criminal”. *Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología*, 2005.

sexual, encontram-se, ainda, os discursos que desqualificam a vida da vítima, em sua maioria mulheres, e que acabam por justificar o crime. Portanto, luta-se, nesses casos, também, pela mudança da jurisprudência patriarcal.³⁹⁴

À luz dessas reflexões, Campos enfatiza que para essas questões não há respostas fáceis e que um argumento utilizado em prol ou contra a intervenção nas relações, aqui se destacando as de violência contra a mulher, podem não ter a mesma função em um ou outro caso. Isso porque as experiências femininas são múltiplas e as maneiras de reagir frente à violência são diversas, no entanto, segundo a autora: “o desafio parece ser tornar a ação eficaz, de modo que as mulheres não sejam obrigadas a conviver com a violência, já que acionaram o sistema de justiça em busca de proteção”.³⁹⁵

Obviamente, a UMSP não trata o Direito como um campo “mágico” capaz de dar conta das soluções dos problemas das mulheres e, também, tece uma crítica ao sistema penal e carcerário do país. O discurso da entidade, porém, caminha ao lado das posições feministas que veem o espaço jurídico como um espaço de luta pelo reconhecimento de outras experiências. Portanto, busca-se alterar o discurso normativo do Direito a fim de que determinadas práticas já existentes na sociedade sejam reconhecidas e não sejam perseguidas criminalmente, como no caso do aborto, ou tratadas de forma banal, como a violência de gênero. Kátia, ao falar da posição da UMSP em relação a esse ponto, diz que:

O pessoal da justiça diz que não se deve colocar a questão familiar como um problema de polícia. Mas se não for por esse meio, como você vai resolver esta questão? Se bem que a lei Maria da Penha prevê o tratamento do réu, mas enfim, acho que ele tem que ser punido, apesar de eu não acreditar no sistema de justiça. Enfim, é uma forma de tirar o cara de casa, de salvar a mulher, senão ele vai assassiná-la!³⁹⁶

Criméia, ao falar sobre esses impasses que são colocados aos feminismos quando se trata do campo jurídico, salienta que a UMSP não se posiciona contra a punição, mas que faz uma crítica ao sistema prisional e explica que para o grupo punição não é sinônimo de prisão. Como ela narra:

Nós não somos contra punição, não somos abolicionistas neste aspecto. Primeiro, os presídios nossos tem que ser mudado em duas coisas: a punição é para qualquer um, não

³⁹⁴ PIOVESAN, Flávia. “Discriminação por Gênero”. *Seminário Internacional*, Brasília, v. 1, p. 179-189, 2003.

³⁹⁵ CAMPOS, Carmem. “Teoria Feminista do Direito e Violência Intima contra as Mulheres”. *EMERJ*, Rio de Janeiro, v.15, nº57, jan-mar de 2012, p.36.

³⁹⁶ Entrevista Kátia Antunes, São Paulo, 20/05/ 2011.

tem pessoas acima da lei e no nosso sistema tem, tem os imputáveis. A outra coisa é que punição não é igual prisão, porque a gente vê assim, punição: prisão. Tanto que a lei diz assim “tantos anos de prisão”, não tem outra alternativa! Nós achamos que tem! A prisão não pode ser a única alternativa. Agora, pena alternativa do jeito que eu vi... Por exemplo, uma mulher fez aborto e foi condenada a ficar cuidando de criança no Hospital Menino Jesus. Eu acho que também não pode ser tortura!³⁹⁷

Em entrevista, a advogada feminista e que também uma das fundadoras da Themis, Carmen Campos, ao narrar sobre a perspectiva de luta no campo jurídico, enfatiza que o Direito *em si* não é um mecanismo de luta para as feministas, pois reconhece que a alteração das leis não trará mudanças efetivas para as relações de gênero. Contudo, em sua percepção, o Direito é um espaço de luta para os feminismos e outros movimentos sociais, pois o combate travado nesse visa o reconhecimento da multiplicidade de experiências dos indivíduos. Como ela afirma:

Por tempos discutimos se o Direito pode ser um instrumento de mudança. E eu dizia o seguinte: o Direito não é um instrumento de mudança, ele é um lugar de luta. Não adianta a gente fazer a lei, nós não vamos mudar com a lei, o que nós vamos fazer é mudar uma concepção jurídica sobre determinado assunto. Porque o fato existe, o fato na vida já mudou. Por exemplo, o Direito proíbe o aborto, mas as mulheres fazem o aborto. A vida é muito mais rápida, muito mais complexa, apresenta muitas outras situações que o Direito não dá conta. Então não é o Direito o instrumento da mudança. A mudança é claro, tem um impacto na vida. Se descriminalizar o aborto terá um impacto. Mas é o impacto do ponto de vista jurídico, as mulheres não vão ser mais perseguidas criminalmente, as relações homoafetivas poderão ter reconhecimento jurídico em outros campos, então se adéqua a realidade.³⁹⁸

Criméia, ao narrar sobre a percepção da UMSP sobre a formulação das leis, aponta para esse ponto de vista levantado por Campos. Em sua fala, as alterações no Direito, um campo marcado por assimetrias de poder, representaria uma maneira de que essas outras experiências possam ser reconhecidas e inseridas no imaginário social de outra forma. Em sua narrativa:

Eu acho que é um processo, sempre uma lei está aquém do que está vivendo a sociedade, porque ela é fruto da experiência da sociedade e da experiência elaborada por quem tem poder. Então, ela está sempre aquém do que está acontecendo, isso eu não tenho dúvidas. Mas, por outro lado, ela passa a ser referência para quem não tem nada, a que começa a se agarrar aqui, ali. A solução para mim não está na lei. A sociedade tem que mudar. A lei pode ser uma forma de educação, de ter que fazer um juiz pensar, fazer um parlamentar ter que pensar, um Netinho vai ter que pensar, ele bateu na mulher e agora ele não foi eleito. Ele não foi eleito! Então, esses caras, por interesse próprios, começam

³⁹⁷ Entrevista Criméia A. S. Almeida, São Paulo, 19/04/ 2011.

³⁹⁸ Entrevista Carmem Campos, Porto Alegre, 30/03/2011.

a pensar também. O Netinho acha que fazendo um Conselho da Mulher ele pode resgatar a imagem dele, e o Conselho pode ajudar. Mas eu só desejo que ele não resgate a imagem dele. Então, os caras começam a se mover.³⁹⁹

Apesar da descrença no Direito como instrumento de mudanças significativas, as feministas investem na formulação de novas leis como meio de coibir determinadas situações. No caso específico da UMSP, a luta pelo reconhecimento da violência pelo discurso jurídico passa, também, pelas experiências de suas militantes como ativistas e expresas políticas durante o regime militar. Acionar o discurso do Direito, um instrumento de poder, é, nesse sentido, combater e construir um outro discurso a partir de outras experiências subjetivas. Recentemente, assistimos ao empenho para formular e legitimar a Lei Maria da Penha que coibi a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Por esse viés, a inserção de outras linguagens contribui para deslocar a legitimidade dos sujeitos na sociedade e contribuem para desestabilizar a construção do conhecimento e da criação de modelos a partir da ordem hegemônica branca, masculina e heterossexual tido, até então, como os corretos.

Assim, para além da busca pelas leis, a crítica feminista, como pontua Campos, tem enorme contribuição em “revelar o androcentrismo” dos diversos discursos e do tecnicismo jurídico.⁴⁰⁰ Em sua análise, o ingresso do discurso feminista, ao longo das últimas quatro décadas, permitiu desvelar as categorias fundantes do discurso criminológico que escondiam valores patriarcais que excluía as questões de gênero e a categoria de mulheres de suas análises. O curso de PLP, por esse caminho, possibilita que as participantes percebam como o discurso jurídico, ao lado de outros, constrói a “identidade” feminina dentro de uma sujeição aos valores patriarcais e misóginos. Do mesmo modo, as alunas podem interrogar por que elas, assim como indivíduos de outros segmentos sociais, não se veem como portadores de direitos, mesmo que existam leis que afirmem o contrário. Nessa perspectiva, Segato avalia que o campo jurídico é um espaço onde os indivíduos podem “afirmar sua existência e capacidade de influência na cena nacional”, logo, é um espaço de luta onde se consagra o reconhecimento por parte do Estado de outras formas de existência. Em suas palavras:

³⁹⁹ Entrevista Criméia A. S. Almeida, São Paulo, 19/04/2011.

⁴⁰⁰ CAMPOS, Carmem. “Direitos Humanos, Violência de gênero e Direito penal: primeiras considerações sobre a Lei 11.340/2006”. *Boletim do IBCCRIM* nº. 168, nov., 2006.

(...) o campo jurídico é, acima de tudo, um campo discursivo e, por isso mesmo, a luta pelo direito, tanto no sentido da formulação de leis como no sentido da efetivação do status de existência das leis já formuladas (...) é por um lado, a luta pela nomeação, pela consagração jurídica da nomeação do sofrimento humano, para interiorizar juridicamente os nomes que já se encontram em uso e, por outro lado, a luta por expor e colocar em uso, na boca das pessoas, as palavras da lei.⁴⁰¹

É por esse viés que se inscreve a crítica tecida pela UMSP, no sentido de estender visibilidade jurídica às práticas e às experiências dos indivíduos que existem e que são marginalizadas ou criminalizadas pelo discurso jurídico. Do mesmo modo, ao buscar uma lei que criminaliza a violência contra a mulher, não se busca um “novo” paternalismo jurídico ou uma interferência maior do Estado às mulheres, mas sim que haja um reconhecimento social que há formas de apropriação e agressão que são mais direcionadas às mulheres devido às construções culturais sobre o feminino. O que se almeja, nesse caso, é a alteração do *status* que a vida e o corpo das mulheres têm ocupam no imaginário social, utilizando, para esse fim, o discursivo normativo do Direito.

4.3.1 A DESCONSTRUÇÃO DO “JURIDIQUEZ”

Essas críticas tecidas pelas feministas, da qual a UMSP partilha, vêm da experiência militante que confronta as distâncias entre as práticas dos indivíduos e o discurso jurídico de um lado e, por outro, os efeitos desses discursos no dia a dia. As críticas das feministas em relação ao discurso jurídico têm caminhado, também, para a fragmentação ou “tradução” deste. O nosso Direito é construído, como foi dito, a partir do modelo eurocêntrico e, portanto, não é percebido como algo pertencente a todos. Desse modo, o curso de educação jurídica das PLPs, ao trabalhar as noções dos direitos pelo viés feminista e popular, subverte essa noção e permite às mulheres se “apropriarem” desse discurso, ou seja, democratiza a linguagem jurídica.⁴⁰² A proposta do curso possibilita que as participantes desconstruam a percepção do campo jurídico como um lugar que não lhes é acessível ou que não lhes pertence e passem a usá-lo a seu favor.

Em 1995, as alunas da 2ª turma de Promotoras Legais Populares, coordenado pela UMSP, responderam à seguinte questão: “De que modo o curso interferiu na sua vida?”.

⁴⁰¹ SEGATO, Rita. “Femi-geno-cídio como crime no fórum internacional dos Direitos Humanos: o direito a nomear o sofrimento no Direito”, op.cit.

⁴⁰² SCHILLING, Flávia & CASTRO, Fernanda F. “A democratização do Direito: um olhar sobre o curso de Promotoras Legais Populares”. *Carta Fundamental*, V.01, p 77-97, 2009.

Muitas alunas apontaram para a ruptura da visão que tinham sobre o que era o Direito e também sobre operadores desse campo. Nos depoimentos, nota-se como há uma quebra da ideia de que o espaço jurídico é um lócus “sagrado” pertencente a poucos e que os operadores desse campo são pessoas inacessíveis. Como exposto no relatório:

“Fiquei sensível à linguagem das leis”. “Me permitiu o contato mais direto com os profissionais da justiça” “Me introduziu ao relacionamento com juízes, promotores e procuradores com que eu nunca tinha estado em contato antes” “Me ajudou a ver melhor meu cotidiano e me deu mais capacidade para fazer frente as lutas do dia a dia” “Me fez sentir mais importante ao lado de pessoas tão ilustres”.⁴⁰³

Oliveira, em sua pesquisa, demonstrou como muitos das (os) profissionais do Direito que vão dar aulas no curso de PLPs se esforçam para falar de forma clara a respeito das leis a fim de que haja uma compreensão por parte de todas as participantes, haja vista que o curso é formado por uma pluralidade de mulheres, sendo que muitas possuem apenas o ensino básico, enquanto há outras que têm cursos universitários ou estão ingressas em faculdades. Um dos relatos dessa pesquisa enfatiza essa percepção:

Um juiz do Jabaquara falou: “olha vocês podem ir lá, acessar”. Essa familiaridade que eu acho que a pessoa que vai lá falar cria ou possibilita e isso também é uma coisa interessante. Eles não vão lá, de terno e gravata, para dizer que estão lá porque sabem tudo. E eles até tentam ter essa proximidade com as pessoas (...).⁴⁰⁴

Para muitas das participantes, a experiência com o meio jurídico é a relação da polícia em sua comunidade, os descasos nas denúncias de violência ou, ainda, as tentativas de separação ou de resolução de conflitos envolvendo filhos e maridos. A desconstrução e a democratização dos direitos realizada nas aulas, como enfatiza Oliveira, atenta para as desigualdades socialmente produzidas que colocam as mulheres no centro da questão, seja enquanto chefes de famílias responsáveis pelo sustento e pelo cuidado com os filhos, seja quanto salários menores em relação aos homens, enfim, os micropoderes que estão presentes no cotidiano mesmo diante de conquistas legais.⁴⁰⁵

O depoimento de uma integrante da turma de 1996 enfatiza como essa aquisição do conhecimento promove, muitas vezes, uma articulação das mulheres em suas comunidades

⁴⁰³ *Avaliação do curso de Promotoras Legais Populares*. Respostas à questão: “Como o curso interferiu na sua vida?” Arquivo da UMSP, 1995, p.1.

⁴⁰⁴ OLIVEIRA, Fernanda, *Quando o Direito encontra a rua*, op.cit., p.63.

⁴⁰⁵ Idem.

na negociação e resolução dos conflitos. No documento, Maria de Fátima, moradora da Favela da Boa Esperança, avalia:

O curso me esclareceu e me fez ver pessoas que antes eu achava que eram bichos de sete cabeças, como juízes, promotores, procuradores e advogados. O importante no curso é aprender a ir ao lugar certo, seja na polícia ou no judiciário, falar com a pessoa certa. Conhecer o que devem fazer juiz, promotores, delegados. (...) Nós, Promotoras Legais Populares precisamos saber de tudo isso para ajudar as pessoas a acompanhar um processo e conseguir uma solução (...) eu estou trabalhando os direitos das mulheres, porque são elas que me procuram. Para fazer uma separação, um divórcio ou tratar de pensão alimentícia, ou mesmo para atender um jovem preso, são sempre as mulheres que tomam a iniciativa de ir buscar ajuda ou orientação.⁴⁰⁶

A proposta do curso não se prende apenas no modo com o qual as participantes compreendem os direitos e as relações desiguais de gênero. Essas também devem fazer parte do olhar que os educadores tecem sobre seu próprio campo. Oliveira relata que se existem muitos professores que têm uma posição mais crítica e que trabalham de forma clara a linguagem jurídica, outros têm mais dificuldade em guardar o “juridiquês” no bolso e abandonar a fala tecnicista do Direito.⁴⁰⁷ Assim, além de trabalhar com as mulheres, o curso busca transformar os agentes do judiciário.

Criméia, ao narrar sobre a proposta do curso de PLPs em relação à crítica ao Direito, enfatiza como o mesmo transborda a relação das mulheres e os seus direitos, pois visa que também os educadores possam tecer novos olhares para a prática jurídica. Como ela narra:

O objetivo do curso não é só formar as promotoras, mas também os professores. Por isso a gente seleciona promotor (a) e juiz (a) para tentar mexer com a cabeça dessa gente. Senão, não adianta. Então, claro, tem um pessoal que a gente conhece, uma turma mais progressista, outros entraram e mudaram posições que eles tinham, e aqueles que tiveram que sair porque eram ruins demais! Agora tem um negócio, a gente faz questão de chamar delegada, mesmo sabendo que vai ser ruim. Porque depois que você dá algumas aulas e as mulheres ficavam mais “entendidinhas”, se você coloca uma delegada ruim, elas não deixam mais passar! Porque as delegadas têm que mudar a cabeça também.⁴⁰⁸

Muitos dos educadores são companheiros de militância ou têm alguma afinidade com o tema, como foi colocado por Criméia. Entretanto, nem sempre os palestrantes estão

⁴⁰⁶ Depoimento de Maria de Fátima Miranda. *Caderno da “Coordenação de Promotoras Legais Populares”*. União de Mulheres de São Paulo, 1997, p. 19. Arquivo UMSP.

⁴⁰⁷ OLIVEIRA, Fernanda, *Quando o Direito encontra a rua*, op.cit., p.65.

⁴⁰⁸ Entrevista Criméia A. S. Almeida, São Paulo, 19/04/2011.

abertos para esse tipo de proposta e trazem falas que não correspondem à perspectiva do grupo, mas que são lidas como uma experiência válida, haja vista que ao acessar o sistema jurídico, as participantes irão se confrontar, na maioria dos casos, com essas posições acerca da lei.⁴⁰⁹ Por outra via, há também o desconforto que o curso gera para muitos “ilustres” advogados, promotores e juízes, afinal, são *simples* mulheres utilizando uma linguagem que, até então, era monopólio de um determinado grupo. A respeito desse “incômodo”, Elenara diz que a Themis foi processada por um promotor público que se sentiu ofendido pelo nome do projeto. Como ela se lembra:

Inclusive, nós fomos processadas em Porto Alegre, porque ele se ofendeu por a gente convidar um juiz da Vara da Infância e Juventude para dar aula na vila. Ele estava em uma audiência e eu esperei para falar com ele. E quando o Promotor ouviu falar do tema e eu expliquei que era um curso voltado para mulheres populares, ele se ofendeu, pois, ele tinha estudado anos e anos e agora uma “vileira” ia ter o mesmo direito que ele? E entrou com uma representação contra a gente! E a Carmem (Campos) que era a nossa advogada, resolveu. Mas o caso é de rir, porque tem promotora de vendas, mas aí ele implicou com o legal que é de lei e ele investiu seus estudos nisso!⁴¹⁰

Do mesmo modo, o presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), de Santo André, moveu uma ação contra a UMSP junto ao Conselho de Ética, alegando que o curso pretendia “fazer a captação de clientela”.⁴¹¹ A UMSP também ganhou o processo, afinal, a proposta é capacitar mulheres para que elas possam saber usar o judiciário e enfrentar as situações que envolvem esse sistema no seu dia a dia. Portanto, o curso preocupa-se em fazer com que haja mudanças efetivas, também, na maneira como se trabalha com o Direito. O intuito, portanto, é fazer com que os operadores do sistema jurídico revejam seu próprio lugar a partir da crítica feminista, mas, em especial, pelas experiências que as mulheres trazem para a aula.

Em 1993, por exemplo, em um seminário de “Introdução ao Direito” que antecedeu a implantação do curso de PLPs, promovido pela UMSP, Criméia narra os conflitos e paradoxos desse discurso “igualitário”, porém, construído do ponto de vista masculino, heterossexual e branco. Como ela se lembra:

⁴⁰⁹ Ao acompanhar o curso de Promotoras Legais Populares, em 2010, assisti a uma aula dada por uma delegada que, ao tratar da questão da violência, colocava que o problema central estava na educação que as mulheres davam para seus filhos homens. Eram elas que criavam filhos machistas e agressores, uma fala que destoa da proposta do curso e que foi amplamente debatida durante a aula.

⁴¹⁰ Entrevista Elenara Iabel, Porto Alegre, 30/03/2011.

⁴¹¹ Depoimento cedido por Maria Amélia A. Teles por e-mail, outubro de 2012.

Em 1993 nós fizemos um seminário para criar as Promotoras Legais Populares. (...) Foi meio que um debate, tinha professor para falar do Direito da Família e a gente explicava qual era o nosso, porque não existia nem essa ideia de PLP, a gente tinha por conta do tal Congresso. E tinha um monte de lésbica no curso. E uma lá perguntou se quando o casal se separava e o juiz dava a guarda para a mãe e se a mãe se casasse com outra mulher, o juiz tinha o direito de tirar as crianças? E aí o cara achou a pergunta um tanto estranha e disse: “bem o juiz deve achar que deve tirar porque o ambiente, moralmente, não é saudável para as crianças”. “E se o pai casar com outra mulher, o juiz vai tirar o filho da mãe para dar para outra mulher?” E o cara se sentindo na maior saia justa e aí ele não aguentou: “pode ficar com o casal de lésbica desde que não façam lesbiandagem na frente das crianças!” Aí uma lá perguntou: “quer dizer que papai-mamãe pode fazer?” E ele ficou nervoso e disse: “mas vocês fazem umas perguntas muito inconvenientes!”. Ele não aguentou o tranco! Mas era muito engraçado o curso! E, assim, foram dois dias de seminário e foi o tempo todo o pessoal do Direito se embananado com as mulheres.⁴¹²

Elenara, ao reler suas memórias sobre os primeiros cursos realizados em Porto Alegre, relata episódio semelhante quando um dos professores foi ministrar uma aula sobre Direito da Família. Essa aula trata do histórico dos direitos familiares, centrando-se, especialmente, nas questões conjugais diretamente ligadas às mulheres, isto é, nas relações com os filhos, processos de separação, pensão alimentícia, direito à herança etc. No dia mencionado, ao tratar da questão do processo de separação e da divisão dos bens, o professor se confrontou com experiências com as quais o Direito não tinha uma resposta. Como ela narra:

Ele foi dar aula de Direito e família. E ele começou falando que quando o marido morre a mulher tem que dividir os bens. E aí ele continuou: “Quando o marido morre tem que dividir os bens, a mulher é meeira e os filhos são herdeiros”. E outra levantou a mão e disse: “Como assim?” E ele explicou que a metade dos bens é da mulher e a outra metade é dos filhos. E aí ela disse: “Mas, doutor, me explica uma coisa. O senhor disse que eu sou meeira, a outra metade é dos meus filhos. Só que quando meu marido morreu, ele estava casado com minha filha. Então, quem é meeira? Ela é meeira e herdeira?” E ele pôs a mão na cabeça! É outra realidade, é outra moral, e para todo mundo ali era muito natural. Para gente era abuso sexual, mas ali não era. A questão da família ali era outra!⁴¹³

Bonetti, em sua análise, observa como as posturas das alunas frente a determinados temas que lhe são próximos e que lhes fazem sentido ganham modos de apropriação particulares, a exemplo do narrado por ela. Uma participante estava separada, mas não divorciada, há dezesseis anos e, a partir da aula, resolveu ir atrás dos seus direitos. Contudo, a professora explicou que na separação se o homem tiver uma renda menor, que não seja

⁴¹² Entrevista com Criméia A. S. de Almeida, São Paulo, 19/04/2011.

⁴¹³ Entrevista com Elenara Iabel, Porto Alegre, 30/03/2011.

suficiente para sua subsistência ou se estiver desempregado e a mulher tem uma renda maior, é ela quem deve ajudar ao ex-marido, afinal, essa é a igualdade pela qual se luta. A participante, trazendo esse conhecimento para sua realidade, diz indignada: “*meu deus, era só o que faltava!*”.⁴¹⁴ Ao se apropriarem do discurso jurídico, as mulheres também passam a adequá-lo ao seu cotidiano. Uma separação formal, no caso ilustrado, a colocaria em uma situação na qual ela correria o risco de ter que sustentar o ex-marido, que tinha outra relação afetiva no momento. Então, em sua leitura, a estratégia é recusar ou não acionar os seus direitos.

Essa complexidade de subjetividades e de experiências que recortam o cotidiano dos indivíduos não é apreendida ou compreensível para o discurso monolítico do Direito. É importante frisar que esse é um discurso normativo e instituinte de reais e que, cada vez mais, auxilia o Estado no investimento e controle sobre a vida. No entanto, como afirma Foucault, essa mesma vida, escapa, sem cessar, aos cálculos do poder: “não é que a vida tenha sido exaustivamente integrada em técnicas que a dominem e gerem; ela lhes escapa continuamente”.⁴¹⁵ Por mais que tenham leis definindo a função do corpo feminino ou aquilo que pode ser considerado como “família”, as experiências transbordam esse discurso normativo e confronta essa posição estável do Direito. Mas, então, porque as feministas insistem em reconhecer na esfera jurídica essas fissuras que os indivíduos tecem em relação às normas? Nesses casos, como pontuado anteriormente, há uma luta pela *efetivação do status de existência*, ou seja, trata-se de afirmar as experiências plurais, retirando-as do campo da invisibilidade.

Essa relação entre as experiências femininas, o conhecimento das leis e a “posse” sobre elas faz com que muitas participantes não apenas rompam o *status* que o Direito ocupa na sociedade, mas também que tenham outra perspectiva em relação à família, ao trabalho, assim como a maneira pela qual se veem no mundo. A desconstrução da linguagem jurídica opera como agente transformador para que as mulheres se reconheçam dentro de um processo histórico e cultural de sujeição e de definição da função de seu corpo, de sua sexualidade e de seu prazer por discursos masculinos. Por esse caminho, questiono se ao lado dessas trocas de experiência e aprendizado, ocorre, paralelamente, um processo de transformação da subjetividade feminina.

⁴¹⁴ BONETTI, Alinne. *Entre Feministas e Mulheristas*, op.cit., p. 55.

⁴¹⁵ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I*, op.cit., p. 134.

4.4 MUDANÇAS POLÍTICAS, TRANSFORMAÇÕES SUBJETIVAS

De acordo com Rago, nas últimas décadas, assistimos aos feminismos provocarem intensas modificações na vida social e cultural das mulheres. Essas, hoje, ocupam novos postos de trabalho, possuem maior grau de escolaridade e têm outras relações com os seus afetos e seus corpos. Nas palavras da autora:

As lutas feministas afetaram positivamente a maneira pela qual se deu a incorporação das mulheres no mundo do trabalho, num momento de ampla modernização socioeconômica no Brasil, desde os anos setenta, e que contribuiu para que houvesse grandes mudanças, apesar do regime ditatorial estabelecido, nos códigos morais e jurídicos, nos valores, nos comportamentos, nas relações estabelecidas consigo e com os outros, nos sistemas de representações e no modo de pensar, ainda não plenamente avaliadas. Especialmente a partir da constituição de um novo olhar sobre si e sobre o outro.⁴¹⁶

As participantes que ingressam no curso de PLPs, promovido pela UMSP, têm idade e escolaridades diferentes. Do mesmo modo, apesar de a grande parte pertencer às camadas mais pobres da cidade, não é raro encontrar alunas da classe média e com formação universitária. Entretanto, o que quero chamar a atenção é o fato de que essas mulheres, hoje, estudam, trabalham e saem de suas casas aos sábados, de manhã, para fazer um curso que pode lhes trazer outros aprendizados ou lhes possibilitarem o acesso a novas ferramentas para sua área profissional. Kátia, ao narrar suas memórias, diz que ao retornar à militância na UMSP e participar do curso de PLPs ficou surpresa ao perceber as transformações ocorridas no cotidiano feminino, entre os anos de 1970 e 2000. Em sua fala, um dos principais pontos em que essas mudanças se destacam é o deslocamento da militância. Se nos anos de 1970 e 1980, as feministas iam à periferia falar com as mulheres, atualmente, são estas que vêm para o centro falar com as primeiras.⁴¹⁷ Trata-se da conquista da autonomia feminina que permite que muitas deixem suas casas e “seus deveres” para com o *outro* e dediquem a cuidar de si. Do mesmo modo, em sua narrativa, Kátia enfatiza o grau de escolaridade de muitas mulheres e narra que:

⁴¹⁶ RAGO, Margareth. “Feminismo e Subjetividade em Tempos Pós-Modernos” In: LIMA, Cláudia Cosa e SCMIDT, Simone P. *Poéticas e Políticas Feministas*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2004.

⁴¹⁷ Ricoldi, em sua pesquisa, expõe que a grande parte das mulheres que frequentaram o curso, em 2005, era da zona leste (51,28%) – região que possui grande concentração de baixa renda, apesar das diferenças de área e renda existente na região. Apenas 6,41% eram do centro e estas, de acordo com a autora, foram as que mais desistiram do curso, ao lado daquelas que vinham de outras cidades como Embu das Artes ou Taboão da Serra. RICOLDI, Arlene. *A Experiência das Promotoras Legais Populares em São Paulo*, op.cit. p. 130.

E o curso de PLP me surpreendeu. A quantidade de mulheres que tinha! E como eu estava acostumada com o trabalho com mulheres sem formação nenhuma, essa foi outra surpresa de ver muitas delas tinham curso universitário ou estavam na faculdade, enfim, não era mais aquele trabalho que a gente fazia com dona de casa principalmente. Ainda tem uma ou outra, mas uma dona de casa que já saiu de casa para fazer o curso é outra dona de casa.⁴¹⁸

Amelinha partilha dessa percepção apontada por Kátia. Em sua visão, as mulheres que se interessam pelo curso já têm outra concepção de sua participação na esfera social. Ela diz que “(...) hoje, pelo menos o que acontece, as mulheres que procuram o PLP já tem outra visão, porque ela já procurou um espaço para fazer uma discussão, uma reflexão, para pensar sobre sua situação de mulher no mundo. Então, essa mulher já vem com isso”.⁴¹⁹

Ricoldi, ao traçar o perfil das participantes, em 2005, pontua que a maioria das mulheres declarou ter o ensino médio completo, seguidas por aquelas que já tinham curso de graduação. Estas, em sua maioria, são formadas em Serviço Social e Direito. Segundo a autora, esses fatos também podem ser explicados pelas novas políticas educacionais voltadas, sobretudo, pelas instituições privadas.⁴²⁰ No entanto, não se pode negar que há uma intensa mudança na forma com a qual as mulheres estão inseridas hoje em nossa sociedade.

Mesmo diante de inúmeras transformações no cotidiano das mulheres, não podemos esquecer que há, ainda, inúmeros discursos que seguem investindo na domesticação da subjetividade feminina. Portanto, quando tratamos dessas mudanças de ordem política e social temos que levar em conta que ainda há fortes resistências em se alterar o imaginário cultural a respeito das mulheres, haja vista, sobretudo, a questão da violência de gênero. Nessa direção, o curso de PLP atua como um agente de transformação, em certa medida, da subjetividade feminina, pois, como Bonetti et.al. afirmam “a apropriação do universo dos direitos (...) possibilita a transformação pessoal de cada mulher”.⁴²¹

É claro que não há uma relação direta entre o aprendizado adquirido e as transformações na vida das mulheres, mas, como observa Oliveira em seu trabalho

⁴¹⁸ Entrevista Kátia Antunes, São Paulo, 20/05/2011.

⁴¹⁹ Entrevista Maria A. Teles, São Paulo, 12/01/2012.

⁴²⁰ RICOLDI, Arlene. *A experiência das Promotoras Legais Populares em São Paulo: gênero e cidadania*, op.cit.

⁴²¹ BONETTI, Alinne et.al. “Percurso da Cidadania: da capacitação legal à promoção e garantia dos direitos humanos das mulheres”. In: DORA, Denise (org.). *Direito e Mudança Social - projetos de promoção e defesa dos direitos apoiados pela Fundação Ford. Direito e Mudança Social - projetos de promoção e defesa dos direitos apoiados pela Fundação Ford*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

etnográfico, ao longo do curso as mulheres passam a ter “um cuidado de si” mais evidenciado e realizam pequenas transformações em suas vidas. Como a autora ressalta:

(...) muitas mulheres, além da aquisição do conhecimento em si, propriamente jurídico, vão mudando outros aspectos da sua vida, como terminar um relacionamento que não ia bem ou voltar aos estudos. Além disso, percebi que muitas delas, ao longo do curso, se tornam mais vaidosas, iam bem arrumadas e com os cabelos penteados. (...) Essa ideia de empoderamento é ampla, pois, contempla, deste modo, pequenas transformações da vida até a ocupação de espaços públicos.⁴²²

Ricoldi, do mesmo modo, afirma que o “aumento da autoestima” é enfatizado pelas mulheres que chegam ao final do curso, isto é, o processo de fazer parte de um grupo e conhecer a historicidade das desigualdades tidas como naturais em suas vidas até então, faz com que haja, em muitos casos, processos de ruptura com os antigos valores. Pinto, ao refletir a respeito do pertencimento de indivíduos em movimentos sociais, avalia que o sentimento de adesão leva a processos de transformação do indivíduo em *outro*, o que faz com que ocorram diversos choques e rupturas.⁴²³

As relações de amizade e solidariedade também foram pontos perceptíveis nas afinidades que se estabeleceram. Como enfatiza Oliveira, pertencer ao grupo denominado de “Promotoras Legais Populares” e compartilhar experiências de vida que são comuns criam “laços de solidariedade, não para se vitimizar, mas para (...) promoverem transformações individuais e coletivas”.⁴²⁴ Há um processo de identificação das formas de exclusão e assimetrias que convergem em seus cotidianos que permite que se construa uma rede de amizade e companheirismo e que desperte desejos por transformações de si e do outro.

Essas mudanças na maneira pela qual as mulheres passam a olhar para si mesmas e dar outros significados para suas vidas podem ser pensadas, com os devidos distanciamentos temporais, ao lado das reflexões sobre as “artes de viver” expostas por Foucault. Nos dois últimos volumes de *A História da Sexualidade*, o filósofo voltou suas pesquisas para a Antiguidade greco-romana, onde encontra modos de viver que privilegiavam as práticas de liberdade.⁴²⁵ Nessa cultura uma grande atenção era dada às

⁴²² OLIVEIRA, Fernanda. *Quando o Direito encontra a rua*, op.cit. p. 22.

⁴²³ PINTO, Celi Regina Jardim. Movimentos Sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina. BRUSCHINI, Cristina. *Uma Questão de Gênero*. São Paulo, op.cit.

⁴²⁴ OLIVEIRA, Fernanda. *Quando o Direito encontra a rua*, op.cit. p. 23.

⁴²⁵ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984; *História da Sexualidade 3 – o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 9ª edição, 2007.

práticas de si para a elaboração desse modo de existência, como, por exemplo, a intensificação e valorização das relações de si para consigo, isto é, “o cuidado de si”. Este, para os gregos, constituía-se na “conversão a si mesmo” a partir de um trabalho ético-estético, pelo qual o indivíduo era chamado a ter a si mesmo como objeto de conhecimento no intuito de corrigir-se para transforma-se em um indivíduo autônomo, temperante e capaz de gerir a si próprio. De acordo com Foucault:

Entre os gregos e romanos - entre os gregos, sobretudo - para conduzir-se bem, para praticar a liberdade como se deve, era preciso ocupar-se consigo mesmo, cuidar-se de si mesmo, ao mesmo tempo para conhecer-se (...) e para formar-se, para superar-se, para dominar em si os apetites que arriscariam levar-nos. A liberdade individual era, para os gregos, algo de muito importante (...) não ser escravo (de outra cidade, daqueles que vos cercam, daqueles que vos governam, das suas próprias paixões) era um tema absolutamente fundamental (...) tem-se aí toda uma ética que gira em torno do cuidado de si (...).⁴²⁶

Esse trabalho sobre si mesmo, de voltar-se a si, segundo Rago e Vieira, distancia-se das práticas modernas de narcisismo e individualismo ou, ainda, das técnicas confessionais cristãs que levam à busca da verdade sobre si mesmo, em uma prática de assujeitamento.⁴²⁷ O “cuidado de si” grego trata-se de um princípio de conduta que possibilita ao indivíduo não ser escravo de ninguém, nem de si mesmo. Ao contrário do cristianismo que prega a salvação do indivíduo a partir da renúncia de si e dos seus desejos, investindo no sacrifício e na obediência, o “preceito grego do ‘cuidado de si’ implica em um equilíbrio dos prazeres para chegar-se a uma vida harmoniosa”.⁴²⁸ Assim, essa relação de cuidar de si é parte fundamental da constituição do sujeito ético que tem em vista a construção de uma vida bela. No entanto, cabe pontuar que esse trabalho contínuo sobre si implica, também, no cuidado com o outro, portanto, não se trata de uma atividade isolada, mas sim de uma ação que ocorre em um meio comunitário operando como intensificador das relações sociais. Como explica Gros:

Foucault não deixa de insistir sobre esse ponto: o cuidado de si não é uma atividade solitária, que cortaria do mundo aquele que se dedicasse a ele, mas constitui, ao contrário, uma modulação intensificada da relação social. Não se trata de renunciar ao

⁴²⁶ FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*, T. II. Paris: Gallimard, 2001, p.151.

⁴²⁷ RAGO, Margareth, VIEIRA, Priscila. “Foucault, criações libertárias e práticas parresíastas”, *Caminhos da História* (UNIMONTES), v. 14, p. 43-58, 2009.

⁴²⁸ Idem.

mundo e aos outros, mas de modular de outro modo esta relação com os outros pelo cuidado de si.⁴²⁹

De acordo com Rago, se na atualidade nos afastamos dessas práticas de subjetivação norteadas pela ética e pelas relações de si para consigo, hoje, são as feministas quem “inventam eticamente” um lugar outro para as mulheres, ou seja, que criam “modos específicos de existência”. Como afirma:

Em nosso tempo, são as feministas aquelas que tomam esse trabalho nas próprias mãos, pois os feminismos ultrapassam os limites instituídos entre público e privado, corpo e alma, razão e emoção, essência e acidente, centro e periferia, importante e fútil, limites que as esquerdas infelizmente respeitaram. Daí que os homens militantes jamais poderiam enxergar como ação política o trabalho do cuidado de si, menos ainda que este significasse inclusive zelar pela paz doméstica.⁴³⁰

Em sua análise, são as feministas que criam condições para que as fronteiras e as dicotomias sejam rompidas propiciando uma reatualização cultural e política, ao mesmo tempo em que possibilitam novas formas de as mulheres se constituírem subjetivamente. Ao entrevistar algumas das participantes dos cursos de PLPs, em São Paulo e Porto Alegre, deparei-me com narrativas que enfatizam os processos de rupturas e mudanças em suas vidas. Uma das primeiras entrevistadas foi Guaneci, moradora do bairro da Restinga, periferia de Porto Alegre, que hoje, com mais de cinquenta anos, cursa a faculdade de Serviço Social. Ao lado dela, entrevistei Jussara que entrou no curso pela amizade estabelecida com Guaneci, com quem ainda milita junto. Guaneci, ao reler sua entrada no curso e as transformações em sua vida diz: “a gente ultrapassou a ponte, ultrapassou o rio, ultrapassou o mar...”.⁴³¹ Ultrapassar “a ponte e o mar”, em sua fala, representa as barreiras físicas, simbólicas e subjetivas que foram irrompidas e reconstruídas. Em sua narrativa, a participação no curso levou-a a questionar as imposições que lhe acompanhou na vida, o que fez com que ela colocasse fim ao seu casamento e não frequentasse mais a Igreja, pois, em sua leitura: “hoje, eu só vou onde eu quero, eu sei que não sou obrigada a nada”.⁴³²

Jussara Lopes, com cinquenta e cinco anos e formada em pedagogia, lembra que se casou cedo, aos dezesseis anos, com o primeiro namorado, com quem teve quatro filhos. O

⁴²⁹GROS, Frédéric. "O cuidado de si em Michel Foucault". In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Org.) *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 127-138, p.132.

⁴³⁰RAGO, Margareth. “Escritas de si, Parrésia e Feminismos”. In: Veiga-Neto, A.; Castelo Branco, G.(Org.). *Foucault, Filosofia e Política*. Foucault, Belo Horizonte: Autêntica, 2011, v. 01, p. 251-267.

⁴³¹ Entrevista com Guaneci Oliveira, Porto Alegre, 30/03/2011.

⁴³² Idem.

modelo tradicional de vida proposto às mulheres, especialmente as das camadas populares, não permitiu que ela terminasse seus estudos. Casada e mãe, diz que retomou os estudos após o curso de PLPs e da relação de amizade estabelecida com Guaneci. Tecendo uma leitura do passado, lembra:

(...) primeiro dei toda a atenção aos filhos, sempre trabalhando, ajudando de alguma forma, mas só consegui voltar a estudar depois de trinta anos e foi a Guaneci que num dia de atendimento no SIM (Sistema de Informação à Mulher), na Restinga, eram cinco e meia da tarde e ela disse “hoje você vai na escola comigo”.⁴³³

A retomada dos estudos no EJA (Ensino de Jovens e Adultos) coincidiu com a crise no casamento e com a depressão e foi, de acordo com sua narrativa, as relações de afeto e amizade encontradas entre as promotoras que permitiram que ela se recuperasse. Como conta:

Eu parei em uma clínica psiquiátrica (...). E eu nasci de novo. Esses dois meses e meio, com muito tratamento, com muita força (...) das minhas amigas promotoras da Restinga, das mais próximas, eu consegui sair (...). Eu tive um apoio muito grande de mulheres, uma rede e eu consegui!⁴³⁴

A “rede” construída pelas promotoras é o que levou Natália Cuba, uma jovem de vinte e um anos, a cursar o projeto em São Paulo. Morando na cidade há cerca de um ano, foi convidada por uma amiga a participar do curso. Em sua leitura, o envolvimento com as promotoras a fez “repensar muitas as atitudes, coisas que você nem percebia e que agora você vê com outros olhos. Coisas que pareciam banais e que você consegue enxergar melhor, porque para quem está fora pode parecer que é normal, mas não é”.⁴³⁵ Ao falar do curso, desfazer a naturalidade que constrói as diferenças sociais por meio do sexo e da cor da pele foi uma das grandes contribuições que as PLPs que lhe proporcionou. Da mesma forma, situa as imposições ligadas à beleza feminina, ela que na adolescência teve bulimia, diz que o curso permitiu repensar os enunciados que colocam que “o diferente é sempre ruim”.⁴³⁶

Sabemos que há uma contínua tentativa de recolocar as mulheres em seus lugares “naturais”. Como ressalta Swain: “é uma constante reiteração da identidade ‘feminina’

⁴³³ Entrevista com Jussara Lopes, Porto Alegre, 30/03/2011.

⁴³⁴ Idem.

⁴³⁵ Entrevista com Natália Silva Cuba, São Paulo, 20/10/2011.

⁴³⁶ Idem.

atrelada à domesticação de seus corpos, em torno da moda, beleza, culinária, maternidade e seus corolários. Basta abrir qualquer revista dedicada às mulheres”.⁴³⁷ A beleza ideal contemporânea, como afirma Denise Sant’Anna, é caracterizada pelo corpo magro e branco.⁴³⁸ Para Natália, nesse sentido, a convivência no curso permitiu tecer outros olhares para si e poder “estar bem consigo mesma”, pois, em sua percepção: “hoje, eu vejo que não é assim, eu gosto de mim do jeito que eu sou. E tem muita coisa, porque a mídia está sempre impondo a mulher perfeita. E não é mais assim. Eu acho que desconstrói essa visão da certinha, do cabelo loiro e liso”.⁴³⁹

Os feminismos têm se rebelado contra as visões tradicionais ligadas a identidade feminina domesticada e valorizado outras práticas corporais, afetivas, assim como outras formas de se pensar a família. É nessa perspectiva que Norma, uma “chilena baiana”, como se denomina, percebe as mudanças efetuadas em si pelas relações estabelecidas no curso de PLPs. Norma Cubillos é chilena, mãe de oito filhos e mudou-se para o Brasil, em 1981. Ela narra que a participação no curso de PLPs a “libertou” da identidade tradicional da mulher que deveria viver para o cuidado com os filhos e com o marido, ou seja, do dispositivo amoroso teorizado por Swain. Em sua narrativa:

Antes de conhecer as Promotoras Legais eu era uma mulher presa ao matrimônio. Porque eu tinha que ser uma mulher companheira, servir e tudo. E depois quando eu comecei a entrar para os movimentos, que conheci as Promotoras Legais foi que eu me libertei que eu conheci meus direitos, que a mesma responsabilidade que eu tenho com os filhos, ele também tem.⁴⁴⁰

Norma reside em Mauá, onde participou pela primeira vez do projeto de PLPs, em 2009. Em sua leitura, foi por meio dessa experiência que se tornou “mais independente e autônoma”. Após o curso voltou a estudar, entrou para a militância feminista e rompeu com o seu segundo marido. Em sua fala, o desejo de promover mudanças também aparece de forma expressiva, portanto, enfatiza que tem se dedicado “falar com outras mulheres” para que essas possam partilhar dos mesmos aprendizados.

⁴³⁷ Tania Navarro Swain. “Os limites do corpo sexuado: diversidade e representação social”. *Revista Labrys* op.cit.

⁴³⁸ SANT’ANNA, Denise B. *Corpos de Passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea*. São Paulo, Editora Estação Liberdade, 2001.

⁴³⁹ Entrevista com Natália Silva, São Paulo, 20/10/2011.

⁴⁴⁰ Entrevista com Norma Cubillos, São Paulo, 20/10/ 2011.

Wilma Souza, atualmente ativa militante da UMSP, é artista plástica e artesã e entrou para o curso de PLPs também em 2009. Em entrevista disse que as aulas do curso alteraram drasticamente suas relações na família. Ao contrário das demais, ela não rompeu com o casamento, mas transformou a maneira pela qual se via *como mãe e como esposa* e, também, a percepção que seus filhos e seu marido tinham da sua função em casa. Como narra:

Na minha família mexeu assim, eu tenho três homens na minha casa, então, a cabeça deles também mudou, eles pensam diferente em relação à mulher, em dizer que minha mulher é do lar, minha mãe é a rainha do lar! E eu também consegui mudar isso em mim, eu sempre digo assim que eu fui acendendo as gavetinhas, aquelas gavetas está num canto e a gente nem vê! Eu comecei a prestar mais atenção em mim, no meu corpo, porque a gente não tem costume, e eu aprendi que a gente tem que se olhar.⁴⁴¹

Além dos olhares sobre si, Wilma diz que muitos dos preconceitos que tinha em relação à prática do aborto e à homossexualidade foram rompidos. Ela avalia que a aula que mais mexeu consigo foi a ministrada por Valéria Busin, ativista das Católicas pelo Direito de Decidir e do movimento LGBT. Em sua leitura, essa aula desfez as visões que possuía sobre o feminismo e as relações homoafetivas: “porque na minha cabeça feminista era aquela mulher que ia para a rua queimar sutiã, era lésbica, eu tinha um preconceito muito grande”.⁴⁴²

Hoje, como se sabe, os feminismos não tratam mais da mulher de uma forma estável, mas sim de forma plural e fluída. Ao contrário dos anos de 1970, há uma valorização das formas de belezas, novas maneiras de lidar com a maternidade, com as relações com o corpo e com o prazer. Nessa trilha de pensamento, Rago afirma:

Parece, pois, que, na atualidade, a feminista deixou de encarnar apenas a figura da “oradora” pública de outrora, avessa ao lar e à maternidade, abrindo um amplo leque de possibilidades de invenções subjetivas, individuais e sociais. O feminismo introduziu outros modos de organizar o espaço, outras “artes de fazer” (...) no cotidiano e outros modos de pensar, como se pode constatar desde a produção científica (...) até a formulação das políticas públicas e as relações amorosas e sexuais. A crítica feminista evidencia, então, que múltiplas respostas são sempre possíveis para os problemas que enfrentamos e que outras perguntas deveriam ser colocadas a partir de uma perspectiva feminista, isto é, a partir de um pensamento que singulariza, subverte e diz de onde fala.⁴⁴³

⁴⁴¹ Entrevista Wilma Souza, São Paulo 17/03/2012.

⁴⁴² Idem.

⁴⁴³ RAGO, Margareth “Feminismo e Subjetividade em Tempos Pós-Modernos”. In: LIMA, Cláudia Cosa e SCMIDT, Simone P. *Poéticas e Políticas Feministas*, op.cit.



Turma de Promotoras Legais Populares de 2011. Arquivo da UMSP.

Na leitura de Wilma, outra subversão que o curso feminista trouxe para sua vida foi a transformação na relação entre ela e sua filha, Anna Carolina Souza Dias. As antigas concepções de maternidade foram substituídas pela relação de amizade e companheirismo na qual as duas se encontraram pela militância feminista. Em suas palavras:

Eu acho assim, para mim, a maior transformação foi ter inserido minha filha como feminista, isso para mim foi o maior ganho. Ela estar junto, acompanhando. Eu costumo dizer assim, nós somos mães e filhas, mas na militância nós somos companheiras, nós somos amigas, e isso foi muito bom. A Ana começou nas três últimas aulas do curso, veio fazer e está aí militando.⁴⁴⁴

Outro ponto que aparece nas narrativas das entrevistadas aqui é o desejo pela *militância*. O projeto não é um espaço apenas de transferência de informações, mas um *lôcus* de expressão da política feminista. Portanto, muitas das participantes, ao se identificarem com o discurso da entidade, demonstram o desejo de dar continuidade ao ativismo. No caso das entrevistadas, exceto por Natália que não teve mais contato, todas têm alguma participação em movimentos feministas. Guaneci e Jussara militam em seus

⁴⁴⁴ Entrevista Wilma Sousa, São Paulo, 17/03/2012.

bairros e, na época da entrevista, Guaneci fazia parte da equipe de atendimento da Themis. Wilma e sua filha, Anna Carolina, além de atuarem na UMSP, também prestam atendimentos em sua comunidade e fazem parte da Marcha Mundial de Mulheres. Do mesmo modo, Norma se conectou a uma ONG feminista em sua cidade. Norma, em sua fala, localiza seu desejo em continuar na militância devido ao “poder” do feminismo para conseguir transformações coletivas.

A política feminista é vista como algo que não se encontra apenas nos espaços institucionais, mas, principalmente, nas atitudes cotidianas onde, por meio da fala, as mulheres podem ensinar, orientar e trocar experiências construindo uma teia que possibilite a mudança em si e no outro. A experiência de Norma marcada pelas relações assimétricas de gênero, classe, etnia e sua condição de “imigrante” faz com que ela deseje levar a outras pessoas a possibilidade de se constituírem de forma distinta.

A apropriação do discurso jurídico permite que essas mulheres exerçam pequenas revoluções cotidianas em seus bairros e lugares de convívio, nos quais as assimetrias de gênero se cruzam com outras. Ana Carolina, hoje com dezoito anos, enfatiza que uma das grandes contribuições do feminismo e do curso para sua vida foi ter lhe colocado em contato com a inspiração das primeiras militantes da UMSP, o que lhe despertou o desejo: “de estar na rua, estar na luta e ir mostrar para as pessoas como é”. Conta que dentro da militância que exerce com sua mãe, especialmente em seu bairro, a maior questão a desfazer, entre as próprias mulheres, é a naturalização da violência de gênero. Em sua narrativa:

Porque tem mulher na minha comunidade que apanha e aí nós vamos lá socorrer. Aí a gente socorre e ela apanha de novo e aí vêm dizer: “é, mas ela apanha porque ela quer!” E eu tento ir lá dizer não é assim que se resolvem as coisas, ela está presa há alguma coisa ali. Por exemplo, essa semana no curso da faculdade chegou uma menina falando que acordou às 7hs da manhã porque a vizinha estava apanhando e ela não sabia o que fazer. Aí eu peguei a caderneta anotei meu telefone, o que ela tiver que procurar e mesmo para desabafar.⁴⁴⁵

Guaneci, ao se lembrar sobre seu ativismo e das amigas em seu bairro, narra que muitas vezes tinha vontade de levar as mulheres para sua casa, já que não tinha outro espaço e, normalmente, as queixas aparecem em horários em que os serviços de atendimento estão fechados. A postura de tomar à frente desses conflitos apresenta-se,

⁴⁴⁵Entrevista Ana Carolina Sousa, São Paulo, 17/03/ 2012.

também, como um risco para as ativistas. Ao falar sobre os atendimentos, ela diz que já foi perseguida por um rapaz que agredia e violentava a mãe e, também, por outro homem que espancava a esposa. Essas experiências fizeram com que as promotoras, nessa região de Porto Alegre, segundo a narrativa de Guaneci, buscassem outras estratégias de atendimento e ativismo. Desse modo, avalia que a continuidade do aprendizado foi importante para saber lidar com os conflitos. Como ela narra:

E tem uma coisa que me preocupa também, eu sinto agora que eu estou bem mais moderada, mais tranquila, mas eu era assim, se a adrenalina subisse, eu não tinha medo de nada, eu enfrentava. Mas aí a gente vai amadurecendo, e tem os estudos. E é aquilo que a gente falava, a gente tinha loucura para atender criança, adolescente e mulher, mas a gente não tinha esse conhecimento, a gente não tinha esse conhecimento teórico. Porque eu digo, se a gente tivesse esse conhecimento lá, com certeza o trabalho teria sido melhor, porque aí as estratégias, os mecanismos, para onde que tu vai, é tudo muito legal.⁴⁴⁶

Do mesmo modo, Anna Carolina narra que ela e a mãe, tornaram-se referência no bairro para as “resoluções de problemas”. Ela conta que além dos atendimentos, elas realizam reuniões e discussões para tratar, sobretudo, das formas de apropriação e normatização do corpo feminino. Como ela explica:

E aí a gente relaciona assuntos como aborto e violência e fazemos discussão com cartaz, mostrando um vídeo, mostrando como é a relação da violência que acontece dentro da nossa comunidade e que a gente tem que combater. Às vezes, tem mulher que bate na porta da minha casa às onze horas da noite, chorando, com o olho roxo, falando aconteceu isso e aquilo. E aí a gente vai para a delegacia, vai para defensoria, para onde for preciso.⁴⁴⁷

O aprendizado do curso não abre espaço apenas para que as mulheres possam olhar para suas vidas de forma diferente, dando novos significados para suas experiências, mas também opera na reatualização da concepção de política que não se restringe aos espaços institucionais, mas nas pequenas revoluções que são feitas diariamente no cotidiano feminino. A UMSP, hoje, não consegue comportar todas as mulheres que saem do curso e que querem dar continuidade à militância, porém, como pondera Terezinha, essas, muitas vezes, passam a atuar em suas comunidades ou mesmo a se unirem e constituírem novos espaços de ativismo, a exemplo dos cursos de PLPs que se espalharam pelo estado de São Paulo. Em sua narrativa:

⁴⁴⁶ Entrevista Guaneci, Porto Alegre, 30/03/ 2011.

⁴⁴⁷ Entrevista Ana Carolina Sousa, São Paulo, 17/03/2012.

No começo o curso tinha muita liderança, acabam aparecendo muitas e elas ficavam ligando para cá, pois elas estavam com um caso e queriam saber como atendiam. Teve um grupo, uma turma, que elas terminaram de fazer o curso e abriram uma associação de Mulheres lá no Parque Edu Chaves. E elas foram tão ousadas que elas alugaram até uma casa, mas depois não deram conta de bancar. Mas elas foram bem aventureiras, ficaram um ano e meio na casa. E São José dos Campos, por exemplo, fundou uma ONG, assim como o Proleg em Santo André, porque elas ficam querendo fazer alguma coisa e outras são de movimentos.⁴⁴⁸

Em suma, acredito que, ao contrário do que se ouve, os feminismos ainda são de suma importância para enfrentar os discursos patriarcais e misóginos que não cessam de tentar colonizar a subjetividade feminina. Tratando-se do curso de PLPs realizado pela UMSP, avalio que o aprendizado sobre os processos normativos que instituem a “identidade mulher” e que constroem as subjetividades femininas e masculinas de forma binária e hierarquizada, resultando em formas de autorização para a violência, possibilita às mulheres enxergarem com outros olhos as discriminações que se passam em suas vidas. Esses novos olhares permitem, não para todas, é claro, pequenos processos de transformação de si, um cuidado consigo que não se trata de um individualismo, mas, ao contrário, de uma nova maneira de se ver e se constituir no mundo. Do mesmo modo, vejo que o desejo de transformação do mundo que levou as militantes da UMSP, nos anos de 1980, a romper com valores e relações de amizade, é o que desperta muitas das participantes entrevistadas, e outras com quem tive contato, a entrar para o ativismo feminista e atuar no combate à misoginia, ao racismo e à homofobia. Pois, como enfatiza Swain: “ser feminista é querer mudar o mundo, começando por si mesma, recusando a submissão às regras em vigor que modela ‘a mulher’”.⁴⁴⁹ O incômodo que as falas feministas encontradas ali trazem para a suposta igualdade do discurso jurídico, para o destino heteronormativo ou para a banalidade em torno da violência de gênero, entre outras, desperta o desejo pelas transformações de si e do mundo.

⁴⁴⁸ Entrevista Terezinha O. Gonzaga, São Paulo, 12/01/2012.

⁴⁴⁹ SWAIN, Tania. “O Grande Silêncio: a violência da diferença sexual”. In: STEVES, C; K.C.T.; ALMEIDA, T.M.C.; ZANELLO, V. (Org.). *Gênero e Feminismos: convergências (in) disciplinares*, op.cit. p. 48.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Enquanto eu tiver perguntas e não houver resposta,
continuarei a escrever.*

Clarice Lispector

Em 2009, por meio do convite da Prof.^a Margareth Rago, conheci a *União de Mulheres de São Paulo*, onde fui recebida com carinho e entusiasmo por Criméia, Amelinha, Terezinha, Kátia, Marina e Nazareth. Era uma noite de segunda-feira e essas mulheres, como de hábito, estavam reunidas para conversar, discutir a agenda feminista e passar os informes sobre a semana. Entre falas sobre problemas a serem enfrentados e risadas, a reunião seguiu até às 21h. Naquele dia senti um misto de encantamento e afinidade com aquelas mulheres que pareciam, como diz Woolf, “carregar nos ombros uma dose extra das injustiças do mundo”.⁴⁵⁰ Portanto, como disse na introdução, a escolha pelo grupo deu-se, em parte, por essa afinidade.

As inquietações a respeito das maneiras pelas quais a violência de gênero assume no cotidiano feminino, bem como o discurso do Direito a respeito dessas, me acompanham desde a graduação. A partir das memórias que as militantes da UMSP me emprestaram, suas histórias de resistência, angústia e de alegria, foi possível responder as questões iniciais da pesquisa e também levantar outras. Perguntar pelas criações feministas na luta à violência contra a mulher foi o que motivou a dissertação. Contudo, ao entrar em contato com as memórias das militantes, deparei-me com narrativas que delineavam a dificuldade não apenas de se falar sobre a violência que corta o dia a dia das mulheres, mas, também, para se falar sobre *as mulheres*, mesmo dentro dos projetos políticos das esquerdas que foram expressões da resistência nos anos de 1960 e 1970.

Como foi dito, entre as fundadoras da UMSP, na década de 1980, estiveram mulheres que eram ativas militantes do PCdoB. A entrada para a militância de esquerda, naquele período, alterou profundamente a vida e a subjetividade dessas mulheres. A

⁴⁵⁰ WOOLF, Virginia. “Memória de uma União das Trabalhadoras”. In: WOOLF, Virginia. *Profissão para as mulheres e outros artigos feministas*. Porto Alegre: Coleção L&PM, 2012, p.75.

memória, além de ser construída a partir de nossas relações com o presente, também é marcada pelas relações de gênero, pelas assimetrias de poder que convergem em torno da construção da sexualidade. Assim, nas primeiras entrevistas que realizei, vieram à tona, nas narrativas, o entusiasmo com os primeiros anos de militância feminista e os confrontos com o partido para que as questões femininas pudessem ser incorporadas. Nessas releituras do passado, as falas excitadas sobre o ativismo também cederam espaços para sentimentos como os de “decepção”, como definiu Lurdinha, ao falar sobre a saída do partido e as rupturas, inclusive consigo, que ocorreram a partir então. Ao mesmo tempo, mesmo diante desses conflitos, que passaram pelas questões pessoais, nas narrativas, emergiram a constante preocupação dessas mulheres com o mundo.

Foi, ainda, na primeira década de militância que o tema da violência contra as mulheres assumiu papel central no discurso da UMSP. O trabalho de base junto às mulheres da periferia da cidade, que na década de 1980 lutavam por creches, foi o que introduziu o tema da violência ao cotidiano da militância. A princípio, essa questão não era o principal motivo que fazia com que o grupo se reunisse. Ao contrário, foi ao falar sobre as relações familiares ou de trabalho que surgiram as narrativas ou os códigos corporais que enunciavam as situações de violência.

O processo histórico e cultural que engendra os sujeitos, assegurando-lhes determinadas posições e valorizações sociais a partir de sua sexualidade, construiu uma naturalização em torno das agressões físicas e das violações sexuais às mulheres. Os sistemas de significação moldam, desde o nascimento, a subjetividade feminina voltada para a sujeição, para a domesticação e para a alteridade. Essa construção discursiva da feminilidade como negativa e inferior encontra, do outro lado, a constituição da masculinidade de forma superior e agressiva, na qual a conquista e a dominação do corpo feminino fazem parte da subjetividade masculina em nossa cultura. Desconstruir esse discurso que inclui a violência como parte intrínseca das experiências femininas requer das mulheres, sobretudo quando se trata das relações intrapessoais, coragem e ousadia para romper com sistemas de significação e poder que lhes foram impostos e que podem, inclusive, gerar outros processos de ruptura e de violência.

Por meio das falas das militantes da UMSP, foi possível perceber como as feministas, ao longo dessas últimas décadas, destruíram as evidências, como nos propõe Foucault, e lançaram novos olhares para as relações de gênero e violência. Levantou-se,

então, o véu das histórias não ditas e tornou possível construir um caminho para que as dificuldades em narrar os processos traumáticos fossem superadas. Vieram à tona cenas de abuso sexual de pais, tios, avôs, padrastos contra meninas e mulheres de seu convívio familiar; espancamentos de esposas; assassinatos de mulheres empreendidos por seus maridos ou ex-companheiros; estupro cometidos nos contextos de paz e de guerra; os assédios sexuais no trabalho etc. Cenas que, até então, eram indizíveis. Todas essas questões, no discurso da UMSP, foram trabalhadas ao lado de outras demandas que não deixam de ser compreendidas pelo grupo como formas de opressão e violência, como a criminalização do aborto ou as discriminações étnicas e raciais que cruzam a vida das mulheres.

Se a violência cometida contra as mulheres ganhou, nessas últimas décadas, *visibilidade e dizibilidade*, porém, o discurso da banalidade, que motivou as primeiras feministas a saírem às ruas para se manifestarem ainda persiste. No final dos anos de 1970, as feministas denunciaram o poder “de vida e de morte” que os homens exerciam sobre as mulheres. Foi a partir desse ponto que se pôde incentivar as falas sobre tais experiências. Ao longo desses anos, porém, ainda não se erradicou do imaginário coletivo o direito masculino à apropriação violenta aos corpos femininos. Por esse viés, algumas feministas buscam no espaço jurídico um *espaço de luta* para criar estratégias que sejam capazes de contrapor esse discurso. Esse foi um dos caminhos trilhados pela UMSP que se dedicou à campanha “A impunidade é cúmplice da violência” e há dezoito anos coordena o curso de educação jurídica popular. É claro, que o Direito não é *em si* um instrumento de resistência para o feminismo, pois ele não irá resolver as formas de violência contra as mulheres. Quando a entidade recorre a esse campo, busca estilhaçar um discurso que impõe uma verdade acerca das relações sociais de gênero e reconstruir outros que insiram em nossa cultura o reconhecimento que há, por exemplo, formas específicas de violência que são direcionadas às mulheres por *serem mulheres*.

Enfim, como Criméia disse-me em entrevista, hoje a violência contra as mulheres já não é vista com tanta naturalidade em nossa sociedade. Se há trinta anos foi necessário desfazer os fios que compunham as cenas de violência contra as mulheres, hoje, na contramão, assistimos a uma narrativa ser o *fio condutor* de tantas outras, construindo uma teia de histórias de agressões e violações. As mulheres têm menos pudor em falar sobre essas experiências. No entanto, todas essas mudanças não transformaram profundamente as

paisagens masculinas. A constituição do *feminino* ainda apresenta-se como um *risco* e a vida das mulheres ainda têm pouco valor em nossa sociedade.

Portanto, além de apostar no discurso jurídico, é necessário investir nas transformações das subjetividades femininas e masculinas. Trata-se da constituição de possibilidades de caminhos outros para mulheres e homens, de um “mundo mais filógino”, como sugere Rago. Nesses três anos de pesquisa e convivência com a UMSP, notei que as mulheres que frequentam os espaços construídos pela entidade, a partir do convívio, das trocas de experiência, das falas sobre si, passam a delinear outros caminhos para suas vidas. Ao criticar o binarismo sexual, a heteronormatividade compulsória, o “destino biológico” das mulheres, a associação constrói pontes para que as mulheres possam ser ver diferente e tecer outros olhares para as relações que as cercam. Lembro-me do entusiasmo de Amelinha, em nossa primeira entrevista, ao dizer que o feminismo tinha o poder de potencializar, de transformar o cotidiano, já que o movimento traz uma proposta de transformação para toda a humanidade. É essa ética transformadora que encontrei na UMSP, espaço constituído por ávidas militantes que não se cansam de buscar um mundo outro e que seguem como inspiração para tantos outros feminismos.

FONTES

• DOCUMENTOS DO ARQUIVO DA UMSP

A luta e a história. Documento comemoração do dia 10 de outubro, 1995.

A violência contra a mulher e a impunidade: uma questão política, publicação da União de Mulheres de São Paulo, apoiada pela Fundação MacArthur, Conselho da Condição Feminina e Sindicato dos Químicos. São Paulo, 1997.

Apresentação da entidade IN: http://www.uniaodemulheres.org.br/quem_somos.php. Acessado em 13 de março de 2012.

Avaliação do curso de Promotoras Legais Populares, 1995.

Boletim da Campanha contra a violência à mulher. São Paulo, nº4, maio de 1995.

Boletim A mulher na constituinte, junho de 1986.

Boletim Mensal da União de Mulheres - 1982 a 1989.

Breve descrição dos antecedentes e do contexto da Campanha “A impunidade é cúmplice da violência”. Abril, 1993.

Caderno A experiência das Promotoras Legais Populares em São Paulo, 1997.

Caderno da “Coordenação de Promotoras Legais Populares”. União de Mulheres de São Paulo, 1997.

Carta de Apresentação do curso de Promotoras Legais Populares. Disponível no site www.promotoraslegaispopulares.com.br.

Carta de Princípios do Curso de Promotoras Legais Populares. Disponível em: http://uniaodemulheres.org.br/blogpromotoras/?page_id=767.

Convite para debater o planejamento Familiar. Folder explicativo, 1987.

Defesa da emenda popular de 2778 que dispõe sobre a criação de casas abrigos à mulheres vítimas de violência. Texto produzido pela UMSP, 1990.

Dez anos de luta! Folder comemorativo, 1991.

Discurso de fundação, União de Mulheres de São Paulo, 1981.

Do Silêncio ao Grito: contra a impunidade- o Caso de Márcia Leopoldi. União de Mulheres de São Paulo, Fundo Nacional de Cultura/Ministério da Cultural, 2007.

É tempo de avançar e organizar. Folder, fevereiro de 1984.

Filho não é só da mãe, é também do pai! Responsabilidade Social e do Estado. Folder da Campanha de Luta por creches e licença paternidade, 1987.

Jornal da União de Mulheres de São Paulo, 1991.

Manifesto do Dia Nacional de Luta Contra a violência à Mulher, 1989.

Nossa posição sobre o aborto. Texto produzido pela UMSP, 1984.

Onde fica seu filho enquanto você trabalha? Cartilha da campanha de luta por creche, 1982.

Os Direitos Humanos das Mulheres- documento apresentado na Câmara Municipal de São Paulo, junho de 1996.

Quando o estuprador é o juiz, o que fazer? Folder-manifesto, 1991.

Relatório do Seminário “A violência e a cidadania da mulher”, 1991.

Saudação da União de Mulheres ao 1º de maio. Folder, maio de 1982.

Subsídios para a Avaliação da Década. Encontro Feminista de São Paulo, julho de 1994.

Relatório do Encontro de Direitos Humanos das Mulheres, Santos, 1997.

• ENTREVISTAS

DANDARA, Coletivo. Entrevista com Maria Amélia A. Teles. São Paulo, agosto de 2009. Disponível em: <http://www.centrodandara.org.br>. Acessado em 11/10/2011.

OLIVEIRA, Júlia G. Silva. Entrevista com Anna Carolina Souza Dias. São Paulo, 17 de março de 2012 (38 min.).

_____. Entrevista com Carmen Hein Campos. Porto Alegre, 31 março de 2011 (98 min.).

_____. Entrevista com Criméia Alice Schmidt de Almeida, São Paulo, 19 de abril de 2011 (94 min.).

_____. Entrevista com Criméia Alice Schmidt de Almeida, São Paulo, 05 de fevereiro de 2012 (53 min.).

_____. Entrevista com Deise Leopoldi, São Paulo, São Paulo, 12 de setembro de 2011 (58 min.).

_____. Entrevista com Dinalva Tavares, São Paulo, 28 de maio de 2011. (32 min.).

_____. Entrevista com Elenara Iabel, Porto Alegre, 30 de março de 2011. (159 min.).

_____. Entrevista com Guaneci Oliveira, Porto Alegre, 30 de março de 2011. (42 min.).

- _____. Entrevista com Jussara Lopes, Porto Alegre, 30 de março de 2011 (85 min.).
- _____. Entrevista com Kátia Antunes, São Paulo, 20 de maio de 2011 (95 min.).
- _____. Entrevista com Maria Amélia de Almeida Teles, 22 de fevereiro de 2011 (137min.).
- _____. Entrevista com Maria Amélia de Almeida Teles, São Paulo, 12 de janeiro de 2012 (81 min.).
- _____. Entrevista com Maria de Lurdes Rodrigues, São Paulo, 30 de agosto de 2011 (57min.).
- _____. Entrevista com Natália Silva, São Paulo, 20 outubro de 2011 (24 min.).
- _____. Entrevista com Norma Cubillos, São Paulo, 20 outubro de 2011 (28 min.).
- _____. Entrevista com Rosana Fernandes, São Paulo, 03 de dezembro de 2011 (65 min.).
- _____. RAGO, Margareth. Entrevista com Terezinha de Oliveira Gonzaga, São Paulo, 02 maio de 2010 (131 min.).
- _____. Entrevista com Terezinha de Oliveira Gonzaga, São Paulo, 12 de janeiro de 2012 (59 min.).
- _____. Entrevista com Wilma Souza, São Paulo, 17 de março de 2012 (36 min.).

• JORNAIS E PERIÓDICOS

Jornal Brasil Mulher. Londrina, PR/São Paulo, SP.

Jornal Correio Brasiliense. Brasília, DF.

Jornal Diário Popular, São Paulo, SP.

Revista Enfoque Feminista, São Paulo, SP.

Jornal Folha de São Paulo. São Paulo, SP.

Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, SP.

Jornal Tribuna Operária, São Paulo, SP.

• DOCUMENTOS E LEGISLAÇÕES

Cartilha do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Brasília, 1985.

Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988. Brasília, Senado Federal Secretaria especial de editoração e publicações Subsecretaria de edições técnicas, 2010.

Estudo sobre a mortalidade de mulheres no Brasil. Ministério da Saúde, Brasília, 2006.

Relatório da ONU acerca da I Conferência Mundial da Mulher, 1975.

<http://www.observatoriodegenero.gov.br>

Relatório Mundial sobre Violência e Saúde publicado pela Organização Mundial de Saúde

<http://www.opas.org.br>

<http://portal.saude.gov.br/>

Vidas Rotas: Crímenes contra mujeres en situaciones de conflicto. Relatório da Anistia Internacional 2004. Disponível no site: <http://www.amnesty.org/>

- VÍDEOS

Curta-documentário: *O caso de Márcia Leopoldi* realizado pela UMSP. Disponível em:

<http://hub.witness.org/en/upload/caso-m%C3%A1rcia-leopoldi-1>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Suely S. *Femicídio: algemas (in) visíveis do público-privado*. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.
- ALVAREZ, Sonia. “Encontrando os feminismos Latino-Americanos e Caribenhos”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, nº11(2) julho-dezembro/2003.
- _____. *Engendering Democracy in Brazil: women’s movements in politics*. Princeton University Press: Oxford, 1993.
- _____. “Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia.” In: STEPAN, Alfred. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ARDAILLON, Danielle & DEBERT, Guita. *Quando a vítima é mulher: Análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio*. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.
- ARFUCH, L. *O Espaço Biográfico. Dilemas da Subjetividade Contemporânea*. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.
- _____. “Presencias de la desaparición” in: *Violencia Social y Derechos Humanos*. Buenos Aires: EUDEBA, 1998.
- ARTIÈRES, Philippe. “Arquivar a própria vida”. Trad. Dora Rocha. *Estudos Históricos Arquivos Pessoais*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9 – 34, 1998.
- AZEVEDO, Maria Amélia. *Mulheres Espancadas: a violência denunciada*. São Paulo: Cortez, 1985.
- BARSTED, Leila Linhares. “O movimento de mulheres e o debate sobre o aborto” IN: ROCHA, Maria Isabel e BARBOSA, Regina Maria (Org.) *Aborto no Brasil e no Cone Sul – panorama da situação e dos estudos acadêmicos*. Campinas, NEPO (Núcleo de estudos de população) Unicamp, 2009.
- _____. “O movimento feminista e a descriminalização do aborto”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, nº2, 1997.
- _____. “Legalização e descriminalização do aborto: 10 anos de luta feminista”. *Revista Estudos feministas*, nº0, 1992.
- BEAVOUIR, Simone. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

- BESSE, Susan. "Crimes Passionais: a campanha contra o assassinato de mulheres no Brasil: 1910-1940". IN: *Revista Brasileira de História*, nº18, vol.9, agosto/setembro, 1989.
- BLAY, Eva A. *Assassinato de Mulheres e Direitos Humanos*. São Paulo: Editora 24, 2008.
- BRAIDOTTI, Rosi. *Feminismo, Diferencia sexual y subjetividad nómade*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2004.
- _____. "Diferença, Diversidade e Subjetividade Nômade". *Revista Labrys Estudos Feministas*, nº 13, 2002.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero. Feminismo e Subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- _____. *Vida precaria: El poder del duelo y la violencia*. Buenos Aires: Paidós, 2009.
- _____. *Cuerpos que importam: sobre os limites materiales y discursivos del "sexo"*. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- _____. "Fundamentos Contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo". *Cadernos Pagu*, nº 11, 1998.
- CAMPOS, Carmem. "Teoria Feminista do Direito e Violência Intima contra as Mulheres". *EMERJ*, Rio de Janeiro, v.15, nº57, jan./mar. de 2012.
- _____. "Juizados Especiais Criminais e seu déficit teórico". *Estudos Feministas*, Florianópolis, 11, v.1, jan./jun. 2003, p. 155-170.
- _____. "Direitos Humanos, Violência de gênero e Direito penal: primeiras considerações sobre a Lei 11.340/2006". *Boletim do IBCCRIM* nº. 168, nov., 2006.
- _____. *Criminologia e Feminismo*. Porto Alegre: Editora Sulina: 1999.
- CARNEIRO, Sueli. "Mulher em Movimento". *Revista Estudos Avançados* nº17, v.49, 2003.
- CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. "Participando do Debate sobre Mulher e Violência". *Perspectivas Antropológicas da Mulher IV*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1985.
- COLLING, Ana Maria. "As mulheres e a Ditadura no Brasil". *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra, 2004.
- CORREIA, Mariza. *Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro, Graal: 1983.

- _____. *Os crimes da paixão*, São Paulo: Brasiliense, 1981.
- COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de Gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecilia. “Teoria e Práxis: Feministas na Academia – Os núcleos de estudo sobre a mulher nas universidades brasileiras”. *Revistas Estudos Feministas*, ano 2, 2º semestre, 1994.
- CRENZEL, Emilio. *História Política del Nunca Mais*. Buenos Aires, Editora Siglo XXI, 2008.
- DAS, Veena. *Life and Words: violence and the descent into the ordinary*. University Of California Press Berkeley, Los Angeles London, 2007.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações, 1972-1990*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- _____. “O devir revolucionário e as criações políticas”. *Revista Novos Estudos*, nº 28, outubro, 1990.
- _____. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ENGEL, Magali G. “Paixão, crime e relações de gênero (Rio de Janeiro, 1890-1930)”. *Topi*, Rio de Janeiro, nº1, p. 153-177.
- ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FACIO, Alda. “A partir do Feminismo, vê-se um outro Direito”. Disponível em: www.wlsa.org.
- FOUCAULT, Michel. *A Coragem da Verdade: O Governo de Si e dos Outros II*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- _____. *O Governo de Si e dos Outros*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.
- _____. “Sexualidade e Política- 1978” In: *Ditos e Escritos V: Ética, Sexualidade e Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- _____. “O que são as luzes?” In: *Ditos e Escritos II – Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- _____. *História da Sexualidade III: O cuidado de Si*. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- _____. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. 16ª edição. São Paulo: Graal, 2005.
- _____. *A ordem do discurso*, São Paulo, Edições Loyola, 1996.
- _____. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

- _____. *Microfísica do Poder*. 16ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- _____. *História da Sexualidade II: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- _____. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2ª. ed., 1981.
- _____. “Introdução à vida não fascista”. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia*, New York, Viking Press, 1977.
- FRIEDAN, Betty. *A mística Feminina*. Petrópolis: Editora Vozes, 1971.
- GALLEOTI, Giulia. *História do aborto*. Portugal: Editora 70, 2007.
- GAYÓN, Mariana Berlanga. *El feminicidio: um problema social de América Latina: el caso de México y Guatemala*. Tese de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Estudos Latino-americanos, Universidad Nacional Autónoma de México, 2008.
- GEBARA, Ivone. *Vulnerabilidade, Justiça e Feminismos*. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2010.
- GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 1987.
- GRAYZEL, Susan. *Women's Identities at War: Gender, Motherhood and Politics in Britain and France during First World War*. Chapel Hill: University of Carolina Press, 1999.
- GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo: Paz e Terra/ANPOCS, 1992.
- _____. “Delegacias de Defesa da Mulher de São Paulo e as instituições: paradoxos e paralelismos”. In: DEBERT, G.; GREGORI, M.F; PISCITELLI, A. *Gênero e Distribuição de Justiça: as Delegacias de Defesa da Mulher e a construção das diferenças*. Coleção Encontros, PAGU- Núcleo de Estudos de Gênero da UNICAMP, 2006.
- GROSSI, Miriam et. al. *Depoimento: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.
- _____. “Novas/Velhas violência contra a mulher no Brasil”. *Revista Estudos Feministas*, ano 2, 2º semestre, 1994.
- _____. “De Ângela Diniz à Daniela Peres: a trajetória da impunidade”. *Revista Estudos Feministas* nº 1, ano 1993.

- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolíticas: Cartografias do Desejo*. Petrópolis, Editora Vozes, 2005.
- _____. *Revolução Molecular: pulsões políticas do Desejo*. São Paulo: Editora Brasilense, 1981.
- HEISE, Lori. “Gender based Abuse: The Global Epidemic”. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, nº10, vol. 1, p. 135-145, 1994.
- HOLANDA, Heloisa Buarque. (org.) *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco Ltda., 2004.
- IRIGARAY, Luce. “A questão do outro”. *Revista eletrônica Labrys*, Estudos Feministas. vol.1-2, n. julho/dezembro, p. 1-13, 2002.
- JOFFILY, O. R. “O corpo como campo de batalha”. In: PEDRO, Joana, WOOLF, C. (org.) *Feminismo e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editoras Mulheres, 2010
- KOLLONTAI, Alexandra. *La mujer en el desarrollo social*. Barcelona, Guadarrama, 1976.
- LABRONICI, Liliana, FEGADOLI, Débora, CORREA, Maria E. C. “Significado da violência sexual na manifestação da corporeidade: um estudo fenomenológico”. *Revista Escola de Enfermagem da USP*. 2010; nº 44, vol. 2, p. 401-406.
- LAGARDE, Marcela. “La invencion de la categoria de feminicidio”. Disponível em: <http://aquiencia.net>
- _____. “Identidade de Género y Derechos Humanos: la construcción de las humanas”. In: GRETA, Papadimitriou Cámara (coord.). *Educación para la paz y los derechos humanos*. Distintas miradas. Asociación Mexicana para las Naciones Unidas. A.C. / Universidad Autónoma de Aguascalientes y El Perro sin Mecate. México. p. 71- 106, 1998.
- LANGDON, E. Jean. “O dito e o não dito: reflexões sobre narrativas que famílias de classe média não contam”. *Revista Estudos Feministas*, nº1, 1993.
- LAURENZO, Patricia C. “La violencia del género en el derecho penal: un ejemplo de paternalismo punitivo”. In: LAURENZO, Patricia, MAQUEDA, Maria Luísa; RUBIO, Ana. *Género, violencia y derecho*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2008.
- _____. “La violencia de género en la ley integral: Valoración político-criminal”. *Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología*, 2005.

- LAURETIS, Teresa De. "The violence of Rhetoric". In: LANCASTER, Roger; LEONARDO, Di Micaela. *The Gender/Sexuality Reader. Culture, History, political economy*. Routledge, New York, 1997.
- _____. "A tecnologia do gênero". In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LEITE, Rosalina Santa Cruz. *A imprensa feminista no pós-luta armada: os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres*. Tese de doutorado, Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, PUC/São Paulo, 2004.
- LEOPOLDI, D., GONZAGA, T., TELES, A. *Do Silêncio ao Grito: contra a impunidade- o Caso de Márcia Leopoldi*. União de Mulheres de São Paulo, Fundo Nacional de Cultura/Ministério da Cultural, 2007.
- MACHADO, Lia Z. *Feminismo em Movimento*. São Paulo: Editora Francis, 2010.
- _____. "Feminismo, Academia e Interdisciplinaridade". In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de Gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- MINAYO, M.C. S, SOUZA, E.R. "É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública". *Ciência e Saúde Coletiva* nº4, vol.1, p.7-32, 1999.
- MITCHELL, Juliet "Mulheres: a Revolução mais longa". Trad. Rodolfo Konder. *Revista Niterói*, v. 6, nº 2, v. 7, p. 203-232, 2º semestre de 2006.
- MOORE, Henrietta. "The problem of explaining violence in the social sciences" In: HARVEY, Penelope and GOW, Peter. *Sex and violence: issues in representation and experience*. Routledge, London and New York, 1994.
- _____. "Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência". Trad. Adriana Piscitelli. *Cadernos Pagu* nº14, 2000, pp.13-44.
- MORAES, Maria Lygia Q. *Vinte Anos de Feminismo*. Tese de Livre Docência, Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 1996.
- _____. *Família e feminismo: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres*. Tese de doutorado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, 1981.
- NAHOUM-GRAPPE, Véronique. "Estupros: uma arma de guerra" In: TREINE, Sandrine (Coord.). Trad. Nícia Bonatti. *O Livro negro da condição das mulheres*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

- OBERTI, Alejandra. “¿Qué le hace el género a la memoria?” In: PEDRO, Joana; WOLFF, Cristina (Org.) *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone sul*. Florianópolis, Editora Mulheres, 2010.
- OLIVEIRA, Eleonora M. “As relações de Gênero entre mães e filhas/os na solidão da tortura: reflexão de uma experiência”. *Revista Feminista Labrys*, Dossiê Mulheres Insubmissas, agosto/dezembro, 2009.
- _____. “Nosso corpo nos pertence: uma reflexão pós anos 1970”. *Revista Labrys Estudos Feministas*, nº 6, 2005.
- OLIVEIRA, Susel Rosa. “Subterrâneos da liberdade: mulheres, militância e clandestinidade”. *Revista Labrys Estudos Feministas*, nº 15, janeiro/dezembro, 2009.
- PATEMAN, Carole. *O Contrato sexual*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- PASINATO, Wânia. “Femicídios e as mortes de mulheres no Brasil”. *Cadernos Pagu*, nº37, jul./dez, 2011, p. 219-246.
- PEDRO, Joana. “Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 249-272, 2006.
- PERROT, Michele. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- _____. “Os silêncios do corpo da mulher.” In: MATOS, Maria Izilda e SOIHET, Rachel (org.) *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- _____. “Práticas da memória feminina”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 9, nº 18, 1989.
- PINTO, Celi Regina. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- _____. “Movimentos Sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político”. In: COSTA, Albertina. BRUSCHINI, Cristina. *Uma Questão de Gênero*. São Paulo, 1992.
- RAGO, Margareth. “Escrita de si, parresia e feminismos”. In: VEIGA-NETO, A.; CASTELO BRANCO, G. (org.). *Foucault, Filosofia e Política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- _____. “Cartografias de si no feminismo da diferença”. *Revista Gênero*, Niterói, v. 10, p. 151-175, 2010.
- _____. “Práticas Femininas em novos modos de subjetivação”. *Maracanan Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRJ*, Vol. IV, p. 13-35, 2008.

- _____. “O efeito Foucault na historiografia brasileira”. *Tempo Social*, Revista de Sociologia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, nº 7(1-2), p.67-82, 2005.
- _____. *Anarquismo e Feminismo no Brasil/A Audácia de Sonhar: memória e subjetividade em Luce Fabbri*. Rio de Janeiro: Editora Achiamé, 2ª edição, 2007.
- _____. “Os feminismos no Brasil: dos anos de Chumbo à era global”. *Revista Labrys*, Estudos Feministas, nº 3, janeiro/ julho 2003.
- _____. “Feminizar é preciso: por uma cultura filógina”. *São Paulo em perspectiva*, v. 15, n. 3, p. 58-66, 2001.
- _____. “Globalização e Imaginário Sexual, ou ‘Denise está chamando’”. *Educação, Subjetividade e Poder*. Revista do Núcleo de Estudos da Subjetividade, Poder e Educação da UFRGS, n. 5, julho/1998, pp.40-47.
- RICHARD, Nelly. *Intervenções Críticas. Arte, Cultura, Gênero e Política*. Trad. Romulo Monte Alto. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- ROUSSO, Henry. “Sobre a História do Tempo Presente: entrevista com o historiador Henry Rousso”. *Tempo e Argumento – Revista do Programa de Pós-Graduação em História*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201 – 216 jan. / jun. 2009.
- RUBIN, Gayle. “The Traffic in women: notes on the ‘political economy’ of sex”. In: REITER, R (ed.) *Toward an anthropology of women*. New York: Monthly Review Press: 1975.
- RUSSEL, Diana. “Femicide: politicizing the killing of females”. In: *Strengthening Understanding of Femicide: using research to galvanize action and accountability*. Washington D.C., 2008.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, poder e patriarcado*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- _____. “Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero”. In: *Cadernos Pagu*, nº 16, 2001.
- _____. ALMEIDA, Suely. *Violência de Gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.
- _____. *O Poder do Macho*. São Paulo: Editora Moderna, 1987.
- SANT’ANNA, Denise Bernuzzi. *Corpos de Passagem*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

- SANTOS, Cecília “Ativismo Jurídico Transnacional e o Estado: reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na Comissão Internacional de Direitos Humanos”. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 7, ano 4, 2007.
- _____. “Women’s police stations and feminism in São Paulo”. *Latin American Research Review*, Vol. 39, No. 3, October 2004.
- SANTOS, Cecília & IZUMINO, Wânia P. “Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil”. *E.I.A.L. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe*, Universidade de Tel Aviv, 2005.
- SCAVONE, Lucila. “Políticas Feministas do Aborto”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(2): 440, maio-agosto, 2008.
- _____. *Dar a vida e cuidar da vida: Feminismo e Ciências Sociais*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- SCHRAIBER, L, D’OLIVEIRA, A, PORTELLA, A, OLIVEIRA, E. “Violência de gênero no campo da Saúde Coletiva: conquistas e desafios”. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(4): 1019-1027, 2009.
- SCOTT, Joan. “Fantasy Echo: História e a Construção da Identidade”. *Revista Digital Feminista Labrys*, nº1-2, 2002.
- _____. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos dos homens*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.
- _____. Prefácio a “Gender and politics of history”. *Cadernos Pagu*, nº 3, 1994.
- _____. *Gender and politics of history*. New York: Columbia University Press, 1989.
- SEGATO, Rita. “Femi-geno-cídio como crime no fórum internacional dos Direitos Humanos: o direito a nomear o sofrimento no Direito”. In: FREGOSO, Rosa-Linda; BEJARANO, Cynthia. *Una cartografía del feminicidio en las Américas*. México: UNAM-CIIEDCH/Rede de Investigadoras por la vida y la libertad de las mujeres, 2010.
- _____. “Crimes de gênero em tempos de ‘paz’ e de guerra” In: STEVENS, C; BRASIL, K.C.T.; ALMEIDA, T.M.C.; ZANELLO, V. (org.). *Gênero e Feminismos: convergências (in)disciplinares*. Brasília: Ex Libris, 2010.
- _____. “Território, soberania e crimes de segundo estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez”. *Revista Estudos Feministas*, vol.13 nº2, Florianópolis Maio/Agosto, 2005.

- _____. “Guerra no corpo: ser mulher na América Latina”. Disponível em:
<http://www.ihu.unisinos.br>
- _____. *Las Estructuras Elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología el psicoanálisis y los derechos humanos*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.
- SELEM, Maria Célia O. *A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica*. Dissertação de mestrado, Departamento de História, Universidade de Brasília, UNB, 2007.
- SILVEIRA, Maria Lucia. *Itinerários de Gênero e (Re) significação da cidadania*. Doutorado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, 1999.
- SOARES, Gilberta S.; COSTA, Jussara C. “Movimento lésbico e movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros”. *Revista Labrys Estudos Feministas*, nº 20, junho-dezembro, 2011.
- SOIHET, Rachel (Org.) *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- SWAIN, Tania Navarro. “Diferença sexual: uma questão de poder”. *Conferencia no I Simpósio de Gênero e Literatura*, Universidade Federal do Ceará, agosto de 2011.
- _____. “O Grande Silêncio: a violência da diferença sexual”. In: STEVES, C; K.C.T.; ALMEIDA, T.M.C.; ZANELLO, V. (org.). *Gênero e Feminismos: convergências (in) disciplinares*. Brasília: Ex Libris, 2010.
- _____. “Feminismo e lesbianismo: quais os desafios?” *Revista Labrys, Estudos Feminista*, nº 1-2, 2002.
- _____. “Os limites discursivos da história: imposição de sentidos”. Disponível em:
<http://www.tanianavarroswain.com.br>
- _____. “As teorias da carne: corpos sexuados, identidades nômades”. *Revista Labrys Estudos Feministas*, nº1-2, 2002.
- TALIB, Rosângela A. *Dossiê: serviços de aborto legal em hospitais públicos brasileiros (1989-2004)*. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2005.
- TAVARES, Dinalva. *Violência Doméstica: uma questão de saúde pública*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2000.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. *O que são os direitos humanos das mulheres*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.
- _____. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

- TELES, Maria Amélia de Almeida & MELO, Mônica. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- TELLES, Norma. *Belas e Feras*. São Paulo: NatEditorial, 2007.
- TIMM, Flávia. *Violência conjugal: uma perspectiva da psicologia feminista no enfrentamento às situações de violência contra as mulheres*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, Universidade de Brasília, 2008.
- VIGARELLO, Georges. *História do estupro: violência sexual nos séculos XVI e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- VIEIRA, Priscila P.; RAGO, Margareth. “Foucault, criações libertárias e práticas parresíastas”. *Caminhos da História* (UNIMONTES), v. 14, p. 43-58, 2009.
- VITO, Daniela de; GILL, Aisha; SHORT, Damien. “A tipificação do estupro como genocídio”. *Sur, Revista Internacional de Direitos humanos*. São Paulo: vol.6 n°.10, junho, 2009.
- WOOLF, Virginia. *Profissões para as mulheres e outros artigos feministas*. Porto Alegre: L&PM, 2012.
- _____. *Um teto para todos*. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.